



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
DOUTORADO EM TURISMO**

WAGNER ARAÚJO OLIVEIRA

**TURISMO E RESILIÊNCIA EM COMUNIDADES LOCAIS NO ÂMBITO
DAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS: enfoque analítico na Área de
Proteção Ambiental Jenipabu, RN, Brasil**

**NATAL - RN
2023**

WAGNER ARAÚJO OLIVEIRA

**TURISMO E RESILIÊNCIA EM COMUNIDADES LOCAIS NO ÂMBITO
DAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS: enfoque analítico na Área de
Proteção Ambiental Jenipabu, RN, Brasil**

Tese apresentada, como requisito parcial, para obtenção do título de Doutor em Turismo pelo Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Orientadores: Kerlei Eniele Sonaglio, Dra.
Marcos Antônio Leite do Nascimento, Dr.

NATAL - RN
2023

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências
Sociais Aplicadas - CCSA

Oliveira, Wagner Araújo.

Turismo e resiliência em comunidades locais no âmbito das áreas naturais protegidas: enfoque analítico na Área de Proteção Ambiental Jenipabu, RN, Brasil / Wagner Araújo Oliveira. - Natal, 2024.
227f.: il.

Tese (Doutorado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Turismo. Natal, RN, 2024.

Orientação: Profa. Dra. Kerlei Eniele Sonaglio.

Coorientação: Prof. Dr. Marcos Antônio Leite do Nascimento.

1. Turismo - Tese. 2. Resiliência - Tese. 3. Área de Proteção Ambiental - Tese. 4. Praia de Jenipabu/RN - Tese. 5. Comunidades locais - Tese. I. Sonaglio, Kerlei Eniele. II. Nascimento, Marcos Antônio Leite

WAGNER ARAÚJO OLIVEIRA

Tese apresentada, como requisito parcial, para obtenção do título de Doutor em Turismo pelo Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Natal, 13 de Setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Kerlei Eniele Sonaglio
Universidade de Brasília –Presidenta- Orientadora

Dr. Marcos Antônio Leite do Nascimento,
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Coorientador

Dra. Jennifer Caroline Soares
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Membro Interna do PPGTUR- UFRN

Dra. Clébia Bezerra da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Membro externa ao PPGTUR –
UFRN

Dra. Sinthya Pinheiro Costa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Membro externa a
UFRN

NATAL - RN
2023

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus, ao Universo, pelo o dom da vida, pela saúde, pela força e perseverança.

Aos meus pais e minha irmã, por toda torcida, admiração e apoio incondicional, vocês são minhas principais razões do meu viver, todo o meu esforço e superação neste trabalho, dedido a vocês.

A minha avó, Josefa Maria, por toda torcida e admiração depositada, você é meu maior exemplo de resiliência. À minha tia, Wandigleide Araújo, por todo o seu apoio e por sua amizade.

A todos os meus amigos e às minhas amigas que me atravessaram neste período do doutorado, alguns mais próximos e outros mais distantes, mas todas as conversas e momentos compartilhados foram muito importantes para esse processo.

Aos meus amigos do tempo da escola e que se tornaram amigos para a vida, obrigado sempre pela torcida e admiração, Micarla Dantas, Renata Barbosa, Mayara Ferreira e Fernando Wanderson.

Aos meus amigos da turma de graduação em turismo, Higor Azevedo, Vagner Ivan e Valdeci Pereira pelo companheirismo nas atividades acadêmicas, e em especial gostaria de agradecer à Sebastiana Guedes e a Rafaela Cláudia pela amizade, pela torcida, admiração e apoio neste período, vocês tornaram-se mais do que amigas, considero-as como irmãs, obrigado por dividir a vida comigo.

Aos meus amigos da turma do curso de mestrado que também nos encontramos no curso de doutorado, alguns na mesma turma, outros em turmas diferentes, mas obrigado pela amizade e companheirismo, Jackson de Souza, Gislayne Laíse, Isabelle Nascimento, Andréia Magalhães, Gilmara Barros e Alexandra Nhara. Em especial à minha amiga Itamara Fonseca, que esteve comigo desde o início do curso do mestrado. Estudamos, passamos e cursamos juntos também o curso de doutorado, sua amizade foi um grande presente, pudemos não só dividir as disciplinas, publicar artigos e ir para os congressos, nos tornamos também um apoio mútuo nesse processo e que me fez admirar e torcer ainda mais por você.

À Cleide Batista por todo apoio que me foi dado para a realização do campo na praia de Jenipabu. Obrigado também por sua amizade e torcida.

A todos os sujeitos da pesquisa pela disponibilidade e prontidão para responder os questionários e as entrevistas.

A todos o corpo docente do Programa de Pós-graduação em Turismo (PPGTur) da UFRN, por todo apoio, ensinamentos, e discussões científicas, além do incentivo que foi importante para conclusão do curso de doutorado.

À coordenação e à secretaria do PPGTur/UFRN pela prontidão na resolução das minhas demandas acadêmicas.

À Clébia Bezerra, minha professora no curso de Turismo, e hoje, amiga, obrigado pela amizade, apoio e incentivo para ingressar e concluir o mestrado e doutorado.

À Isabelle Pinheiro, minha professora do curso de Turismo, e hoje, amiga, obrigado por toda escuta, suas palavras foram muito confortantes e incentivadoras.

À professora Jennifer Soares, pela amizade e incentivo, bem como, o apoio dado para realização da estância de investigação na Universidade de Lisboa por meio do Programa Ibero-americano de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo (CYTED).

À professora Kerlei Sonaglio, pelo apoio e incentivo, bem como pelas orientações no mestrado e doutorado, sou muito feliz pelo universo por ter-me dado essa oportunidade de compartilhar esta etapa juntos. Também agradeço ao Professor Marcos Nascimento por todo apoio, incentivo e torcida.

Por fim, agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo financiamento da pesquisa por dois anos.

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca”.

Paulo Freire

RESUMO

A presente tese tem como objetivo central compreender se pressões e impactos do turismo na praia de Jenipabu, comunidade pertencente a Área de Proteção Ambiental Jenipabu (Apaj) (RN), interferem no processo de resposta resiliente. A pesquisa possui abordagem qualitativa e quantitativa de caráter exploratório e descritivo. Além disso, conta com uma pesquisa bibliográfica sistemática por meio do *Knowledge Development Process - Constructivist (Proknow-C)*, com apoio do *software* livre Zotero e do Atlas.ti, bem como com a pesquisa documental e de campo. Quanto ao plano de coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e em profundidade, somadas a observações *in loco* e registros fotográficos. Além disso, foi utilizada a escala *Transcultural-Community Resilience Scale (T-CRS)* de forma adaptada, tendo como base uma amostragem do tipo não probabilística por conveniência, alcançando-se a aplicação de 134 questionários. O estudo possui uma proposta de modelo analítico, o *Driver-Pressure-State-Impact-Response-Resilience (DPSIR-R)*, adaptado. O processo de análise e interpretação dos dados se deu por meio da análise de conteúdo e da análise de estatística descritiva. Essa última foi realizada com o auxílio do *software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, versão 24 para Windows. Os resultados indicaram que, na praia de Jenipabu, o turismo é a principal atividade econômica, oferecendo uma diversidade de passeios, serviços e empreendimentos turísticos. O diagnóstico das pressões e impactos do turismo na Praia de Jenipabu foi revelado a partir das seguintes dimensões: gestão pública, infraestrutura, ambiental, cultural, social e econômica. Quanto aos resultados da escala T-CRS (adaptada), e tomando como base o recorte dos sujeitos desta pesquisa, a resposta resiliente frente a pressões e impactos do turismo na Praia de Jenipabu é positiva. Dessa forma, partindo dos resultados da discussão teórica e empírica, foi lançado um conjunto de condições, características e ações para tornar a resposta resiliente positiva em comunidades locais no âmbito das áreas naturais protegidas, que perpassam pelos seguintes tópicos: 1. Prontidão e Preparação; 2. Cooperação e Colaboração; 3. Flexibilidade e Adaptabilidade; 4. Comunicação efetiva e democrática; 5. Capacidade de Recuperação; 6. Empoderamento Local; 7. Inclusão e Equidade; 8. Planejamento de Longo Prazo. Por fim, baseando-se no aporte teórico apresentado e nos resultados encontrados nesta tese, é preciso ressaltar que, mesmo diante de um cenário de incertezas, pressões, impactos, crises e instabilidades no sistema turístico, as comunidades ainda assim podem ter uma resposta resiliente positiva, mas ao mesmo tempo podem demonstrar fragilidades e vulnerabilidades em dimensões da resiliência comunitária (RC), como foi o caso da Praia de Jenipabu, apresentadas nas dimensões de confiança e fé da comunidade, e principalmente na de honestidade estatal ou administrativa, por apresentar considerável insatisfação e descrédito com o desempenho do poder público.

Palavras-chave: Turismo. Resiliência. Área de Proteção Ambiental. Jenipabu

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to understand whether the pressures and impacts of tourism on Jenipabu beach, a community belonging to the Área de Proteção Ambiental Jenipabu, interfere with the resilient response process. The research has a qualitative and quantitative approach of an exploratory and descriptive nature. In addition, it relies on systematic bibliographical research using the Knowledge Development Process - Constructivist (Proknow-C), with support from the free software Zotero and Atlas.ti, as well as documentary and field research. Regarding the data collection plan, semi-structured and in-depth interviews were carried out, combined with on-site observations and photographic records. Furthermore, the Transcultural-Community Resilience Scale (T-CRS) was used in an adapted form, based on non-probabilistic convenience sampling, resulting in the application of 134 questionnaires. The study has a proposed analytical model, the Driver-Pressure-State-Impact-Response-Resilience (DPSIR-R), adapted (European Environmental Agency, 1999). The data analysis and interpretation process took place through content analysis and descriptive statistics analysis. The latter was carried out with the help of the Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), version 24 for Windows. The results indicated that, in Jenipabu Beach, tourism is the main economic activity, offering a diversity of tours, services and tourist enterprises. The diagnosis of the pressures and impacts of tourism on Jenipabu Beach was revealed based on the following dimensions: public management, infrastructure, environmental, cultural, social and economic. As for the results of the T-CRS scale (adapted), and based on the cut-off of the subjects of this research, the resilient response to the pressures and impacts of tourism on Jenipabu beach is positive. Thus, based on the results of the theoretical and empirical discussion, a set of conditions, characteristics and actions were launched to make the resilient response positive in local communities within the scope of protected natural areas, which cover the following topics: 1. Readiness and Preparation; 2. Cooperation and Collaboration; 3. Flexibility and Adaptability; 4. Effective and democratic communication; 5. Recovery Capacity; 6. Local Empowerment; 7. Inclusion and Equity; 8. Long-Term Planning. Finally, based on the theoretical contribution presented and the results found in this thesis, it is necessary to emphasize that, even in the face of a scenario of uncertainty, pressure, impacts, crises and instabilities in the tourist system, communities can still have a resilient response positive, but at the same time they can demonstrate weaknesses and vulnerabilities in dimensions of community resilience (CR), as was the case of Praia de Jenipabu, presented in the dimensions of community trust and faith, and mainly in that of state or administrative honesty, as it presents considerable dissatisfaction and distrust with the performance of public authorities.

Keywords: Tourism. Resilience. Protected Natural Area. Communities.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 Modelos de crenças determinantes	41
Figura 2 Relação entre os três componentes da resiliência	48
Figura 3 Tipos de impactos que podem afetar um destino turístico	51
Figura 4 Ciclo de gestão em cenário de desastre	53
Figura 5 Metodologias sobre resiliência a serem utilizadas no Turismo	54
Figura 6 Primeiras áreas de preservação/conservação a serem criadas em seus respectivos países	57
Figura 7 Área e número de Unidades de Conservação por categoria de manejo	62
Figura 8 Visitação em UCs federais pelo tipo de bioma, 2012 a 2019	65
Figura 9 10 unidade de conservação e dez parques nacionais mais visitados em 2019	66
Figura 10 Modelo DPSIR	71
Figura 11 Modelo DPSIR-R adaptado	76
Figura 12 Sistur	78
Figura 13 Elementos do modelo analítico Driver-Pressure-State-Impact-Response-Resilience (DPSIR-R)	79
Figura 14 Etapas para elaboração do portfólio bibliográfico	85
Figura 15 Cluster 1 de autores de maior relevância acadêmica	94
Figura 16 Cluster 2 de autores de maior relevância acadêmica	96
Figura 17 Nós termos e expressões correlatas	98
Figura 18 Clusters e os respectivos anos de publicação	100
Figura 19 Nuvem de palavras da dimensão gestão pública	135
Figura 20 Nuvem de palavras da dimensão infraestrutura	142
Figura 21 Nuvem de palavras da dimensão ambiental	152
Figura 22 Nuvem de palavras da dimensão cultural	159
Figura 23 Nuvem de palavras da dimensão social	166
Figura 24 Nuvem de palavras da dimensão econômica	171
Figura 25 Quadro de impactos e pressões no turismo/comunidade da Praia de Jenipabu	180
Figura 26 Condições, características e ações para uma resposta resiliente positiva	200

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 Construção no campo dunar	125
Imagem 2 Construção inadequada	125
Imagem 3 Veículos na praia	126
Imagem 4 Subidas de turistas	126
Imagem 5 Paredão dunar 1.....	128
Imagem 6 Paredão dunar 2	128
Imagem 7 Foto panorâmica das dunas móveis da praia de Jenipabu	129
Imagem 8 Parte interior do Aquário Natal 1	130
Imagem 9 Parte interior do Aquário Natal 2	130
Imagem 10 Foto da ginca da tapioca	130
Imagem 11 Passeios de Dromedários nas dunas da praia de Jenipabu	131
Imagem 12 Estábulo de animais	132
Imagem 13 Local de visita nas dunas	132
Imagem 14 Comunicado oficial do Dromedunas	132
Imagem 15 Obra inacabada na Praia de Jenipabu	139
Imagem 16 Placa deteriorada fiscalização	139
Imagem 17 Estradas de acesso a praia de Jenipabu	146
Imagem 18 Ruas sem pavimentação	146
Imagem 19 Rua com baixa iluminação	147
Imagem 20 Trechos de rua sem iluminação	147
Imagem 21 Posto de Saúde da Praia de Jenipabu	148
Imagem 22 Lixo da faixa de areia da praia	155
Imagem 23 Lixo no acesso ao Ecoposto da APAJ	155
Imagem 24 Obra irregular na orla da praia	157
Imagem 25 Construção irregular nas dunas	157
Imagem 26 Degusta Genipabu, 2023	163
Imagem 27 Ambulantes no campo dunar	176
Imagem 28 Ambulantes no campo dunar	176

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 Eixos e palavras-chave combinadas.....	86
Tabela 2 Quantitativo da busca por meio das palavras-chave.....	87
Tabela 3 Quantitativo da busca por meio das palavras-chave.....	87
Tabela 4 Quantitativo da busca por meio das palavras-chave – 2022	89
Tabela 5 Portfólio bibliográfico preliminar	90
Tabela 6 Portfólio bibliográfico final	92
Tabela 7 Perfil dos entrevistados	182
Tabela 8 Porcentagem e frequência dos itens da categoria pontos fortes e apoio da comunidade	183
Tabela 9 Estatística descritiva da dos itens da categoria pontos fortes e apoio da comunidade	185
Tabela 10 Porcentagem e frequência dos itens da categoria confiança e fé da comunidade	187
Tabela 11 Estatística descritiva dos itens da categoria confiança e fé da comunidade	189
Tabela 12 Porcentagem e frequência dos itens da categoria valores da comunidade	190
Tabela 13 Estatística descritiva dos itens da categoria valores da comunidade	191
Tabela 14 Porcentagem e frequência dos itens da categoria honestidade estatal ou administrativa	193
Tabela 15 Estatística descritiva dos itens da categoria honestidade estatal ou administrativa	193
Tabela 16 Média das respostas resilientes	197

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Correntes acerca da resiliência.....	31
Quadro 2 Resiliência entendida em três visões distintas	33
Quadro 3 Definições de resiliência	34
Quadro 4 Lista de qualidades resilientes	36
Quadro 5 Fatores resilientes	37
Quadro 6 Escalas de resiliência	39
Quadro 7 Condições ou características que reduzem a resiliência comunitária	45
Quadro 8 Pilares da resiliência social ou comunitária	46
Quadro 9 Objetivos e usos permitidos das Unidades de Conservação	60
Quadro 10 DPSIR	72
Quadro 11 Caracterização dos artigos do portfólio final	93
Quadro 12 Filiações e áreas de interesse e atuação dos autores do cluster 1.....	94
Quadro 13 Filiações e áreas de interesse e atuação dos autores do cluster 2	97
Quadro 14 Clusters e itens do portfólio bibliográfico	98
Quadro 15 Contatos dos entrevistados	102
Quadro 16 Grupos dos sujeitos da pesquisa	103
Quadro 17 Indicadores e instrumentos de coleta de dados da pesquisa	105
Quadro 18 Escalas de resiliência	107
Quadro 19 Resiliência Comunitária Transcultural (T-CRS)	114
Quadro 20 Etapas de análise de conteúdo	114
Quadro 21 Categorias e comentários da dimensão gestão pública	135
Quadro 22 Principais impactos e pressões na dimensão da gestão pública .	140
Quadro 23 Categorias e comentários da dimensão infraestrutura	143
Quadro 24 Principais impactos e pressões na dimensão da infraestrutura ...	149
Quadro 25 Categorias e comentários da dimensão ambiental	152
Quadro 26 Principais impactos e pressões na dimensão ambiental	158
Quadro 27 Categorias da dimensão cultural e comentários	160
Quadro 28 Principais impactos e pressões na dimensão cultural	164
Quadro 29 Categorias e comentários sobre a dimensão social	166
Quadro 30 Categorias e comentários acerca da dimensão econômica	169
Quadro 31 Principais impactos e pressões na dimensão econômica	172
Quadro 32 Tipos de respostas e valores das médias	178

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Mapa de localização da Área de Proteção Ambiental Jenipabu.....	83
Mapa 2 Caracterização da APA Jenipabu	120

LISTA DE SIGLAS

ANPs	Área naturais protegidas
APAJ	Área de Proteção Ambiental Jenipabu
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
DPSIR	Driver-Pressure-State-Impact-Response
DPSIR-R	Driver-Pressure-State-Impact-Response-Resilience
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Meio Ambiente do Rio Grande do Norte
IUCN	International Union for Conservation of Nature
MPA	Ministério da Pesca e da Aquicultura
OMT	Organização Mundial do Turismo
PEIA	Parque Estadual da Ilha Anchieta
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGTur	Programa de Pós Graduação em Turismo
ProKnow-C	Knowledge Development Process – Constructivist
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
UCs	Unidades de Conservação
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
WWF	World WildlifeFund

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Objetivo central.....	28
1.2 Objetivos intermediários.....	28
2. TURISMO, RESILIÊNCIA, ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E	29
COMUNIDADES.....	
2.1 Resiliência: aspectos históricos e conceituais.....	29
2.2 Compreendendo a resiliência a partir da perspectiva do indivíduo.....	35
2.3 Entendendo a resiliência sob a ótica comunitária.....	42
2.4 Resiliência e sua aplicação para o turismo.....	49
2.5 Áreas naturais protegidas: histórico e conceitos.....	55
2.6 Turismo, áreas naturais protegidas e comunidades locais.....	62
2.7 Driver-Pressure-State-Impact-Response (DPSIR) e turismo.....	70
3. PERCURSO METODOLÓGICO	81
3.1 Abordagem e tipo de pesquisa.....	81
3.2 Universo e campo da pesquisa.....	82
3.3 Instrumentos de coleta de dados	84
3.4 Análise dos dados.....	116
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	119
4.1. Caracterização dos aspectos gerais da APAJ e as principais práticas	119
turísticas na Praia de Jenipabu e circunvizinhas	
4.2 Diagnóstico das principais pressões e impactos do turismo na Praia de	134
Jenipabu a partir da percepção dos atores locais e gestores públicos.....	
4.3 Avaliação se há resposta resiliente da Praia de Jenipabu (pertencente	182
à APAJ) frente ao contexto de pressões e impactos do turismo	
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
REFERÊNCIAS.....	208
APÊNDICES.....	222
ANEXO.....	227

1. INTRODUÇÃO

O turismo é um fenômeno social que pode contribuir para desenvolvimento econômico, bem como para a equidade e bem-estar social, a valorização cultural e a conservação dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, apresenta-se como uma atividade altamente vulnerável às diversas alterações, crises, impactos e adversidades.

Sobre isso, Beni (2020) afirma que o turismo é extremamente retrátil a crises e vulnerabilidades, como as oscilações de taxa de câmbio, flutuações sazonais da demanda, riscos meteorológicos, geológicos, convulsões sociais, instabilidade política, terrorismo e riscos epidêmicos e pandêmicos que podem comprometer a saúde pública.

Partindo disso, entende-se que as adversidades¹, instabilidades² e crises³ (conceitos que versam sobre mudanças bruscas, falta de estabilidade e cenário desarmônico), de diferentes magnitudes e dimensões (política, econômica, social, ambiental e etc.), pode implicar em um conjunto de mudanças, novos direcionamentos e incertezas sobre destinos turísticos de modo a alterar o funcionamento dos lugares, tendo como exemplo mais atual, a pandemia da Covid-19⁴, que culminou na interrupção do turismo e demais atividades em todo o planeta.

Considerando isso e diante de momentos de vulnerabilidades⁵, instabilidades e crises que se espalham a ponto de inviabilizar o sistema de turismo, é preciso atrelar à necessidade de adaptação/superação de crises à habilidade de inovação e isto está intimamente relacionado com a capacidade de planejar e gerir o turismo de modo sustentável e resiliente.

Sendo assim, é notório afirmar que cenários acometidos por desafios, adversidades e impactos no setor do turismo gera desdobramentos amplo de prejuízos e perdas irreparáveis, afetando a permanência das empresas de diferentes segmentos do turismo no mercado, bem como atinge diretamente o bem-estar de

¹ Caráter do que é adverso, desfavorável.

² Ausência de estabilidade; falta de solidez, de firmeza.

³ É uma mudança brusca ou uma alteração importante no desenvolvimento de um qualquer evento/acontecimento.

⁴ Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de Covid-19 em vários países e regiões do Mundo.

⁵ Qualidade ou estado do que é ou se encontra vulnerável ou frágil.

dezenas de milhões de funcionários, comunidades locais e economias inteiras ao redor o mundo. Nesse contexto, a resiliência emerge como uma opção para ações visando à antecipação e/ou previsão destas ocasiões, bem como uma possibilidade para reverter as consequências das crises (Costa, Sonaglio & Wiesniewski, 2020). Dessa forma, o conceito e aplicação da resiliência, inicialmente foi discutido no campo da física onde, desde então, numerosas definições e aplicações de resiliência são evidentes em diferentes disciplinas (ecologia, psicologia, engenharia, administração, economia, gestão empresarial e entre outros), por sua vez, há uma semelhança entre as definições que é a noção de mover a adversidade passada (Raasch, Martins & Gomes, 2017).

A resiliência, a partir dos aspectos conceituais, se refere à capacidade de enfrentar e superar com êxito as situações adversas. Além disso, se define como a habilidade de superar os efeitos de uma adversidade a que estão submetidos e, inclusive, de saírem fortalecidos. Por fim, a resiliência é associada à adaptação positiva em resposta à adversidade (Trombeta & Guzzo, 2002).

Diante desses conceitos, exprime-se que a resiliência é a capacidade de enfrentar e superar situações adversas, sublinhando a ideia de resistência e recuperação diante das dificuldades, além disso, destaca-se o fortalecimento resultante dessas experiências, ou seja, entende-se que, além de retornar ao estado anterior, as pessoas podem emergir mais fortes e mais preparadas para futuros desafios, considerando-se que conecta a resiliência à adaptação positiva, indicando que uma resposta eficaz às adversidades envolve uma adaptação que não é apenas passiva, mas que promove crescimento e desenvolvimento.

Dessa forma, compreende-se que a resiliente estabelece uma conectividade com três pontos: superação de adversidades, fortalecimento pós-crise e adaptação positiva, compondo assim um quadro completo e dinâmico da resiliência, refletindo a complexidade e a profundidade desse conceito.

Ampliando essa discussão, Sonaglio (2018) ressalta que a resiliência pode ser abordada de duas formas, sendo a primeira, no caso dos seres vivos que se referem tanto aos seres humanos como a outros seres da natureza (os estudos revelam preocupações com a resiliência individual dos seres) e também a coletiva (sociedade), no turismo, pode se referir a resiliência frente aos impactos, pressões e perturbações de ordem sociais do turismo em ambientes frágeis e tradicionais, como as comunidades ou populações tradicionais em áreas naturais protegidas.

A segunda, é sobre o ambiente (natural, adaptado-rural ou artificial-urbano), os estudos advindos das ciências naturais preocupam-se com questões relacionadas às especificidades físicas dos materiais e/ou em relação às alterações ocorridas no cenário ambiental, como as oriundas de desastres naturais (Sonaglio, 2018).

Nesta abordagem, para o turismo, entende-se a necessidade da resiliência em destinos turísticos suscetíveis aos impactos ou desastres ambientais, como as mudanças climáticas, o aumento de eventos climáticos extremos, efeito estufa, poluição do ar e da água e entre outros. Dessa forma, Fabry e Zeghni (2019) afirmam que a relação do turismo e resiliência se refere à capacidade dos sistemas sociais, econômicos ou ecológicos se recuperarem do estresse induzido do turismo.

No cerce dessa discussão da resiliente e turismo, pode-se afirmar queesse pode ser tanto um fator de pressão quanto um elemento que precisa ser gerenciado de forma sustentável para assegurar a recuperação e a adaptação dos destinos afetados. A combinação destes pontos, turismo e resiliência, destaca a necessidade de planejamento e gestão resilientes no setor turístico. Ao adotar estratégias que fortalecem a resiliência, os destinos podem não apenas sobreviver aos impactos adversos, mas também prosperar e continuar a atrair visitantes de maneira sustentável. A integração de práticas resilientes pode ajudar a minimizar danos, proteger ecossistemas e comunidades locais, e assegurar a viabilidade econômica a longo prazo dos destinos turísticos.

Contudo, considerando o turismo como um fenômeno social e uma atividade dinâmica e que seu desenvolvimento traz impactos significativos para o ambiente, como também para os atores envolvidos, principalmente as comunidades locais, o conceito da resiliência ganha destaque e avança no debate contribuindo não apenas para entender capacidades adaptativas apresentadas por indivíduos, mas também por comunidades (Norris *et. al*, 2008).

Essa compreensão foi definida como a resiliência comunitária (RC), que é uma aplicação contextual da resiliência socioecológica, que reconhece e aborda mudanças e distúrbios que estão além do controle das comunidades e dos governos e organizações. É sobre reconhecer todos os aspectos da comunidade (econômica, social, ecológica e institucional), com atenção específica às pessoas e à natureza como sistemas independentes, além de como elas interagem (Frazier, Thompson & Dezzani, 2013).

Partindo do que foi expresso pelos autores anteriores, é notório presumir que

este entendimento sugere que a resiliência comunitária não se limita apenas à superação de adversidades, mas também envolve uma abordagem holística que abrange todos os aspectos da comunidade: econômico, social, ecológico e institucional.

Corroborando com isso, o estudo da RC possibilita a identificação de fatores que contribuem para processos coletivos de enfrentamento às adversidades. Trata-se de um fenômeno que pode ser promovido, considerando a responsabilidade tanto da comunidade em si, vista em toda sua complexidade e potencialidade para transformação, quanto dos agentes externos (profissionais, governo e terceiro setor), responsáveis por oferecer recursos físicos, econômicos e sociais que tornem as comunidades mais capacitadas para enfrentar as adversidades e menos vulneráveis a elas (White, Edwards, Farrar & Plodinec, 2014).

A resiliência comunitária, portanto, é uma abordagem abrangente que busca capacitar comunidades a não apenas resistir e se recuperar de distúrbios, mas também a se adaptar e prosperar em face de mudanças inevitáveis. Ao considerar a interação entre os diversos sistemas dentro de uma comunidade, essa abordagem promove um desenvolvimento mais equilibrado e resiliente, que beneficia tanto os indivíduos quanto ambiente em geral.

Nesse sentido, investigar e debater acerca da resiliência da comunidade é relevante de modo que um dos elementos do sistema sócio-ecológico turístico mais afetado e intimamente envolvidos no turismo em área protegida são residentes locais (ou seja, aqueles que residem no interior ou adjacente/próximo a áreas protegidas). Nesse contexto, os impactos do turismo nessas comunidades, estão associados direta ou indiretamente, por meio de sua existência e capacidade de atrair turistas.

Em todo o mundo há inúmeras evidências de que as diversas atividades econômicas têm ação destrutiva em áreas cada vez maiores, afetando de forma significativa a qualidade de vida das comunidades locais. Na atividade turística, este contexto não é diferente. Em diversos empreendimentos turísticos, a cultura local tem sido elemento muitas vezes negligenciado; a apropriação de terras para a criação de parques, assim como a escolha de locais para a instalação de grandes complexos hoteleiros está frequentemente associada a riscos e injustiças sociais (Irving & Mendonça, 2004)

Complementando essa discussão, Silva & Sonaglio (2011) apontam que a

implementação de uma visão sumariamente econômica no turismo, sobretudo, em áreas naturais protegidas, tem promovido os mais diversos impactos em comunidades receptoras e, infelizmente, na grande maioria dos casos.

E em se tratando das áreas naturais protegidas, essas são sujeitas a um regime de proteção externo, com território definido pelo Estado, cujas autoridades decidem as áreas a serem colocadas sob proteção e sob que modalidade, e que, independentemente, formulam e executam os respectivos planos de manejo. As pessoas que vivem no interior ou no entorno das áreas não participam em nada das decisões. Assim, esse modelo supõe uma dicotomia conflitante entre ser humano e natureza, supõe que as comunidades locais são capazes de desenvolver um manejo mais sábio dos recursos naturais (Arruda, 1997).

O mesmo autor anteriormente citado, ainda faz alusão das consequências indesejáveis e impactos que o modelo das ANPs tem provocado, a saber: a) Tem promovido em muitas comunidades humanas impactos nocivos em suas condições de vida; b) Tem se somado aos processos de expulsão das populações tradicionais para as periferias das cidades, engrossando as multidões em situação de miséria e a proliferação de favelas; c) Muitas vezes promovem uma maior degradação ambiental. Em muitos países do terceiro mundo tem elevado o nível de destruição florestal, à medida que a população expulsa passa a ocupar e derrubar novas áreas para moradia; e d) O crescimento do conflito rural.

Além disso, pode-se destacar também que as restrições decorrentes do estabelecimento de áreas naturais protegidas, bem como o uso restrito, têm produzido descontentamento crescente em muitos países. No Brasil, país com graves problemas de desemprego urbano, má distribuição de renda e estrutura fundiária super concentrada, a contribuição desse modelo para o agravamento da situação rural tem sido grande. Nesse sentido, pressões de grupos econômicos e, de outro lado, das comunidades mais organizadas, somados com as dificuldades financeiras, operacionais e políticas de fiscalização e manejo destas áreas fazem com que a legislação, em parte ou totalmente, não seja cumprida (Arruda, 1997).

Dessa forma, há de considerar que diante da realidade contemporânea, é possível perceber que a maneira como o modelo de desenvolvimento econômico vigente é, não pode mais ser mantido. De acordo com Mendonça e Irving (2004) as diversas estratégias econômicas em curso estão associadas a um sistema político-

operacional que rapidamente destrói dois processos importantes para a vida humana: o processo de manutenção de recursos naturais e o desenvolvimento das comunidades locais.

Além disso, Irving (2010) alerta que as comunidades locais, desde a concepção até a transformação da área legalmente protegida, enfrentam diversos desafios, muitos desses ligados às questões sociais, e que, conseqüentemente, se sentem pressionadas a se adaptar naquele ambiente, sobretudo, devido a expansão acelerada da ocupação territorial, aos modelos de desenvolvimento socioeconômico baseados na exploração dos recursos naturais, ao extrativismo e ao agronegócio, à preservação ambiental, à entrada de capital estrangeiro na região, à pobreza extrema e ao crescimento sustentável, além dos conflitos sociais locais, como também a exclusão política e desinteresse da comunidade local em participar do processo turístico.

Nesse sentido, Filimonau e DeCotear (2019), entendem que, para conseguir desenvolver medidas eficazes para construir um destino resiliente é necessário que as partes interessadas, sobretudo as comunidades locais, garantam a participação e o envolvimento efetivo nas tomadas de decisões e que estejam cientes dos danos potenciais e reais que podem ser afetadas.

Por tanto, a resiliência é considerada uma estratégia que se refere à sua capacidade de adaptação contínua face a grandes tendências evolutivas, permitindo ao sistema suportar crises e perturbações sem colapsar. Destinos turísticos resilientes são menos vulneráveis e mais preparadas para lidar com a mudança, com a complexidade do turismo, que provoca pressões, impactos e perturbações múltiplas (de caráter econômica, ambiental, tecnologias, social ou político) podendo ser mais sustentáveis no longo prazo (Santos, 2009). E no contexto atual de crescente turbulência e incerteza esta é uma capacidade cada vez mais importante, tendo em vista a instabilidade do turismo.

Sendo assim, considerando a gestão de destinos turísticos em tempos de crises na saúde, ambientais, econômicas, políticas, sociais, religiosas e de relações entre pessoas, é necessário lançar/adotar estratégias de superação das adversidades e zelar por sua manutenção, culminando em resultados positivos para o destino turístico. Esta necessidade estratégica baseada na resiliência pode ser observada por ocasião da pandemia da Covid-19 (Costa & Sonaglio, 2020).

No contexto mundial, o turismo é considerado um dos setores mais impactados,

passando de um status de turismo de massa para quase total ausência de fluxo de turistas internacionais e domésticos em diferentes países e cidades, conforme apontam os dados do Barômetro Mundial de Turismo (Organização Mundial do Turismo, 2020). A exemplo disso, foi a Europa que registrou uma redução de 70% nas chegadas de turistas, no cenário brasileiro, de acordo com Barbosa *et al.* (2020), aponta que houve grandes perdas econômicas no setor de turismo brasileiro e, em uma comparação feita demonstra que em relação ao PIB do setor em 2019, totalizaram R\$ 116,7 bilhões nos anos de 2020 e 2021.

Em se tratando das áreas naturais protegidas com presença de comunidades, em particular, fornecem apoio à renda das famílias por meio de uma participação na receita derivada do turismo. A Mara Naboisho Conservancy, no Quênia, por exemplo, foi a principal fonte de renda para mais de 600 famílias maasai, isso desapareceu com a interrupção do turismo (Hockings *et al.*, 2020).

Enquanto no Brasil, estudo desenvolvido por Murer e Futada (2020) acerca de cenários de vulnerabilidade e disseminação do novo coronavírus, tendo foco nas áreas naturais protegidas em que há famílias residentes registradas, resultou que o modelo de disseminação da Covid-19 proposto naquele estudo indica o risco que residentes das ANPs (a maioria encontra-se nos estados da Amazônia Legal) estão sujeitos ao transitarem em áreas urbanas onde há maior adensamento populacional e concentração de contaminados pelo novo coronavírus.

Portanto, entende-se que o turismo depende enormemente dos recursos naturais, culturais, sociais, patrimoniais e humanos que estão na base do seu desenvolvimento. Por esta razão, acaba sendo fortemente afetado por desastres ambientais, como enchentes, deslizamentos de terras, poluições, terremotos, furacões e entre outros, que afeta o turismo, e conseqüentemente, as comunidades locais que mantêm relação direta com os recursos naturais para o desenvolvimento das suas atividades de subsistência, como o turismo e a pesca, por exemplo (Walkowski, Gelbcke & Assing, 2021).

Sendo assim, diante da instabilidade da atividade turística que a cerca, é necessário ressaltar, que Cheer e Lew (2018) afirmam a importância de desenvolver pesquisas sobre resiliência para o desenvolvimento do turismo, para subsidiar a elaboração e implementação de políticas e planos de modo a praticar uma estrutura mais funcional que reconheça a certeza de mutabilidade e a necessidade de adaptação do destino turístico.

Além do que foi discutido anteriormente, ver-se a necessidade de avançar em estudo o acerca do turismo e resiliência, pois segundo Lew (2014) as pesquisas com essa temática se concentram em estudos de caso do que em construtos teóricos com enfoque para o clima e mudanças ambientais em nível de destino turístico, contudo, mais recentemente, a resiliência é usada para também contribuir com atuação dos atores locais para planejar o turismo sob a perspectiva resiliente. Por sua vez, a abordagem da resiliência se tornou um paradigma distintivo para o planejamento e desenvolvimento da comunidade.

Sendo assim, pode-se elucidar também que, com o intenso fluxo turístico e desordenado em áreas naturais protegidas, atrelado com a ausência de planejamento e gestão do turismo, as comunidades enfrentam constantemente pressões, perturbações e impactos do turismo, dessa forma, no bojo dessa discussão, entende-se que as pressões, podem ser consideradas internas ou externas, resultando mudanças e adaptações, no contexto do turismo.

Segundo Xavier e Picoli (2020) a pressão pode ser representada pela necessidade estrutural de hospedagem, lazer e alimentação para atender as necessidades e anseios do turistas no destino. Em um contexto de pressões turísticas, há de convir que essas podem resultar em impactos nocivos ao ambiente, Vasconcelos e Coriolano (2008) afirmam que o impacto é a reação na sociedade ou no meio ambiente a uma ação humana. Qualquer que seja a atividade humana trata-se de uma ação que causará uma ou diversas reações. Já Ruschmann (2000), ressalta que no turismo os impactos referem-se à gama de modificações ou sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras. Segundo Xavier e Picoli (2020) exemplos de impactos do turismo em ANPs, pode ser, a degradação ou perda da biodiversidade, exclusão e desestruturação social, entre outros.

Nesse sentido, o conjunto complexo e múltiplos de pressões e impactos, provoca mudanças no ambiente, trazendo efeitos multiplicadores que promovem um desequilíbrio no sistema turístico, consequentemente, inibindo a geração de efeitos positivos para os envolvidos, sobretudo, das comunidades receptoras de turismo. Em suma, são desafios, limitações e entraves do turismo que afetam de forma direta ou indireta as comunidades que mantêm relação com o turismo.

Portanto, torna-se evidente a necessidade de ampliar o conhecimento acerca dos fatores que estão sendo considerados importantes para a promoção da resiliência

das comunidades locais no âmbito das ANPs, tendo em vista a importância de promover uma resposta resiliente frente a um cenário acometido por um conjunto complexo e múltiplos de impactos, perturbações e pressões do turismo.

Dessa forma, a questão que norteou a pesquisa a ser desenvolvida foi:

Como as pressões e impactos do turismo na Praia de Jenipabu, comunidade pertencente a Área de Proteção Ambiental Jenipabu, interferem no processo de resposta resiliente?

Tendo em vista o complexo cenário mundial contemporâneo, que vem trazendo transformações com rapidez e mudanças repentinas, é necessário pensar e repensar-se o gerenciamento e o planejamento do turismo, entretanto, para enfrentar, resistir, adaptar-se e propor alternativas de combate às adversidades no turismo, é preciso resiliência junto a um processo de planejamento adequado e uma devida gestão eficiente (Costa, 2017; Sonaglio, 2018).

Sobre isso, diversas instituições, entidades e governos instituíram comissões/comitês para tratar sobre a resiliência e iniciaram a utilização da abordagem resiliente nos seus documentos informativos, orientativos e explicativos. Exemplo disso é a campanha para cidades resilientes da Organização das Nações Unidas (ONU) e a plataforma para disseminar e promover um comportamento mais resiliente nas pessoas, da Sociedade Brasileira de Resiliência (SOBRARE). No turismo, o *Tourism Resilience Committee*, que foi estabelecido em 2008 na 84ª Sessão do Conselho Executivo da OMT/Organização Mundial do Turismo (UNWTO) na cidade de Madri/Espanha, foi uma maneira de responder à recessão de origem econômica (Sonaglio, 2018).

A partir do entendimento do conceito de resiliência e dos debates dos países acerca da necessidade de incorporação da mesma nas ações de redução de riscos, foi elaborada a metodologia “Como Construir Cidades Mais Resilientes: Guia para Gestores Públicos Locais” pelo Escritório Geral das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres (UNISDR) no ano de 2012. No ano de 2015, finalizou o prazo inicial para implementação do marco de Ação de Hyogo (MAH), tendo sido realizada a III Conferência Mundial sobre a Redução do Risco de Desastres, onde foi adotado pelos países membros da ONU o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, tendo os Estados reiterado o compromisso com a redução de desastres e com o aumento da resiliência (UNISDR, 2015). Em decorrência desse novo acordo global, foi percebida a necessidade de reformulação da campanha

“Construindo Cidades Resilientes” que culminou com a elaboração do guia supracitado, pretendendo incorporar a essa campanha as novas diretrizes estabelecidas no Marco de Sendai (Costa & Sonaglio, 2017). No Brasil, até 2021, último dado registrado e atualizado, aproximadamente 990 municípios aderiram à campanha da ONU e, no Nordeste possui 19 municípios inscritos na campanha, sendo a segunda região do país com o menor número de inscritos (Unisdr, 2020).

A presente pesquisa se torna ainda mais relevante diante do contexto atual de crescente turbulências e incertezas relacionados à pandemia, dessa forma, a capacidade resiliente é considerada cada vez mais importante, tendo em vista que, o cenário pandêmico impôs uma brusca redução ou interrupção de fluxos turísticos, uma vez que medidas de confinamento (*lockdown*) foram implantadas como recursos para tentar controlar a circulação do vírus. Com o agravamento, houve a suspensão de viagens ao redor de todo o planeta e, por consequência, as atividades características do turismo como hotéis, restaurantes, rotas rodoviárias, voos, atrativos turísticos etc. (Carneiro & Allis, 2021) foram alguns dos primeiros a sentirem o impacto da pandemia no mercado, afetando diretamente a cadeia produtiva do turismo.

Nesse sentido, as viagens e o turismo são os contribuintes globais para a criação de empregos, desenvolvimento socioeconômico e cultural e, em muitas cidades, regiões e países, desempenham um papel estratégico como um dos pilares do PIB da economia, configurando-se, ao mesmo tempo, como um setor sensível e vulnerável da indústria, mediante crises e mudanças mercadológicas repentinas (Ma *et al.*, 2020; McCabe & Qiao, 2020).

Frente a isso, diversos governos, pesquisadores e instituições vêm se debruçando em novas abordagens para subsidiar estudos numa tentativa de entender e compreender a dinamicidade do turismo, e com isso, propor alternativas mais eficientes e eficazes para o seu desenvolvimento sob a perspectiva resiliente (Costa, 2017; Sonaglio, 2018).

Um exemplo dessa iniciativa, em nível mundial, é da Organização das Nações Unidas (ONU), que lança o programa global Making Cities Resilient 2030 (MCR2030), que visa melhorar a resiliência local por meio da defesa, compartilhamento de conhecimentos e experiências, estabelecimento de redes de aprendizagem cidade a cidade que se reforçam mutuamente, injetando conhecimento técnico, conectando várias camadas de governo e construindo parcerias (Unidrr, 2021a s/p).

Além disso, o MCR2030 visa garantir que as cidades se tornem inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis até 2030, contribuindo diretamente para o cumprimento da Meta de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS11) “Tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” e outras estruturas globais, incluindo o Estrutura de Sendai para Redução do Risco de Desastres, o Acordo de Paris e a Nova Agenda Urbana (Unidrr, 2021a).

Quanto a relevância de desenvolver esse estudo, pode-se destacar que ainda é um tema incipiente, de acordo Ritechi e Jiang (2019), entre 1960 e 2018, um total de 5% de todos os estudos de turismo, desastres e crises com foco na resiliência, o que significa que a pesquisa de resiliência ainda precisa ser fortalecida no campo do turismo, de modo a considerar vários estágios de gestão, incluindo preparação, resposta e recuperação, além disso, os autores destacam também que as pesquisas voltadas para esse tema se concentra em empresas de turismo ou resiliência organizacional, com enfoque maior na hotelaria.

Outro estudo mais recente desenvolvido por Yang; Yang; Li; e Zhang (2021) apontam que estudos sobre resiliência e comunidade incluem o mecanismo de capital social, a evolução do conhecimento de resiliência, resistência a terremotos e mitigação de desastres, abuso de substâncias, desenvolvimento resiliente em comunidades rurais, construção de resiliência nos países menos desenvolvidos e emergentes, dessa forma, naquela pesquisa não se encontra nenhum estudo voltado para o turismo.

Outra pesquisa também semelhante, acerca do tema resiliência e comunidade, foi um estudo bibliométrico desenvolvido por Oliveira e Moraes (2018) identificou que a principal adversidade estudada são os desastres naturais. E três fatores estão relacionados à resiliência comunitária: capital social, laços culturais e a infraestrutura que apoia o desenvolvimento dos membros da comunidade. A partir disso foi possível constatar que nenhum dos estudos identificados tratou do tema da resiliência comunitária sob o enfoque do turismo.

Corroborando com isso, os autores Yang, Kim, Pennington-Gray e Ash (2021) apontam que apesar de haver desenvolvimentos constantes estudos que medem a resiliência da comunidade, os estudos de medição da resiliência comunitária têm enfrentado dois problemas principais: (a) falta de modelos de medição que considerem a dimensão do turismo e (b) validação. Sendo assim, considerando o

recorte temporal deste estudo, constata-se que até à data, pouca atenção tem sido dada ao papel do turismo.

Outro estudo que indica que o tema turismo e resiliência ainda é incipiente no âmbito acadêmico, um estudo desenvolvido por Sonaglio (2018) na qual realizou uma pesquisa bibliométrica que identificou 2194 estudos, desses aproximadamente 4 % dos estudos se refere ao tema do turismo e resiliência na perspectiva do planejamento, portanto, pode-se afirmar que é considerado um número de estudos relativamente incipiente.

Para este trabalho foi realizada uma revisão sistemática que ampliou o uso dos termos “turismo” e “resiliência”, foram incluídas áreas naturais protegidas/unidades de conservação, comunidade e DPSIR. Dessa forma, não foi possível identificar nenhum estudo que trate dos termos em comum, portanto, alguns deles avançam no debate teórico sobre turismo e resiliência das comunidades, porém com o enfoque ainda nos desastres naturais.

Por sua vez, no âmbito nacional foram identificadas duas pesquisas acadêmicas com o tema turismo e resiliência, que foram: o estudo de Costa (2017) e Sonaglio (2018). O primeiro é uma tese (doutorado em turismo) trata sobre a capacidade de resiliência dos gestores do turismo, e o segundo é um artigo (resultado de uma pesquisa de pós-doutorado em turismo) que realizou um ensaio teórico do turismo e sua relação com a resiliência, esses estudos resultaram em artigos científicos que contribuíram para a construção desta pesquisa.

Com base nesses pressupostos, entende-se a necessidade de aglutinar esforços acadêmicos por meio de estudos que visem auxiliar destinos turísticos em áreas naturais protegidas sob a perspectiva da gestão e do planejamento de forma resiliente, de modo, a se pensar, na promoção da qualidade de vida das comunidades que são afetadas por adversidades, pressões e impactos do turismo.

Para o pesquisador esse trabalho contribui para o melhor aprofundamento da problemática que envolve o turismo, áreas naturais protegidas e resiliência, servindo como um vetor para a ampliação teórica, bem como, para formação enquanto pesquisador da área do turismo.

O desenvolvimento do estudo no âmbito das ANPs no estado do Rio Grande do Norte (RN), se torna relevante que, diante das diversas categorias de áreas protegidas no Brasil, as Áreas de Proteção Ambiental (APA's) se configuram enquanto locais o de alta complexidade socioambiental, pois estas permitem o uso direto das atividades

econômicas, inclusive o turismo, dessa forma possuem um conjunto de desafios no tocante conservação ambiental, atrelado a isso, essas áreas apresentam-se uma diversidade múltiplo de conflitos, impactos e pressões que interferem o bem-estar e a qualidade de vida das populações envolvidas.

Além disso, esse estudo torna-se necessário uma vez em que pesquisas realizadas em ANPs no RN apontam a relação das comunidades no processo de planejamento turístico e na gestão das ANPs, como por exemplo, o estudo realizado por Dantas (2018) acerca da perspectiva do planejamento turístico nas unidades de conservação em processo de criação no Polo Costa das Dunas/RN, mostra que os atores do turismo (incluindo a comunidade) não se encontram envolvidos na criação das ANPs.

Já um estudo desenvolvido por Oliveira (2019) em relação a participação e percepção da comunidade local sobre o uso turístico em Unidades de Conservação Estadual no RN, concluiu-se que as comunidades do entorno dos Parques Estaduais do Jiqui e do Mangues do Potengi não participam do processo de criação dessas ANPs, elas se encontram totalmente à margem de toda a atuação que envolve a discussão da proteção desses espaços, porém, reconhecem que a conservação é necessária para esses recursos naturais.

Um outro estudo desenvolvido por Oliveira e Sonaglio (2017) sobre o turismo e inclusão social das comunidades locais em Área de Proteção Ambiental Jenipabu e na Área de Proteção Ambiental Recifes de Corais, identificaram elementos que interferem diretamente à não inclusão social, como: pressão dos agentes econômicos externos; burocracia ao acesso de linhas de créditos e financiamento; processo de criação de modo não participativo e consultivo; falta de conhecimento sobre a ANP; ausência de informação e conhecimento sobre atividade turística; falta de qualificação no turismo (empreendedorismo); visão econômica do turismo; e subempregos e empregos informais e entre outros.

Dessa forma, a área natural protegida escolhida para esta pesquisa é a Área de Proteção Ambiental Jenipabu, que se configura como uma das áreas que possui uma heterogeneidade socioambiental, que carrega consigo um leque de desafios e limitações que compromete a sustentabilidade, bem como, um conjunto de impactos que sobrecarrega o funcionamento das práticas turística e a qualidade e o bem-estar das comunidades locais do entorno que tem envolvimento direto com o turismo.

Diante disso, ao término deste trabalho, os resultados poderão servir, para auxiliar a gestão das ANPs, nas tomadas de decisões acerca do turismo enquanto atividade potencial para a promoção da resiliência, visando assim tornar as comunidades locais resilientes de modo a superar e se adaptar às crises, instabilidades e adversidades. Bem como, entende-se que este trabalho poderá contribuir no que se refere à gestão do Polos Turístico do Estado, uma vez que esta pesquisa poderá dar subsídios às discussões e ações voltadas para um turismo resiliente, bem como promover a resiliência para as comunidades.

Diante disso, pensou-se nos seguintes objetivos:

1.1 Objetivos

Objetivo central:

Compreender se pressões e impactos do turismo na Praia de Jenipabu, comunidade pertencente a Área de Proteção Ambiental Jenipabu, interferem no processo de resposta resiliente.

Objetivos intermediários:

- a) Caracterizar os aspectos gerais da APAJ e as principais práticas turísticas na Praia de Jenipabu.
- b) Diagnosticar as principais pressões e impactos do turismo na Praia de Jenipabu a partir da percepção dos atores locais e gestores públicos.
- c) Avaliar se há resposta resiliente das comunidades no entorno da APAJ frente ao contexto de pressões e impactos do turismo.

2. TURISMO, RESILIÊNCIA, ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E COMUNIDADES LOCAIS

Neste capítulo serão apresentadas as principais bases teóricas que norteiam esta tese: turismo, resiliência, áreas naturais protegidas e comunidades locais. Portanto, além da apresentação dos conceitos norteadores de cada tema, também será feita uma discussão das inter-relações entre os pilares desta pesquisa.

Este capítulo está estruturado, em dois blocos subdividido em 7 sub tópicos, a saber: O primeiro bloco: 1) Resiliência: aspectos históricos e conceituais; 2) Compreendendo a resiliência a partir da perspectiva do indivíduo; 3) Entendendo a resiliência sob a ótica comunitária; e 4) Resiliência e sua aplicação para o turismo. E o segundo bloco: 5) Áreas naturais protegidas: histórico e conceito; 6) Turismo e áreas naturais protegidas e comunidades locais; e 7) *Driver-Pressure-State-Impact-Response* (DPSIR) e turismo.

2.1 Resiliência: aspectos históricos e conceituais

O conceito de resiliência é presente nos mais diversos campos da ciência, por sua vez, ao longo do tempo, os estudos evoluem, a partir de ideias provenientes dos diferentes campos da psiquiatria e de outras ciências como a Física e a Biologia, de modo a contribuir para a complexidade deste constructo.

Em relação às origens etimológicas, pode-se dizer que a palavra resiliência comporta a ideia, presente na Física, de um retorno ao que se era. A palavra vem do latim *resilio*, *resilire*. *Aquela*, de acordo com dois dicionários latim-português, seria derivada de *re* (partícula que indica retrocesso) e *salio* (saltar, pular), significando saltar para trás, voltar saltando (Faria, 1967; Saraiva, 2000 citado por Brandão e Gianordoli-Nascimento, 2011).

O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2009), por exemplo, traz as seguintes definições para a palavra resiliência: “Resiliência [do ingl. *resilience*] S.f. 1. Fís. Propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora de uma deformação elástica. 2. Fig. Resistência ao choque”. Diferente do que acontece com as palavras *resilience* e *resiliency* na língua inglesa. Ao que tudo indica, provavelmente há mais de 30 anos, elas já faziam parte do vocabulário coloquial de falantes de língua inglesa, com uma significação menos

“técnica”, menos ligada à física, e mais relacionada a fenômenos humanos (Faria, 1967; Saraiva, 2000 citado por Brandão & Nascimento, 2011).

Sobre a aplicação do conceito da resiliência, durante muitos anos, esteve associado à Física. De acordo com o percurso deste estudo em 1807, o inglês Thomas Young, tal conceito relacionava-se com a capacidade de um material absorver tensões sem deformar-se. Até aquele momento, as explicações científicas se voltavam a demonstrar a resistência dos materiais, tendo como referência suas regiões elásticas e plásticas. A partir da década de 1970, o conceito passou a ser utilizado em outras áreas, com vistas a estudar questões relativas à saúde e à doença dos seres humanos (Costa, 2017).

Elwyn James Anthony (psiquiatra infantil), em 1974, elaborou sua pesquisa a respeito da resiliência sobre a saúde e pretendia investigar casos vinculados à vulnerabilidade de crianças que eram filhas de pessoas esquizofrênicas. Na passagem da década de 1970 para 1980, pesquisadores americanos e ingleses voltaram sua atenção para o fenômeno das pessoas que permaneciam saudáveis apesar de expostas a severas adversidades. Chamaram inicialmente essas pessoas de invulneráveis e o fenômeno, de invulnerabilidade, como o termo que seria mais tarde substituído por resiliência (Miguel, 2012; Brandão & Gianordoli-Nascimento, 2011).

Mesmo que a formulação do conceito de resiliência seja relativamente nova, as buscas para superar as adversidades e a obtenção significativa de bons resultados são tentativas do ser humano desde o início da história. Em 1992, o psicólogo John Bowlby, em sentido figurado, definiu o termo resiliência como um recurso moral, qualidade de uma pessoa que não desanima, que não se deixa abater (Rocca, 2007).

Enquanto na Biologia, a evolução do conceito incorporou a noção de adaptabilidade. Dessa maneira, pode ser aplicado tanto aos seres vivos, considerando-se todas as interações orgânicas que ocorrem, mesmo em nível intracelular, a fim de que uma organização viva e funcional possa ser gerada e mantida; quanto ao ecossistema, que muitas vezes necessita sofrer reorganizações frente a adversidades para se manter preservado. Quando aplicado à Psicologia, o conceito de resiliência refere-se à capacidade do indivíduo de enfrentar as adversidades, manter uma habilidade adaptativa, ser transformado por elas, recuperar-se ou conseguir superá-las (Sordi; Manfro & Hauck, 2011).

Nas primeiras pesquisas sobre resiliência, pesquisadores de várias partes do

mundo se apropriaram do tema, estudando-o a partir de diferentes perspectivas que são, atualmente, organizadas por alguns autores (Fantova, 2008; Ojeda, 2004 citado por Brandão & Gianordoli-Nascimento, 2011), em três correntes: a norte-americana ou anglo-saxônica, a europeia e a latino-americana.

No Quadro 1 observa-se cada perspectiva de abordagem dada ao entendimento da resiliência.

Quadro 1: Correntes acerca das abordagens de resiliência.

CORRENTES	DESCRIÇÃO
Norte-americana ou anglo-saxônica	Uma abordagem mais pragmática, mais centrada no indivíduo, tomando como avaliação da resiliência dados observáveis e quantificáveis, comumente com enfoque behaviorista ou ecológico transacional. A resiliência, aqui, surge como produto da interação entre o sujeito e o meio em que está inserido.
Europeia	Uma perspectiva ética, mais relativista, com enfoque comumente psicanalítico, tomando a visão do sujeito como relevante para a avaliação da resiliência. Para esta corrente, a resposta do sujeito às adversidades transcende os fatores do meio, é “tecida” a partir da dinâmica psicológica da pessoa, o que possibilita uma narrativa íntima e uma narrativa externa sobre a própria vida.
Latino-americana	Uma abordagem mais comunitária, enfocando o social como resposta aos problemas do sujeito em meio às adversidades.

Fonte: Brandão & Gianordoli-Nascimento, 2011.

Segundo Brandão e Gianordoli-Nascimento (2011), além da diferença nas perspectivas adotadas por pesquisadores dessas citadas correntes, há também, entre pesquisadores anglo-saxões e aqueles falantes de línguas latinas, diferenças na maneira de se entender e apresentar as origens do tema e diferenças em suas concepções de resiliência. Esses (incluindo os brasileiros) apontam que o termo/conceito “resiliência” teria sido tomado das ciências exatas, mais especificamente do campo da resistência dos materiais, enquanto aqueles nada dizem a respeito dessa origem.

Os mesmos autores anteriormente citados, reforçam que em relação às concepções adotadas sobre o tema, que, de modo geral, ingleses e norte-americanos entendem a resiliência como resistência ao estresse, enquanto brasileiros e pesquisadores falantes de línguas latinas têm uma concepção que a resiliência ora como resistência ao estresse, ora como associada a processos de recuperação e superação de abalos emocionais causados pelo estresse.

Ainda sobre o desenvolvimento humano, segundo Sonaglio (2018) muitos especialistas no estudo da resiliência, no findar do século XX, como Kaplan (1999), Masten (1999), Luthar *et al.* (2000) e Infante (2005) esclareceram haver acordo na

existência de duas gerações de estudiosos sobre o tema, a saber:

a) Primeira geração (anos 1970): o centro do debate estava investigando os sujeitos em situação de risco social e que se adaptam positivamente, mesmo estando em condições adversas;

b) Segunda geração (anos 1990): incorpora-se ao enfoque da 1ª geração o estudo relacionado à “dinâmica” entre os fatores que estão na base da adaptação resiliente.

Ainda no que tange a evolução do conceito, Infante (2005), ressalta que ao longo da história do conceito de resiliência houve várias definições, entre elas, a que melhor representa a segunda geração de pesquisadores é a adotada por Luthar *et al.* (2000), que definem resiliência como um processo dinâmico que tem como resultado a adaptação positiva em contextos de grande adversidade. Essa definição, como outras características dessa segunda geração, distingue três componentes essenciais que devem estar presentes no conceito de resiliência:

1. A noção de adversidade, trauma, risco ou ameaça ao desenvolvimento humano;
2. A adaptação positiva ou superação da adversidade;
3. O processo que considera a dinâmica entre mecanismos emocionais, cognitivos e socioculturais que influem no desenvolvimento humano.

Já os autores García-Vesga e Domínguez-de la Ossa (2013), afirmam que as definições de resiliência são classificados em quatro linhas:

1. Aqueles que relacionam o fenômeno com o componente de adaptabilidade.
2. Aqueles que incluem o conceito de capacidade ou habilidade.
3. Aqueles que enfatizam a conjunção de fatores internos e externos.
4. Aqueles que definem resiliência como adaptação e também como processo.

Para a primeira classificação, a resiliência é considerada uma história de adaptações bem-sucedidas no indivíduo que é exposto a fatores de riscos biológicos, além disso, implica a expectativa de continuidade com baixa suscetibilidade a futuros estresses.

Quanto à segunda, que inclui o conceito de capacidade, Grotberg (1995 citado por García-Vesga & Domínguez-de la Ossa 2013) define a resiliência como a capacidade humana universal para lidar com as adversidades da vida. Além disso, inclui a habilidade de uma pessoa ou sistema social para confrontar propriamente as

dificuldades de uma maneira socialmente aceitável.

No que se refere a terceira classificação, entende-se a resiliência como uma combinação de fatores que permitem o ser humano superar os problemas do tempo de vida, bem como um conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam ter uma vida saudável, vivendo em um ambiente insano (García-Vesga & Domínguez-de la Ossa, 2013).

Já a quarta, são as definições que incluem tanto a dimensão de adaptação, como processos, como é o entendimento de Osborn (1993), que define a resiliência como um conceito genérico que se refere a uma ampla gama de fatores de risco e resultados de competição. Pode ser o produto de uma conjunção entre fatores ambientais, temperamento e um tipo de habilidade cognitiva que meninos e meninas têm em uma idade precoce. Além disso, Luthar e Cushing (1999) definem resiliência como um processo dinâmico que resulta em adaptação positiva em contextos de grandes adversidades (García-Vesga & Domínguez-de la Ossa, 2013).

Enquanto na visão de Tavares (2001 citado por Sachuk e Cangussu, 2008), a resiliência pode ser compreendida sob três pontos de vista, ver no Quadro 2:

Quadro 2: Resiliência entendida em três visões distintas

TIPO DO ENFOQUE	DESCRIÇÃO
Enfoque físico	A qualidade de resistência de um material ao choque, à tensão, à pressão, a qual lhe permite voltar, sempre que é forçado ou violentado, à sua forma ou posição inicial, como por exemplo, uma barra de ferro, uma mola, elástico e etc.
Enfoque médico	Capacidade de resistência do sujeito a uma doença, a uma infecção, a uma intervenção, por si próprio ou com a ajuda de medicamentos.
Enfoque psicológico	capacidade das pessoas (individualmente ou em grupo) resistirem e superarem situações adversas sem perder o seu equilíbrio inicial, isto é, a capacidade de acomodar-se e equilibrar-se constantemente.

Fonte: Tavares, 2001, citado por Sachuk e Cangussu (2008).

Portanto, esses enfoques fornecem elementos para a compreensão de como as diferentes ciências enxergavam a resiliência e sob o que se debruçaram para fundamentar as suas análises (Costa, 2017). Além disso, é possível afirmar, que as diversas definições e entendimentos acerca da resiliência, de modo geral, enfatizam as características, como: habilidade, adaptabilidade, baixa suscetibilidade, enfrentamento eficaz, capacidade, competência, resistência à destruição, comportamentos positivos, temperamento especial e habilidades cognitivas, a partir de um contexto ou um cenário traçado por situações consideradas estressantes que busca e permite superá-las.

Diante disso, pode-se dizer que o termo resiliência é usado em uma ampla

variedade de campos científicos dentro de uma perspectiva interdisciplinar. Uma revisão da literatura realizada por Bhamra, Dani e Burnard (2011) fez o levantamento dos principais conceitos de resiliência, como se pode ver no quadro 3.

Quadro 3: Definições de resiliência

AUTOR	CONTEXTO	DEFINIÇÃO
Bondin e Wiman (2004)	Sistemas físicos	A velocidade na qual um sistema retorna ao equilíbrio ruim após o deslocamento, independentemente da oscilação.
Holling (1973)	Sistemas ecológicos	A medida da persistência de sistemas e da capacidade de absorver mudanças e perturbações e ainda mantendo os mesmos relacionamentos entre variáveis de estado.
Walker et al (2004)	Sistemas ecológicos	A capacidade de um sistema de absorver uma perturbação e reorganizar enquanto passa por mudanças mantendo a mesma função, estrutura, identidade e <i>feedback</i> .
Gunderson (2000)	Sistemas ecológicos	A magnitude da perturbação que um sistema pode absorver antes que sua estrutura seja redefinida as suas variáveis e processos que de comportamento e controle.
Tilman e Downing (1994)	Sistemas ecológicos	A velocidade com que um sistema retorna a um único ponto de equilíbrio após uma ruptura.
Walker et al (2002)	Sistemas Socioecológicos	A capacidade de manter a funcionalidade de um sistema quando é perturbado ou a capacidade de manter os elementos necessários para renovar ou reorganizar-se de um distúrbio.
Carpenter et al (2001)	Sistemas Socioecológicos	A magnitude da perturbação que um sistema pode tolerar antes de fazer a transição para um diferente estado que é controlado por um conjunto diferentes de processos.
Luthans et al (2006)	Psicologia	A capacidade desenvolvida de se recuperar de uma adversidade.
Bruneau et al (2003)	Desastre e gestão	A capacidade das unidades sociais de mitigar riscos, conter os efeitos dos desastres quando eles ocorrem e realizar atividades de recuperação que minimizem os efeitos sociais e mitigar os efeitos de futuros terremotos.
Coutur (2002)	Individual	O conceito está relacionado à

		capacidade de funcionar em um nível superior psicologicamente bem como capacidades individuais e experiências anteriores.
Hamel e Valikangas (2003)	Organizacional	Resiliência se refere à capacidade de continuar a reconstrução.
Horne e Orr (1998)	Organizacional	Resiliência é a qualidade fundamental para responder produtivamente para mudanças significativas que interrompem o padrão esperado de evento, sem introdução há um longo período de regressão comportamento.
McDonald (2006)	Organizacional	A resiliência transmite as propriedades de ser capaz de adaptar-se aos requisitos do meio ambiente e ser capaz de gerenciar os vários ambientes.
Hollnagel et al (2006)	Engenharia	A capacidade de sentir, reconhecer, adaptar e absorver variações, mudanças, perturbações, interrupções e surpresas.

Fonte: Bhamra, Dani e Burnard, 2011.

Diante do que foi exposto, é possível afirmar que a evolução e aplicabilidade do conceito resiliência assume uma conotação de um processo dinâmico, amplo e interdisciplinar, que por sua vez, é determinada por influências do ambiente e do indivíduo na qual permite à pessoa se adaptar, superar e mudar diante de um cenário acumulativo de adversidades, pressões e perturbações.

Diante das diferentes abordagens dadas ao conceito de resiliência, o próximo tópico se dedica a discutir as diversas concepções de resiliência com enfoque para a perspectiva do indivíduo.

2.2 Compreendendo a resiliência a partir da perspectiva do indivíduo

Dentro de uma série de disciplinas, como a psicologia, notavelmente, a construção do conceito da resiliência tornou-se cada vez mais aceita, nesse sentido, os estudos sobre a resiliência nesta tradição têm sua atenção nos indivíduos e nas famílias, e estão frequentemente, mas nem sempre, focados naqueles que enfrentaram adversidades agudas significativas ou aquelas em situações de alta vulnerabilidade (Martin-Breen e Anderies, 2011).

Em relação aos focos dos estudos, dentre a maioria das pesquisas sob o foco individual, as crianças ou os adolescentes são estudados numa perspectiva em que

traços e disposições pessoais são a chave para o desenvolvimento da resiliência. De acordo com o foco familiar, há uma mudança no direcionamento dos estudos e no pensamento dos estudiosos ao se considerar o âmbito processual e relacional da resiliência. Desse modo, ressalta-se a possibilidade de desenvolvimento deste fenômeno, por meio do relacionamento com pessoas significativas, que estão presentes no entorno dos sujeitos, enquanto em situação de risco, podendo se destacar a resiliência em famílias (Yunes, 2003).

No que se refere aos estudos, além da pesquisa do psiquiatra infantil, Anthony, em 1974, que tinha como objetivo a investigação de crianças, filhas de pais esquizofrênicos, exemplo, o estudo longitudinal de Werner com 698 crianças nascidas em 1955 na ilha de Kauai, muitas delas na pobreza, a análise do sociólogo A. Antonovsky em 1971 sobre adultos que sobreviveram a campos de concentração e a pesquisa de R. Hill em 1949 sobre separação e reunião familiar devido à Segunda Guerra Mundial. Foi apenas na década de 1980 que o construto se tornou uma área ativa de pesquisa, a maioria notadamente na teoria da família e no desenvolvimento infantil (Martin-Breen & Anderies, 2011).

Para Richardson (2002), pode-se dizer que a investigação da resiliência passou por três estágios distintos no campo da psicologia. A primeira etapa respondeu à questão de quais características marcam as pessoas que prosperam em face de fatores de risco ou adversidade em oposição àqueles que sucumbem a comportamentos destrutivos. A lista de qualidades pessoais representou a fase inicial na investigação deste tema.

De acordo com os autores Párraga e Martínez (2012) na primeira etapa teve como foco a identificação de capacidades e pontos fortes dos indivíduos. Então, neste estágio estava os estudos de Rutter (1979; 1985), com crianças e pais esquizofrênicos, os trabalhos já visados por Werner (1982; Werner e Smith, 1992) e os de Garmezy (1991; Garmezy, Masten e Ellegen, 1984). A lista das qualidades resilientes encontradas nesses trabalhos são detalhadas no quadro 4.

Quadro 4: Lista de qualidades resilientes.

AUTORES	LISTA DE QUALIDADES RESILIENTES
Rutter (1979; 1985)	Ser mulher, bom temperamento, clima escolar positivo, autocontrole, autoeficácia, habilidades de planejamento e relacionamento pessoal próximo e estável, pelo menos com um adulto.
Werner (1982); Werner e Smith (1992)	Ser mulher, fisicamente forte, socialmente responsável, adaptável, tolerante, orientada para objetivos específicos, boa comunicadora e

	com um bom estilo de auto-estima, ambiente de apoio e cuidado dentro e fora da família.
Garmezy (1991); Garmezy, Masten e Tellegen (1984)	Eficácia (trabalho, lazer e amor), altas expectativas, perspectiva positiva, auto-estima, <i>locus</i> interno de controle, autodisciplina, habilidades de resolução de problemas, habilidades de pensamento crítico e um senso de humor.
Wolin (1999)	INTROSPECÇÃO: capacidade de se perguntar e dar uma resposta honesta. INDEPENDÊNCIA: capacidade de manter distância emocional e física sem cair no isolamento. Saber estabelecer limites entre si e o meio ambiente com problemas. INICIATIVA: gosto de se exigir e se colocar à prova em tarefas cada vez mais exigentes. HUMOR: encontrar o humor na própria tragédia CRIATIVIDADE: capacidade de criar ordem, beleza e propósito a partir do caos e da desordem MORALIDADE: estender o desejo pessoal de bem-estar a toda a humanidade e a capacidade de se comprometer com os valores.

Fonte: Párraga e Martínez, 2012.

A primeira etapa da análise de resiliência contribuiu para identificar as qualidades que ajudam as pessoas a se recuperarem das adversidades. Também tornou possível a delimitação de pontos fortes pessoais e fatores de desenvolvimento e proteção que se encaixariam no conceito, sendo assim, o autor Grotberg (2001) resume os fatores resilientes como pode ser observado no quadro 5.

Quadro 5: Fatores resilientes.

EU TENHO	EU SOU
- Pessoas ao meu redor em quem confio e que me amam incondicionalmente; - Pessoas que colocam limites em mim para que eu aprenda a evitar perigos ou problemas; - Pessoas que me mostram o caminho certo através de seu comportamento. - Pessoas que querem que eu aprenda a lidar sozinho; - Pessoas que me ajudam quando estou doente ou em perigo ou quando preciso aprender.	- Uma pessoa por quem os outros têm apreço e afeto; - Fico feliz quando faço algo de bom para os outros e mostro meu carinho; - Respeito a mim mesmo e aos outros.
EU POSSO	EU ESTOU
- Falar sobre coisas que me assustam ou me reocupam; - Encontrar uma maneira de resolver problemas; - Me controlar quando sinto vontade de fazer algo perigoso ou não; - Encontrar momento certo para falar com alguém ou agir; - Encontre alguém para me ajudar quando eu precisar.	- Disposto a assumir a responsabilidade por minhas ações; - Tenho certeza que tudo vai dar certo.

Fonte: Grotberg, 2001.

A segunda etapa caracterizou-se pela análise do processo de obter as qualidades definidoras de identidade na etapa anterior. Ou seja, envolveu uma

tentativa de responder à questão de como adquirir qualidades resilientes e quais são os processos associados à adaptação positiva de quem vive ou tem vivido em condições de adversidade. Além disso, surgiram novas propostas teóricas e metodológicas, bem como diferentes perspectivas, cujo denominador comum é o interesse em características do processo de adaptação às adversidades (Párraga & Martínez, 2012).

Na terceira fase aprofundou no conceito de resiliência como a força motivacional dentro de cada um que pode levar à obtenção dessa qualidade. Dessa forma, entende-se que a reintegração resiliente requer um aumento na motivação para crescer após as adversidades (Párraga e Martínez, 2012).

Sendo assim, é possível evidenciar que o escopo da compreensão da resiliência sob a perspectiva do indivíduo a partir das contribuições da Psicologia é entendido como o resultado de uma longa história de evolução, não apenas biológica, mas também sociocultural, que vem equipando os humanos com ferramentas para aumentar a capacidade adaptativa.

Diante do exposto, pode-se afirmar que os estudos acerca da resiliência vêm evoluindo, e que por sua vez, vêm sendo cada vez mais frequentes, porém com a utilização de instrumentos diversos. Nesse sentido, Rooke (2015) afirma que tal variabilidade sugere uma falta de consenso em torno do conceito de resiliência. Assim, apesar de reiterar que a variabilidade na utilização dos métodos é de extrema importância para a expansão da compreensão de qualquer construto científico, não há consenso sobre a melhor maneira de mensurar ou avaliar aspectos relacionados à resiliência.

O autor anteriormente citado, Rooke (2015) afirma também que dependendo de como é feita a conceituação da resiliência, diferentes métodos de análise podem ser utilizados. Um estudo desenvolvido por ela acerca dos aspectos conceituais e metodológicos da resiliência psicológica, constatou que nos trabalhos encontrados, duas escalas de resiliência foram frequentemente utilizadas: escala de resiliência, desenvolvida em 1993 por Wagnild e Young e escala de resiliência de Connor-Davidson (Cd-Risc-10).

A primeira escala de resiliência foi desenvolvida por Gail Wagnild e Heather Young em 1993, e foi denominada *The Resilience Scale*. A escala original, que já sofreu algumas adaptações, é responsável por medir os níveis de adaptação psicossocial positiva frente a eventos importantes e é composta de 25 itens divididos

em dois fatores, a saber: competência pessoal e aceitação de si mesmo e da vida. O primeiro está subdividido em: autoconfiança, independência; determinação; invencibilidade; maestria; fontes de recursos; e perseverança. Já o segundo apresenta-se fracionado em: adaptabilidade; equilíbrio; flexibilidade; e perspectiva equilibrada da vida (Deep & Pereira, 2012).

Já a escala de resiliência de Connor-Davidson (Cd-Risc) foi desenvolvida em 2001 um novo modelo para medição da resiliência, que possui 25 itens que fazem parte de cinco fatores de resiliência, a saber: confiança nos próprios instintos e tolerância à diversidade; aceitação positiva da mudança; controle; competência pessoal; e espiritualidade. As respostas se dão em formato da escala Likert e vão de zero (não é verdade) a quatro (verdadeiro quase todo o tempo). Alguns dos itens dessa escala são: penso que sou uma pessoa forte ao lidar com desafios da vida e dificuldades; boa ou ruim, eu acredito que as coisas acontecem por alguma razão; eu gosto de desafios; durante os tempos de estresse/crise, eu sei onde procurar ajuda (Connor; Davidson, 2003).

Uma pesquisa desenvolvida por Hartmann Júnior e Medeiros (2017), identificou outras escalas de resiliência que são também citadas na literatura, como pode ser observado no quadro 6:

Quadro 6: Escalas de resiliência.

ESCALA	DESCRIÇÃO
Adolescent Resilience Scale (2004)	Oshio <i>et al.</i> (2004) desenvolveram e validaram no Japão uma escala de resiliência focada na avaliação do nível da mesma exclusivamente em jovens. A escala conta com 21 itens distribuídos em três grupos de fatores: busca de novidades, regulação emocional e orientação positiva para o futuro.
Deployment Risk and Resilience Inventory (DRRI) (2006)	Foi desenvolvido e validado no ano de 2006 por King <i>et al.</i> (2006) um inventário que visa avaliar o nível de bem-estar em militares veteranos. Para a pesquisa inicial, foi utilizada uma amostra de 495 veteranos da guerra do Golfo Pérsico que responderam ao inventário composto de 14 escalas divididas em três grupos de fatores: pré-combate; combate; e pós combate.
Military Social Index (MSHI) (2008)	O estudo de Van Breda (2008) buscou a validação de um instrumento construído com o objetivo de avaliar, entre outros fatores, a resiliência familiar. Composto por quatro escalas de 14 itens cada, os outros fatores avaliados são: suporte social; resolução de problemas; e nível de estresse. O estudo de validação se deu na África do Sul e contou com 1996 participantes, sendo 532 mulheres e 1464 homens. Toda a população estudada era composta por militares.
A Child Psychosocial Distress Screener (CPDS)	Foi desenvolvida por Jordans <i>et al.</i> (2009), a partir de um programa de atenção psicossocial com crianças em países acometidos por conflitos armados. A escala, que tem como objetivo avaliar o sofrimento e a detecção precoce de prejuízos psíquicos decorrentes da experiência de guerra civil, é

	composta de sete itens e estes são respondidos em formato Likert, de zero (nunca) a dois (sempre), tendo obtido alfa de Cronbach final de 0,83.
Strong Souls (2010)	O estudo de Thomas <i>et al.</i> (2010) buscou a validação de uma escala onde a resiliência aparece como um dos fatores investigados, juntamente com: triagem de problemas relacionados à depressão; ansiedade; e risco de suicídio. O diferencial dessa escala, construída e validada na Austrália, é o seu público alvo. O <i>Strong Souls</i> é apropriado para jovens indígenas.

Fonte: Hartmann Júnior e Medeiros (2017).

A partir dos instrumentos apresentados, pode-se detectar um crescimento no referencial de avaliação no campo da resiliência no âmbito internacional, que por sua vez dar-se de forma heterogênea. No caso do Brasil, pode-se destacar o instrumento “QUEST_Resiliência”. O instrumento originou-se da validação inicial ocorrida em 2006 quando do doutoramento de George Barbosa na PUC/SP. Nessa primeira validação foram trabalhados sete fatores com uma abordagem psicológica (Sobrare, 2021a).

A partir de 2006, com o transcorrer de novas pesquisas, Barbosa constatou a necessidade de ampliar sua investigação científica com a temática da resiliência. Abdicou da versão de 2006, passando a pesquisar a resiliência por meio de oito modelos básicos de crenças. Em 2009 a nova escala, conhecida como QUEST_Resiliência foi validada (Sobrare, 2021a).

Essa escala possibilita mapear os índices numéricos em oito modelos de crenças, apresentando os resultados em blocos de texto. O primeiro bloco do texto, traz uma visão geral da crença. Outro bloco traz a descrição dos aspectos relevantes sobre o padrão de respostas naquela crença em particular. Permite verificar em que modelo de crenças se deve apenas fazer a manutenção de fortalecimento por estar com um índice adequado, ou avaliar em qual modelo de crença se necessita fazer um maior investimento (Sobrare, 2021a).

O Quest_Resiliência é constituído pelo Modelo de Crenças Determinantes (MCD's), que se divide em 8 áreas de avaliação. Estas subdividem-se em 72 itens, que dizem respeito às crenças dos sujeitos e versam sobre: controle de comportamento de modo flexível; temperamento; impulso de agir; habilidade para descansar; identificação de consequências nas decisões; prioridades de vida; análise de razões e motivos; capacidade de finalizar tarefas. A habilidade de contornar problemas etc. (Barbosa, 2006). Cada uma dessas áreas representa um conjunto de crenças, ou seja, a forma de acreditar nas coisas que acontecem com os sujeitos, que

implicam diretamente o seu comportamento (Costa, 2017), como observado na figura 1:

Figura 1: Modelos de crenças determinantes.



Fonte: Barbosa, 2006, adaptado por Costa 2017.

Os oito MCDs constitutivos da resiliência são independentes uns dos outros e cada MCD tem características de um estilo específico de comportamento e, por isso mesmo, cada MCD será compreendido em separado tanto nas análises estatísticas quanto na compreensão de sua dinâmica. No entanto, os oito funcionam de modo interdependente entre si, favorecendo ou corroendo a resiliência nos MCDs

envolvidos em determinado processamento mental (Barbosa, 2006).

Também cada um dos MCDs são estruturados a partir da intensidade atribuída ao conjunto de crenças envolvidas em seu interior evidenciando a expressão externa do Estilo Comportamental de Intolerância diante da fonte de estresse, o Estilo Comportamental de Passividade diante do estresse ou o Estilo Comportamental de Equilíbrio perante a fonte de estresse mental (Barbosa, 2006).

Compreendendo que a resiliência não se limita à perspectiva individual e partindo da abordagem central do presente estudo, faz-se necessário se debruçar acerca da resiliência sob a ótica comunitária.

2.3 Entendendo a resiliência sob a ótica comunitária

Partindo no cerne da discussão acerca da resiliência é amplo, o conceito transcende sua aplicação individual se tornando um ponto de partida produtivo para repensar as comunidades. Sobre isso, paralelo aos estudos da Psicologia e Psiquiatria sobre resiliência, o conceito ganhou visibilidade no campo da Ecologia.

Sendo assim, segundo Kirmayer, Sehdev, Whitley, Dandeneau e Isaac (2009) a visão ecossistêmica de resiliência percebe o indivíduo incorporado a uma teia de complexos relacionamentos, de modo que o individual, o familiar e o meio ambiente estão interconectados e fatores de cada esfera contribuem para o processo de enfrentamento às adversidades. A partir do surgimento dessa visão, o conceito de resiliência tem sido aplicado não apenas para entender capacidades adaptativas apresentadas por indivíduos, mas também por comunidades humanas (Norris, Stevens, Pfefferbaum, Wyche, & Pfefferbaum, 2008).

Como já mencionado anteriormente, a corrente latina-americana tem como abordagem central com enfoque o social como resposta aos problemas do sujeito em meio às adversidades, tal fato é explicado por Ojeda, La Jara e Marquez (2007) onde afirmam que no caso da América Latina, grande parte dos projetos de pesquisa tem focalizado populações afetadas pela pobreza e pela discriminação, predominando as intervenções orientadas para um sentido social. É por isso que afirma que a resiliência comunitária é uma contribuição latino-americana para o conhecimento desse tema.

Os mesmos autores anteriormente citados, reforçam que para adentrar na discussão da resiliência comunitária, é necessário inicialmente, entender o que é uma comunidade, dessa forma, Ojeda, La Jara e Marquez (2007) compreendem como um

conjunto de seres humanos unidos por um laço social que implica uma orientação cultural compartilhada que é fundamental em sua identidade de grupo. Além desse conceito, este estudo apoiar-se-á na compreensão de Arruda (1997), que entende comunidade local ou população local, que serão termos usados como sinônimos, como grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações própria com a natureza.

Sendo assim, Ojeda, La Jara e Marquez (2007) entendem resiliência comunitária como a condição coletiva para superar desastres e situações de adversidades maciças e construir sobre elas. Ainda no que tange a compreensão da resiliência em comunidades, os autores definem-a como a capacidade das comunidades ou grupos de se adaptarem ou lidar com estresse e distúrbios causados por mudanças sociais, políticas e ambientais, bem como a capacidade de uma comunidade de aproveitar seus recursos para se adaptar às mudanças. Estudos existentes sobre resiliência da comunidade se concentraram em grupos comunitários considerados os mais afetados por uma dada mudança (Orchiston, 2013).

A própria resiliência confere uma medida da capacidade de um sistema de absorver perturbações e reorganizar, enquanto passa por mudanças, com o mesmo sistema ou sistema semelhante mantido (Folke, 2006). A partir dessa compreensão, é preciso destacar que para reconhecer a resiliência da comunidade é necessário investigar de forma integrada como os aspectos econômico, social, ecológico e institucional, bem como compreender que a promoção da resiliência não é responsabilidade apenas da comunidade, mas também dos agentes externos, como agentes do mercado, governo e terceiro setor (Frazier, Thompson e Dezzani, 2013; White, Edwards, Farrar e Plodinec, 2014).

Já, Norris et al. (2008) em seus estudos sobre a resiliência atribui o entendimento quando os recursos dinâmicos da comunidade são capazes de neutralizar os efeitos dos estressores, permitindo adaptação ao ambiente alterado e retorno ao funcionamento após o período de disfunção transitória. Sendo assim, ainda para Norris et al. (2008) resiliência comunitária emerge de conjuntos de capacidades adaptativas interligadas, que capturam a combinação dos recursos em si com seus atributos dinâmicos robustez, redundância e rapidez. As capacidades adaptativas primárias são: desenvolvimento econômico, capital social, informação e comunicação, e competência comunitária.

Em se tratando das dimensões da resiliência comunitária Ojeda *et al.* (2007) através da avaliação da resiliência em diversas comunidades que sofreram desastres, os autores observaram as condições que aparecem com maior frequência naquelas que se sobrepõem com mais rapidez e sucesso ao risco e identificou os pilares da resiliência comunitária, a saber: solidariedade, honestidade estatal, identidade cultural, autoestima coletiva e humor social.

A **solidariedade** é entendida como adesão à causa ou empreendimento comum ou de outros, com um fim comum a todos. Algumas comunidades transformam a solidariedade em regra de conduta, em dever moral e até em obrigação jurídica. Essa atitude solidária manifesta-se nas cidades que souberam superar prontamente as adversidades físicas ou sociais sofridas que mostram suas capacidades de se reconstruir, desenvolver, alcançando um nível aceitável de bem-estar (Ojeda *et al.*, 2007).

A **honestidade estatal ou administrativa**, refere-se à gestão decente e transparente de “coisa pública”, porém vai mais longe quer administração e burocracia transparente. Ela implica a existência de uma consciência de grupos que condena a desonestidade dos funcionários e valoriza o exercício honesto da função pública. A tradição da honestidade pública gera confiança nas instituições e favorece a capacidade de recuperação frente a adversidades (Ojeda *et al.*, 2007).

A **identidade cultural** implica essa persistência do ser social na unidade, atravessando mudanças, circunstâncias diversas e cenários muito diferentes. Trata-se de um processo interativo alcançado ao longo da história e que implica a incorporação e a valorização de costumes, culinária, locuções idiomáticas, danças, canções próprias de um grupo humano e que passa a ser elementos inerentes do mesmo (Ojeda *et al.*, 2007).

O **humor social**, de modo geral, é uma das variáveis da resiliência que tem merecido maior estudo e reflexão, sobretudo em seu efeito de desenvolvimento individual. Por humor social, entende a capacidade de alguns grupos ou coletividades de encontrar a comédia na própria tragédia. Trata-se desse poder de expressar em palavras, gestos e atitudes corporais os elementos cômicos, incongruentes ou hilariantes de uma situação dada, resultando em um efeito tranquilizador e agradável (Ojeda *et al.*, 2007).

A **autoestima** coletiva refere-se à atitude e ao sentimento orgulho em função do lugar onde se vive: a consciência das belezas naturais ou criadas pelo ser humano,

a comunhão com os valores que tal sociedade respeita, o desfrute das condições do clima, atividades recreativas e culturais. A satisfação por integrar a própria comunidade implica reconhecer que a pessoa é parte de uma sociedade e compartilha os valores que a inspiram (Ojeda *et al*, 2007).

Como antípodas dos pilares mencionados acima, os mesmos autores, detectaram condições ou características que reduzem a resiliência comunitária ou, dito de outra forma, inibem a capacidade solidária de reação frente à diversidade coletiva. Como pode ser observado no quadro 7.

Quadro 7: Condições ou características que reduzem a resiliência comunitária.

CONDIÇÕES OU CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO
Corrupção	Nenhuma população está disposta a oferecer seu esforço ou doar recursos para a reconstrução após uma catástrofe e não puder confiar na correta administração dos mesmos. A corrupção, na realidade latino-americana, transformou-se no principal fator inibidor da resiliência comunitária, além de atuar como vergonhoso flagelo de desenvolvimento.
Autoritarismo	O autoritarismo e os sistemas totalitários de governo têm sido uma chaga bastante disseminada no mundo no século XX. Tem seu efeito negativo na resiliência individual e comunitária, podendo inibir a capacidade de gerar lideranças alternativas e espontâneas, tão necessárias em situações de crises coletivas.
Impunidade	Diferentes formas de impunidade conspiram contra a confiança nas instituições e debilitam a capacidade de reagir diante de adversidades maciças.
Colaboracionismo com forças estrangeiras	É comum que as comunidades tomem como grupo de referência a sociedade norte-americana ou outras, e com grande frequência, uma imagem distorcida da mesma. Renuncia-se assim ao grupo a que se pertence autenticamente, anulando seus valores culturais autóctones e empobrecendo sua capacidade de reagir.

Fonte: Ojeda *et al* (2007).

Ojeda *et al* (2007) colocam que esses pilares têm apresentado uma característica dinâmica, segundo as observações, eles mudam mais do que os pilares positivos, apresentados anteriormente. Esses pilares atuam frequentemente em conjunto, e têm sido vistos solidamente associados para manter a injustiça social e o atraso dos países.

Nesse sentido, algumas comunidades envolvem-se em adversidades e são capazes de superar as dificuldades, enquanto que outras estão cheias de desânimo e desespero. Essas diferenças de enfrentamento só podem ser explicadas pela

existência de diferenças no aspecto social, cultural, e relações de grupo ou condições sociopolíticas diferentes (Arciniega, 2013).

Nessa perspectiva, Arciniega (2013) em sua pesquisa, aponta cinco pilares da resiliência social ou comunitária, que inclusive, em consonância com os pilares apresentados por Ojeda *et al* (2007), além disso, ele aponta e discute também os anti-pilares (ver quadro 8).

Quadro 8: Pilares da resiliência social ou comunitária

PILARES	DESCRIÇÃO
A estrutura social coesa	Sociedades em que os diferentes grupos que o compõem têm menos desigualdades entre si, onde a coesão social prevalece mais do que conflito, indivíduos e minorias de signos diferentes sentem-se plenamente incluídos nativamente, existem oportunidades de coexistência, participação redes sociais, culturais, informais de apoio e também têm representantes naturais reconhecidos, com canais de comunicação interna e um certo número de voluntários civis e sociais são propensos a responder com eficiência e superar adversidades.
Honestidade do governo	Refere-se, por um lado, à legitimidade dos governantes locais, com os governos municipais ou estaduais, convencidos de que o eles são o sentimento de que ele é seu, é percebido como <i>meu</i> , com o qual sua liderança e suas mensagens terão mais credibilidade. Além disso, deve ser um governo limpo, transparente, que administra assuntos públicos com honestidade, que age com senso de justiça e aplica as leis com imparcialidade.
Identidade cultural	Refere-se ao conjunto de comportamentos, usos, valores, crenças, idiomas, costumes, ritos, música, etc. característica de um certo grupo que os reconhece como próprios e distintos e dá um sentimento de pertencimento aos seus membros. Identidade cultural reforça os laços de solidariedade em emergências fora do núcleo familiar imediato.
Autoestima coletiva	É a atitude e o sentimento de orgulho pelo lugar onde você mora e da qual a pessoa se sente originada. É a consciência das belezas naturais do lugar, amor pela sua terra, identificação com certos costumes de pessoas e com produções humanas significativas de seu território: edifícios, cidades, vilas, etc.
Humor social	É sobre a capacidade de algumas pessoas de "encontrar comédia na própria tragédia", o que ajuda a aliviar ou remover a amargura de certas situações difíceis, para tomar distância emocional e ser capaz de analisar situações mais objetivas. A capacidade de rir juntos de certos estereótipos sociais, políticos ou religiosos próprios e dos outros reforçam os laços de

pertença e torna a comunidade mais resiliente.
--

Fonte: Elabora com base em Arciniega (2013)

Dessa forma, Arciniega (2013) afirma que a resiliência da comunidade, portanto, refere-se à capacidade do sistema social e instituições para enfrentar as adversidades e para ser reorganizados posteriormente de forma a melhorar suas funções, sua estrutura e sua identidade.

Diante do exposto, é perceptível ver que há uma correlação muito próxima ou quase igual, dos pilares da resiliência expostas por Ojeda *et al* (2007) é possível afirmar que ambos os autores demonstram pilares que podem promover a resiliência de uma comunidade, de modo a garantir a superação das adversidades e assegurar a qualidade de vida das populações.

Os anti pilares da resiliência comunitária, apresentados por Arciniega (2013), são:

1. Pobreza econômica: Atrelada a essa, também se encontra a pobreza cultural, moral e política;
2. Dependência econômica da comunidade de uma única atividade produtiva dominante, o que o torna mais vulnerável a crises econômicas;
3. O isolamento social atrelado às dificuldades de acesso e comunicações;
4. O isolamento emocional das vítimas que não conseguem encontrar o necessário reconhecimento de sua dor e o apoio social para sua recuperação e
5. Estigmatização das vítimas: a maioria das pessoas afetadas devido a catástrofes sociais são assuntos normais em uma situação excepcionalmente anormal.

Partindo da compreensão que as comunidades existem dinâmicas sociais, políticas, econômicas e etc distintas, não se permite a generalização dos pilares, assim como os anti pilares apresentados, é necessário ressaltar que a resiliência, bem como a não resiliência depende de fatores externos, mas também de elementos internos e específicos de cada local, sendo necessário levar em consideração na promoção da resiliência.

Além dessas discussões apresentadas anteriormente e partindo do pressuposto que a resiliência comunitária é abrangente e que diversos autores se debruçam em distintas abordagens que se complementam visando o aprofundamento

do tema, Bracamonte & Aguirre (2017) trazem uma discussão acerca do processo resiliente no nível da comunidade, partindo de uma abordagem teórica que entrelaça três componentes: o conhecimento cultural, capacidades sociais e estratégias organizacionais.

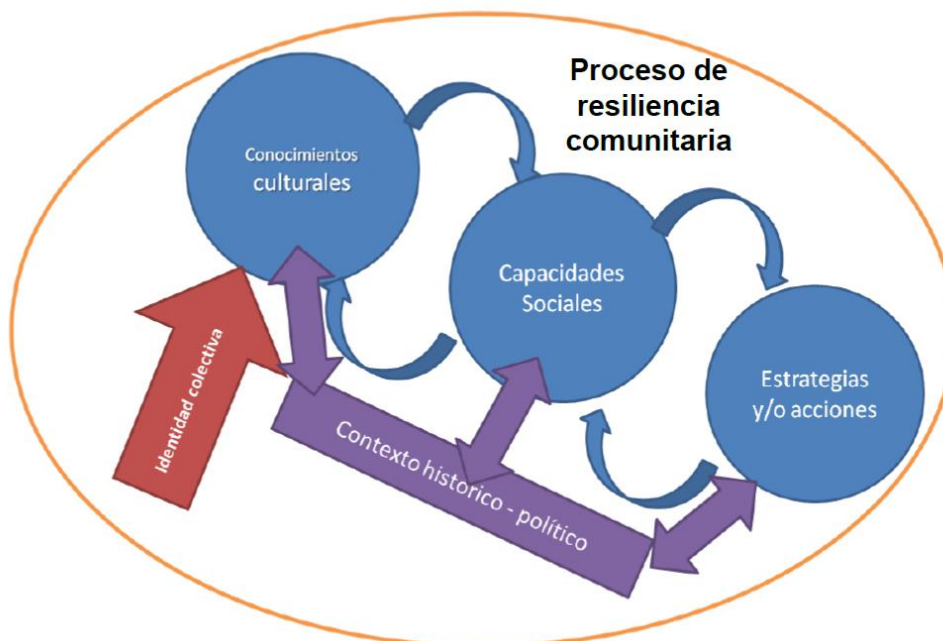
Nesse sentido, Bracamonte e Aguirre (2017), reconhecem que a resiliência no nível coletivo é alcançada devido aos inter-relacionamentos e interações das características da comunidade que integram ações de reconstrução compartilhadas e organizadas. Neste caso, o grupo mantém um significado maior do que o número de pessoas localizadas em um território.

Sobre os três componentes Bracamonte e Aguirre (2017) fazem alusão que:

1. O conhecimento cultural é essencial para compreender os padrões e explicar as qualidades da rede de significados e relações intersubjetivas geradas através da troca com o grupo e o ambiente de referência;
2. As capacidades sociais referem-se aos recursos e às ferramentas cognitivas que possibilitam atuar coletivamente em situações que exigem sobrevivência, resistência ou reconstrução;
3. As estratégias organizacionais mantêm um forte componente sócio-político, envolvendo negociações em ambientes formais e informais, e muitas vezes abordagens institucionais e gestão das relações de poder dentro do grupo.

A relação dinâmica entre os três componentes apresentados é visualizada na figura 2.

Figura 2: Relação entre os três componentes da resiliência.



Fonte: Bracamonte & Aguirre, 2017.

Diante do quadro, é possível compreender o processo resiliente com base no conhecimento cultural, as capacidades sociais e as estratégias organizacionais, como componentes do referido processo, constitui um quadro de referência para dar conta das características importantes dentro dele no nível da comunidade. Esse entendimento permite ainda mais reconhecer diferenças e particularidades culturais, promovendo uma horizontalidade nos diálogos e negociações para a reconstrução desejável (Bracamonte & Aguirre, 2017).

Da mesma forma, esse processo incentiva o reconhecimento das histórias vitais de grupos culturais e seus povos, seus conhecimentos, suas capacidades e suas estratégias particulares como componentes essenciais, para enfrentar as tensões ou situações que eles violam sua existência. Além disso, a experiência cultural torna-se visível como o recurso histórico e a consideração das interações com o meio ambiente são incentivados (Bracamonte & Aguirre, 2017).

Corroborando com a discussão, Vera, Campos e Panguí (2020) ressaltam que o entendimento da resiliência comunitária de forma ampla, concentra-se nos pontos fortes e na criatividade do indivíduo ou grupo, e seu ambiente, e enfatiza as habilidades inerentes da comunidade para resistir, adaptar e superar as consequências das adversidades, usando apenas os disponíveis recursos. Essa capacidade é o resultado da interação de recursos tangíveis (humanos, materiais, e recursos procedimentais) e intangíveis (capacidade organizacional, vínculos e redes sociais, tradição coletiva) que os grupos devem se estabilizar, se recuperar e se transformar de uma forma socialmente aceitável dos diferentes tipos de dificuldades que enfrentam.

Diante do que foi apresentado, faz necessário se debruçar sobre a compreensão e a relação da aplicabilidade da resiliência para o turismo, sendo assim, o próximo tópico trará essa discussão.

2.4 Resiliência e sua aplicação para o turismo

O Turismo, uma atividade socioeconômica, cultural e ambiental, motivada pela interação entre turistas, comunidade local e o ambiente, demanda organização e estruturação do setor, assim como a articulação entre diversos atores (Beni 2012). O

desenvolvimento da atividade turística, segundo Guizi (2019), possui grande potencial para alavancar diversas formas de ganhos econômicos para cidades e destinações, prova disso, que no ano de 2019 (antes do cenário pandêmico do Covid-19), a contribuição econômica direta e indireta do setor de turismo e lazer no Brasil alcançou R\$ 551,5 bilhões (US\$ 139,9 bilhões) ou 7,7% do PIB do país (Tomé, 2020). Em se tratando em nível mundial, o turismo internacional, seguindo a tendência dos últimos anos, estava crescendo a um ritmo de 6% anualmente (Rabahy, 2019).

Ao mesmo tempo em que o turismo tem um grande potencial como demonstrado anteriormente, proporcionalmente, é também uma atividade altamente suscetível a um conjunto de adversidades e perturbações. Lew (2014) afirma que os destinos turísticos enfrentam níveis cada vez maiores de gases de efeito estufa, altas temperaturas, perdas de biodiversidade, densidades da população humana, desequilíbrios fiscais e regionais, disparidades de renda e desigualdades sociais, que comprometem o funcionamento do sistema turístico, ou até mesmo, havendo a interrupção da atividade, como foi o caso da pandemia do Covid-19.

Nesse sentido, dada a essa característica de vulnerabilidade do turismo, e como objetivo de gerenciar momentos turbulentos e manter um nível de estabilidade, a resiliência surge como uma estratégia de gestão que responde às perturbações do sistema do turismo. Dessa forma, segundo Radzanowski e Uğur (2020), embora a resiliência não seja um conceito revolucionário, aplicação do conceito de resiliência do turismo deriva do trabalho de Holling (1973) sobre resiliência ecológica, que se concentra em sistemas que alcançam um estado de equilíbrio, com relação ao turismo, uma abordagem resiliente que enfocam no processo de desenvolvimento, procuram gerenciar mudança inevitável e criar um ambiente estável conforme os destinos são desenvolvidos e evoluem.

Segundo Tranmaleo *et al* (2019) os destinos turísticos resilientes devem promover a prevenção, adaptação e recuperação do território reduzindo a vulnerabilidade. Os destinos têm uma visão de longo prazo e incentivam a construção de planos e programas entre atores representativos da sociedade, fortalecendo o capital social, ou seja, estabelecendo ações de prevenção, adaptação e recuperação para a população local e flutuante. Eles preparam, organizam, orientam e ensinam para se adaptar rapidamente a comunidade e turistas em situação de crises e adversidades.

Por sua vez, Ponce, Pérez e Hernandez (2018) afirmam que é preciso equilíbrio

entre os componentes perceptível e imperceptível de um destino turístico, para garantir que haja desenvolvimento harmonioso na região e permissão do desempenho de uma atividade turística resiliente, que pode ser capaz de reagir apropriadamente a adversidades causadas por alguns eventos. Esta ação poderá fornecer segurança ao destino e sua comunidade, que será refletido nos visitantes e turistas.

Ponce, Pérez e Hernandez (2018), apresentam, eventos ou impactos (ver figura 3) que podem afetar o setor turístico de uma localidade, e que, conseqüente, afeta a resiliência, por sua vez esses elementos permitem ter um panorama da necessidade de enfrentamento das adversidades, visando um planejamento direcionado.

Figura 3: Tipos de impactos que podem afetar um destino turístico.

NATURALES	Geológicos	Por movimientos de la corteza terrestre (sismos, erupción volcánica, tsunamis, derrumbes)
	Hidrometeorológicos	Por agentes atmosféricos (ciclones tropicales, inundaciones fluviales, costeras, sequías)
ANTRÓPICOS	Sanitario-Ecológicos	Por acción patógena de agentes biológicos (contaminación de aire, agua suelos, alimentos)
	Químico-Tecnológicos	Por acción violenta de diferentes sustancias derivadas de su interacción molecular o nuclear (incendios, explosiones, fugas tóxicas, radiaciones)
	Socio-organizativos	Por errores humanos o acciones premeditadas que se dan en el marco de grandes concentraciones (terrorismo, sabotaje, vandalismos, accidentes aéreos, terrestres o marítimos)
ASTRONÓMICOS	Astronómicos	Por eventos, procesos o propiedades a los que están sometidos los objetos del espacio exterior (tormentas magnéticas o meteoritos)

Fonte: Ponce, Pérez e Hernandez, 2018.

Nesse sentido, no tocante ao turismo e entendendo que eventos perturbadores provocam um estreitamento das relações entre as pessoas do núcleo receptor, turistas e as ações desenvolvidas no seu território (espaço onde se desenvolve o turismo), é preciso elaborar estratégias que solidifique e fortalecem as ligações entre as pessoas e a dinâmica turística, a fim de garantir a resiliência de ambas. Visando desenvolver mecanismos que possibilitem a identificação das lacunas para que possam ser

trabalhadas na busca pela adoção de estratégias resilientes em destinos turísticos (Costa & Sonaglio, 2020).

Já o estudo desenvolvido por Tranmaleo *et al* (2019) aponta que, embora o estudo da resiliência do turismo seja incipiente, já existem abordagens e experiências de medição. Herrera e Rodríguez (2016) fizeram uma compilação dos fatores com os quais a resiliência em um destino pode ser avaliada a partir de uma revisão abrangente da literatura. Os autores elaboraram uma matriz com todos os fatores qualitativos e quantitativos identificados agrupando-os nas dimensões econômica, social, institucional e de infraestrutura, os quais são apresentados a seguir:

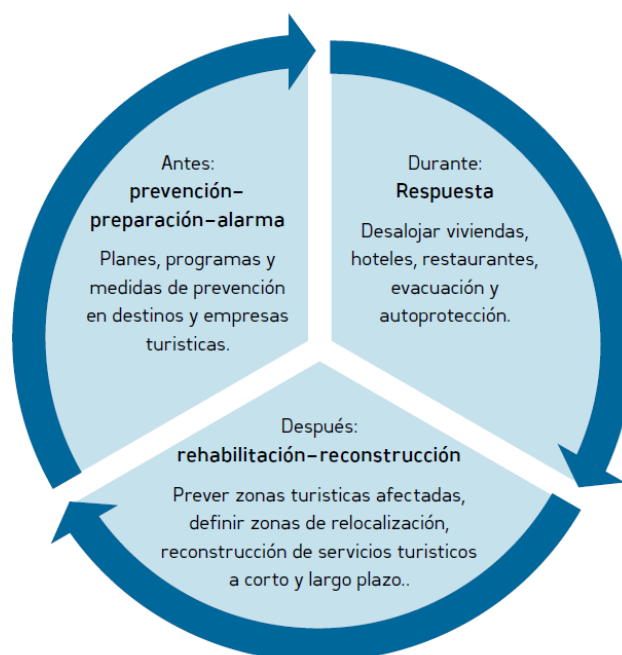
- Dimensão econômica: diversidade econômica, especialização setorial, capacidade empreendedor.
- Dimensão social: níveis de escolaridade, cobertura previdenciária, idade da população, desigualdade social, pobreza, habilidades pessoais para resiliência, identidade.
- Dimensão institucional: planos de prevenção, coordenação de instituições destinadas à mitigação de desastres, coesão familiar.
- Dimensão da infraestrutura: vias de comunicação, serviços básicos, infraestrutura saúde, infraestrutura educacional.

Sendo assim, diante do estudo realizado Tranmaleo (2019) afirma que campos institucional e social são os mais relevantes no desenvolvimento da resiliência em um destino turístico, dado que estes enfocam o capital social e o capital humano, respectivamente. O primeiro representa as redes sociais de um território que demonstra relações de confiança e comunicação entre as pessoas fortalecendo a união e a solidariedade, bem como promovam a capacidade suficiente para concretizar alianças estratégicas no território, que permitam a sua recuperação como um todo. Além disso, é importante destacar o capital humano do território que demonstra o grau de eficiência das organizações e a coesão interna da sociedade.

Partindo que muitos destinos turísticos enfrentam desastres naturais (terremotos, tsunamis, vulcões, inundações e entre outros) que acaba trazendo um conjunto de impactos cumulativos, que por sua vez, necessita de uma demanda de discussão acerca da resiliência nessas localidades, sobretudo, no que tange ao planejamento, de modo a se prevenir como também estabelecer planos visando a recuperação e superação dos impactos causados por desastres. Diante disso, Tranmaleo *et al* (2019) entendem que é imprescindível estabelecer o plano cíclico

visando a gestão dos desastres, como pode ser observado na figura 4 a seguir.

Figura 4: Ciclo de gestão em cenário de desastre.



Fonte: Tranmaleo *et al* (2019)

Na fase de prevenção tem que considerar a existência de fatores como: a divulgação de informações aos turistas, a preparação dos inquilinos, a coordenação eficiente destes, a ligação e transferência de informação entre o setor privado e a instituição responsável e o desenvolvimento de sistemas de evacuação de acordo com as demandas dessa atividade. Durante a reconstrução, há pelo menos três formas de realizar a reconstrução do território: processos participativos e formativos; organização da população; e processos institucionais. Essa última etapa de coordenação dos governos em todos os níveis é essencial para um processo de reconstrução adequado (Tranmaleo *et al*, 2019).

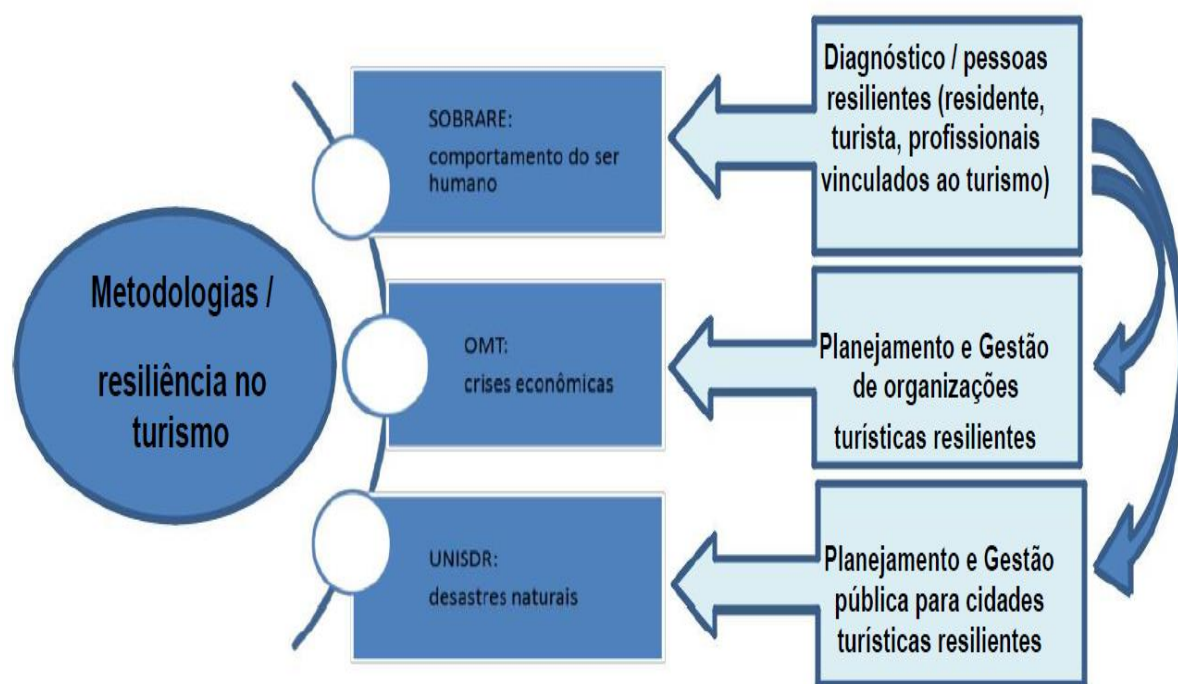
Dessa forma, entende-se que após um desastre, a resiliência torna-se presente no processo de reconstrução do destino turístico, sendo necessário que se inicie com a intervenção das autoridades e a capacidade de elas estabelecerem alianças público-privado-comunidade, levando em consideração as necessidades das pessoas afetadas em face de um evento com consequências catastróficas, principalmente as comunidades locais, sendo essas consideradas as mais vulneráveis.

No que se refere ao processo do planejamento e gestão do turismo sobre a perspectiva da resiliência, Sonaglio, Costa e Wiesinieski (2020) fazem alusão acerca

da importância e necessidade de identificar e estudar a constelação temática dos gestores da área de turismo relacionada com a resiliência para a tomada de decisão, implementação de estratégias e (resolução de problemas, pois os gestores são essenciais no gerenciamento da atividade. Além disso, num campo complexo e dinâmico como o do setor turístico, cabe aos gestores estimular, flexibilizar e promover o equilíbrio no ambiente de trabalho e da localidade receptora para o adequado funcionamento, adotando abordagens que privilegiem e promovam um cenário resiliente. Isso deve ser buscado tanto nas organizações públicas quanto nas privadas e sempre pautado em ideais de desenvolvimento, independente da formação do gestor ou da sua área de atuação que se inter-relaciona com o turismo.

Os mesmos autores, anteriormente citados, em um estudo acerca da gestão do turismo em tempos de crises e vulnerabilidades, apresentam um compilado de metodologias da resiliência a serem utilizadas no turismo (figura 5):

Figura 5: Metodologias sobre resiliência a serem utilizadas no Turismo.



Fonte: Costa & Sonaglio, 2017.

De acordo com Costa & Sonaglio (2017) entende-se que é preciso incorporar no processo de planejamento e gestão dos destinos turísticos:

- a) Diagnosticar a capacidade resiliente de um gestor do turismo (metodologia SOBRARE) visando desenvolver características capazes de tornar os sujeitos mais preparados para enfrentar e superar as adversidades;

- b) Perseguir as indicações do *Tourism Resilience Committee* para mitigação de riscos relacionados ao turismo;
- c) Diagnosticar a capacidade resiliente de um gestor do turismo (metodologia SOBRARE) visando desenvolver características capazes de tornar os sujeitos mais preparados para enfrentar e superar as adversidades;
- d) Incorporar no processo de planejamento e gestão de cidades turísticas as indicações da Campanha da ONU para tornar as cidades resilientes.

Por fim, diante do que foi apresentado, entende-se que o turismo devido à sua importância para os aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais e dado a sua característica de alta vulnerabilidade, faz-se necessário incorporar os elementos da resiliência de modo a agregar a superação das adversidades, bem como, garantir e assegurar o desenvolvimento do turismo do destino de forma positiva e com a distribuição equitativa dos benefícios para todos os envolvidos, sobretudo as comunidades locais receptoras do turismo nas localidades.

Os próximos subtópicos fazem parte do segundo bloco deste capítulo, nele, serão discutidos os seguintes tópicos: 5) Áreas naturais protegidas: histórico e conceito; 6) Turismo e áreas naturais protegidas e comunidades locais; e 7) *Driver-Pressure-State-Impact-Response* (DPSIR) e turismo.

2.5 Áreas naturais protegidas: histórico e conceitos

Durante séculos as atividades humanas vêm causando transformações nas paisagens naturais. Todavia, nos últimos 100 anos a capacidade de alteração vem sendo incrementada em virtude do crescimento populacional humano e, especialmente, do exponencial avanço tecnológico. A Avaliação Ecosistêmica do Milênio constatou que está perdendo biodiversidade em todos os biomas mais rápida e extensivamente que em qualquer intervalo de tempo equivalente na história da humanidade. Constatou ainda que 60% dos serviços dos ecossistemas estão degradados e que 30% das espécies em todo o mundo estão ameaçadas pelas mudanças climáticas (Matos, 2010).

Visando estabelecer uma nova postura frente a esse cenário e o comprometimento em conservar a biodiversidade, a maioria dos países desenvolveu um sistema de áreas protegidas. Porém, vale ressaltar que a designação de áreas ou

fragmentos de território para a proteção de recursos naturais, por razões religiosas ou culturais (e inclusive *status* social), é uma prática humana muito antiga e amplamente propagada. Atualmente, a estratégia de definir espaços naturais protegidos avançou no debate e, sim, expressa abertamente a intenção de garantir a existência de ecossistemas, espécies, genes, paisagens e culturas (Irving, 2010; Diegues, 2001).

Para entender como foi que surgiram as primeiras concepções de áreas naturais protegidas, o marco histórico mais antigo acerca da existência sobre proteção ambiental é datada no ano de 684 a.C., quando o Rei de Srivijaya criou, na Ilha de Sumatra, a primeira área de proteção da Indonésia. Outro exemplo vem da Índia, no ano de 252 a.C., quando o imperador Ashoka ordenou a proteção de certos animais, peixes e áreas florestais (Miller, 1997).

Porém o marco de maior relevância para o surgiram das áreas protegidas, foi o Parque Nacional de Yosemite nos Estados Unidos, sendo o primeiro a ser decretado como área de preservação pelo então presidente Abraham Lincoln em 30 de junho de 1864, utilizando-se o termo “inalienável em qualquer tempo” para definir sua proteção permanente, no final do século XIX nos Estados Unidos, na tentativa de preservar e proteger em prol das gerações futuras, o Congresso Americano aprovou a criação do Parque Nacional de Yellowstone (“Yellowstone National Park”), tornando oficialmente a primeira Unidade de Conservação do mundo (Greene, 1987; Haines, 1974 citado por Tozzo e Marchi, 2014).

A partir disso, se tornou cada vez mais acentuado a movimentação de cidadãos conscientes da destruição dos recursos advindo das práticas irracionais de extração, influenciando o crescente número de criação de parques nacionais no continente americano, como o Parque Nacional de Banff (Canadá), NaheulHuapi (Argentina), Vicente Pérez (Chile), Henri Pitier (Venezuela) e El Chico National Park (México) (Miller, 1997).

De acordo com Hosaka (2010) alguns governos criaram parques para impor o controle à exploração excessiva da fauna silvestre, citando os parques de Kruger na África do Sul e Serengeti (Tanganica, Ásia) entre outros. Na Índia, após a independência, houve a conversão pela ação do governo das antigas reservas de caça em UCs.

Conforme ressalta Seres & Ramirez (1990) citado por Tozzo e Marchi (2014) os principais países pioneiros e seus respectivos parques que tem o intuito de preservar e conservar seus patrimônios e áreas naturais, constam na figura 6.

Figura 6: Primeiras áreas de preservação/conservação a serem criadas em seus respectivos países.

País	Parque Nacional	Ano de Criação	Extensão
Austrália	Royal	1879	1.561 km ²
Canadá	Banff	1885	6.641 Km ²
Nova Zelândia	Egmont	1894	335,340 km ²
África do Sul	Kruger,	1898	19.485 Km ²
Argentina	Nahuel Huapi	1903	7.050 km ²
México	Deserto dos leões	1917	18.660 km ²
Chile	Pérez Rosales	1926	2.537 km ²
Equador	Galápagos,	1934	6.912 Km ²
Venezuela	Henri Pittier	1937	1.078 Km ²
Brasil	Itatiaia	1937	119.430 Km ²

Fonte: Seres & Ramirez (1990) citado por Tozzo e Marchi (2014).

Embora que no Brasil, o primeiro marco histórico de áreas protegidas data de 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa no país. Na oportunidade, foi criado o “Real Horto” no Rio de Janeiro, no qual foi estabelecido por meio do decreto do príncipe D. João VI, com objetivo de cultivar melhor as plantas e especiarias da Índia. No qual, hoje, o Real Horto é conhecido como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Rylands e Brandon, 2005).

Décadas depois o político e engenheiro André Rebouças (1833-1898) se configurou como uma das personalidades brasileiras pioneira da ética conservacionista no Brasil, sugerindo a criação de duas áreas: a Ilha do Bananal, no rio Araguaia, e uma extensa área entre as Cataratas de Guaíra e as do Iguaçu, no rio Paraná, porém não se estabeleceu na prática. Já no século XX, a década de 30 representou um marco no sentido da criação de um conjunto mais amplo de instrumentos legais e uma estrutura administrativa no aparelho do Estado. Com a incorporação na Constituição de 1934 de um ideário que outorgava à natureza um novo valor, ela passou a ser considerada como patrimônio nacional a ser preservado, desse modo, proteger a natureza entra definitivamente na agenda governamental brasileira, passando a configurar um objetivo complementar da política de desenvolvimento nacional (Rylands e Brandon, 2005).

Mas o marco histórico brasileiro relevante no contexto do surgimento das áreas naturais protegidas foi a criação do Parque Nacional de Itatiaia em 1937, em 1939 o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional Serra dos Órgãos. Durante o período

de 1940 a 1958, não houve criação oficial de novas unidades de conservação. Em 1959 o Parque Nacional Aparados da Serra, Parque Nacional Araguaia e o Parque Nacional de Ubajara. Em 1961 o Parque Nacional das Emas, Parque Nacional Chapada dos Veadeiros, Parque Nacional de Caparaó, Parque Nacional Sete Cidades, Parque Nacional São Joaquim, Parque Nacional Tijuca, Parque Nacional Monte Pascoal, Parque Nacional de Brasília. Na década de 70 foram criados o Parque Nacional da Serra da Bocaina (1971), Parque Nacional Serra da Canastra (1972), Parque Nacional da Amazônia (1974) e em 1979 o Parque Nacional do Pico da Neblina, Parque Nacional de Pacaás Novos e Parque Nacional da Serra da Capivara (Tozzo e Marchi, 2014).

Na década de 1990 houve o aumento de criação das áreas protegidas, o que representou um montante de 32.005.257 ha que correspondia a 3,8% do território brasileiro. Nessa mesma década foi enviado para o Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2.892, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que só virou lei em 2000 (Hosaka, 2010).

Apesar dos avanços quanto à criação de áreas protegidas e instrumentos legais, percebe-se que existem alguns gargalos que precisam ser vistos para garantir que o sistema seja articulado e que haja eficiência na gestão, até que se iniciou uma reflexão nesse período sobre a necessidade de concepção de um sistema mais integrado para a criação e gerenciamento das áreas protegidas.

O SNUC foi instituído como o objetivo de ordenar e adequar à gestão das UCs. A adoção desse sistema foi fundamental para que as áreas tivessem proteção criada pela Lei nº 2.892 (Costa, 2002). O SNUC por sua vez, definiu oficialmente no seu artigo 2º Unidades de Conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000, p.1).

Além disso, o SNUC tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a conservação das variedades de espécies biológicas e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- Proteger as espécies ameaçadas de extinção;

- Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- Proteger as características relevantes de natureza geológica, morfológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- Proporcionar meio e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- Favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza; e
- Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

O SNUC divide as UCs em dois grandes grupos: Unidades de Conservação de Proteção Integral e as Unidades de Conservação de Uso sustentável, o que mais uma vez ilustra a integração de percepções distintas da sociedade com relação ao significado da natureza: a percepção e a ideologia dos denominados “preservacionistas”, inspirada na intocabilidade dos recursos renováveis e, a concepção de inclusão social na gestão das áreas protegidas, originária do grupo dos denominados “socioambientalistas” (Irving, 2010).

Pelo SNUC são previstas 12 categorias de manejo distintas: cinco de Proteção integral e sete de uso sustentável (ver quadro 1). A responsabilidade pela criação, manutenção e gestão destas áreas é realizada majoritariamente pelo Governo Federal, estados e municípios (11 das 12 categorias existentes atualmente). Mas pode ser exercida voluntariamente pela sociedade civil, através das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) (Medeiros, Irving e Garay, 2006).

Desse modo, o quadro 9 mostra de forma simplificada o que é estabelecido pelo o SNUC.

Quadro 9: Objetivos e usos permitidos das Unidades de Conservação.

CATEGORIA	TIPO DE UC	OBJETIVO	USOS PERMITIDOS
PROTEÇÃO INTEGRAL	Estação Ecológica	A preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.	Pesquisa e educação ambiental.
	Reserva Biológica	A preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites.	Pesquisa e educação ambiental.
	Parque Nacional	A preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica.	Pesquisa, visitação, lazer, recreação, educação ambiental e turismo.
	Monumento Natural	Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.	Pesquisa, visitação, lazer, recreação, educação ambiental e turismo.
	Reserva da vida silvestre	Proteger ambientes naturais onde asseguram condições para a existência ou reprodução da flora e fauna local.	Pesquisa, visitação, lazer, recreação, educação ambiental e turismo.
USO SUTENTÁVEL	Área de proteção ambiental	Proteção e utilização sustentável dos recursos naturais	Pesquisa, visitação, lazer, recreação, educação ambiental e uso sustentável.
	Área de relevância de interesse ecológico	Proteção de ecossistemas naturais e importância local e regional	Turismo, extrativismo e manejo dos recursos.
	Floresta Nacional/Estadual	Uso múltiplo e sustentável dos recursos florestais e turismo	Extrativismo e manejo dos recursos.
	Reserva extrativista	Proteger os meios de vida e a cultura das populações; assegurar o uso sustentável dos recursos naturais	Pesquisa, visitação, lazer, recreação e educação ambiental.
	Reserva de Fauna	Proteger populações animais de espécies nativas, residentes e migratórias.	Pesquisa, visitação pública e educação ambiental.
	Reserva de desenvolvimento sustentável	Proteger a natureza, assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e assegurar condições para melhoria dos modos de vida da população.	Pesquisa, visitação, lazer, recreação, educação ambiental, turismo, extrativismo e manejo dos recursos.
	Reserva particular do patrimônio natural	Área de domínio privado com objetivo de proteger a biodiversidade.	Pesquisa, visitação, lazer, recreação, educação ambiental e turismo.

Fonte: Elaborado com base no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei n.º 9.985/2000).

Além de unificar conceitos, diretrizes, princípios e as categorias de manejo das Unidades de Conservação, o SNUC permitiu, em consonância com a previsão inserida no artigo 225, da Constituição, que as diversas esferas estatais também instituíram os seus próprios sistemas protetivos.

Os desafios ainda são imensos porque, além desses problemas, outros precisam ser equacionados como na elaboração dos Planos de Manejo faltantes, a finalização do processo de recategorização, a recriação das quatro áreas que tiveram seus atos institutivos declarados inconstitucionais, a regularização dominial e a instalação das estruturas de uso e gestão das UCs (Souza, Leuzinger & Santana, 2020).

Além disso, segundo Hosaka (2010), ainda há muito por fazer, tanto no planejamento como no tratamento dos problemas socioeconômicos que envolvem as comunidades locais, bem como enfrentar as dificuldades na definição de políticas transparentes e na fiscalização adequada.

Como o presente trabalho tem foco em uma área de proteção ambiental (APA), faz-se necessário se debruçar conceitualmente sobre a APA. De acordo com o SNUC (2000), a Área de Proteção Ambiental é entendida como uma área dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente, é uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A APA é uma categoria de Unidades de Conservação de uso sustentável e permite realização de pesquisa, recreação, educação ambiental e, sobretudo o uso turístico, desde que seja de forma sustentável. Além disso, geralmente são propriedades extensas, com certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas (SNUC, 2000).

De acordo com os dados do Ministério do Meio Ambiente (2021), foi possível averiguar que dentro das categorias de manejo das UCs e do tipo de uso sustentável, há uma maior concentração de APAs no território brasileiro por área, somando 130.105.903 ha, que corresponde a 388 APAs. Em termos quantitativos há um maior número da categoria Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), cerca de 1038,

que corresponde 605.728 há , como se pode ver na figura 7 a seguir.

Figura 7: Área e número de Unidades de Conservação por categoria de manejo.



Fonte: Ministério do Meio Ambiente – Departamento de Áreas Protegidas/ 1º Semestre de 2023.

Diante do exposto e da literatura, indica-se que essa concentração de criação de APAs é devido ser uma categoria que permite a ocupação humana, sem necessidade de desapropriação, e além disso, permite o desenvolvimento de atividades humanas (sendo a maioria de subsistência) sujeitas às regras específicas visando conciliar ocupação humana com o uso sustentável da área, e em sua maioria tem como uma das principais atividades o turismo.

Diante dessa discussão, o próximo tópico irá avançar no debate sob o enfoque do turismo, destacando a relação e os desdobramentos entre atividade turística e as áreas naturais protegidas.

2.6 Turismo, áreas naturais protegidas e comunidades locais

Atualmente observa-se uma grande apreensão em relação ao meio ambiente, principalmente com os efeitos do surgimento da civilização industrial, na qual foram introduzidas novas práticas no uso dos bens naturais. A Revolução Industrial, que iniciou no século XVIII, teve suas bases alicerçadas nas dimensões da natureza, do capital e do trabalho e, posteriormente, em meados do século XX, o acréscimo da tecnologia para potencializar o modo de produção capitalista. Somados a esses fatores, houve um crescimento qualitativo e quantitativo no processo de industrialização, em consequência disso, surgiram consideráveis danos ambientais em nível mundial, além do distanciamento entre o ser humano e a natureza (Hamoy, 2018).

De modo simultâneo à repercussão mundial sobre as questões

socioambientais, surge a preocupação com a proteção do meio ambiente e o apoio de movimentos e organizações não-governamentais (ONGs) quanto à preservação da natureza e a necessidade de sensibilização dos valores socioambientais, a partir do seu uso racional, quanto à sustentabilidade. A afirmação da importância da natureza, surgida em diferentes instâncias da sociedade, exigiu uma atenção maior do poder público, a qual se deu com a criação de áreas naturais mais especificamente das áreas naturais protegidas, denominadas no Brasil como unidades de conservação (UCs) que se apresentam como uma das muitas estratégias, além da inserção do turismo, como alternativa de desenvolvimento local em comunidades haliêuticas, haja vista a disponibilidade de recursos naturais e culturais ideais a atividade turística (Hamoy, 2018).

O turismo é e deve ser uma discussão chave no quesito conservação. À medida que a população mundial cresceu e a melhoria no transporte permitiu deslocamentos rápidos por vastas distâncias, o turismo prosperou e se concentrou cada vez mais nas paisagens naturais e culturais e paisagens marinhas remanescentes, geralmente em áreas protegidas (Leung *et al*, 2019).

O turismo é um fenômeno social. Isso implica reconhecer que, mesmo diante da hegemonia de atores econômicos, o turismo não se restringe a estes agentes, ou seja, não pode ser analisado sem referenciar os processos sociais amplos com os quais está conectado, bem como o contexto de decisões políticas sobre o espaço (Barretto, 2004). Contudo, Ramos e Costa (2017) afirmam que a atividade turística, por força do seu relacionamento e interligação com todos os outros setores da vida (econômico, social, cultural, ambiental e político), torna-se difícil estabelecer uma definição clara e abrangente do termo turismo.

Contudo diversos atores debruçam sobre o conceito de turismo, como Beni (1999), Barreto (2004), Ignarra (2001), Boullón (2002) Trigo (1995) e Acerenza (1984), em suma, é uma atividade econômica e social, que em sua prática ocorre o deslocamento de pessoas para lugares fora do seu habitual em busca de lazer, recreação e entretenimento. Corroborando com esses atores, Andrade (1995) afirma que o turismo é o complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos turísticos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento.

Em termos de crescimento do turismo nas últimas décadas, o setor de viagens e turismo exerceu papel relevante na condução da economia global, contribuindo com

mais de 10% do PIB mundial e impulsionando 1 em cada 10 postos de trabalho. No Brasil, a participação do turismo alcançou patamar semelhante, 8,1% do PIB de 2018. Em 2015 e 2017, o Brasil figurou em 1º lugar no ranking de competitividade em viagens e turismo no quesito “recursos naturais” publicado pelo Fórum Econômico Mundial (Crotti e Misrahi, 2017).

No tocante ao turismo em ANPs, a partir do século XX, a visitação às áreas naturais protegidas aumentou substancialmente em países industrializados em grande parte influenciada pela riqueza da sociedade e a possibilidade de experiências em viagem extensa. Durante os anos de 1960, com o aumento da demanda de turismo, viu-se a necessidade de oferecer uma ampla gama de experiências de recreação (Eagles, 2001).

O progresso da ecologia como uma ciência também destacou a importância da conservação da biodiversidade e os impactos ambientais associados ao turismo. O aumento da procura de diferentes oportunidades de recreação ligado ao meio ambiente resultou no desenvolvimento das práticas em áreas naturais protegidas de forma planejada e ordenada (Pettengill e Manning, 2011).

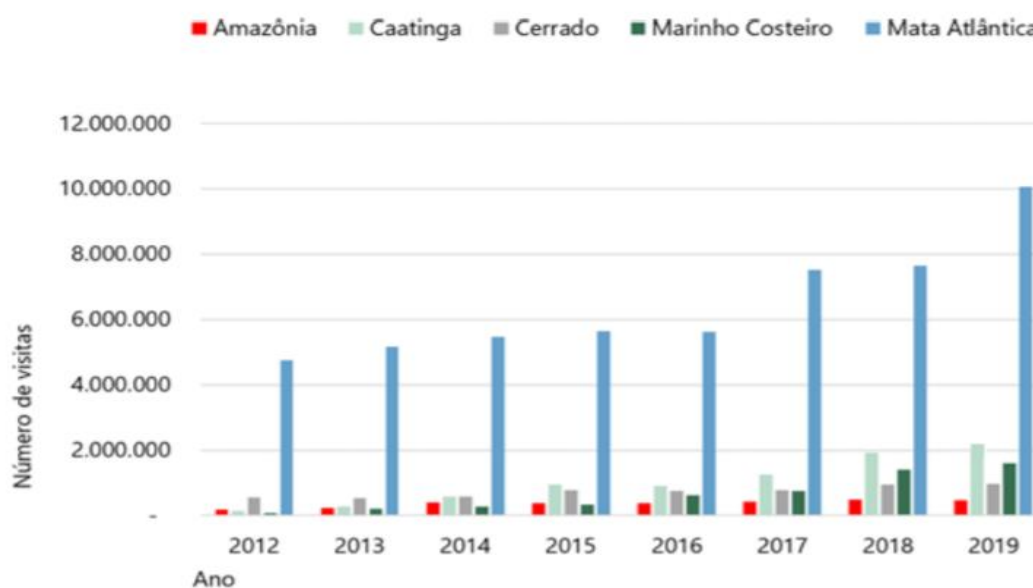
Antes da pandemia da Covid19, áreas naturais protegidas receberam cerca de 8 bilhões de visitas anualmente, e gerou aproximadamente US \$ 600 bilhões por ano em despesas diretas no país e US \$ 250 bilhões por ano no excedente do consumidor (Balmford *et al.*, 2015). O WTTC (2019) calculou que 21,8 milhões de empregos eram apoiados pelo turismo de vida selvagem em todo o mundo e na África mais de um terço de todo o PIB do turismo poderia ser atribuído à vida selvagem. Muitos operadores trabalhando em áreas protegidas basearam seus modelos de negócios em princípios de desenvolvimento sustentável, e têm ativamente contribuído para a conservação da biodiversidade local desenvolvimento econômico (Snyman & Spenceley, 2019; Mitchell & Ashley, 2010). No entanto, é difícil dizer o quão sustentáveis são as práticas neste setor: alguns destinos sofreram com o excesso de turismo antes da pandemia (OMT, 2019; Peeters *et al.*, 2018)

No Brasil, a categoria “natureza, ecoturismo ou aventura” é a segunda com maior demanda turística internacional (16,3%), atrás somente da categoria “sol e praia” (71,7%) que também acontece em muitos destinos que são unidades de conservação, nesse sentido, as UC brasileiras são áreas estratégicas ao abrigar inestimável patrimônio natural e alguns dos principais cartões postais brasileiros como o Cristo Redentor e as Cataratas do Iguaçu (Mtur, 2018; Breves *et al.*, 2020).

De acordo com o relatório, os resultados do monitoramento da visitação realizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) nas unidades de conservação federais brasileiras em 2019 e um breve panorama histórico dos dados a partir de 2000. A visitação ultrapassou patamar de 15 milhões de visitas em 2019 (15.335.272), um aumento de 20,4% em relação a 2018 (12.389.393), sendo 6,4% (922.794) devido ao aumento real de visitas e 14% (2.023.085) à melhora no esforço de monitoramento, uma vez que a quantidade de UC monitoradas também foi a maior já registrada, 137 unidades.

Ainda de acordo com o relatório, a Mata Atlântica foi o local de 65% de visitação com quatro das dez unidades mais visitadas. Como pode ser visto na figura 8 a seguir.

Figura 8: Visitação em UCs federais pelo tipo de bioma, 2012 a 2019.



Fonte: Breves, 2020.

A categoria parque nacional permanece como principal a área de maior visitação turística, mas áreas de proteção ambiental, monumentos naturais e reservas extrativistas vêm ganhando destaque e representam parcela importante da visitação total como pode ser visto na figura 9 onde demonstraram as 10 UCs e parques federais que mais receberam visitas em 2019.

Figura 9: 10 unidade de conservação e dez parque nacionais mais visitados em 2019.

Classificação	A – Classificação geral	
1	Parque Nacional da Tijuca	2.953.932
2	Parque Nacional do Iguaçu	2.020.358
3	Área de Proteção Ambiental de Petrópolis	2.000.000
4	Parque Nacional de Jericoacoara	1.322.883
5	Reserva Extrativista Marinha Arraial do Cabo	966.357
6	Monumento Natural do Rio São Francisco	713.400
7	Parque Nacional da Serra da Bocaina	697.964
8	Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha	643.916
9	Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	613.259
10	Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais	314.705
	Total	12.246.773

Fonte: Breves, 2020.

O mesmo relatório indica que grande parte das visitas (14,2 milhões) estão concentradas em 22 UC, enquanto 1,1 milhão de visitas estão distribuídas nas outras 115 UC. Além disso, foi possível identificar também um aumento de visitas em UC sem concessão⁶, grupo que representa 61% da visitação e expressa o crescente potencial econômico do sistema federal e o esforço do ICMBio para a operacionalização da atividade. Embora todas estivessem fechadas para visitação em março de 2020, a maioria foi reaberta entre agosto e outubro de 2019, mas com perda de cerca de 5 milhões de visitas ao longo do ano (Breves *et al.*, 2020).

Mesmo diante dessas transformações profundas que ocorrem a partir da pandemia de Covid-19, presume-se afirmar que o turismo em áreas protegidas, continua sendo uma ferramenta eficaz na conservação do ambiente natural. Por meio do turismo as pessoas se aproximam da natureza e começam a adotar boas práticas ambientais, protegendo e conservando a biodiversidade, os recursos hídricos e os patrimônios culturais. Além disso, essa atividade contribui com o desenvolvimento econômico de comunidades locais e é importante na manutenção financeira da unidade de conservação. O contato com áreas naturais proporciona benefícios físicos, emocionais, sociais e espirituais à saúde humana, principalmente para quem se desconectou com a natureza em virtude do ritmo acelerado das grandes cidades

⁶ Não ser concedida à iniciativa privada para preservar a natureza e promover economia local.

(Menegasso *et al*, 2021).

Por fim, há de considerar que as áreas naturais, bem como o turismo, podem contribuir para o desenvolvimento econômico e o bem-estar das comunidades locais. No entanto, a implantação dessas áreas tem enfrentado diversos desafios, parte disso está diretamente relacionado como foi dado o processo de criação e como está sendo a gestão das áreas. Segundo Bensusan (2006), além disso, é possível averiguar que muitos dos desafios têm ligação direta com as comunidades locais despejadas, as restrições de uso dos recursos naturais e, frequentemente, os gestores não têm levado em consideração os conflitos sociais e culturais que a criação da área protegida causou.

Dando ênfase para as populações locais ou comunidades locais, Diegues (1996) ressalta que a permanência de populações humanas no interior de áreas protegidas é um tema de diversos estudos acadêmicos e debates no âmbito das políticas públicas, no Brasil e no mundo, diversos problemas e conflitos existem na relação áreas protegidas/ populações locais, sobretudo as tradicionais. Em geral, as populações tradicionais não são “destruidoras da natureza”, principalmente quando dependem da reprodução contínua dos recursos naturais renováveis para sua sobrevivência e quando o sistema de produção em que está inserido não é marcado pela rápida acumulação de capital (Diegues, 1996).

Para melhor entendimento da relação entre o turismo, ANPs e comunidades, faz-se necessário trazer definições sobre comunidade ou população local, uma vez que neste trabalho serão utilizados aqueles dois termos como sinônimos. O primeiro conceito é o de Diegues e Arruda (2001, p. 27) que define comunidade ou população local como “grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza”.

Outro conceito acerca de comunidade local é o da legislação brasileira a partir do Decreto nº 6.049 (2007, p.9) que entendido como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Tönnies (1973, p. 97) destaca que, em uma comunidade, “tudo que é confiante, íntimo, que vive exclusivamente junto, é compreendido como a vida em comunidade”;

vida real, orgânica, em oposição à vida mecânica/virtual que caracteriza uma sociedade. E em se tratando do termo local, para Martins (2002, p. 54), “quando se fala de ‘local’, está-se referindo à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade”.

Portanto, esses grupos sempre mantiveram relação conflituoso e intensa como a dinâmica complexa das áreas naturais protegidas, historicamente as comunidades sofreram represálias das condições expostas pelos agentes externos. Para o naturalismo reativo do final do século XIX, quando foi criado o primeiro parque nacional em Yellowstone, nos Estados Unidos, a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem pelo estabelecimento de ilhas, para que pudesse admirá-la e reverenciá-la. Desse modo, o modelo de parques nacionais sofreu críticas tanto dentro quanto fora dos Estados Unidos, sem que parte das críticas internas partissem dos preservacionistas puros (Diegues, 1996).

A criação dos parques obedeceu a uma visão antropocêntrica, na medida em que beneficiava as populações urbanas e valorizava, principalmente, as motivações estéticas, religiosas e culturais dos seres humanos. Os idealizadores dos parques nacionais negam que a natureza selvagem tenha direitos e um valor em si própria, e que devia ser protegida por suas qualidades intrínsecas. Esse modo de preservação da natureza é inadequado e injustamente seletivo, pois privilegia áreas naturais que são apelativas do ponto de vista estético, segundo valores ocidentais, como florestas grandes rios, canyons, discriminando áreas naturais menos nobres, como pântanos, brejos etc., ainda que esses ambientes possam ser essenciais para o funcionamento dos ecossistemas (Rodman, 1973 citado por Diegues, 1996).

Esse cenário vem sendo modificado, de modo que as políticas públicas, leis, decretos avançam no entendimento e permitem de forma ampla que as comunidades passem a ser um agente do processo de conservação das áreas como a parte dos seus modos de vida. Partindo disso, há também uma expansão dos diversos usos das áreas para vários fins, desse modo, as comunidades locais além de poderem reproduzir seus modos de vida, sendo permitido habitar, caçar, praticar agricultura, pesca e usufruir de seus recursos, também é permitido, o uso indireto, dentro de uma gama de restrições e normas, atividades ligadas ao lazer, o turismo e atividades científicas.

O envolvimento da comunidade com as práticas turísticas pode ser considerado como ferramenta capaz de contribuir com os objetivos das áreas

protegidas para a manutenção da integridade do ecossistema, da biodiversidade, da consciência pública e da melhoria da qualidade de vida da população local.

No entanto, a prática revela um cenário bastante distante do ideal, segundo Nitsche (2013), a problemática que envolve o turismo e comunidade está associado ao processo de planejamento sem considerar os reais interesses e as necessidades da comunidade, provocam uma posição de indiferença ou oposição da população, pois ela teria outras prioridades que nem sequer foram discutidas. Em outros casos, é comum que a comunidade não esteja motivada para desenvolver o projeto, pois desconhece o significado da própria atividade turística e os efeitos que ela pode gerar. Em situações mais extremas, as experiências negativas com a atividade são razão suficiente para a comunidade ser desfavorável à manutenção do turismo no local.

O turismo, organizado pela cooperação e sinergia entre os atores sociais, produz um valor social agregado intangível. É uma oportunidade de fortalecer as relações entre as pessoas que moram e convivem em uma mesma região. Elas têm a possibilidade de se mostrarem como realmente são, podendo relatar seus costumes para visitantes, valores e sua história, e ainda agregar renda pela venda de serviços (Mielke, 2009).

O turismo precisa estar integrado à dinâmica local e construído dentro da própria comunidade, não pode ser algo pronto que seja oferecido para que ela apenas cumpra com presteza as tarefas que lhe forem determinadas. Nele, a comunidade deve ter autonomia para debater o assunto tanto internamente quanto com entidades externas interessadas no turismo local. A participação de outras instituições, sem dúvida, é muito importante durante todo este processo, porém deve ser requisitado como apoio técnico e não como principal diretriz (Nitsche, 2013).

Os processos participativos no turismo, além de serem diretrizes legais, são fundamentais para que os projetos desenvolvidos com comunidades ANPS alcancem seus resultados com eficácia. Entretanto, a sua prática é um desafio. O diálogo de qualidade, que poderia ser alicerce para a qualificação da participação é muitas vezes desconhecido em seu significado e potencialidade (Minari e Rabinovici, 2014).

Para tanto, é importante garantir o planejamento turístico (participativo) visando atingir a harmonia de ações, envolvimento de agentes do turismo, neste caso, os atores que estão diretamente envolvidos com a atividade, como o estado, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade local.

Portanto, para o desenvolvimento do turismo, é necessário que a comunidade local esteja inserida no processo de tomada de decisões. A participação da comunidade se dá por meio da organização de associações para fortalecer, reivindicar seus direitos visando o bem-estar de todos envolvidos como também garantir o acesso e a inclusão das futuras gerações.

Sendo assim, para se alcançar o desenvolvimento equilibrado do turismo, em consonância com os preceitos da conservação das áreas naturais, é necessário estabelecer mecanismos de planejamento e de gestão ambiental dinâmicos, flexíveis e integrados. O planejamento deve garantir, ao mesmo tempo, a conservação dos recursos naturais e o uso turístico em harmonia com os interesses e necessidades dos diversos atores sociais envolvidos (Fontoura e Simiqueli, 2006).

Diante disso, é possível considerar que o turismo devido ser uma atividade multifacetada, dinâmica e complexa, o seu modo de planejamento e gestão não pode ser realizado sob um processo que negligencie os aspectos envoltos da comunidade distanciando e desconectando da realidade local, podendo assim evitar um conjunto de transformações nocivas e cumulativas para o ambiente e garantindo o bem-estar de todos os envolvidos.

Sendo assim, de foma a avançar na discussão e fazer alusão a proposição do modelo analítico do presente estudo, o próximo tópico irá abordar acerca da Driver-Pressure-State-Impact-Response (DPSIR) e turismo.

2.7 Driver-Pressure-State-Impact-Response (DPSIR) e turismo

O modelo *Driver-Pressure-State-Impact-Response* (DPSIR) foi estabelecido em 1993 pela Agência Ambiental Européia (OCDE) com base nos *frameworks* PSR e DSR: os indicadores “*Driver*” e “*Impact*” foram adicionados na estrutura conceitual do DPSIR (European Environmental Agency, 1999).

O modelo DPSIR examina a inter-relação entre as pessoas e o meio ambiente a partir de uma perspectiva sistêmica. Este modelo é sistemático e abrangente, e permite um monitoramento mais amplo do mecanismo de *feedback* contínuo entre os indicadores.

De acordo com Bozaningo, Giupponi e Balbi (2016) o DPSIR é amplamente adotado na literatura internacional e é relevante em muitas referências políticas, na

Europa e em outros lugares para facilitar a comunicação coerente das atividades de pesquisa a um público mais amplo.

Na métrica DPSIR as “forças motrizes” induzem “pressão” alterando o “estado” do meio ambiente através do “impacto” e o resultante é a “resposta” do sistema, das administrações, e das partes interessadas (EEA, 1999). “Em um sentido mais amplo, essas etapas fazem parte de um ciclo que inclui a percepção de problemas, formulação de políticas, monitoramento e avaliação das próprias políticas” (OECD, 1993, p. 5 citado por Xavier & Picoli, 2020), ver figura 10.

Figura 10: Modelo DPSIR.



Fonte: Kristensen (2004) traduzido por Xavier & Picoli, 2020.

Kristensen (2004) descreve as categorias do DPSIR da seguinte forma:

Força Motriz

Uma 'força motriz' é uma necessidade. Exemplos de forças motrizes primárias para um indivíduo são a necessidade de abrigo, comida e água, enquanto exemplos de forças motrizes secundárias são a necessidade de mobilidade, entretenimento e cultura. Para um setor industrial, uma força motriz pode ser a necessidade de lucrativa e produzir a baixo custo, enquanto para uma nação uma força motriz poderia ser a necessidade de manter baixos os níveis de desemprego. Em um contexto macroeconômico, a produção ou processos de consumo são estruturados de acordo com os setores econômicos (por exemplo, agricultura, energia, indústria, transportes, residências).

Pressões

As forças motrizes levam a atividades humanas, como transporte ou produção de alimentos, ou seja, resultam no atendimento a uma necessidade. Essas atividades humanas exercem 'pressões' sobre o meio ambiente, como resultado de processos de produção ou consumo, que podem ser divididos em três tipos principais: (i) uso excessivo de recursos ambientais, (ii) mudanças no uso da terra, e (iii) emissões (de produtos químicos, resíduos, radiação, ruído) ao ar, à água e ao solo.

Estado

Como resultado das pressões, o 'estado' do meio ambiente é afetado; ou seja, a qualidade dos vários compartimentos ambientais (ar, água, solo, etc.) em relação às funções que esses compartimentos atendem. O 'estado do ambiente' é, portanto, a combinação de condições físicas, químicas e biológicas.

Impacto

As mudanças no estado físico, químico ou biológico do meio ambiente determinam a qualidade dos ecossistemas e bem-estar dos seres humanos. Em outras palavras, mudanças no estado podem ter impactos sociais, ambientais ou econômicos sobre o funcionamento dos ecossistemas, sua vida, capacidades de apoio e, em última instância, na saúde humana e nas questões econômicas e sociais desempenho da sociedade.

Resposta

Uma resposta da sociedade ou dos formuladores de políticas é o resultado de um impacto indesejado e pode afetar qualquer parte da cadeia entre as forças motrizes e os impactos. Um exemplo de resposta relacionada às forças motrizes é uma política para mudar o meio de transporte, por exemplo, de privado (carros) para público (trens), enquanto um exemplo de uma resposta relacionada às pressões é um regulamento sobre níveis permitidos de SO₂ nos gases de combustão.

Em resumo, na métrica DPSIR as “forças motrizes” induzem “pressão” alterando o “estado” do meio ambiente através do “impacto” e o resultante é a “resposta” do sistema, das administrações, e das partes interessadas (EEA, 1999). De forma mais sistematizada o quadro 10 a seguir explica e descreve cada categoria de acordo com a *European Environmental Agency*.

Quadro 10: DPSIR.

FORÇA MOTRIZ	PRESSÕES
Sociais, demográficos e desenvolvimentos econômicos em sociedades e as correspondentes mudanças nos estilos de vida,	Desenvolvimentos em liberação de substâncias (emissões), físicas e agentes biológicos, o uso de recursos e o uso de terra

em geral níveis de consumo e padrões de produção	
ESTADO	IMPACTOS
Indicador de estado de ambiente diferente compartimentos e sistemas física, química ou variáveis biológicas	Impactos nos seres humanos e ecossistemas , além de efeitos pelo homem capital resultante de mudanças na ambiente qualidade
RESPOSTA	
Respostas por grupos (e indivíduos) na sociedade, como bem como o governo tenta prevenir, compensar, melhorar ou adaptar-se às mudanças de estado do ambiente.	

Fonte: European Environmental Agency (EEA), 1999.

Para Fernandes e Barbosa (2011), os elementos postos na metodologia DPSIR podem ser descritos como *Driving force* (Força motriz) – D, na qual estariam contidas as influências humanas advindas de suas atividades diárias; *Pressures* (Pressão) – P, uma variável resultante das causas diretas dos projetos, sejam estes fatores positivos ou negativos; *State* (Estado) – S, que permite o conhecimento da condição inicial do ambiente; *Impact* (Impacto) – I, o qual descreve os efeitos da mudança de estado do ambiente; e por fim, *Response* (Resposta) – R, as quais são as diligências a fim de contornar os impactos diretos e indiretos advindos da atividade.

O DPSIR é considerado uma estrutura contábil que compreende informações e categorias baseadas em uma cadeia de relações causais que, juntas, abrangem esses fenômenos e foi amplamente adotado em uma variedade de contextos de ecossistemas, por exemplo: erosão do solo; perda de biodiversidade e sistemas marinhos e costeiros. No entanto, as definições destas categorias de informações do *framework* estão sujeitas à interpretação e não estão bem alinhadas conceitualmente com a análise econômica das interações entre o social e o ecológico sistemas (Cooper, 2013).

De acordo com Mandić (2020) a estrutura DPSIR é frequentemente utilizada em estudos voltados para a sustentabilidade com enfoque nos fatores ambientais contribuindo assim para a ampliação do entendimento sobre os desafios ambientais em escalas que vão do global ao local. Além disso, a autora aponta que o DPSIR também encontrou seu caminho nos estudos de turismo, como exemplo de estudos Mustika *et al.* (2017), Rebollo e Baidal (2003), Bonzanigo *et al.* (2016) e Ruan *et al.* (2019).

Pesquisando sobre esses estudos, foi possível identificar que a pesquisa de Rebollo e Baidal (2003) aglutina esforços para medir a sustentabilidade em destinos turísticos de massa, para isso utilizou o modelo DPSIR para identificar as pressões, percepções e respostas de políticas no destino Torrevieja, Espanha. Segundo os

autores, nesse estudo, o sistema de indicadores foi aplicado ao município de Torre Vieja. Os resultados são valiosos para fins de análise e diagnóstico, pois fornecem um ponto de referência útil para a tomada de decisões em relação à gestão de resorts. A estrutura causal dos indicadores propostos permite estudar as interações no sistema turístico local, bem como o grau em que há integração dos princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas locais.

Enquanto o trabalho de Bonzanigo *et al.* (2016) trata sobre o planejamento do turismo sustentável e adaptação às mudanças climáticas por meio de um estudo de caso de turismo de inverno em comunidades de montanha Dolomitas. Os autores mostram que, nesse estudo de caso com auxílio do DPSIR, tal combinação de métodos e ferramentas permitiu gerir o envolvimento dos atores locais, estimulando debates sobre adaptação às mudanças climáticas e possíveis consequências turismo de inverno, incentivando a criatividade e suavizando potenciais conflitos, e facilitando a integração do conhecimento qualitativo e a preferências dos atores envolvidos com informações quantitativas. Isto contribuiu para uma avaliação integrada de sustentabilidade de alternativas e estratégias para o planejamento do turismo sustentável.

A pesquisa desenvolvida por Mustika *et al.* (2017) teve enfoque na avaliação dos riscos de turismo selvagem em sete locais de observação de golfinhos em seis países da Ásia: Camboja, Índia, Indonésia, Malásia, Tailândia e Filipinas. Os autores adaptaram o DPSIR para avaliar rapidamente o risco do turismo de observação de golfinhos para prejudicar, deslocar ou causar a extinção local de populações de golfinhos, usando dados de dimensão humana para complementar dados ecológicos limitados.

Neste estudo de Mustika *et al.* (2017) dos sete locais asiáticos de observação de golfinhos mostra: (1) onde os riscos para o bem-estar das populações locais de golfinhos são mais altos (nos locais indianos e indonésios) e (2) como esse risco pode ser melhor gerenciado visando os principais componente(s) que contribui(m) para a pontuação geral de risco. Tanto na Índia quanto na Indonésia, o alto risco geral é uma combinação de alta pressão e má resposta. A introdução e o cumprimento de um código de prática reduziram significativamente a pressão sobre as populações locais de golfinhos.

Na pesquisa desenvolvida por Zhang & Liu (2019), aborda-se sobre a avaliação da segurança ecológica do turismo é uma forma crítica de medir o desenvolvimento

sustentável dos destinos turísticos. Com base na teoria do sistema ecológico, nesse estudo cria um novo modelo de avaliação abrangente, "*Driver-Pressure-State-Impacto- Response*"—"Data Envelopment Analysis" (DPSIR-DEA), para medir a segurança ecológica do turismo, que é uma avaliação de "Qualidade" na perspectiva da "Eficiência". Os resultados indicam que o padrão de diferenciação espacial sudeste-noroeste é apresentado gradativamente de ponto quente para ponto frio. Além disso, alguns fatores críticos de impacto que afetam a segurança ecológica do turismo são identificados, incluindo a taxa de crescimento da terceira indústria, densidade turística, etc., e o mecanismo de condução é construído. Não apenas apresenta uma nova avaliação da segurança ecológica do turismo, mas também explora o impacto crucial indexado e o mecanismo de condução.

Além disso, a partir da pesquisa bibliográfica realizada para este estudo, foi possível identificar um estudo no âmbito nacional na área do turismo que faz o uso do DPSIR para a investigação. Essa pesquisa foi desenvolvido por Xavier e Picoli (2020), que teve como objetivo examinar criticamente algumas das principais metodologias de avaliação da sustentabilidade da atividade turística aplicáveis às cidades históricas turísticas de Minas Gerais, uma dessas metodologias foi o DPSIR, para o contexto do turismo, a força motriz pode ser representada pelo número de turistas que chegam ao destino; a pressão pode ser representada pela necessidade estrutural de hospedagem, lazer e alimentação; o estado pode ser entendido como a situação do espaço geográfico, econômico e cultural; o impacto como a perda da biodiversidade, exclusão e desestruturação social; e a resposta como as políticas públicas para reordenar a atividade no destino (Xavier & Picoli, 2020).

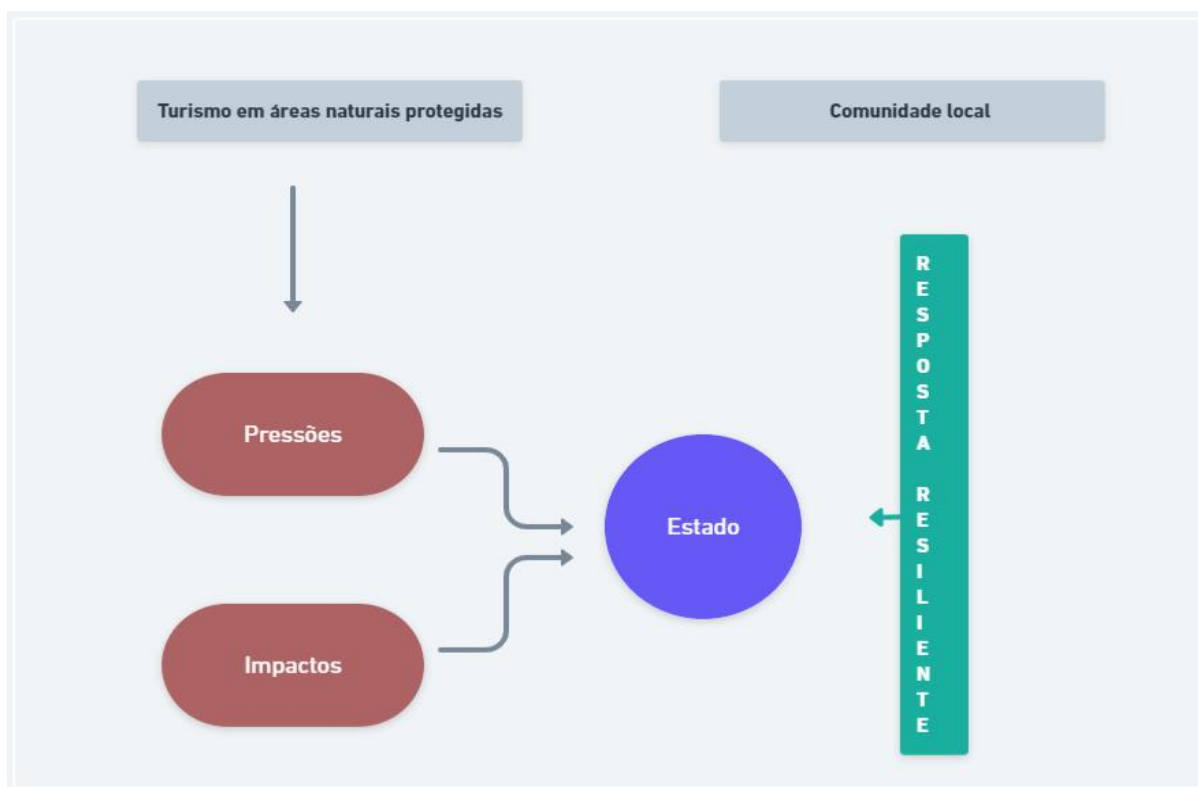
O estudo concluiu que o maior desafio da aplicação desta métrica seja a obtenção de um conjunto de indicadores representativos. Embora fundamentais, a fragilidade contida no processo de escolha dos indicadores pode trazer resultados equivocados. Outro desafio refere-se à obtenção dos dados e à qualidade dessas informações. O papel desta métrica é mostrar a situação dos destinos turísticos quanto ao grau de sustentabilidade da atividade, ainda que os indicadores não consigam cobrir todas as questões e os resultados obtidos, servem de parâmetros para novos planejamentos.

Nesse sentido, tomando como base a discussão do DPSIR e sua relação com o turismo, foi adaptado de modo a atingir o objetivo do presente estudo, a partir do

enfoque analítico da resiliência em comunidades locais no âmbito das ANPs, na qual encontra-se em fase de maturação junto a leituras e orientações.

A figura 11 é uma representação de como é adaptação do modelo, que tem como nome *Driver-Pressure-State-Impact-Response-Resilience* (DPSIR-R), sendo em português, **Força Motriz, Pressão, Estado, Impactos e Resposta Resiliente**

Figura 11: Modelo DPSIR-R adaptado.



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Dessa forma, partindo da compressão do modelo e da perspectiva central da presente pesquisa, o modelo DPSIR-R tem como a força motriz o turismo no âmbito das ANPs, que exerce e produz de forma constante e dinâmica diversas pressões e impactos nocivos para o ambiente, que neste caso, se refere as ANPs, porém com o enfoque analítico para as comunidades locais.

No que se trata ao estado, no presente modelo, se refere a um diagnóstico a partir da identificação do conjunto múltiplo de pressões e impactos do turismo. Quanto a resposta resiliente é a avaliação do comportamento da capacidade resiliente das comunidades frente ao contexto de pressões e impactos que reverbera no ambiente.

Portanto, o turismo está altamente associado a elementos socioecológicos, que afetam significativamente o grau de resiliência, bem como pode aumentar a resiliência

da comunidade, construindo a capacidade para realizar uma resposta adaptativa a um contexto de inúmeros impactos e pressões.

Considerando tudo o que vem sendo discutido e partindo da intenção do modelo *Driver-Pressure-State-Impact-Response-Resilience* (DPSIR-R) que é compreender como as relações dos impactos e pressões do turismo interferem na resposta resiliente da comunidade faz-se necessário uma investigação de forma ampla e integrada com os elementos que se relacionam e integram o sistema turístico no âmbito das ANPs, e para isso viu-se a necessidade de incorporar esse estudo a base epistemológica a partir do paradigma sistêmico.

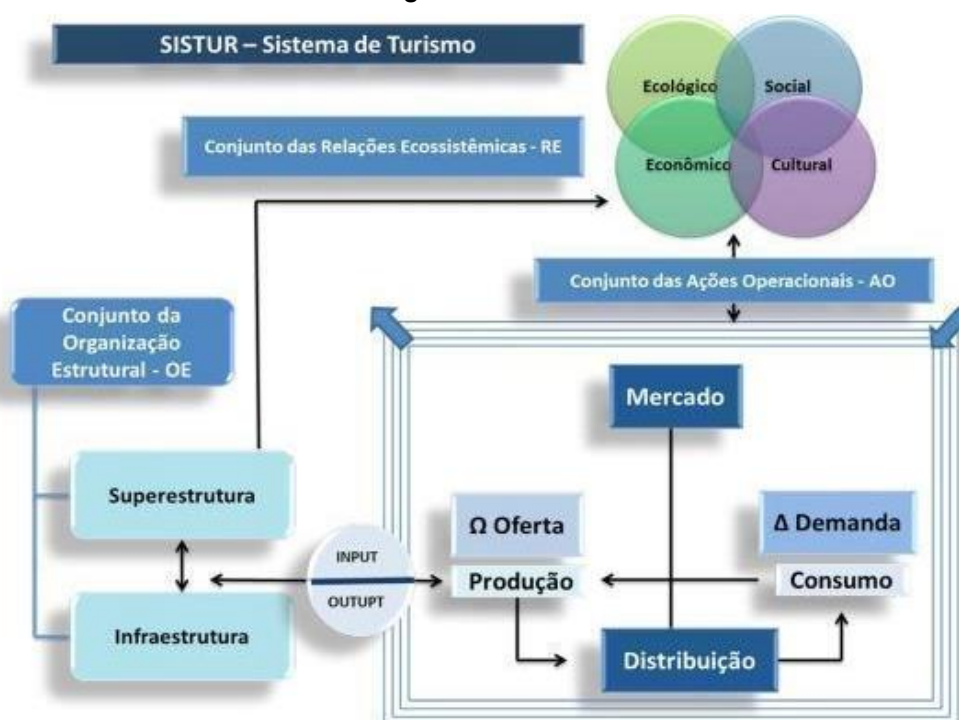
Tal escolha se fundamenta a partir da compreensão de que o turismo é uma atividade complexa, o que significa que suas partes constitutivas se comportam em relação umas com as outras, não é possível compreender um objeto sem sua conexão com os demais objetos. Sendo assim, a tentativa de compreender as relações entre os elementos que envolve o presente estudo (turismo, impactos, pressões, comunidade e resiliência), pode ser realizada por vários caminhos, entre eles o modelo sistêmico, um dos mais utilizados, principalmente no Brasil (Beni & Moesch, 2016).

Além disso, partindo do que já foi citado nas discussões teóricas deste trabalho, onde destaca que dentro do sistema sócio-ecológico turístico o elemento mais afetado e intimamente envolvidos no turismo em área protegida são residentes sobretudo no âmbito das áreas naturais protegidas, e que é um dos objetivos das ANPs, promover a sustentabilidade a partir de um sistema integrado capaz de fomentar a resiliência para resistir a distúrbios e lidar com a incerteza. Portanto, é preciso destacar que para reconhecer a resiliência da comunidade é necessário investigar de forma integrada a partir do conjunto de aspectos econômico, social, ecológico e institucional que se interligam e interagem, além de que, compreender e promover a capacidade resiliente não restringe apenas a responsabilidade da comunidade, mas também dos agentes externos, como profissionais, governo e terceiro setor.

De acordo com Yang; Kim; Pennington-Gray e Ash (2021), colaboram afirmando que os estudos recentes também provaram que a demanda turística está positivamente relacionada à resiliência da comunidade, pois a demanda pode levar além do crescimento e desenvolvimento socioeconômico, pode contribuir para os aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos que auxilia diretamente a construção da resiliência da comunidade.

Isto posto, e considerando a problemática que envolve a pesquisa, acredita-se que a partir da base epistemológica do sistemismo tendo como base o Sistur (Beni, 1998), a investigação deve ser compreendida de forma integrada e ampla, partindo disso, o levantamento das principais pressões e impactos do turismo será a partir dos conjuntos composto pelo Sistur, a saber: Conjunto das relações ambientais (CRA); b) Conjunto das relações operacionais (CRO); e c) Conjunto das relações estruturais (CRE), ver figura 12.

Figura 12: Sistur



Fonte: Beni, 1998.

O CRA é composto pelos subsistemas ecológico, social, econômico e ambiental. Nestes subsistemas identifica-se a base da atratividade, a matéria-prima do turismo, através dos recursos turísticos em geral e também todos os aspectos relacionados aos efeitos da atividade turística na economia, política, ambiente e sociedade.

O CRO é como o próprio nome já indica é composto pelos os subsistemas responsáveis pela operacionalização do turismo (mercado, oferta, demanda, consumo, distribuição), explicando as relações do turismo com o mercado e principalmente a formação do produto turístico, da matéria-prima (atrativos ou recursos turísticos) até a chegada ao consumidor (turista).

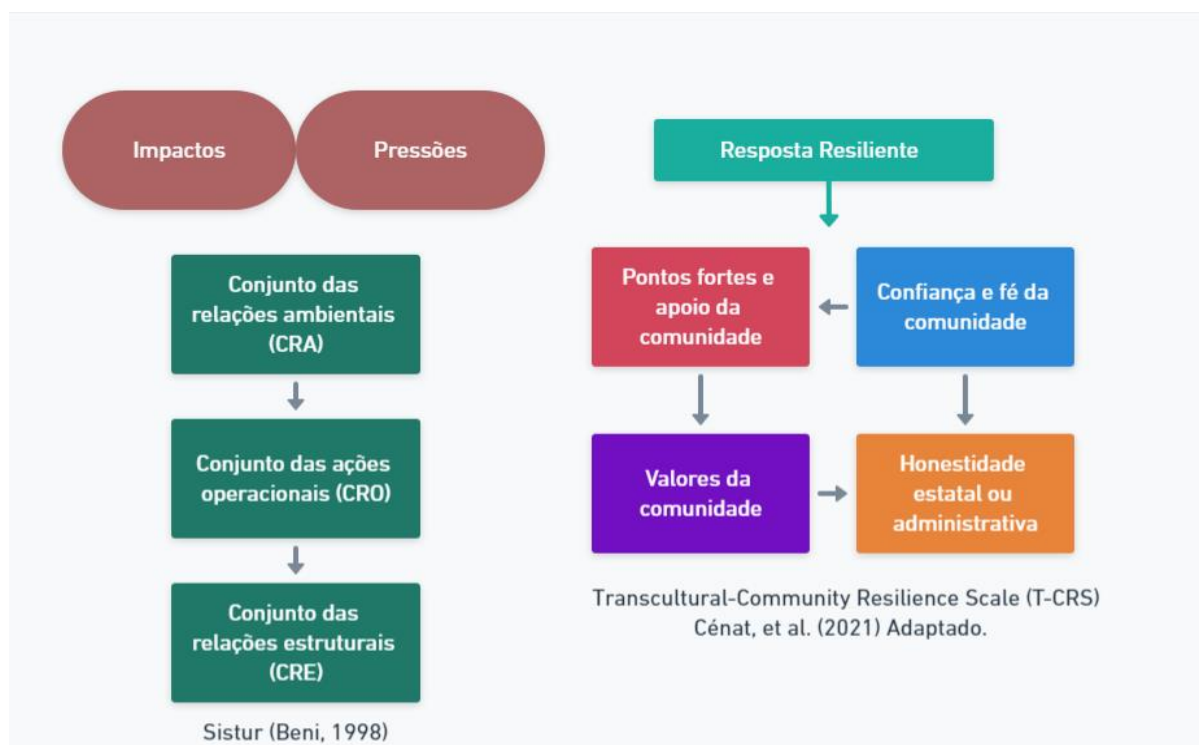
O CRE é onde estão o subsistema da infraestrutura (básica e turística) e da

superestrutura. A Superestrutura é o subsistema responsável pela organização do turismo e consequentemente pelo planejamento da atividade. Esse subsistema refere-se à complexa organização tanto pública quanto privada que permite harmonizar a produção e a venda de diferentes serviços do Sistur.

Dessa forma, o estado referente ao *modelo Driver-Pressure-State-Impact-Response-Resilience* (DPSIR-R) se constitui o diagnóstico das pressões e impactos do turismo, portanto o levantamento será realizado com base nas dimensões dos conjuntos que compõe o Sistur, tendo em vista que a conjuntura desses elementos proporciona compreender a dinamicidade e as relações entre os componentes do turismo necessários para a investigação que o trabalho se propõe.

A imagem 13 representa o modelo analítico baseado nas teorias e dimensões do turismo e resiliência.

Figura 13: Elementos do modelo analítico Driver-Pressure-State-Impact-Response-Resilience (DPSIR-



R).

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Enquanto avaliação da resposta resiliente da comunidade a escala resiliente escolhida foi para compor parte do modelo é a *Transcultural-Community Resilience Scale* (T-CRS)⁷, dos autores Cénat, *et al.* (2021), onde o seu desenvolvimento assenta

⁷ A justificativa da escolha dessa escala encontra-se detalhada na metodologia deste trabalho.

na definição de resiliência comunitária como a capacidade das comunidades de se valerem de recursos para facilitar a resiliência dos seus membros.

Dessa forma, a partir dessa conjuntura desses elementos pretende-se avaliar a resposta do comportamento resiliente da comunidade, uma vez em que, pessoas resilientes estão mais suscetíveis a superar as adversidades, evitando assim, que sucumbam aos desafios impostos. Entende-se que é necessário compreender que essa característica pode ser desenvolvida tanto individualmente quanto em grupo. Portanto, torna-se possível haver pessoas, empresas e instituições, pois a maneira como um grupo encara uma adversidade também o leva a se tornar resiliente em suas ações (Costa, 2017, Barbosa, 2006 e Sobrere [s/a]).

Portanto, espera-se que a proposição desse modelo analítico possa trazer resultados que proporcione no final uma análise primordial dos quais são os principais impactos e pressões do turismo que as comunidades tendem a enfrentar e resistir, e atrelado a avaliação da resposta resiliente da comunidade, possa também traçar diretrizes, alternativas e direcionamentos para o planejamento e gestão do turismo em ANPs visando promover o turismo resiliente, na qual as comunidades possam potencializar o comportamento resiliente de forma coletiva e assim garantir a capacidade de enfrentar, resistir e superar as adversidades, crises e instabilidades do turismo.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo traz uma apresentação dos procedimentos metodológicos que serão utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa. Ele está subdividido em 4 principais subtópicos, a saber: 1) Abordagem e tipo de pesquisa; 2) Universo e campo da pesquisa; 3) Instrumentos de coleta de dados; e 4) Análise dos dados.

3.1 Abordagem e tipo de pesquisa

A presente pesquisa possui uma abordagem qualitativa, pois se trata de estudo na qual busca um aprofundamento da compreensão da relação entre turismo e resiliência em comunidades no âmbito das ANPs. Nesse sentido, o trabalho busca se aprofundar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos. Além disso, é importante ressaltar que na pesquisa qualitativa o objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (Minayo, 2007).

Portanto, por se tratar de um estudo que tem como enfoque analítico em um fenômeno social, em que a realidade vivenciada por um grupo, as suas aspirações e subjetividades são indispensáveis para se chegar a resultados que refletem a veracidade do que se pesquisa, é que se justifica a utilização da pesquisa qualitativa nesta tese (Costa, 2017).

A pesquisa caracteriza-se como pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória porque teve como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Além disso, tem objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. E descritiva porque teve como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (Gil, 2008).

Quanto aos meios é uma pesquisa bibliográfica (ou de revisão de literatura) que se constitui em uma estratégia basilar pois, procura explicar, discutir e conhecer a fundo o assunto em questão, tendo por base referências publicadas em livros, periódicos, sites, e demais documentos de cunho científicos (Marconi & Lakatos, 2008).

Além disso, o estudo conta com a pesquisa documental, que segundo Calado e Ferreira, os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação.

Por fim, a pesquisa de campo, uma vez que se configura como recorte espacial. Desta forma, ela caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto às pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (Fonseca, 2002). Além disso, é um momento de investigação essencial. Por isso, sua forma de ser feita requer atenção científica para seleção dos fatos a serem observados, coletados e compreendidos (Minayo, 2010).

3.2 Universo e campo da pesquisa

O campo de pesquisa correspondeu a área de proteção ambiental de caráter público no âmbito estadual (Rio Grande do Norte). O RN possui 11 áreas naturais protegidas que correspondem 253 mil hectares em Unidades de Conservação Estaduais, o que corresponde a 2,41% do seu território. Estas unidades protegem 2,14% da área continental e 14,53% da área marinha do estado (IDEMA, s\l). Essas são geridas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – (IDEMA/RN), por meio do Núcleo de Unidades de Conservação (NUC). O setor, juntamente com o Programa Estadual de Unidades de Conservação, foi instituído, no âmbito interno do IDEMA.

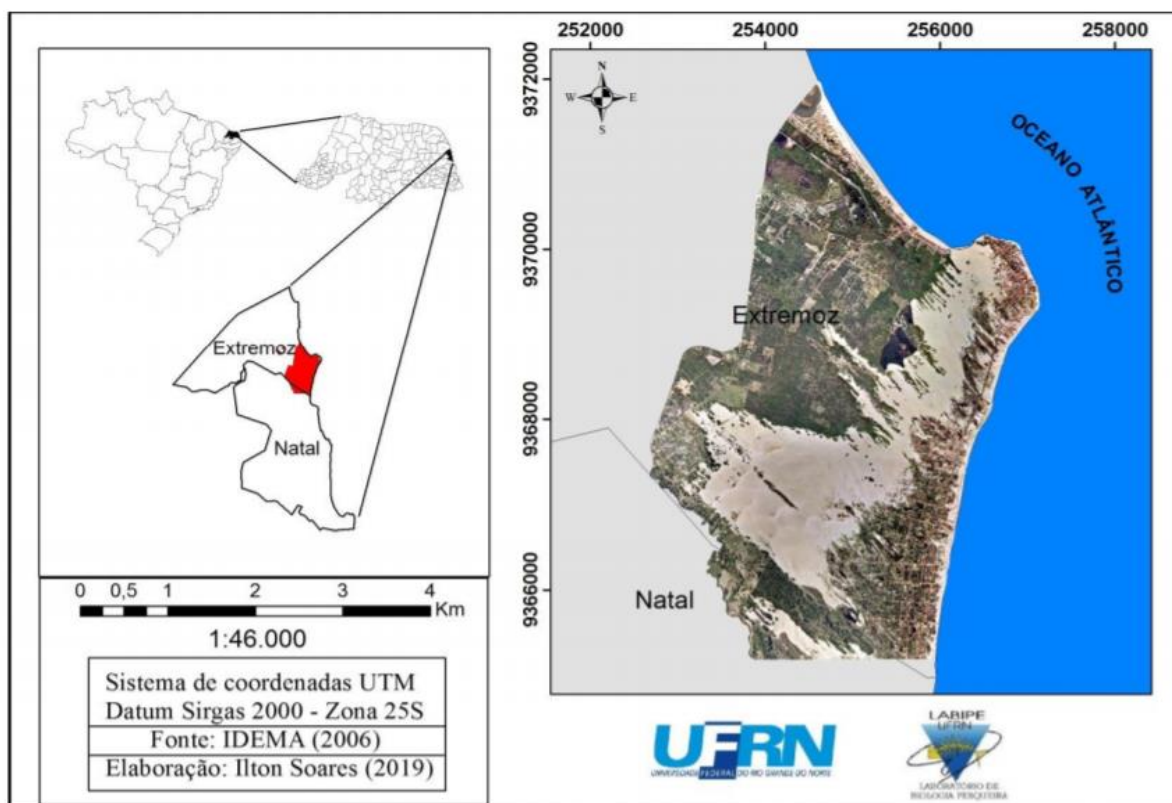
Para esta pesquisa o critério inicial para escolha da ANP é que deveria ser de categoria de uso sustentável e que fosse do tipo de área de proteção ambiental (APA), pois de acordo com o SNUC (2000), ela é uma área natural, na qual permite a ocupação humana, que garante a proteção e conservação de atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida da população, além disso, permite atividade econômica, inclusive o desenvolvimento do turismo.

Diante disso, dentro do quantitativo de ANPs estaduais, 5 delas são de categoria APA, dessa forma, a ANP escolhida para o *locus* da investigação é a Área de Proteção Ambiental Jenipabu (APAJ). Sendo que entres as APAs, a APAJ, possui o maior tempo de criação, bem como é uma área alta representativa turística para o estado e

o país, inclusive no âmbito internacional devido a passeio de dromedários nas dunas exclusivo da América Latina, nisso despontar de uma demanda intensa de turistas durante todo o ano e devido que no entorno da APAJ há comunidades que mantêm relação direta com a dinâmica das atividades e serviços turísticos.

A APAJ é uma unidade de conservação de uso sustentável criada em 1995 pelo Decreto Estadual no 12.620/1995. Tem uma área de 1739 hectares e está localizada nos municípios de Extremoz e Natal, no litoral oriental do Rio Grande do Norte (Mapa 1). Foi criada com objetivo de proteger ecossistemas litorâneos e garantir o turismo sustentável (Rio Grande do Norte, 2009), sendo considerada um dos principais destinos turísticos do estado, principalmente por causa dos passeios de buggy nos campos de dunas fixas e móveis.

Mapa 1: Mapa de localização da Área de Proteção Ambiental Jenipabu.



Fonte: Soares, 2019.

A APAJ abrange os municípios de Natal e Extremoz, no estado do Rio Grande do Norte. Em termos de infraestrutura, esta UC dispõe de uma sede, o Ecoposto, localizado no município de Extremoz/RN. O Ecoposto é um conjunto de três prédios em uma mesma área, composto por uma sede administrativa, uma casa do pesquisador e uma casa para alojamento da Companhia Independente de Proteção Ambiental – CIPAM (Secom/Idema, 2014).

A APAJ é também possui um Conselho Gestor. Este colegiado foi instituído através do Decreto Estadual nº19.139 de 05 de Junho de 2006. APAJ possui o seu Plano de Manejo desde 2009 e foi instituído através da Lei nº 9.254 de 06 de Outubro de 2009, o Zoneamento Ecológico Econômico (Secom/Idema, 2014).

O universo desta pesquisa foi composto pelas comunidades que fazem parte (ou estão na área de influência) da APAJ. Assim, a APA Jenipabu abrange porções territoriais dos municípios de Extremoz (96,9%) e Natal (3,1%), incluindo as praias de Redinha Nova, Santa Rita e Jenipabu, sendo que para esta pesquisa, tendo em vista a limitação de tempo e de recursos financeiros (refere-se ao pesquisador) foi escolhida como objeto de estudo a praia de Jenipabu, sendo ela a que concentra a maior gama de serviços, empreendimentos e passeios turísticos em relação às demais, é um dos principais cartões postais do estado do RN com visibilidade nacional e internacional, bem como possui uma demanda intensa de turistas e por isso a comunidade tem relação direta com a dinâmica do turismo durante todo o ano.

Quanto aos sujeitos da pesquisa, o universo é composto pelos atores aliados à atividade turística e à gestão pública ligado à APAJ, que engloba os empresários locais de empresas de passeios turísticos, meios de hospedagens, bares, restaurantes e similares, artesãos, professores, líderes formais e informais da comunidade, presidentes e membros de associações ligadas ao turismo, gestores da APAJ e do IDEMA, gestores públicos do município de Extremoz⁸, bem como membros do conselho gestor e moradores nativos e estrangeiros⁹ da praia de Jenipabu e entre outros. A escolha desses sujeitos da pesquisa justifica-se pelo fato de serem representativos e relevantes para esta pesquisa tendo em vista o objetivo e o problema de estudo, onde essas pessoas têm relação direta com a dinamicidade com o turismo, a gestão pública do turismo, a gestão da APAJ, além disso, são sujeitos que vivenciam e convivem o cotidiano do *locus* da pesquisa, podendo assim contribuir com o levantamento de dados e informações referente a objeto do presente estudo.

3.3 Instrumentos de Coleta de Dados

1ª Etapa

A primeira etapa da coleta de dados consistiu-se na realização da pesquisa

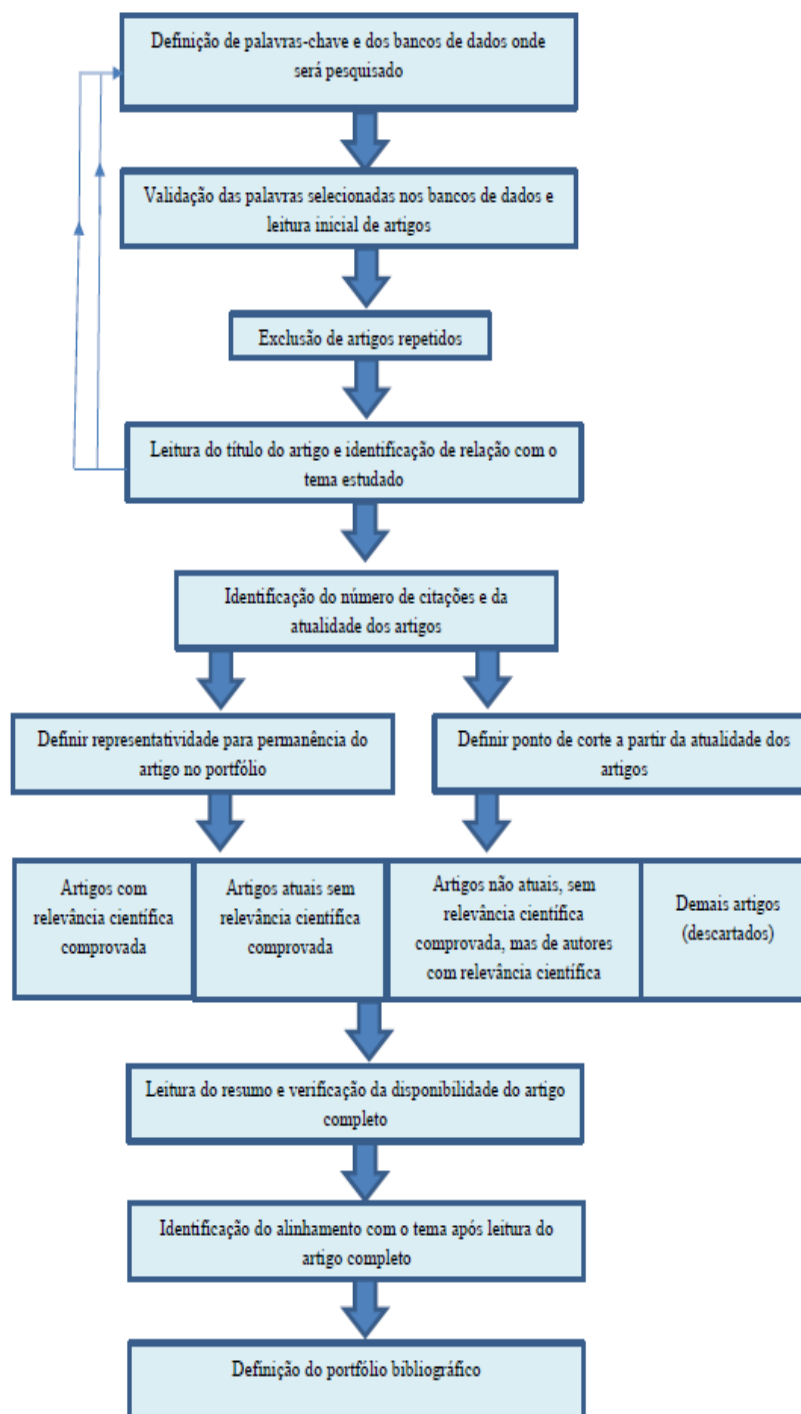
⁸ Os gestores públicos de Extremoz devido a praia de Jenipabu fazer parte do município.

⁹ Estrangeiros que atualmente são moradores da Praia de Jenipabu.

bibliográfica, que permitiu aglutinar um conjunto de estudos realizados e publicados com temas envoltos da presente pesquisa.

Para esta etapa, será utilizado o instrumento *Knowledge Development Process – Constructivist (Proknow-C)* (Afonso, Souza, Ensslin & Ensslin, 2011) (ver figura 14), que tem seu processo de aplicação dividido em quatro etapas: 1) seleção do portfólio bibliográfico; 2) análise bibliométrica do portfólio bibliográfico; 3) análise sistêmica do portfólio bibliográfico; e 4) elaboração dos objetivos de pesquisa.

Figura 14: Etapas para elaboração do portfólio bibliográfico.



Fonte: Afonso, Souza, Ensslin, & Ensslin, 2011.

Seleção do portfólio bibliográfico

A etapa de seleção do portfólio bibliográfico foi composta por três fases: a) triagem dos artigos nas bases de dados que compõem o Banco de Artigos Bruto; b)

filtragem dos artigos selecionados baseada no alinhamento da pesquisa e c) teste de representatividade do portfólio.

1º Seleção do banco de artigos bruto

Para este primeiro momento, inicialmente foram definidos quatro eixos da pesquisa: turismo, resiliência, áreas naturais protegidas, comunidades e DPSIR (Driving, Pressure, State, Impact, Response). Feito isso, os próximos passos são: a) definição dos descritores/palavras-chave, b) seleção da base de dados a ser pesquisada, c) busca de artigos nas bases de dados com as palavras-chave/descriptores e d) realização de teste de aderência das palavras-chave.

a) Definição dos descritores/palavras-chaves

De acordo com os eixos definidos anteriormente, foi feita a definição das palavras-chaves, com três tipos de idiomas distintos, a saber: português, inglês e espanhol (Tabela 1). A busca foi feita com as palavras combinadas e de forma simples, e no que se refere o termo combinado área protegida também foi usado como sinônimo de unidade de conservação. Como mecanismo de otimizar a busca foi utilizado coringa (*) e uso de aspas nas palavras.

Tabela 1: Eixos e palavras-chave combinadas.

Eixos	Palavras-chave combinadas (Português)	Palavras-chave combinadas (Inglês)	Palavras-chave combinadas (Espanhol)
Turismo e resiliência	Turismo + resiliência	Tourism + Resilience	Turismo + Resiliencia
Turismo, áreas naturais protegidas	Turismo e “Área naturais protegidas” “Unidade de conservação”	Tourism + Protected Natural Area	Turismo + Espacio Natural Protegido
Turismo, áreas naturais protegidas e comunidades	Turismo e “Área protegida” “Unidade de conservação” + comunidades	Tourism + Protected Natural Area + communities	Turismo + Espacio Natural Protegido + Comunidades
Turismo DPSIR (Driving, Pressure, State, Impact, Response)	Turismo + DPSIR (Força Motriz, Pressão, Estado, Impacto e resposta)	Tourism + DPSIR (Driving, Pressure, State, Impact, Response)	Turismo + DPSIR (Conducción, Presión, Estado, Impacto, Respuesta)

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

b) Definição da base de dados

Logo, foi realizada a seleção dos bancos de dados, que a princípio, ma

Desta forma, a busca no Portal de Periódicos Capes, foi realizada com base nos seguintes critérios: 1) combinação de palavras-chave presentes no título do artigo, 2) artigos revisados por pares; 3) artigos publicados entre 2011 a 2021; e 4) Artigos em idiomas em português, inglês e espanhol (Tabela 2).

Tabela 2: Quantitativo da busca por meio das palavras-chave.

Palavras-chave	Idiomas		
	Português	Inglês	Espanhol
Turismo	15.000	146.182	4.295
Áreas naturais protegidas/Unidades de Conservação	319/2002	225.823	3.204
Comunidades	72.177	1.367.340	58.038
Resiliência	4.938	141.696	1.418
DPSIR (Driving, Pressure, State, Impact, Response)	0	234	0
Total	92.434	1.679.052	35.007
Total geral	1.806.493		

Fonte: Elaborado com base no Portal de Periódicos Capes (2011-2022). Disponível em <http://www-periodicos-capesgov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>, recuperado em março, 2023.¹⁰

c) Busca dos artigos nos bancos de dados com as palavras-chave

Nesta etapa, foi realizada a busca no Portal de Periódicos Capes a partir da combinação das palavras-chave definidas, dessa forma, o resultado obtido foi um total um total de 17.394 artigos, no quais passaram a compor o Banco de Artigos-Bruto (Tabela 3).

Tabela 3: Quantitativo da busca por meio das palavras-chave.

Palavras-chave	Idiomas		
	Português	Inglês	Espanhol
Turismo + resiliência	371	14.240	244
Turismo + “Áreas naturais protegidas”	165/473	661	51
“Unidade de conservação”			
Turismo e “Áreas naturais protegidas”	210/269	512	41
“Unidades de conservação” + comunidades			

¹⁰ O quantitativo atualizado incluindo o ano de 2022, pois o portfólio bibliográfico realizado anterior para qualificação da tese tinha sido feito com os artigos publicados nos últimos 10 anos, que compreende ao período dentre 2011 a 2021.

Turismo + DPSIR (Força Motriz, Pressão, Estado, Impacto e resposta)	1	156	0
Total geral	17.394		
Total disponível	4.177		

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Não foi possível ter acesso a quantitativo geral dos artigos, pois o portal não permitiu avançar em todas as páginas dos artigos das palavras-chave combinadas “turismo + resiliência”, só foi possível ter acesso até a página 40 (50 artigos por páginas), dessa forma, só foi permitido baixar 2000 mil artigos nessa seção. Sendo assim, o total de artigos disponíveis foi 4.177, compondo o banco de dados da presente pesquisa.

Para a organização do banco de dados, foi possível ter o auxílio do *software* livre de gerenciamento bibliográfico Zotero. Nele é possível ter acesso a todos os artigos, com as informações credenciais dos autores e as fontes de publicações, bem como os títulos e resumo do artigo na íntegra, onde servirá para a próxima etapa do portfólio bibliográfico.

Ainda nesta etapa, foi feito o teste de aderência das palavras-chave, a partir dos artigos disponíveis no banco de dados, foram escolhidos aleatoriamente 5 artigos com o objetivo de saber se era necessário ou não, haver inclusão ou modificação de alguma outra palavras-chave, feito isso, foi possível identificar que não haveria necessidade.

c.1) Busca dos artigos nos bancos de dados com as palavras-chave - atualizado

A tabela 3 se refere ao quantitativo das combinações das palavras-chave das publicações dos últimos 10 anos (2011-2021), na qual foi apresentado para qualificação da presente tese, em agosto de 2022, dessa forma, pensou-se em realizar uma nova busca incluído as publicações do ano de 2022, primeiro porque a tese está sendo finalizada no ano de 2023 e necessitando atualizar os dados com publicações mais recente e segundo porque, com o acontecimento da pandemia do Covid-19, houve um acréscimo diversos estudos relevantes foram publicados em periódicos nacional e internacional discutindo e ampliando pesquisas sobre o turismo e resiliência por ser um tema transversal no tocante a pandemia, então por isso, com esse avanço

a de considerar de pode haver artigos de relevância significativa podendo incluir no portfólio bibliográfico final.

A tabela 4 a seguir demonstra o quantitativo da busca por meio das combinações das palavras-chave, que corresponde às publicações de 2022, os critérios da busca foram os mesmos citados anteriormente no item “b”.

Tabela 4: Quantitativo da busca por meio das palavras-chave – 2022.

Palavras-chave	Idiomas		
	Português	Inglês	Espanhol
Turismo + resiliência	13	586	13
Turismo + “Áreas naturais protegidas” “Unidades de conservação”	3/0	27	2
Turismo e “Áreas naturais protegidas” “Unidades de conservação” + comunidades	1/1	5	0
Turismo + DPSIR (Força Motriz, Pressão, Estado, Impacto e resposta)	0	4	0
Total geral	655		

Fonte: Elaborado com base no Portal de Periódicos Capes (2022). Disponível em [http://www-periodicos-capesgov.br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?](http://www.periodicos-capesgov.br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?), recuperado em março, 2023.¹¹

Sendo assim, houve um quantitativo geral de 655 artigos, nos quais foram exportados para o *software* livre de gerenciamento bibliográfico Zotero. Feito isso, foram realizadas as leituras de todos os títulos dos artigos, após essa leitura, foram selecionados 3 que possuíam títulos com aderência com os temas da pesquisa, no entanto, dois desses não foram artigos publicados no ano de 2022, e apenas um foi selecionado para fazer parte do portfólio bibliográfico (tabela 4) que passará pelas próximas filtragens.

2º Filtragem do Banco de Artigos-Bruto

Nesta etapa de filtragem, conforme indicado pelos os autores Afonso *et al.* (2011) abordam, foi realizada a partir dos seguintes aspectos: a) presença de artigos repetidos, b) alinhamento dos títulos dos artigos com o tema da pesquisa, c) reconhecimento científico dos artigos, d) alinhamento dos resumos com o tema e)

¹¹ O quantitativo atualizado inclui o ano de 2022, pois o portfólio bibliográfico realizado anteriormente para qualificação da tese tinha sido feito com os artigos publicados nos últimos 10 anos, que compreende ao período dentre 2011 a 2021.

disponibilidade na íntegra dos artigos.

Após essa filtragem resultou em um total de 322 artigos para ser realizada a análise de alinhamento por meio da leitura dos títulos dos artigos, feito isso, chegou-se a um quantitativo de 43 artigos, sendo todos disponíveis para o *download* na íntegra por do Portal de Periódicos Capes ou Google Acadêmico.

Logo, foi feita a identificação do grau de reconhecimento científico das publicações por meio de quantidade de citações, por meio do Google Acadêmico.

3º Teste de representatividade do portfólio bibliográfico

Neste momento, foi realizada a consulta da quantidade de citações por meio da plataforma Google Acadêmico, dessa forma, foi possível ter três principais grupos, no primeiro grupo ficaram 14 artigos com mais de 10 citações (a maior quantidade de citações foi 161), no segundo foram 23 artigos com menos de 10 citações (a menor quantidade de citações foi de 1) e por fim, 3) 6 artigos com nenhuma citação, porém, são artigos publicados recentemente, com menos de dois anos de publicação.

Sendo assim, para a próxima etapa, que é a leitura dos resumos, foram considerados os 14 artigos com mais de 10 citações, e 3 artigos com menos de 10 citações ou nenhuma, por ter relação direta com o tema da pesquisa de acordo com o título.

Após a leitura dos resumos, o portfólio bibliográfico preliminar ficou composto por 16 artigos (ver tabela 5), pois apenas 1 (um) artigo não apresentou aderência direta com o tema da pesquisa

Tabela 5: Portfólio bibliográfico preliminar.

Autores	Idioma	Fonte	Ano
Yang, E.; Kimb, J.; L. Pennington-Gray, L.; & Ash, K.	Inglês	<i>Annals of Tourism Research</i>	2021
Naylor, R. S.; Hunt, C. A.; Zimmerer, K. I. S.; & Taff, B. D..	Inglês	<i>Sustainability</i>	2021
Yang, Q.; Yang, D.; P. Li, P.; & Zhang, Z.	Inglês	<i>Int. J. Environ. Res. Public Health</i>	2021
Zhong, M.; Lin, K.; Tang, G.; Zhang, Q.; Hong, Y.; & Chen, X.	Inglês	<i>Sustainability</i>	2020
Ruiz-Ballesteros, E; & Tejedor, A. C.	Inglês	<i>Sustainability</i>	2020
Pilquimán-Vera, M.; Cabrera-Campos, G.; & Tenorio-Pangui, P.	Inglês	<i>Sustainability</i>	2020

Yanes, A., Zielinski, S., Diaz Cano, M., & Kim, SI	Inglês	<i>Sustainability</i>	2019
Ruana, W., Li, Y., Zhang, S., & Liu, C. H.	Inglês	<i>Tourism Management</i>	2019
Del Cairo, C. L., Gómez Zúñiga, S., Ortega Martínez, J. E., Ortiz Gallego, D., Rodríguez Maldonado, A. C., Vélez Triana, J. S., & Vergara Gutiérrez, T	Espanhol	<i>Guaviare. Cuadernos de Desarrollo Rural</i>	2018
Acosta-Guacaneme, S., & Bautista-Bautista, S. C	Espanhol	<i>Revista de Arquitectura (Bogotá)</i>	2017
Martini, U., Buffa, F., & Notaro, S.	Inglês	<i>Sustainability</i>	2017
Orgaz-Agüera, F., & Morales, P. M. C.	Inglês	<i>REVESCO: Revista de estudios cooperativos</i>	2016
Gallo, E., & Setti, A. F. F.	Português	<i>Ciência & Saúde Coletiva,</i>	2012
Yee, S. H., Bradley, P., Fisher, W. S., Perreault, S. D., Quackenboss, J., Johnson, E. D., & Murphy, P. A.	Inglês	<i>EcoHealth</i>	2012
Reyes, J. E., & Ballesteros, E. R.	Espanhol	<i>Revista de Antropología Social</i>	2011
Chontasi, D., Chicaiza, T., Noguera, D., Naula, L., & Duarte, C.	Espanhol	<i>Revista de Ciencias Humanísticas y Sociales (ReHuSo)</i>	2022 ¹²

Fonte: Dados da pesquisa, 2022-2023.

A próxima etapa consistiu na leitura na íntegra de todos os artigos selecionados, dessa forma, do quantitativo de 16 artigos, 7 (sete) foram excluídos por não estabelecer uma discussão aderente acerca dos temas que a presente pesquisa discute, portanto, o portfólio bibliográfico final ficou composto por 9 (nove) artigos como pode ser vista na tabela 6 a seguir:

Tabela 6: Portfólio bibliográfico final¹³.

Autores	Idioma	Fonte	Ano
Yang, E.; Kimb, J.; L. Pennington-Gray, L.; & Ash, K.	Inglês	Annals of Tourism Research	2021
Naylor, R. S.; Hunt, C. A.; Zimmerer, K. I. S.; & Taff, B. D.	Inglês	Sustainability	2021
Yang, Q.; Yang, D.; P. Li, P.; & Zhang, Z.	Inglês	Int. J. Environ. Res. Public Health	2021
Zhong, M.; Lin, K.; Tang, G.; Zhang, Q.; Hong, Y.; &	Inglês	Sustainability	2020

¹² Artigo inserido no portfólio bibliográfico após a atualização realizada para com as publicações do ano de 2022.

¹³ Apesar de considerar que a análise bibliométrica apresentada na metodologia se configura como resultados da pesquisa, para esta tese e a partir de sua estrutura, optou-se por ser apresentada nesse tópico, na construção de um futuro artigo, será destinado como resultados.

Chen, X.			
Ruiz-Ballesteros, E; & Tejedor, A. C.	Inglês	Sustainability	2020
Pilquimán-Vera, M.; Cabrera-Campos, G.; & Tenorio-Pangui, P.	Inglês	Sustainability	2020
Del Cairo, C. L., Gómez Zúñiga, S., Ortega Martínez, J. E., Ortiz Gallego, D., Rodríguez Maldonado, A. C., Vélez Triana, J. S., & Vergara Gutiérrez, T	Espanhol	Guaviare. <i>Cuadernos de Desarrollo Rural</i>	2018
Acosta-Guacaneme, S., & Bautista-Bautista, S. C	Espanhol	Revista de Arquitectura (Bogotá)	2017
Chontasi, D., Chicaiza, T., Noguera, D., Naula, L., & Duarte, C.	Espanhol	<i>Revista de Ciencias Humanísticas y Sociales (ReHuSo)</i>	2022 ¹⁴

Fonte: Dados da pesquisa, 2022-2023.

O portfólio bibliográfico final da pesquisa foi composto por 9 artigos, sendo 6 no idioma inglês, e 3 em espanhol, o que indica possível necessidade de maior abordagem por outros idiomas, como forma possibilitar amplitude de discussão sobre as temáticas.

Desse modo, os periódicos identificados que concentraram as publicações dos artigos selecionados, foram: Sustainability (3); International Journal of Environmental Research and Public Health (1); Jornal de Ciências Humanísticas e Sociais (ReHuSo) (1); Revista de Arquitectura (1); Annals of Tourism Research (1); Societies (1); e Cuadernos de Desarrollo Rural (1).

No que se refere aos anos de publicação, foi possível identificar que no ano de 2020 e 2021, houve um número maior de artigos publicados em cada ano (3), enquanto os demais anos, 2022, 2018 e 2017, teve (1) um artigo publicado no respectivo ano. Cujos estudos foram desenvolvidos em diversos países, tendo uma concentração nos países da América latina, como Equador, Chile e Colômbia, e dois estudos desenvolvidos na China e Estados Unidos.

Quanto ao tipo de pesquisa, 9 artigos possuem natureza empírica, enquanto 2 artigos são de cunho teórico, desenvolvidos por meio da revisão da literatura. O tipo de abordagem das pesquisas, concentrou-se em estudos qualitativos (7), enquanto 1 (um) artigo adota a abordagem métodos mistos (qualitativo e quantitativo), e 1 (um) artigo possui o viés quantitativo.

¹⁴ Artigo inserido no portfólio bibliográfico após a atualização realizada para com as publicações do ano de 2022.

Quadro 11: Caracterização dos artigos do portfolio final.

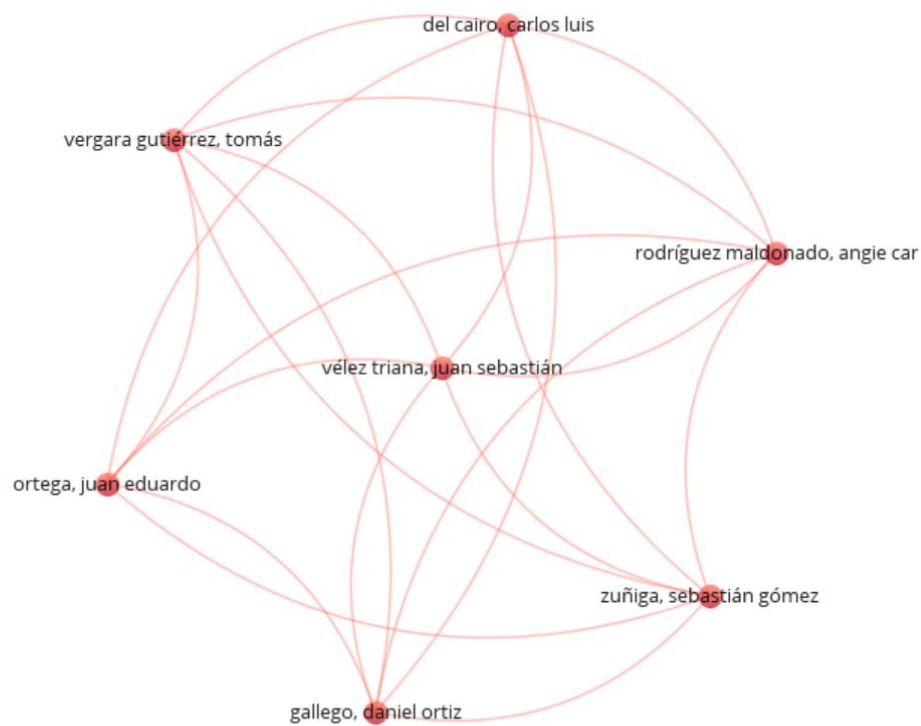
Periódicos	Quantitativo
Sustainability	3
International Journal of Environmental Research and Public Health	1
Jornal de Ciências Humanísticas e Sociais (ReHuSo)	1
Revista de Arquitectura	1
Annals of Tourism Research	1
Societies	1
Cuadernos de Desarrollo Rural	1
Ano de publicação	Quantitativo
2022	1
2021	3
2020	3
2018	1
2017	1
Tipo de pesquisa	Quantitativo
Teórico	2
Empírico	7
Tipo de abordagem	Quantitativo
Qualitativo	7
Quantitativo	1
Qualitativo e quantitativo	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2022-2023.

Logo, foi realizada análise bibliométrica com o auxílio do *software* VOSviewer versão 1.6.16, na qual permitiu realizar mapeamento científico para analisar autorias, citações, periódicos, universidades e países, como também examinar a coocorrência de palavras-chave que desenharam e mapearam os *clusters*.

No primeiro momento, foi realizado o mapeamento dos *clusters* de autores com maior relevância acadêmica, que resultou em 6 cluster, sendo 2 de maior relevância, o primeiro *cluster* (1) se refere aos autores Del Cairo, Carlos Luis; Gallego, Daniel Ortiz; Ortega, Juan Eduardo; Rodríguez Maldonado, Angie Carolina; Vegara Guitiérrez, Tomás; Vélez Triana, Juan Sebastian; e Juñiga, Sebastián Gómez, como pode ser visto na figura 15:

Figura 15: Cluster 1 de autores de maior relevância acadêmica.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022-2023.

O quadro 12, demonstra as filiações e as respectivas áreas de interesse de atuação dos autores do *cluster 1*, neste caso, os autores são filiados à Pontificia Universidad Javeriana e Universidad del Rosario, Escuela de Ciencias Humanas, Bogotá, Colômbia.

E todos são pesquisadores associados ao Centro de Alternativas para o Desenvolvimento (CEALDES), que é uma associação sem fins lucrativos formada por uma equipe interdisciplinar de profissionais das ciências sociais, ambientais e básicas que busca a construção participativa de alternativas aos conflitos socioambientais típicos do atual modelo de desenvolvimento.

As principais áreas de pesquisa dos autores são: ecoturismo comunitário; impacto social e ambiental em áreas rurais, antropologia social, e desmatamento. E *locus* de pesquisa, concentram os estudos na amazônia colombiana.

Quadro 12: Filiações e áreas de interesse e atuação dos autores do cluster 1.

AUTOR	FILIAÇÃO	ÁREAS DE INTERESSE E ATUAÇÃO
Del Cairo, Carlos Luis	Departamento de Antropologia da Pontificia Universidad Javeriana, Colômbia.	Carlos Luis Del Cairo atualmente trabalha no Departamento de Antropologia da Pontificia Universidad Javeriana

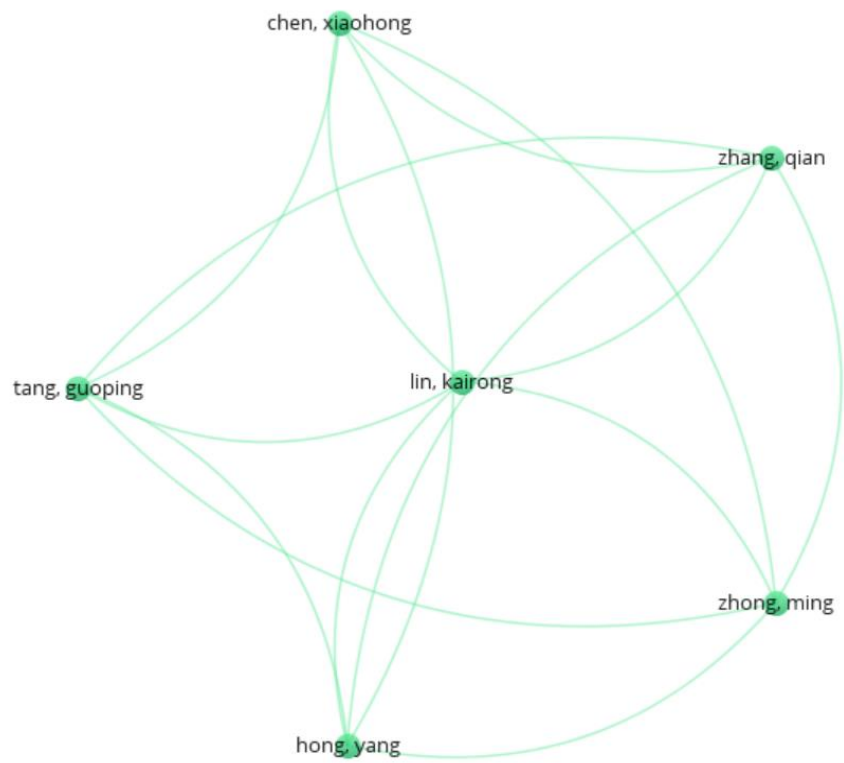
		(Colômbia). Faz pesquisa em Antropologia Cultural, Ecologia Política e Teoria Social. Seu projeto atual é "Análisis de la reconfiguración de las relaciones socioecológicas en das iniciativas de ecoturismo comunitário en el eje fluvial Guayabero-Guaviare".
Gallego, Daniel Ortiz	Universidad del Rosario, Escuela de Ciencias Humanas, Bogotá, Colômbia.	Interesses de pesquisa em tópicos relacionados à dinâmica agrária/ambiental e políticas relacionadas ao uso e propriedade da terra, consolidação da paz, ecoturismo comunitário, desmatamento e cultivo de coca. Experiência de trabalho de campo no noroeste da Amazônia colombiana e na região subtropical boliviana de Yungas.
Ortega, Juan Eduardo	Investigador asociado ao Centro de Alternativas para o Desenvolvimento (CEALDES) Barcelona, Cataluña, Espanha.	Ecologista profissional, co-fundadora do Centro de Alternativas para o Desenvolvimento - CEALDES-, organização sem fins lucrativos dedicada ao trabalho sociocomunitário em torno do uso e gestão de recursos naturais, defesa e planejamento territorial, contencioso ambiental e gestão de projetos de impacto social e ambiental em áreas rurais. Com ampla experiência em pesquisas quantitativas e qualitativas.
Rodríguez Maldonado, Angie Carolina	Centro de Alternativas para o Desenvolvimento (CEALDES), Bogotá, Colômbia.	Antropóloga pela Universidad del Rosario com menção em Sociologia e Jornalismo e Opinião Pública. Pesquisadora associada ao Centro de Alternativas para o Desenvolvimento (CEALDES). Experiência investigativa em Ciénaga Grande no Bajo Sinú de Córdoba - Colômbia e nos departamentos de Meta e Guaviare, com populações camponesas cocaleiras e vítimas do conflito armado. Interesse especial em dinâmicas socioambientais, deslocamentos, cultivos ilícitos, gênero, memória e conflito.
Vegara Guitiérrez, Tomás	Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá, Colômbia.	Não foi possível encontrar informações sobre áreas de interesse e atuação.
Vélez Triana, Juan Sebastian	Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá, Colômbia.	Pesquisador do 'Centro de Estudios Sobre Dinámicas Socioambientales' da Faculdade de Ciências Sociais da Pontificia Universidad Javeriana e do Centro de Alternativas al Desarrollo (CEALDES). Desenvolve seu trabalho científico no campo da

		antropologia ambiental e a ecologia política, com ênfase no estudo dos conflitos socioambientais, as relações socio-ecológicas e o ecoturismo comunitário de base camponesa na Amazônia colombiana.
Juñiga, Sebastián Gómez	Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá, Colômbia.	Coordenador do projeto: "Plataforma de informação e troca de conhecimento ambiental sobre desmatamento e alternativas de desenvolvimento." Agência de Investigação Ambiental -EIA- e Centro de Alternativas de Desenvolvimento -CEALDES-:

Fontes: Dados da pesquisa, 2022-2023.

O cluster 2 foi formado pelos autores Chen, Xiaohong; Hong, Yang; Li, Kairong; Tang, Guaoping; Zhang, Qian; e Zhong, Ming. Como pode ser visto na figura 16. Enquanto no quadro 13 demonstra as filiações e as respectivas áreas de interesse de atuação dos autores do *cluster 2*.

Figura 16: Cluster 2 de autores de maior relevância acadêmica.



Fontes: Dados da pesquisa, 2022-2023.

Os autores Tang, Guaoping; Zhang, Qian; e Zhong, Ming são filiados à Yat-sen University, Guangzhou (China), e apenas o último foi possível averiguar que suas

pesquisas versam sobre gestão de recursos hídricos. Enquanto o autor Li, Kairong, também é chinês, porém vinculado à Escola de Engenharia da Informação, Universidade de Yangzhou Chen, Xiaohong, que debruça em pesquisas na área ambiental. E os demais Chen, Xiaohong e Hong, Yang filiado a Universidades dos Estados Unidos, onde o primeiro atua na área de economia, e o segundo, não foi possível obter tal informação.

Quadro 13: Filiações e áreas de interesse e atuação dos autores do cluster 2.

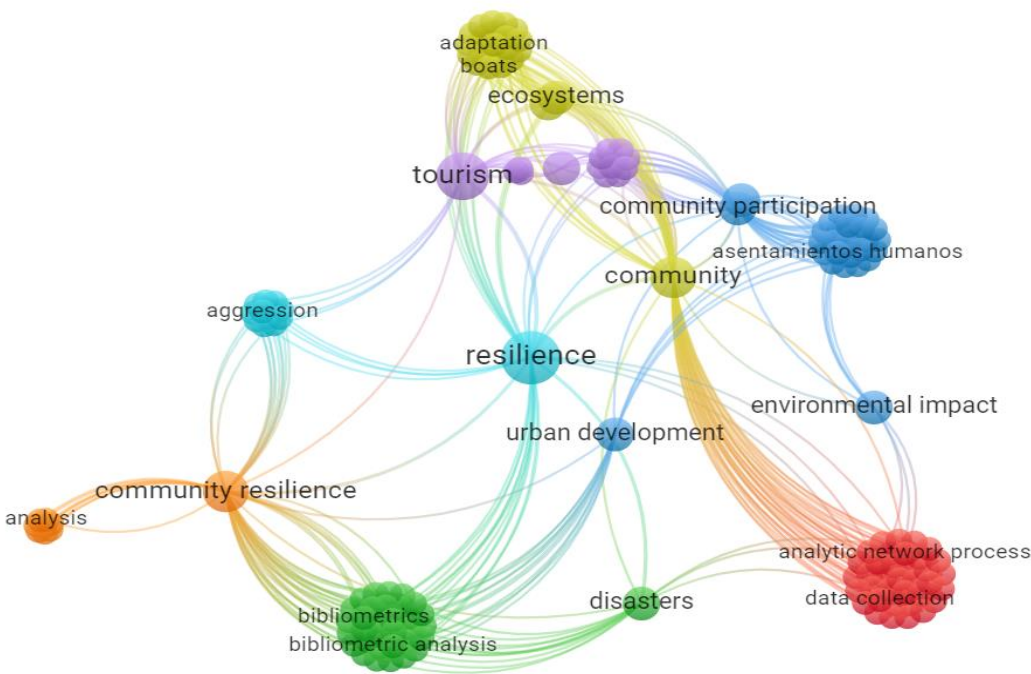
AUTOR	FILIAÇÃO	ÁREAS DE INTERESSE E ATUAÇÃO
Chen, Xiaohong	Universidade de Yale, New Haven, Connecticut, Estados Unidos.	O campo de pesquisa de Chen é econometria. Ela é conhecida por sua pesquisa em estimativa de peneira penalizada e inferência em modelos semiparamétricos e não paramétricos, como modelos semiparamétricos de séries temporais não lineares, precificação de ativos empíricos, cópula, dados ausentes, erro de medição, variáveis instrumentais não paramétricos, restrições de momento condicional semi/não paramétricas, inferência causal.
Hong, Yang	School of Civil Engineering and Environmental Sciences, University of Oklahoma, Norman, Estados Unidos.	Não foi possível encontrar informações sobre áreas de interesse e atuação.
Li, Kairong	Escola de Engenharia da Informação, Universidade de Yangzhou, China	Sistemas de apoio à decisão, computação científica ambiental, sistemas baseados em conhecimento, ontologias (inteligência artificial), análise de texto, conservação de água.
Tang, Guaoping	School of Geography and Planning, Sun Yat-sen University, Guangzhou China;	Não foi possível encontrar informações sobre áreas de interesse e atuação.
Zhang, Qian	School of Geography and Planning, Sun Yat-sen University, Guangzhou China;	Não foi possível encontrar informações sobre áreas de interesse e atuação.
Zhong, Ming	School of Geography and Planning, Sun Yat-sen University, Guangzhou China;	Gestão de Recursos Hídricos

Fonte: Dados da pesquisa, 2022-2023.

Foi realizada uma análise da rede de cocitação das palavras-chave, conforme está exposto na tabela 13 (consideradas citadas pelo menos 1 vez pelos autores), sendo identificados, no total, 7 *clusters* temáticos formados por 136 nós de termos e

expressões correlatas e associadas a abordagem da pesquisa, apresentadas na figura 17 e no quadro 14.

Figura 17: Nós termos e expressões correlatas.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022-2023.

O quadro 14, demonstra os termos que cada compõe a um *cluster*, dessa forma, os *clusters* 1, 2 e 3, possui termos bastante variados e amplos, perpassando pelos temas das questões ambientais (enchentes, inundações, tempestades), análise bibliométrica, Covid-19, comunidades, políticas públicas e entre outros.

Já os *clusters* 4, 5 e 6 trazem termos ligados ao turismo, como: Cruzeiros; Turismo de cruzeiros; Desenvolvimento do Turismo; Ecoturismo de base comunitária; Turismo de base comunitária; Ecoturismo e Turismo. Além disso, junto com o *cluster* 7, apresenta-se termos voltado para a resiliência e comunidades, tais como: Resiliência socioecológica; Povos indígenas; Resiliência; Exclusão social; Resiliência comunitária; Modelo de medição de resiliência comunitária; e Resiliência da comunidade turística. Nos quais, são temáticas que estão diretamente relacionadas com os temas que essa pesquisa se propõe a debruçar.

Quadro 14: Clusters e itens do portfólio bibliográfico.

CLUSTER	ITENS
Cluster 1 (vermelho)	Processo de rede analítica; Coleção de dados; Análise de decisão; método Delphi; Evacuação; Evacuação e resgates; Avaliação; Indicadores de avaliação; Investigações de campo; Testes de campo; Controle de inundação; Danos

	causados por inundações; Previsão de enchentes; Gestão de cheias, Cheias; Inundações; Identificação de perigo; Mitigação de perigos; Dados hidrológicos; Indicadores; Abordagem integrada; Uso da terra; gestão do uso da terra; Medicamento; Bairros; Organizações; Questionários; Chuva; Danos causados por tempestades; Seleção de estratégia; Análise de sistemas; Áreas urbanas; Inundações urbanas; Aldeias; e Previsão do tempo.
Cluster 2 (verde escuro)	Análise bibliométrica; Bibliometria; Análise de citações; Citações; Adaptação às alterações climáticas; Análise de agrupamento; Cocitação; Acidentes de construção e segurança; Cooperação; Coronavírus; Covid-19; Países desenvolvidos; Países em desenvolvimento; Gestão de Desastres; Desastres; Abuso de drogas; Resistência a terremotos; Terremotos; Preparação para emergências; Engenharia; Distribuição geográfica; Pontos de acesso; Ldcs; Pesquisa médica; Mitigação; Saída da publicação; Análise; Áreas rurais; Comunidades rurais; Atividade sísmica; Programas; Tendências; e Visualização.
Cluster 3 (Azul)	Arquitetura; Assentamentos humanos; Participação cidadã; Direito à cidade; ecológico; Ecoaldeia; Ecobairros; Impacto ambiental; Assentamentos Humanos; Vizinhaça; Organização social; Participação comunitária; políticas públicas; Região administrativa; Direito à cidade; Organização social; Planejamento administrativo especial; Desenvolvimento sustentável; e Aldeia.
Cluster 4 (Verde claro)	Adaptação; Capacidade adaptativa; Alasca; Fatores antropogênicos; Barcos; Das Alterações Climáticas; Comunidade; Cruzeiros; Turismo de cruzeiros; Herança cultural; Ecossistemas; Economia ambiental; Etnografia; Influências humanas; Influência; Meios de subsistência; Recursos naturais; Nichos; Análise de reabilitação; Métodos de pesquisa; Navios; Fatores socioeconômicos; e Desenvolvimento do Turismo.
Cluster 5 (Roxo)	Agricultura; Envolvimento da comunidade; Ecoturismo de base comunitária; Turismo de base comunitária; Análise comparativa; diversificação econômica; Ecoturismo; Galapos; Modelos matemáticos; Multiculturalismo & plural; Participação; Resiliência socioecológica; Sustentabilidade; e Turismo.
Cluster 6 (Azul claro)	Agressão; Colonização; Turismo de base comunitária; Cultura; Povos indígenas, Investigações; mapuches; Grupos minoritários e étnicos; Aspectos organizacionais; Resiliência; Exclusão social; e Habilidades sociais
Cluster 7 (Laranja)	Análise, Resiliência comunitária; Modelo de medição de resiliência comunitária; Medição; Promoção de vendas; Heterogeneidade espacial; Resiliência da comunidade turística; Especialização na indústria do turismo; e Indústria.

Fonte: Dados da pesquisa, 2022-2023.

A figura 18, apresenta os 7 *clusters* formados a partir do portfólio bibliográfico que destaca quais os anos que cada *cluster* e os respectivos nós tiveram evidência, os *cluster* 2, 4 e 7, são os artigos publicados mais recentemente, onde o primeiro (*cluster* 2) tem-se em destaque as palavras bibliometria e análise bibliométrica, o segundo (*cluster* 4), tem-se as palavras, Adaptação, Fatores antropogênicos; Barcos e Cruzeiros, e por fim, o cluster 7, tem os termos análise e medição. E 1 (um) *cluster*,

o 3, que teve publicações em 2017, que em destaque encontra-se as palavras arquitetura e assentamentos humanos

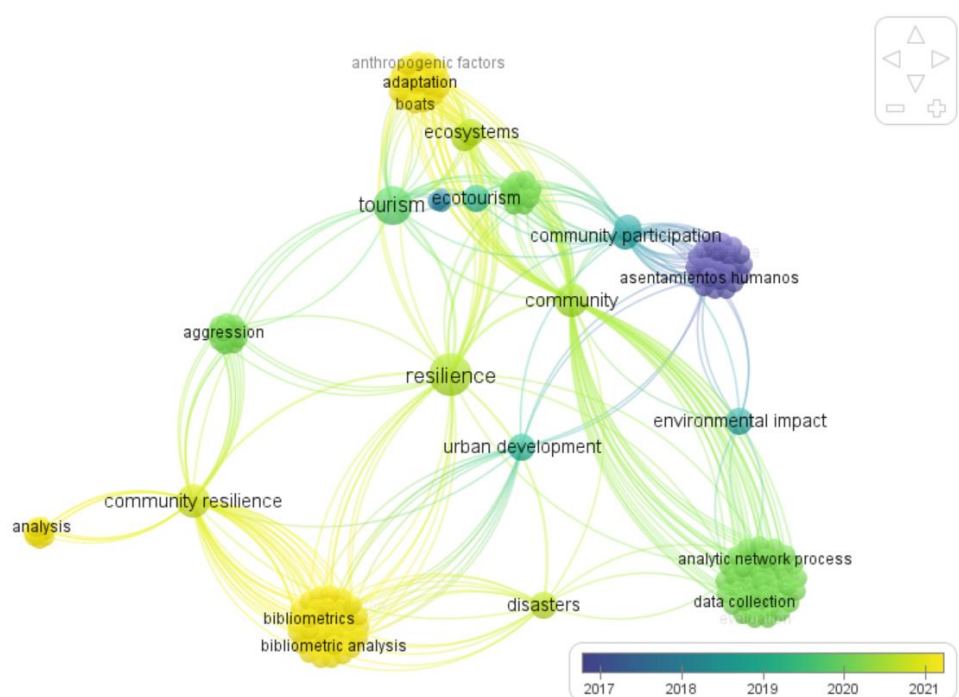


Figura 18: Clusters e os respectivos anos de publicação.

Fontes: Dados da pesquisa, 2022-2023.

O portfólio bibliográfico selecionado fez parte a construção teórica deste estudo, bem como para o aprofundamento da discussão dos resultados, além disso, também fez o uso de materiais bibliográficos pesquisados e consultados outros sites acadêmicos como o Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Publicações de Turismo (EACH-USP), e entre outros, bem como, consultas em livros na Biblioteca Central e bibliotecas setoriais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

E ainda como suporte para aprofundamento da análise e discussão dos resultados do presente estudo, também foram pesquisados e consultados documentos institucionais oficiais (*on-line*) da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Turismo (UNWTO), Sociedade Brasileira de Resiliência (SOBRARE), Ministério do Turismo (MTur) e demais órgãos, bem como das políticas públicas de turismo e da natureza no âmbito nacional e estadual e documentos oficiais da área natural protegida, como: Planos Nacionais de Turismo, Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo e entre outros.

3.4 Plano de pesquisa de campo e instrumentos de coletas

Quanto ao instrumento de coleta de dados para caracterizar os aspectos gerais da APAJ e as principais práticas turísticas foram consultados os documentos oficiais da APAJ, como decreto de criação, plano de manejo, regimento interno, diagnóstico turístico e atas de reuniões do Conselho Gestor¹⁵, além disso, foi realizado um levantamento de artigos, teses e dissertações no google acadêmico que tinha como objeto de estudo a APAJ e o turismo. A busca desse material foi feita com as palavras combinadas de turismo e área de proteção ambiental Jenipabu. Sem recorte temporal. Como mecanismo de otimizar a busca foi utilizado coringa (*) e uso de aspas nas palavras.

Foi possível identificar uma variedades de estudos da APAJ, no entanto, em sua maioria as pesquisas possuem enfoque analítico para os aspectos ambientais e geográficos, enquanto os estudos voltados para o turismo apresenta-se de forma incipiente, porém ainda foi possível identificar e consultar estudos com a temática do turismo a partir das pesquisas desenvolvidas pelos autores Justino e Nóbrega (2021), Almada (2017, 2014, 2015), Soares (2011), Soares (2019), Silva (2022) e Soares, Farias e Azevedo (2019).

Para a realização do diagnóstico de pressões e impactos do turismo em comunidades locais da APAJ a partir da percepção dos sujeitos da pesquisa que têm relação direta com atividade turística, com a gestão pública do turismo e com a gestão da APAJ. Esta etapa também contou com a consulta dos materiais supracitados no objetivo anterior.

Para o levantamento da percepção dos sujeitos das pesquisas, foram realizadas 29 entrevistas semiestruturadas, agentes da gestão pública, agentes da iniciativa privada e comunidade local e terceiro setor. Inicialmente, foram realizados os contatos com os gestores públicos, durante o primeiro semestre de 2023, como os secretários, diretores ou coordenadores de turismo, meio ambiente e de obras e infraestruturas dos municípios que compõem em APAJ (Natal e Extremoz)¹⁶, bem

¹⁵ Foi solicitado para a gestão da APAJ as atas dos últimos 5 anos, no entanto, foram enviadas apenas 4 atas, pois houve um período que o conselho gestor estava com ausência de secretário, outras não foram digitalizadas e algumas perdidas nos arquivos do órgão gestor.

¹⁶ Mesmo tendo a nova delimitação do recorte espacial para a praia de Jenipabu e como pertence ao município de Extremoz, as secretarias do Natal não fizeram mais parte da pesquisa, apesar que também, nenhuma secretaria do Natal retornou os e-mails.

como, no nível estadual, coordenador (es) do Núcleo de Conservação (NUC) do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – RN (IDEMA), gestor (es) da APAJ. Ainda no âmbito estadual, foi incluída a secretaria estadual de turismo do estado (SETUR/RN), devido a relevância da Praia de Jenipabu para a promoção e a imagem turística do o estado.

Para isso, foi feito um levantamento dos contatos telefônicos e de e-mails de todas as secretarias de turismo, infraestrutura e meio ambiente, e dos setores do órgão ambiental do estado responsável pela gestão das ANPs estaduais, conforme no quadro 15 a seguir:

Quadro 15: Contatos dos entrevistados.

CONTATOS – ENTREVISTAS – EXTREMOZ RN		
Secretariais	Contatos	Feedback
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – Sedetur - Extremoz	Telefones - (84) 3279-4910 E-mail: seturextremozpme@gmail.com	Enviado e foi possível agendar a entrevista.
Secretaria Municipal De Meio Ambiente e Urbanismo – Semur	Telefones (84) 3279-2610 E-mail semur.pmextremoz@gmail.com	Enviado e não teve retorno.
Secretaria Municipal de Obras, Projetos e Convênios- SMPOC	Telefones - (84) 3279-4911 E-mail: smopc.secretario@gmail.com	Enviado e não teve retorno.
CONTATOS – ENTREVISTAS – NATAL RN		
Secretariais	Contatos	Feedback
Secretaria Municipal de Turismo do Natal - SETUR	Telefones - (84) 3232-9065 E-mail: gabinete.seturnatal@natal.rn.gov.br	E-mail inválido e não foi possível também entrar em contato por ligação.
Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo	Telefones - (84) 3216-6497 E-mail contato.semurb@gmail.com	Enviado e não teve retorno.
Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA	Telefones - (84) 3232-8100 E-mail: semov@natal.rn.gov.br	Enviado e não teve retorno.
CONTATOS – ENTREVISTAS – ESTADO RN		
Secretariais	Contatos	Feedback
Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Norte	Telefones - (84) 3232-2486 E-mail: rnsetur@gmail.com	Enviado e teve retorno*
CONTATOS – ENTREVISTAS – IDEMA		
Setor	Contatos	Feedback
Gestor do Núcleo de Unidades de Conservação	E-mail: nucidema@gmail.com	Enviado e foi possível agendar a entrevista
Gestor da APAJ	E-mail: apaj@idema.rn.gov.br	Enviado e foi possível agendar a entrevista

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Como pode ser observado no quadro, foi possível obter retorno da secretaria de turismo de Extremoz e do Estado¹⁷, bem como, dos gestores do órgão ambiental que gere as ANPs estaduais, o IDEMA (diretor do NUC e gestor da APAJ). A inclusão das secretarias de obras, infraestrutura e meio ambiente, é que dentro dos indicadores definidos para esta pesquisa, incluem as dimensões ligadas a superestrutura, infraestrutura e ambiental (como pode ser observado no quadro 15).

Para além das entrevistas, foram também realizadas também com os empresários locais de empresas de passeios turísticos, meios de hospedagens, bares, restaurantes e similares, moradores nativos¹⁸, locais¹⁹ e estrangeiros²⁰, professores, líderes formais e informais da comunidade, presidentes e membros de associações ligadas ao turismo e do conselho gestor e entre outros.

Para escolhas desses sujeitos da pesquisa (exceto os gestores) foi utilizada amostragem bola de neve, na qual consistiu-se para esta pesquisa da seguinte forma, houve contato inicial com os gestores da APAJ, gestor público de turismo e uma empresária local de considerável influência na comunidade, nomeados como sementes de acordo com Vinuto (2014), a partir disso, as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente. Portanto, partindo desse método de amostragem, foi possível entrevistar um grupo composto por 30 sujeitos, como pode ser observado no quadro 16 a seguir.

Quadro 16: Grupos dos sujeitos da pesquisa.

GRUPOS DOS SUJEITOS DA PESQUISA	CÓDIGO	SUJEITOS	FORMATO DA ENTREVISTA
Moradores locais, nativos e estrangeiros (GSM)	GSM1	Morador (a) 1 nativo	Presencial
	GSM2	Morador (a) 2 nativo	Presencial
	GSM3	Morador (a) 3 nativo	Presencial
	GSM4	Morador (a) 4 nativo	Presencial
	GSM5	Morador (a) 5 nativo/ativista social	Virtual
	GSM6	Morador (a) 1 (local)	Presencial

¹⁷ Apesar de ter tido o retorno da SETUR- RN e marcado a entrevista de forma virtual, a entrevistada ressaltou que não era possível responder às questões, por Jenipabu fazer parte de uma APA e gerida pelo IDEMA, sugeriu entrar em contato com o mesmo.

¹⁸ Morador nativo é oriundo da Praia de Jenipabu.

¹⁹ Morador local é aquele que mora na Praia de Jenipabu mas é oriundo de outra cidade do país.

²⁰ Morador da Praia de Jenipabu com nacionalidade fora do âmbito brasileiro.

	GSM7	Morador (a) 2 (local)	Presencial
	GSM8	Morador (a) 3 (Local)	Presencial
	GSM9	Morador (a) 4 (Local)	Presencial
	GSM10	Morador estrangeiros 1	Presencial
Empresários Locais (GSL)	GSL11	Empresário 1 (Pousada)	Presencial
	GSL12	Empresário 2 (Pousada)	Presencial
	GSL13	Empresário 3 (Pousada)	Presencial
	GSL14	Empresário 4 (Pousada e restaurante)	Virtual
	GSL15	Empresário 5 (Pousada e restaurante)	Presencial
	GSL16	Empresário 6 (Passeios)	Presencial
	GSL17	Empresário 7 (Restaurante)	Virtual
	GSL18	Comerciante Local 1 (Lanchonete)	Presencial
	GSL19	Comerciante Local 2 (Mercadinho)	Presencial
Associações e ONGs (GSA)	GSA 20	Presidente de associação 1 (Bagueiros)	Virtual
	GSA 21	Presidente de associação 2 (Grupo de mulheres unidas por Jenipabu e conselheira da APAJ)	Virtual
Gestores Públicos (GSP)	GSP 22	Gestor 1 (Secretário adjunto de turismo e morador local)	Virtual
	GSP 23	Gestor 2 (Gestor da APAJ)	Virtual
	GSP 24	Gestor 3 (Gestor do NUC)	Virtual
Outros (GSO)	GSO 25	Pré candidata a vereadora (Extremoz)	Presencial
	GSO 26	Visitante (casa de veraneio)	Presencial
	GSO 27	Gerente de Pousada	Presencial
	GSO 28	Funcionário (Empreendimento de A e B)	Presencial
	GSO 29	Servidora pública do município de Extremoz	Presencial
	GSO 30	Ativista social (atuando local)	Virtual

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Quanto a realização das entrevistas, a escolha foi do tipo semiestruturada e em profundidade, pois acredita-se que devidas as respectivas características podem resultar relevantes informações acerca do objeto de estudo, uma vez que segundo Minayo (2010) a entrevista semiestruturada e em profundidade pode combina perguntas fechadas e abertas. Nesse tipo de entrevista o entrevistado tem liberdade para se posicionar favorável ou não sobre o tema, sem se prender à pergunta formulada e buscam dar mais profundidade às reflexões.

Essas foram realizadas em dois formatos, presencial e virtual, e essa última aconteceu no início do segundo semestre de 2023 (Julho e Agosto), realizou-se o contato prévio através de e-mail ou *WhatsApp* para realizar o agendamento, todas elas foram feitas através da plataforma *google meet*. As entrevistas presenciais aconteceram entre agosto e setembro, quando foram realizadas as visitas *in loco* na praia de Jenipabu. Ambos os estilos de entrevista foram solicitada a permissão para serem

gravadas (áudio) dando ciência que não haveria hipótese alguma identificação nominal dos respondentes e que todos os dados seriam usados exclusivamente para a construção dessa pesquisa. As entrevistas tiveram duração em média de 30 minutos.

Dessa forma, a identificação dos entrevistados foi feita por meio de uma codificação, a fim de que os respondentes não tivessem suas identidades reveladas, mas que se pudesse identificar em qual grupo dos sujeitos da pesquisa pertencia, além de facilitar na organização e análise dos dados.

Em relação a definição dos indicadores das pressões e impactos do turismo serão definidos a partir dos três conjuntos do SISTUR (Beni, 1999), Relações Ambientais, Organização Estrutural e Ações Operacionais, como pode ser visto no quadro 17.

Quadro 17: Indicadores e instrumentos de coleta de dados da pesquisa.

SISTUR	PRESSÕES E IMPACTOS DO TURISMO		INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS
Conjunto da organização estrutural	Super estrutura	Projetos, programas e planos turísticos (em andamento, concluído ou inacabado) no âmbito federal, estadual e municipal.	Entrevista semiestruturadas com os gestores públicos do turismo, da APAJ, IDEMA e os demais sujeitos da pesquisa escolhidos para esta pesquisa. Pesquisa documental (planos e diagnóstico turístico, atas de reuniões do Conselho Gestor e entre outros) pesquisa bibliográfica.
	Infraestrutura	Condições e existência de infraestrutura básica e turística na comunidade	Entrevista semiestruturadas com os gestores públicos do turismo, da APAJ, IDEMA e os demais sujeitos da pesquisa escolhidos para esta pesquisa. Pesquisa documental (planos e diagnóstico turístico, atas de reuniões do Conselho Gestor e entre outros) pesquisa bibliográfica. Visita <i>in Loco</i> .

Conjunto das relações ambientais	Social Cultural Ecológica	Reconhecimento, valorização e fortalecimento das tradições, aspectos e costumes da população residente. Problemas sociais gerados pelo turismo (violência, tráfico de drogas, prostituição, exploração sexual...) Práticas sustentáveis e de conservação para recursos naturais.	Entrevista semiestruturadas com os gestores públicos do turismo, da APAJ, IDEMA e os demais sujeitos da pesquisa escolhidos para esta pesquisa. Pesquisa documental (planos e diagnóstico turístico, atas de reuniões do Conselho Gestor e entre outros) pesquisa bibliográfica Entrevista com gestores do IDEMA e da APAJ
Conjunto das relações operacionais	Mercado/ Econômica ²¹	Fontes de renda Acesso a créditos Oferta turística Postos de trabalhos Condições dos trabalhadores	Entrevista semiestruturadas com os gestores públicos do turismo, da APAJ, IDEMA e os demais sujeitos da pesquisa escolhidos para esta pesquisa. Visita <i>in loco</i> Pesquisa documental (planos e diagnóstico turístico, atas de reuniões do Conselho Gestor e entre outros) pesquisa bibliográfica

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Portanto, a partir da definição desses indicadores, foram elaborados os roteiros semiestruturados para realização das entrevistas, houve dois tipos de roteiros: o primeiro foi destinado aos gestores da APAJ e do IDEMA, devido serem questionamentos específicos e voltados para a gestão da APA, como pode ser visto no Apêndice A, enquanto para os demais sujeitos da pesquisa, foi elaborado de forma padrão, porém sem perguntas pré estabelecidas, foi criada uma lista de temas de cada dimensão do SISTUR, logo, o respondendo ficaria livremente para opinar e revelar sua percepção para cada indicador, como pode ser visto no apêndice B.

No que refere a avaliação se há resposta resiliente da comunidade Praia de Jenipabu pertencente a APAJ frente ao contexto de pressões e impactos do turismo, após as orientações e sugestões dos membros da banca de qualificação houve um primeiro redirecionamento na escolha do instrumento de aplicação para este objetivo, sendo assim, a decisão de utilizar a metodologia da SOBRARE²² foi descartada, uma

²¹ A dimensão econômica do CRA foi realocada para compor parte das dimensões do CRO por estar relacionada diretamente com a dimensão mercado.

²² Escala Quest_Resiliência (SOBRARE).

vez que entendeu que essa escala não era adequada para o objetivo da pesquisa.

Logo, foi realizada uma busca de novas escalas de resiliência, para isso utilizou-se mais uma vez o Portal de Periódicos Capes e o google acadêmico, a pesquisa foi feita através dos usos das combinações do termo “escala resiliência + “comunidade” + “turismo” no idioma português, espanhol e inglês.

A partir dessa busca, foi possível encontrar diversas escalas de resiliência, inclusive, um estudo desenvolvido por Júnior e Medeiros (2017) que teve como objetivo identificar e descrever escalas atualmente utilizadas presentes na literatura. Foi feita uma revisão narrativa com escalas presentes na literatura demonstrada no quadro 18 a seguir.

Quadro 18: Escalas de resiliência.

NOME DA ESCALA	OBJETIVO	AUTORES	ANO
The Resilience Scale	É responsável por medir os níveis de adaptação psicossocial positiva frente a eventos importantes.	Gail Wagnild e Heather Young	1993
Escala de Resiliência de Connor-Davidson (Cd-Risc)	Escala que pertence a cinco fatores de resiliência, a saber: confiança nos próprios instintos e tolerância à adversidade; aceitação positiva da mudança; controle; competência pessoal; e espiritualidade.	Connor e Davidson	2001
Adolescent Resilience Scale	Uma escala de resiliência focada na avaliação do nível da mesma exclusivamente em jovens	Oshio <i>et al.</i>	2004
Deployment Risk and Resilience Inventory (DRRI)	Um inventário que visa avaliar o nível de bem-estar em militares veteranos.	King <i>et al.</i>	2006
Military Social Index (MSHI)	Validação de um instrumento construído com o objetivo de avaliar, entre outros fatores, a resiliência familiar	Van Breda	2008
A Child Psychosocial Distress Screener	Um programa de atenção psicossocial com crianças em países acometidos por conflitos armados.	Jordans <i>et al.</i>	2009
Strong Souls	Buscou a validação de uma escala onde a resiliência aparece como um dos fatores investigados, juntamente com: triagem de problemas relacionados à depressão; ansiedade; e risco de suicídio.	Thomas <i>et al.</i>	2010

Fonte: Júnior e Medeiros, 2017.

Como ressaltado por Júnior e Medeiros (2017), a partir desse levantamento foi possível constatar que nas escalas identificadas, verifica-se a possibilidade de avaliar adolescentes e jovens, adultos e idosos. Além disso, populações específicas como: crianças que vivenciaram conflitos armados; idosos veteranos de guerra; estudantes; e jovens. A partir disso, para esta pesquisa, verificou que nenhuma dessas

apresentadas estavam alinhadas com o objetivo e o problema do presente estudo, dessa forma, viu-se a necessidade de realizar novas buscas de outras escalas que tivesse como enfoque analítico central as comunidades.

Usando a mesma ferramenta de busca e as combinações do termos, e inserido um recorte temporal mais atual (últimas 5 anos), foi possível identificar três escala de resiliência comunitária, a saber: A primeira, a Escala de Resiliência Comunitária (CRS), desenvolvimento por Ruiz-Pereza *et. al* (2020), onde procurou verificar e analisar a resiliência voltado para comunidades universitárias. A segunda, a Escala de Autorrelato de Resiliência Comunitária, pesquisa feita por Ramos, Vásquez e Soto (2022), que buscava validar a escala que tinha como objetivo medir a capacidade de resiliência da comunidade para enfrentar fenômenos naturais que agrava a vulnerabilidade das populações expostas. E por fim, a escala *Transcultural-Community Resilience Scale* (T-CRS), dos autores Cénat, *et al.* (2021), qual teve como objetivo central analisar a capacidade de resiliência dos membros das comunidades no contexto da pandemia do Covid-19.

Após a identificação dessas escalas de resiliência, foi realizada a leitura na íntegra de todos os artigos para realizar uma análise das quais a mais se alinhava com o objetivo da pesquisa, logo, esta última, a escala *Transcultural-Community Resilience Scale* (T-CRS) foi a escolhida como instrumento de coleta de dados para atingir objetivo de avaliar avaliação se há resposta resiliente da comunidade Praia de Jenipabu pertencente a APAJ frente ao contexto de pressões e impactos do turismo.

Como o único a acesso acerca da escala T-CRS foi através do artigo intitulado “*The transcultural community resilience scale: psychometric properties and multinational validity in the context of the Covid-19 pandemic*”, publicado na revista *Frontiers in Psychology*, 2021, neste artigo não estava anexado o formulário que corresponde a escala. Logo, entrou em contato via e-mail com os autores, que prontamente responderam com o formulário completo e as orientações gerais de tradução e aplicação.

A versão original da *Transcultural-Community Resilience Scale* (T-CRS) inclui 28 itens agrupados em 3 subescalas²³ Pontos fortes e apoio da comunidade: 14 itens; Confiança e fé da comunidade: 9 itens e; Valores da comunidade: 5 itens. Nenhuma versão ainda foi traduzida para o português. Dentro das recomendações repassadas

²³ Neste trabalho será chamado de dimensão.

pelos autores, indica que possa realizar a tradução livre, sendo que a etapa seguinte fosse realizado o painel de especialistas após a retrotradução²⁴

No entanto, antes de realizar essa etapa, após a leitura na íntegra do artigo e acesso da escala, e partindo da teoria da resiliência voltado para comunidade discutida no aporte teórico deste trabalho, viu-se a necessidade de incluir uma nova dimensão que não havia sido contemplado na T-CRS, que é a dimensão da honestidade estatal ou administrativa discutida por Ojeda *et al*, (2007), bem como reforçada por Arciniega (2013), na qual, os autores aponta que essa dimensão se refere à gestão decente e transparente, além da legitimidade dos governantes locais, com os governos municipais ou estaduais, convencidos de que o eles são o sentimento de que ele é seu, é percebido como meu, com o qual sua liderança e suas mensagens terão mais credibilidade. Além disso, deve ser um governo limpo, transparente, que administra assuntos públicos com honestidade, que age com senso de justiça e aplica as leis com imparcialidade.

Sendo assim, a T-CRS (Adaptada), possui 4 dimensões e 32 itens, a saber: Pontos fortes e apoio da comunidade: 14 itens; Confiança e fé da comunidade: 9 itens; Valores da comunidade: 5 itens e; Honestidade estatal ou administrativa, 4 itens (Ver Quadro 19). Feito essa adaptação, a etapa seguinte foi a realização do painel de especialista, onde essa fase não abarca somente a compreensão dos itens, assim como a clareza das escalas, dificuldade de responder às questões, instruções dos questionários e o grau de atenção dos respondentes (Malhotra, 2002).

Para esta etapa, inicialmente foi inserido a escala T-CRS (Adaptada) no *google forms*, assim como na versão original da T-CRS estabeleceu-se uma escala likert, de 1 a 5, que transitava de discordo plenamente a concordo plenamente. Dessa forma, foi realizado um levantamento de contatos (via e-mail) de docentes, pesquisadores e pares da pós-graduação em Turismo (doutorado)²⁵ de diversas instituições públicas de ensino como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Universidade de Brasília (UnB), Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Instituto Federal de Pernambuco (IFPE),

²⁴ Retrotradução é um processo usado primordialmente para a adaptação transcultural de instrumentos de pesquisa, especialmente questionários.

²⁵ Especialistas dentro da minha rede de contatos.

Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Instituto Federal do Pará (IFPA) e Instituto Federal do Maranhão (IFMA).

Foram enviado para 32 especialistas via e-mail, acompanhado de uma apresentação sobre o instrumento, bem como a finalidade do envio, na qual pedia para que respondesse o questionário e após isso, enviar *feedback* com as possíveis recomendações e sugestão de melhorias, sobretudo em relação a compreensão dos itens, portanto, foi possível ter o retorno de 20 especialistas, onde todos enviaram comentários acerca do instrumento, sendo relevante para a elaboração final da escala T-CRS (Adaptada), como pode ser visto a seguir.

Quadro 19: Resiliência Comunitária Transcultural (T-CRS).

Categorias	Código	Questões
Pontos fortes e apoio da comunidade	PFA1	Se algo me acontecesse (de “ruim”), sei que posso contar com a minha comunidade.
	PFA2	No caso de um evento catastrófico (desastre natural, guerra, etc.), sei que poderia contar com a minha comunidade para lidar com o evento e seguir em frente.
	PFA3	Quando passo por momentos difíceis, há pessoas em minha comunidade com quem posso conversar.
	PFA4	Os relacionamentos que mantenho em minha comunidade me ajudam a lidar com problemas que acontecem comigo ou que podem acontecer.
	PFA5	Um dos meus pontos fortes diante da adversidade é saber que posso contar com um ou mais membros da minha comunidade.
	PFA6	Os membros da minha comunidade sabem que podem contar comigo quando surgem problemas.
	PFA7	Estou disposto a ajudar os membros da minha comunidade que enfrentam dificuldades.
	PFA8	Envolver-me em atividades na minha comunidade.
	PFA9	As minhas tradições culturais e espirituais e/ou religiosas e/ou os meus valores ajudam-me a enfrentar dificuldades.
	PFA10	As atividades na minha comunidade ajudam-me a criar laços com as pessoas.
	PFA11	A minha comunidade ajuda-me a me adaptar-me em caso de mudanças ou dificuldades importantes na vida.
	PFA12	Poder contar com a minha comunidade em caso de dificuldades é muito reconfortante para mim.
	PFA13	Na minha comunidade, sempre buscamos um jeito de rir e nos distrair, mesmo em momentos difíceis.
	PFA14	Na minha comunidade, há pelo menos uma pessoa que pode me ajudar a encontrar soluções concretas quando enfrento dificuldades.
Confiança e fé da comunidade	CFC15	Quando passo por momentos difíceis, existem instituições na minha comunidade que estão lá para me ajudar.
	CFC16	Se eu adoecer, sei que posso recorrer aos serviços de saúde da minha comunidade para receber os cuidados adequados.
	CFC17	Confio nos profissionais da minha área (turismo) para me prestarem os cuidados adequados (me ajudar).
	CFC18	Confio nos serviços sociais (assistência social) disponíveis na minha comunidade.
	CFC19	Tenho informações suficientes para saber a que instituições recorrer em caso de dificuldades.
	CFC20	Na minha comunidade existem fortes tradições de apoio mútuo.
	CFC21	A minha comunidade se esforça para integrar todos os seus membros e torná-los mais fortes.
	CFC22	Minha comunidade permite que seus diferentes membros construam laços fortes uns com os outros.
	CFC23	O apoio mútuo é um dos valores mantidos por minha comunidade.
Valores da comunidade	VDC24	Em minha comunidade, compartilhar é um valor muito importante.
	VDC25	Tenho orgulho de ser membro da minha comunidade.
	VDC26	Compartilho os valores da minha comunidade.
	VDC27	Participar das atividades da minha comunidade é importante para mim.

	VDC28	Sinto-me conectado à minha comunidade e aos seus valores.
Honestidade estatal ou administrati va	HEA29	Caso tenha alguma adversidade na minha comunidade posso contar com ajuda das lideranças locais.
	HEA30	Tenho confiança nas instituições públicas (municipal, estadual e federal).
	HEA31	Sinto que a gestão pública (municipal, estadual e federal) seguem os princípios da transparência e honestidade.
	HEA32	Sinto-me representado pelos meus representantes na gestão pública (líderes formais e informais, conselheiros, vereadores, presidentes de associações e entre outros).

Fonte: Cénat, *et al.* (2021), adaptado.

Como mencionado anteriormente, a escala TRC-S (adaptado) possui 4 dimensões: (1) pontos fortes e apoio da comunidade, (2) confiança e fé da comunidade, (3) calores da comunidade e; (4) honestidade estatal ou administrativa, resultando em 32 variáveis, além de 5 perguntas adicionais, sendo 4 de caracterização dos entrevistados e 2 para comentários adicionais (Ver apêndice).

As variáveis componentes dessas dimensões foram avaliadas por meio de uma escala métrica de 5 pontos (baseada na estrutura Likert), a qual variou entre 1 (discordo plenamente) a 5 (concordo plenamente), em que o entrevistado era convidado a apresentar, de forma numérica, o seu grau de concordância com uma frase proposta.

O tipo de amostragem utilizada foi a não probabilística, que é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo. E por não ter conhecimento sobre o número exato do universo, foi escolhida amostragem do tipo conveniência, que o pesquisador seleciona membros da população mais acessíveis (Schiffman & Kanuk, 2000).

Dessa forma, no total, foram obtidos 134 questionários respondidos e válidos, como todos foram aplicados presencialmente pelo aplicador, todos os questionários foram respondidos na íntegra sem que houvesse a necessidade de descartar nenhum. A aplicação aconteceu de forma presencial na praia de Jenipabu, durante os meses de agosto e setembro de 2023, onde além do pesquisador, contou com o auxílio de mais 3 aplicadores, que separadamente cada aplicador se destinava a áreas distintas da comunidade para aplicar o maior número de questionários.

3.5 Análise dos dados

Logo a técnica de análise será usada a análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2009) essa, enquanto método, torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A escolha dessa técnica se justifica pelo fato dos objetivos necessitarem de maior aprofundamento da análise dos resultados.

Esta técnica tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativamente o conteúdo das comunicações, tendo por finalidade interpretá-las, pois tudo que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido à análise do conteúdo.

Além disso, à medida que as informações obtidas são confrontadas com informações já existentes, pode-se chegar a amplas generalizações, o que torna a análise de conteúdo um dos mais importantes instrumentos para a análise das comunicações de massa (Bardin, 2007; Gil 2008).

A análise de conteúdo (Bardin, 2007) se divide em três etapas, no quadro 20:

Quadro 20: Etapas de análise de conteúdo

ETAPAS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO	ETAPAS DE ANÁLISE DO CONTEÚDO DESTA PESQUISA
Pré-análise: sendo está a fase organização do material, formulação de hipóteses e preparação do material;	• Revisão bibliográfica sistemática - instrumento <i>Knowledge Development Process – Constructivist (Proknow-C)</i> (Afonso, Souza, Ensslin & Ensslin, 2011); • Pesquisa documental – Consulta dos documentos oficiais ou não da APAJ: decreto de criação, plano de manejo, regimento interno, diagnóstico turístico e atas de reuniões do Conselho Gestor.
Exploração: consistindo no recorte (escolha das unidades), enumeração (escolha das regras de contagem) e a classificação (escolha de categoria);	• Recorte espacial – Praia de Jenipabu, pertencente a uma área de proteção ambiental com a presença do turismo. • Modelo analítico para pressões e impactos do turismo e resposta resiliente - Driver-Pressure-State-Impact-Response-Resilience (DPSIR-R) Adaptado. • Escolha das categorias de análise: as dimensões do Sistur (Beni, 1998). • Resposta resiliente - Escala <i>Transcultural-Community Resilience Scale</i> (T-CRS).
Tratamento dos dados: onde os dados se tornam válidos	• Análise qualitativa - O <i>software</i> Atlas. ti consiste em uma ferramenta para a análise de dados qualitativos que pode facilitar o gerenciamento e a interpretação desses dados. • Análise quantitativa - O <i>Statistical Package for Social Science for Windows</i> (SPSS) - O SPSS é um <i>software</i> estatístico que permite a utilização de dados em diversos formatos para gerar relatórios, calcular estatísticas descritivas, conduzir análises estatísticas complexas e elaborar gráficos.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Dessa forma, a análise de conteúdo realizada por esta pesquisa possui caráter de triangulação dos dados (Flick 2009), que por sua vez, a análise das pressões e impactos do turismo na Área de Proteção Ambiental Jenipabu o processo de resposta resiliente das comunidades locais de entorno, consistiu sob diferentes perspectivas, pela qual, utilizou-se de diferentes métodos, técnicas e instrumentos de pesquisa, onde buscou utilizar como fonte a pesquisa bibliográfica através do uso do Proknow-C, bem como, diferentes instrumentos de coleta de dados (roteiro de entrevistas, questionário, pesquisa documental) além disso, o uso de várias técnicas de análise (análise de conteúdo, porcentagem, análise fatorial, representação gráfica), sendo

portanto, possível a chegar os referidos resultados desta pesquisa.

Em relação ao processo de análise dos dados da Escala *Transcultural-Community Resilience Scale* (T-CRS), adaptada, foram utilizadas técnicas de análise de estatística descritiva, cujo objetivo básico é o de sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo dessa forma que se tenha uma visão global da variação desses valores, organiza e descreve os dados de três maneiras: por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas. Para este estudo, foi feito o uso de tabela simples, que contém as diferentes categorias observadas de uma variável qualitativa e suas respectivas contagens, denominadas frequências absolutas.

Tendo em vista que em uma amostra, quando se têm os valores de uma certa característica, é fácil constatar que os dados normalmente não se distribuem uniformemente, havendo uma certa concentração. Pode-se, portanto, estudar os valores numéricos que determinam a distribuição dos dados, procurando o ponto onde está a maior concentração de valores individuais. De um modo geral, um conjunto de dados pode ocupar uma posição específica dentro de uma distribuição. Essas medidas que "posicionam" o dado (ou o grupo de dados) dentro de uma distribuição, são chamadas de medidas de tendência central. Essas medidas são: média (aritmética, ponderada etc); mediana e moda (Barbetta, 2008).

Sendo essas utilizadas para análise estatística descritiva do presente estudo, dessa forma, média se refere a soma de todos os valores, dividida pelo número total desses valores, mediana, é o valor que ocupa a posição central dos dados, após estes serem "organizados" em ordem crescente ou decrescente, e moda, é o valor que ocorre com mais frequência entre todos os dados, após estes serem organizados em ordem crescente ou decrescente (Bussab, 2005).

Esses procedimentos foram executados usando o *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 24 para Windows.

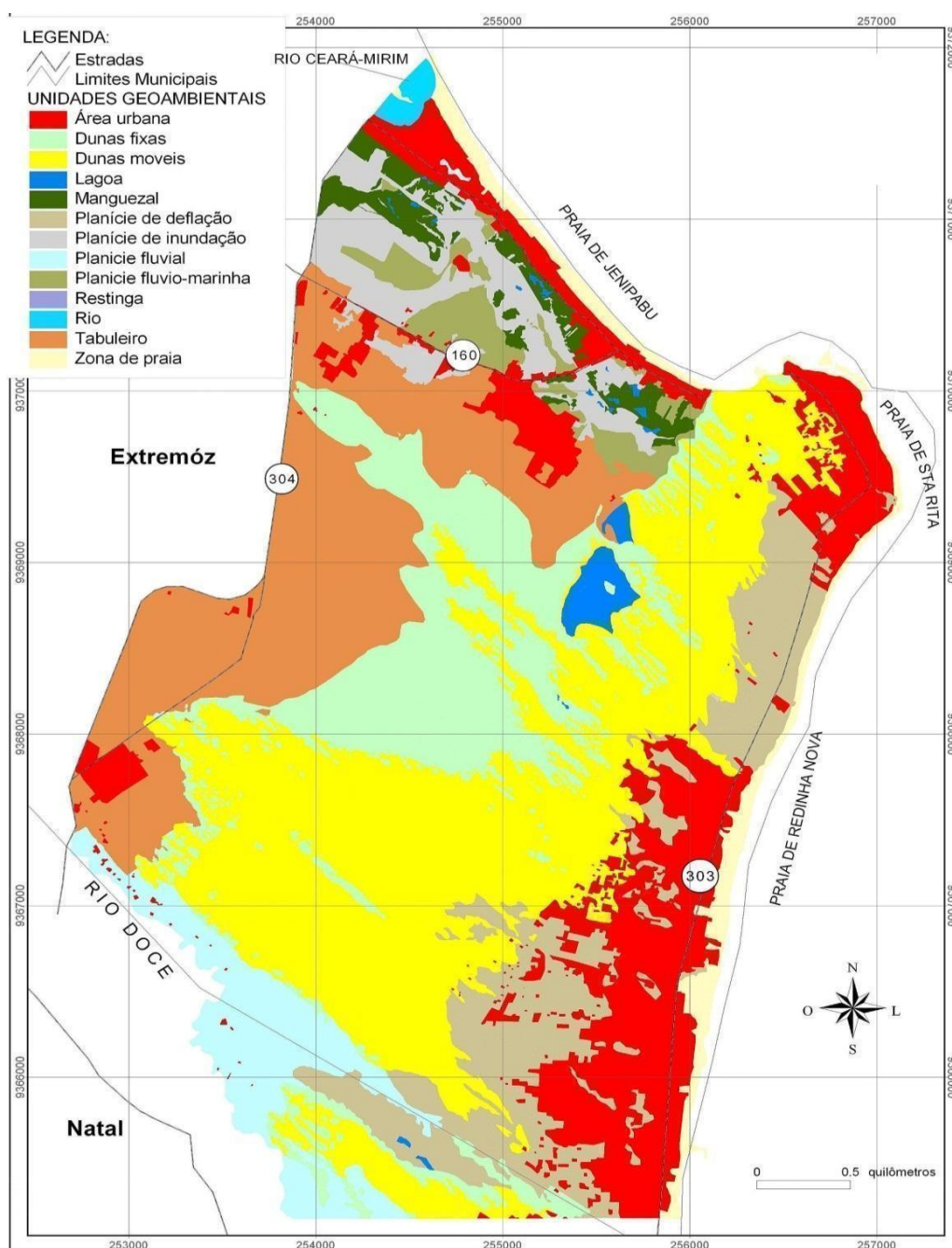
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este tópico irá apresentar a seção da análise dos resultados da presente pesquisa, para isso, este está dividido de acordo com os objetivos específicos, na primeira seção será apresentado a caracterização dos aspectos gerais da APAJ e as principais práticas turísticas na Praia de Jenipabu, logo, será a seção que irá apresentar o diagnóstico das principais pressões e impactos do turismo na Praia de Jenipabu a partir dos sujeitos da pesquisa e por fim, a avaliação se há resposta resiliente das comunidades no entorno da APAJ frente ao contexto de pressões e impactos do turismo.

4.1 Caracterização dos aspectos gerais da APAJ e as principais práticas turísticas na Praia de Jenipabu e circunvizinhas

A APA Jenipabu faz parte do Bioma Costeiro, formado por um mosaico de ecossistemas encontrados ao longo do litoral brasileiro. Manguezais, dunas, restingas, praias, lagoas, matas e outros ambientes importantes exemplificam a diversidade de ecossistemas encontrados (Rio Grande do Norte, 2009). No Mapa 3, é possível ver como é constituída sua área, os municípios e suas principais unidades geoambientais.

A APAJ, unidade de conservação, é dividida em nove sistemas ambientais ou unidades geoambientais: planície de deflação, campos de dunas móveis, campos de dunas fixas, faixa de praia, tabuleiro costeiro, planície fluvial, planície flúvio-marinha, manguezal e lagoa (Mapa 2) (Rio Grande do Norte, 2009a). Sendo, portanto, uma UC que apresenta uma diversidade de elementos ambientais e geoambientais ela permite que diversas atividades sejam desenvolvidas a partir do uso dos recursos naturais, inclusive o turismo.

Mapa 2: Caracterização da APA Jenipabu.

Fonte: IDEMA, 2016.

O zoneamento ecológico-econômico (ZEE) de uma UC tem a função de estabelecer setores e zonas com objetivos de manejo e normas específicas. Ele é parte integrante do plano de manejo, que deve ser elaborado em até cinco anos após a criação da UC (Brasil, 2005). Cada zona criada tem normas específicas de uso, de acordo com suas características socioambientais, econômicas e ecológicas, bem como suas potencialidades e limitações de uso dos recursos naturais (Soares, 2019).

O ZEE de uma unidade de conservação é ao mesmo tempo uma ferramenta de planejamento e gestão dos seus recursos naturais. No caso do ZEE da APAJ, foi

criado através da Lei Estadual n. 9.254/2009 e estabeleceu a criação de 4 zonas, 3 subzonas e nove áreas especiais distintas (Rio Grande do Norte, 2009). As zonas são as maiores unidades territoriais do ZEE e foram delimitadas a partir das unidades geoambientais da UC. A maioria delas apresenta média e alta vulnerabilidade ambiental.

Assim como qualquer área ambiental que apresenta diversas dinâmicas no espaço de vulnerabilidade, o zoneamento, assim como o plano de manejo, deve ser atualizado de modo a garantir que as atividades sejam desenvolvidas a partir dos princípios da gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável. No tocante à APAJ, como mencionado por Soares (2019), a intensa dinâmica do uso e ocupação faz com que haja a necessidade de revisão e atualização do seu plano de manejo e zoneamento, uma vez que, com o passar dos nove anos da aprovação dos respectivos instrumentos de planejamento e gestão, a APAJ vem apresentando mudanças na sua configuração socioespacial provocadas pelos processos antrópicos de alteração da paisagem e impactos socioambientais adversos.

Quanto ao patrimônio histórico, cultural e arqueológico, de acordo com Relatório de Impacto Ambiental – RIMA: Parque Turístico Ecológico Dunas de Genipabu LTDA (Renove, 2011), e ocorrência de artefatos arqueológicos e dois novos sítios pré-coloniais. Essas ocorrências foram identificadas no campo de dunas, em áreas de deflação e erosão dunar. Foram encontrados restos cerâmicos, restos de debitage e artefatos líticos. Além disso, é possível observar que os buggys no campo de dunas passam próximo dos locais de ocorrência dos sítios arqueológicos, o que sugere a necessidade de uma delimitação e sinalização mais específica dessas áreas, além da fiscalização e monitoramento da trilha, de forma que esses sítios sejam preservados e utilizados como atrativos turísticos (Soares, 2019).

No tocante às atividades econômicas, destaca-se a agricultura, que ocorre principalmente na planície fluvial do Rio Doce e no tabuleiro, com o plantio de culturas permanentes e temporárias, como abacate, feijão, cana-de-açúcar, coco da baía e milho. Além disso, há a presença da pesca artesanal e, como principal atividade econômica, o turismo. A atividade turística na APAJ ocorre principalmente nas dunas de Jenipabu, um dos principais atrativos turísticos do estado, onde os visitantes fazem passeios de buggy e têm acesso às diversas paisagens e ambientes da unidade de conservação (Soares, 2019). Sendo essa última atividade, o turismo, como mecanismo de justificativa para a criação da APA Jenipabu, sobretudo, devido ao surgimento de

atividades ligadas aos passeios de buggys nas dunas de Jenipabu. De acordo com Soares e Azevedo (2011), a criação da APAJ foi movida por uma intencionalidade mercantil gerada por uma atividade turística massificada presente na área e no seu entorno, gerada como um consumo de moda e vastamente midiaticizado. Para Nascimento (2008), a APAJ foi criada em 1995 também em função de motivações econômicas geradas pelo turismo de massa desenvolvido no seu território e entorno.

Entretanto, o passeio de *buggy* nas dunas é a prática mais divulgada. Iniciada na década de 80 tratava-se apenas de diversão para aqueles que possuíam o *buggy*. Conforme a ela foi sendo divulgada, passou a atrair o interesse dos turistas e logo se transformou em atrativo local, gerando intensa demanda. A divulgação desses passeios, por sua vez, aumentou a demanda turística e o desenvolvimento do turismo, o que exigiu uma maior organização dos bugueiros. No final da década de 80 a atividade passou a ser um dos grandes atrativos turísticos do estado, impulsionando a região e exigindo a organização de trilhas e procedimentos (Soares, 2011).

Aproximadamente 15 anos depois, no período da consolidação do Rio Grande do Norte como destino turístico no contexto nacional, foi criado, em dezembro de 1994, o Parque Turístico Ecológico Dunas de Genipabu LTDA., no distrito de Campinas, município de Extremoz/RN, com o objetivo de fomentar esse potencial.

O Decreto Estadual nº 19.346, aprovou a Norma que ordena e disciplina o uso de veículos credenciados na área das Dunas de Jenipabu e estabeleceu que o passeio de *buggy* sobre o campo de dunas da APAJ, inclusive, na área que esse empreendimento fazia parte.

O Parque Turístico Ecológico Dunas de Genipabu LTDA. tem como objetivo geral favorecer e promover o turismo ecológico no Estado do Rio Grande do Norte através do uso sustentável dos recursos naturais existentes na área, utilizando princípios e práticas de conservação da natureza no processo de operação, contribuindo com os órgãos responsáveis para a manutenção da diversidade biológica, bem como preservação, conservação e restauração dos ecossistemas naturais. O empreendimento visa ainda contribuir com a proteção dos recursos naturais necessários à subsistência da população local, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura, promovendo-a social e economicamente, em consonância com o disposto na legislação vigente (Renova, 2011).

Os passeios no complexo dunar de Jenipabu impulsionaram o desenvolvimento da localidade, pois com o aumento dos passeios, houve a necessidade de postos de

alimentação e bebidas para suprir as necessidades dos turistas. Devido ao fluxo de visitantes na área surgiram empreendimentos, que em sua maioria são de propriedade de moradores locais que exploram a culinária de frutos do mar. Os bares e, principalmente as barracas de beira de praia, aproveitam a presença dos turistas e oferecem serviços de bebidas e alimentação (Soares, 2011).

Por se tratar de uma área procurada com a finalidade específica dos passeios de *buggy*, e pela proximidade com Natal, a hospedagem nunca chegou a se tornar uma necessidade local, o que justifica a pouca quantidade de hotéis e pousadas instalados na região. As paradas em pontos estratégicos para contemplação abriram espaço para algumas atividades complementares, como presença de vendedores ambulantes com produtos variados (*souvenir*) e bebidas. Os proprietários dos terrenos nos quais aconteciam os passeios, por exemplo, passaram a cobrar uma taxa de uso sobre as áreas utilizadas (Soares, 2011).

Conforme o Plano de Manejo da APAJ (2009), foi neste contexto que se iniciou o processo de criação desta unidade de conservação, ou seja, a partir do desenvolvimento de um turismo voltado para o passeio de *buggys* nas dunas. Esse processo enfrentou dois grandes obstáculos: o interesse dos proprietários das áreas em cobrar pelo uso de suas propriedades e as potenciais alterações aos recursos ambientais disponíveis, caso a atividade não fosse realizada de maneira sustentável (Soares, 2011).

A solução para o conflito gerado, bem como para a conservação dos recursos ambientais, à época, foi a elaboração de um Termo de Acordo Extrajudicial, com cunho de título executivo, sob a presidência da Empresa de Promoção e Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Norte – EMPROTUR, com o comprometimento de diversos setores envolvidos, e a interveniência do Ministério Público Estadual. Este Termo teve com o objetivo ordenar e disciplinar o uso das dunas e conter ou reduzir a degradação ambiental, sem prejuízo da atividade turística (Soares, 2011).

Como parte do acordo firmado constava a elaboração de um amplo estudo do local, visando o levantamento da situação e o acompanhamento da atividade, além da realização de pesquisas objetivando a preservação e conservação das Dunas de Jenipabu. Em virtude da ausência do estudo supracitado, o IBAMA interditou a área em dezembro de 1994 para a realização do mesmo.

Visando estabelecer critérios de uso para a atividade dos “bugueiros” de modo

a cessar a interdição das dunas, e preocupado com os impactos negativos causados ao turismo, o Conselho Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte – CONETUR, entidade constituída pela Secretaria de Turismo e principais representantes privados do setor, solicitou a imediata intervenção do Governo do Estado, através do IDEMA/CMA, para a resolução do problema. A criação de uma APA foi a alternativa mais viável para iniciar, de forma rápida e eficiente, as atividades de preservação ambiental da área abrangida, ao mesmo tempo em que se buscava a manutenção das importantes atividades econômicas existentes (Soares, 2011).

Criando os arranjos institucionais necessários para a atividade de passeio de *buggy* e a conservação da natureza, a visitação na área passou a gerar um significativo fluxo de capital, envolvendo diferentes serviços e empreendimentos de apoio aos visitantes. A partir dos incentivos ao turismo, da proximidade com a capital, das condições únicas cênico-paisagísticas e da aventura que os passeios de *buggys* evocam, a APA de Jenipabu tornou-se um dos mais importantes destinos turísticos no Estado do Rio Grande do Norte, sendo divulgado em todo o Brasil e no mundo (Soares, 2011).

Ainda sobre a criação da APAJ, uma pesquisa anteriormente realizada por Oliveira (2017), somada às novas entrevistas e pesquisas de campo para o desenvolvimento desta tese, constatou-se que o processo de criação foi repleto de entraves e limitações, incluindo o não cumprimento da legislação que rege a criação das UCs, o SNUC. O engajamento e a discussão desse processo da APA foram realizados de forma exclusiva no âmbito do poder público, especificamente entre governo estadual e municipal, excluindo e negligenciando a participação das comunidades locais.

Assim como previsto no SNUC, a participação da comunidade no processo de criação de UCs é fundamental para garantir os objetivos propostos por cada uma delas. A criação geralmente envolve uma série de etapas, desde a identificação de áreas prioritárias até a implementação de medidas de gestão e monitoramento. Em todas essas etapas, a participação da comunidade local, bem como de outros *stakeholders*, desempenha um papel crucial.

Além disso, devido à atividade ter iniciado com os passeios de *buggy*, também foi uma classe com quem não houve diálogo. Portanto, a ausência de conhecimento por parte da comunidade e dos “bugueiros” desencadeou diversos conflitos em várias ordens, sendo o mais significativo a proibição dos passeios de *buggy* em detrimento

da conservação do local.

A partir de depoimentos coletados, averiguou-se ainda que, mesmo existindo o decreto de criação da APAJ de 1995, durante 9 anos não houve nenhuma intervenção da gestão, sendo totalmente inoperante. Não ocorria nenhuma ação de ordenamento ou fiscalização da área, que atualmente se encontra fragilizada em sua operação. Isso resultou e ainda traz impactos, como diversas ações inadequadas, como, por exemplo, a expansão imobiliária de forma desordenada, sobretudo no campo de dunas, além de práticas turísticas também desordenadas, instalações de barracas, subidas de turistas/moradores no paredão dunar, assim como a presença de animais soltos e a circulação de transportes, como pode ser observado nas imagens a seguir:

Imagem 1: Construção no campo dunar.



Fonte: Oliveira, 2023.

Imagem 2: Construção inadequada.



Fonte: Oliveira, 2023.

Imagem 3: Veículos na praia.

Fonte: Oliveira, 2023.

Imagem 4: Subidas de turistas.

Fonte: Oliveira, 2023.

Ainda sobre a não operação da gestão após a criação da APAJ, a partir de relatos de sujeitos da presente pesquisa, bem como reforçando também a pesquisa de Oliveira (2017), houve um marco histórico na APA que contribuiu para que a gestão pública pudesse voltar sua atenção para aquela área e, de certa forma, realinhar e reordenar ações e atividades para alcançar os objetivos da APA. Foi quando um Procurador da Justiça, ao visitar casualmente a praia de Jenipabu, percebeu que as dunas estavam sendo impactadas negativamente por diversos motivos, como já citado nesta pesquisa. Um dos motivos destacados estava relacionado ao desordenamento da atividade turística no campo de dunas, o que levou à solicitação ao município de Extremoz para que fossem tomadas medidas cabíveis para preservar as dunas.

Feito isso, em contrapartida, o IDEMA, por sua vez, convocou representantes dos municípios localizados no perímetro da área “protegida” (Natal e Extremoz) para apresentar essa solicitação e, a partir daí, iniciar os trabalhos em direção ao ordenamento das práticas e ações ocorridas no local. Como passo inicial, foi criado o Conselho Gestor da APAJ, com 16 representantes dos segmentos públicos e da sociedade civil. Além disso, foi elaborado o Plano de Gestão para a Área de Proteção Ambiental APA Jenipabu, visando o estabelecimento de estratégias para sua implementação.

Logo, desde 2009, a APAJ possui o plano de manejo, onde é um dos mais importantes documentos de uma Unidade de Conservação, pois define estratégias de

atuação, diversos programas a serem implementados, como por exemplo, divulgação e marketing da Unidade, fiscalização e educação ambiental, e segundo o gestor atual, apontou na entrevista, que assim como plano de manejo e o zoneamento estão em fase de atualização, este último foi instituído através da Lei N° 9.254 de 06 de Outubro de 2009, o Zoneamento Ecológico Econômico da Área de Proteção Ambiental Jenipabu – APAJ, que estabelece as normas de uso e as metas ambientais específicas, para cada Zona, visando à proteção dos recursos naturais, a recuperação de áreas degradadas e a promoção do desenvolvimento sustentável.

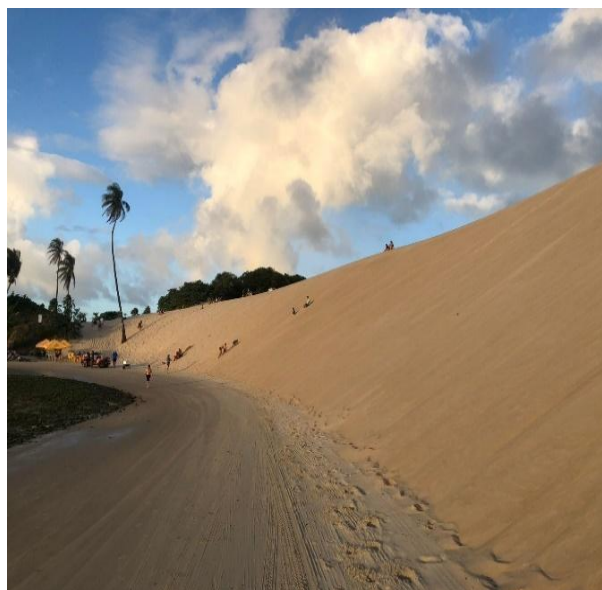
Dessa forma, é conveniente reconhecer que alguns desses conflitos socioambientais existentes na APAJ surgiram antes mesmo da sua criação, com a adoção de atividades desenvolvidas em ambientes frágeis, como, por exemplo, as construções de residências e os passeios de buggy sobre os campos de dunas móveis (Soares, 2019).

No tocante às práticas turísticas na APAJ, há que se considerar que o fluxo turístico se concentra em Redinha Nova, Santa Rita e Jenipabu, sendo esta última a praia com maior concentração de fluxo turístico, pois oferece um leque diverso de atrativos e passeios turísticos, além de contar com uma variedade de meios de hospedagem, restaurantes, bares e similares.

Os atrativos naturais de Jenipabu são compostos pelas dunas móveis e fixas, onde acontecem os passeios de *buggy* e de dromedários; a lagoa, que também se encontra dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA); a praia, onde ocorre o passeio de jangada e de cavalo. Há também lojas de artesanato, barracas, restaurantes e o rio, onde se encontram as balsas para viabilizar o acesso a outras praias do litoral norte (Ribeiro *et al.*, 2020).

Imagem 5: Paredão dunar 1.

Fonte: Oliveira, 2023.

Imagem 6: Paredão dunar 2.

Fonte: Oliveira, 2023.

Os passeios e as principais práticas turísticas na Praia de Jenipabu se concentram nesse paredão dunar, o qual, inclusive, teve a liberação de descidas de *buggy* nessa área, como mostram as imagens 5 e 6. No entanto, atualmente essa prática é proibida, porém é comum diversos turistas subirem e descerem todos os dias. Para usufruir das práticas turísticas que estão na parte superior das dunas, o acesso se dá pela subida ou pelo passeio de *buggy* pelas dunas.

O principal passeio turístico realizado na APA de Jenipabu são os passeios de *buggy*. As praias vizinhas de Redinha Nova e Santa Rita também fazem parte do roteiro desenvolvido pelos “bugueiros”, onde são realizados nas dunas fixas e móveis da APA. O passeio conta com paradas obrigatórias, que ocorrem em pontos de visão panorâmica da lagoa de Jenipabu, visual da cidade do Natal, na praia de Santa Rita, onde existe um coqueiro que atrai turistas para tirar fotos e passeios de dromedários (Oliveira, 2017).

Imagem 7: Foto panorâmica das dunas da praia de Jenipabu.



Fonte: Oliveira, 2023.

Apesar de não ser o foco analítico, as praias de Redinha Nova e Santa Rita fazem parte também do fluxo turístico que perpassa pela praia de Jenipabu. Santa Rita se destaca pela sua proximidade com Jenipabu, sendo a principal acesso para as dunas móveis, enquanto Redinha Nova oferece maior atratividade por suas atrações turísticas. Esta última é considerada patrimônio imaterial de Natal devido à comida regional, como a ginga com tapioca. Além disso, da praia é possível visualizar a Ponte Newton Navarro e a Fortaleza dos Reis Magos.

Complementando a atratividade da localidade, encontra-se também, Aquário Natal, considerado um dos principais da Região Nordeste. Esse tem como objetivo a conservação e educação ambiental, recebendo anualmente milhares de turistas, além de focar no turismo pedagógico, sendo visitado por escolas, institutos de ensino, universidades do Estado e de estados circunvizinhos. O local, por abrigar espécies marinhas e terrestres, também atrai pesquisadores de todo o país. Para ver uma imagem do Aquário de Natal.

Imagens 8: Parte interior do Aquário Natal 1.



Fonte: Oliveira, 2016.

Imagens 9: Parte interior do Aquário Natal 2.



Fonte: Oliveira, 2016.

Imagem 10: Foto da ginca da tapioca.



Fonte: guiaeverton, 2018.

Por fim, na praia de Jenipabu, já teve com o passeio de dromedário, que era operacionalizado pela Dromedunas Turismo, inaugurada em 24 de novembro de 1998, oferecendo como produto turístico passeios de dromedários, considerados uma atividade exótica e exclusiva da América Latina. Devido a isso, a praia de Jenipabu conseguiu ganhar notoriedade nacional e internacionalmente, atraindo milhares de turistas e curiosos ao longo do ano. Além disso, foi palco de inúmeros filmes, novelas e documentários, que contribuíram para a visibilidade do destino Jenipabu.

Esta imagem a seguir é uma foto de turistas realizando os passeios de dromedários, que duravam cerca de 15 minutos. Do local, era possível contemplar a paisagem da praia, assim como uma visão parcial da cidade de Natal.

Imagem 11: Passeios de dromedários nas dunas da praia de Jenipabu.



Fonte: Batista, 2016.

Atualmente, a empresa não realiza mais os passeios, e sim apenas a contemplação dos animais nas dunas para registros fotográficos, além disso, também ficam disponíveis animais no estábulos para a prática da reprodução animal, bem como para pesquisadores de todo o país da área que utilizam deles como objeto de estudos e pesquisas.

Imagem 12: Estábulos de animais.

Fonte: Batista, 2023.

Imagem 13: Local de visita nas dunas.

Fonte: Batista, 2023.

Recentemente, em maio de 2023, a empresa Dromedunas Turismo, comunicou oficialmente através das suas redes sociais, que após 26 atuando nos passeios, estariam encerrando de forma definitiva suas atividades nas dunas de Jenipabu, logo, os dromedários estão alocados na Fazenda-Santuário, em Tocantins, em quarentena onde tratou-se de uma parceria para o fomento do turismo neste local, bem como para a continuação da perpetuação da espécie camelídeos, sendo uma reprodução exclusiva do país.

Imagem 14: Comunicado oficial do Dromedunas Turismo.

RESULTADO DA RESSIGNIFICAÇÃO DA DROMEDUNAS JENIPABU/EXTREMOZ-RN

É com o coração imbuído de muitas sensações, que comunico a Vossas Excelências, o encerramento da ATIVIDADE: Passeio e Fotos nos Dromedários nas Dunas de Jenipabu/Santa, no RN. Encerro com a sensação do meu dever cumprido no Município, encerro com a sensação que tudo poderia ter sido diferente nesse Paraíso chamado JENIPABU, mas, como reza a espiritualidade: "TUDO ESTÁ AONDE TEM QUE ESTAR". Encerro com muita Gratidão no coração a Comunidade de Jenipabu, ao Município, ao RN, aos Parceiros e Parceiras, a todo Trade Turístico, aqueles que de fato fizeram parte da nossa História ao longo desses 26 anos, como uma Exclusividade das Américas sempre presente em Extremoz - RN, elevando o DESTINO INTERNACIONALMENTE, embora: Muitos não viram, não sentiram e nem deram o devido valor, como também, nos últimos 3 anos não tivemos mais condições para continuarmos aqui devido a BAIXA DEMANDA NAS DUNAS. Fomos Convidados para uma parceria fora do Nordeste. Nesse momento todos os nossos Dromedários já estão numa Fazenda-Santuário, na Região Norte(TO), na divisa com a região Centro Oeste do Brasil, em quarentena, na qual fizemos esta parceria de FOMENTO e SUSTENTABILIDADE da Dromedunas Turismo, além de darmos continuidade a perpetuação da espécie CAMELÍDEOS (dromedários, ilhamas, camelos e etc.) no Brasil com a REPRODUÇÃO EXCLUSIVA LÁ. Esperarei vocês no lançamento do nosso Livro: CASE DROMEDUNAS NO RN.

Agradeço imensamente as Vossas Atenções, Namastê!

Fonte: Dromedunas Turismo, 2023.

Devido à dimensão e visibilidade da empresa, o encerramento das atividades impacta diretamente na identidade do destino turístico Jenipabu, uma vez que os passeios de dromedários eram exclusivos na América Latina. Com isso, o fechamento da empresa gera desemprego para pessoas da comunidade local que trabalhavam desde o início, podendo levar à migração de trabalhadores para outras áreas em busca de emprego, ou até mesmo para outras cidades ou comunidades, o que pode desestabilizar a comunidade local.

Além disso, pode impactar na diminuição da demanda por serviços turísticos no destino, e conseqüentemente, a instabilidade do destino pode desencorajar novos investimentos na área turística. Por conseguinte, a empresa Dromedunas Turismo esteve envolvida com parcerias e financiamentos de projetos de responsabilidade socioambiental junto a associações locais. Logo, com o seu encerramento, pode deixar essas iniciativas sem fundos, prejudicando esforços de conservação e preservação.

Portanto, pode-se afirmar que as práticas turísticas na Praia de Jenipabu e circunvizinhas são diversas, onde o turismo há muito tempo vem contribuindo significativamente para a economia local, gerando empregos diretos e indiretos, promovendo o desenvolvimento do comércio, serviços e infraestrutura turística na região. Apesar de hoje apresentar um cenário de ausência de investimentos e diminuição significativa da demanda de turistas e da oferta de serviços turísticos, ainda assim continua sendo a principal atividade econômica local.

Dessa forma, cabe ressaltar que é importante considerar que, assim como qualquer outra atividade econômica que utiliza os recursos naturais como matéria-prima para o seu desenvolvimento, o turismo gera uma variedade de impactos e pressões. No caso específico do turismo, não é diferente. Logicamente, essa atividade não é a única geradora de impactos; isso ocorre devido a uma soma de fatores, incluindo a ausência de planejamento ambiental, territorial e turístico, políticas de fomento, preservação e conservação da natureza, além da morosidade e desinteresse do setor público em diversas áreas relacionadas às questões socioeconômicas, entre vários outros elementos.

Quanto à Praia de Jenipabu, enfrenta uma diversidade de impactos e pressões, principalmente devido ao turismo, que é a principal atividade econômica local. Para isso, o presente estudo buscou identificar quais são os principais impactos e pressões

do turismo a partir da percepção dos sujeitos da pesquisa. Esses incluem empresários locais de empresas de passeios turísticos, meios de hospedagem, bares, restaurantes e similares, moradores nativos, locais e estrangeiros, professores, líderes formais e informais da comunidade, presidentes e membros de associações ligadas ao turismo, além do conselho gestor e gestores locais.

Por tanto, o próximo tópico irá trazer um diagnóstico das principais pressões e impactos do turismo na Praia de Jenipabu partindo da percepção dos atores locais e gestores públicos.

4.2 Diagnóstico das principais pressões e impactos do turismo na Praia de Jenipabu a partir da percepção dos atores locais e gestores públicos.

Este tópico aborda as principais pressões e impactos do turismo na Praia de Jenipabu, como forma de sistematizar a análise e discussões dos resultados, foi dividido por dimensões de acordo com o Sistur Beni (1998), conforme explicado na metodologia, dessa forma, são 6 dimensões, a saber: gestão pública, infraestrutura, ambiental, cultural, social e econômico.

4.2.1 Dimensão Gestão Pública.

Na primeira dimensão, gestão pública, faz parte do conjunto da organização estrutural do SISTUR, especificamente no tópico de superestrutura, nele o autor Beni discrimina que tem como principal elemento o ordenamento jurídico administrativo de gestão e controle do SISTUR, nesse subsistema encontra-se os seguintes fatores: planificação estratégica do turismo. Indicadores macroeconômicos e normalização e fiscalização dos agentes operadores de turismo.

Para isso, nessa dimensão teve um enfoque analítico para o desempenho da gestão pública, incluindo a esfera municipal e o órgão ambiental responsável pela gestão da APAJ. De acordo com a análise das principais inferências nas entrevistas, no programa do Atlas.ti indicou a nuvem de palavra (Figura 19), que corresponde aos principais temas abordados no tocante ao desempenho da gestão pública.

	“Prefeitura também a gente sobre zero à esquerda” (6 GSM 6) “Para a prefeitura de Extremoz que não faz nada, desde faz 4 anos que eu estou morando aqui, nada que eu pensei nada, tudo o que é feito na comunidade pessoal” (6 GSM 6) “Prefeitura liberou as barracas, mas não fez muita coisa, tipo a limpeza, tipo” (10 GSM 10) “Gestão pública da municipal também. É muito fraco, né?” (30 GSO 30)
Estado	“O estado é também, não tem um planejamento com visão de 100 anos do Rio Grande do Norte. O estado precisaria, dentro desse planejamento. Destruir o turismo do Rio Grande do Norte” (13 GSL 13) “É preciso urgente que a gestão estadual promova concurso é que volte a ter técnicos realmente essa” (13 GSL 13) “A fragilidade, o estado, ele não tem aquela fiscalização permanente, então o pessoal constrói de noite, toca fogo de noite, porque sabe que não vai chegar ninguém” (21 GSA 21)
Órgão gestor ambiental do estado	“Tem que haver uma revisão urgente desses planos para que se possa, porque de lá para cá mudou muita coisa, cresceram as atividades. As atividades desordenadas aumentaram, né? Existem muitas atividades desordenadas aqui e elas aumentaram bastante nos últimos 10 anos, então esse, esse, esse tudo isso tem que ser revisto, não é? Então, mas sei também que o idem está com carência de pessoal” (13 GSL 13) “E hoje aqui, uma APA, que nada funciona, nada funciona” (15 GSL 15) “Esse que o pessoal achava que era tudo proibido e a gente viu e desconstruindo isso na cabeça do auge, eu acho que está mais tranquilo em relação a isso. O entendimento está melhor” (23 GSP 23) “Falta de recursos humanos, falta de recursos financeiros, né” (24 GSP 24) “Ele não tem uma equipe técnica para dar suporte às ações. Maior parte do quadro técnico do tema, ele é composto por bolsistas” (24 GSP 24) “Isso é um problema muito sério da gestão pública, né? Um processo licitatório muito demorados” (24 GSP 24) “E assim, uma das situações que mais eu acho é complicada. Na unidade de conservação é a

	questão da fiscalização, essa sim, essa realmente” (21 GSA 21)
Empenho da comunidade	“Olha, eu acho que eles não chegam muito junto, não. Eu acho que os moradores estão mais empenhados” (16 GSL 16) “Então, sozinho, não dá pra fazer nada, então a gente sempre encabeça isso, mas com apoio das instituições locais, tanto da das associações da sociedade civil organizada como das empresas, também prometo que nós somos uma empresa parceira da gente, que sempre está aí chegando junto nas ações, sempre contribui com o trabalho da gente” (23 GSP 23) “Que está fazendo as coisas, são as pessoas que moram aqui, as pessoas captam os buracos” (6 GSM 6)

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Na categoria **município**, as respostas indicam que a gestão pública municipal se mostra omissa ao atender as demandas da comunidade da Praia de Jenipabu. Além disso, há uma avaliação insatisfatória quanto ao desempenho da gestão, incluindo relatos que mencionam o foco dos investimentos em outras praias do município de Extremoz, como é o caso de Pitangui. Os comentários também apontam que a gestão tem se limitado a atender apenas às demandas básicas da comunidade, sem realizar investimentos satisfatórios para o desenvolvimento do turismo na praia. Essa falta de investimento resulta em outros impactos e pressões na comunidade, que serão discutidos nas próximas seções.

Nesse sentido, há de considerar que a gestão municipal desempenha um papel integral na gestão do turismo ao nível local, garantindo que o desenvolvimento do setor seja sustentável, responsável e benéfico para toda a comunidade. A colaboração entre a prefeitura, empresas privadas, organizações não governamentais e residentes locais é essencial para alcançar um turismo integrado e resiliente.

Na categoria **estado**, houve comentários associados à ausência de planejamento, recursos humanos e financeiros, além da fiscalização. Segundo relatos, o estado do RN tem apresentado uma gestão que pouco se dedica ao planejamento do turismo em nível estadual, especialmente em relação à Praia de Jenipabu. Isso tem impactado diretamente o turismo, juntamente com a omissão da gestão municipal. Como resultado, surgiram impactos como o péssimo acesso ao destino, baixa qualidade das estradas, ausência de transporte público, iluminação precária, problemas de segurança pública, falta de fiscalização, entre outros.

A ausência do Estado no investimento do turismo pode ter diversas consequências negativas e desafios para o desenvolvimento eficiente do setor. Dessa forma, é crucial que o Estado assuma um papel ativo na criação de políticas, na alocação de recursos e no estabelecimento de parcerias para garantir que o turismo contribua de forma positiva para as comunidades locais, preservando o patrimônio cultural e natural e promovendo o bem-estar econômico e social.

Na categoria "**Órgão gestor ambiental do estado**", fatores importantes foram citados, como a necessidade urgente da revisão do plano de manejo da APAJ, realizado em 2009, incluindo o zoneamento. Essa realidade do estado do RN, conforme apontado no trabalho de Soares (2019)²⁶, revela que apenas oito unidades de conservação possuem plano de manejo (de 12 UCs). Esse dado é preocupante, pois evidencia a carência dos principais instrumentos de gestão na maioria das UCs localizadas no Rio Grande do Norte e sugere uma baixa efetividade na gestão do sistema de UCs, uma vez que esses instrumentos são fundamentais para alcançar os objetivos de criação de áreas protegidas.

Outro fato a considerar é que o estado do RN enfrenta escassez de profissionais técnicos em todos os setores da máquina pública, especialmente no órgão ambiental responsável pela gestão das UCs estaduais. O quadro de pessoal é predominantemente composto por bolsistas, como mencionado no depoimento do entrevistado 24 (GSP 24), o que impacta negativamente o funcionamento e a implementação das políticas ambientais. Um dos principais problemas é a rotatividade dos bolsistas, que causa descontinuidade nas ações e projetos do órgão.

Somado a isso, também se discute a redução de recursos financeiros destinados à execução e implementação das políticas ambientais no estado. Especificamente para as UCs, essa redução impacta diretamente os mecanismos de fiscalização e monitoramento, negligenciando a garantia do cumprimento das leis e regulamentos. Dessa forma, a ausência desses profissionais pode comprometer a eficácia dessas atividades.

Sobre este último ponto, a fiscalização tem sido uma deficiência no cenário das UCs, inclusive no âmbito nacional. No entanto, é preciso destacar, conforme abordado por Terra (2017), que o principal instrumento existente para a proteção das unidades de conservação é a fiscalização ambiental. Diante dos desafios enfrentados pelo

²⁶ Os últimos dados atualizado em 2019.

órgão gestor para realizar a fiscalização dessas áreas, a legislação reforça que as unidades de conservação, mesmo aquelas que não possuem um plano de manejo, devem priorizar a proteção para promover a consolidação da unidade e seu desenvolvimento.

Isso é demonstrado nas imagens a seguir: a imagem 15 mostra a placa da obra da urbanização da Orla Marítima da Praia de Jenipabu, porém inacabada, principalmente esse prédio ao fundo da placa, que deveria ser um centro de visitação turística e, devido à não finalização da obra, ainda não está em funcionamento. A imagem 16 é uma placa de proibição para subida das dunas, porém, como dá para visualizar, a placa não está em um lugar visível e também está deteriorada, não cumprindo seu objetivo. Isso exemplifica o desempenho da gestão pública discutido neste tópico.

Imagem 15: Obra inacabada na Praia de Jenipabu



Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Imagem 16: Placa deteriorada fiscalização.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Por fim, ainda sobre o **órgão ambiental do estado**, como mencionado sobre a burocracia dos processo licitatório, tendo sido um impacto no cumprimento das ações na APAJ, apesar de que os processos burocráticos desempenham um papel crucial na administração pública, garantindo o cumprimento de normas e a prestação de contas, mas também representam um desafio para a agilidade e a inovação. Porém, considera-se que seja necessário uma busca por uma burocracia eficiente e

responsiva continua sendo um objetivo importante para muitos governos ao redor do mundo.

Apesar de ser considerado um impacto ou uma pressão direta no turismo, mas por existir uma associação, a partir da morosidade e ausência da gestão pública, houve respondentes que registram que a comunidade apresenta um forte empenho na resolução das demandas locais, através da atuação de algumas associações da comunidade, como por exemplo, a Associação das Mulheres Unidas de Jenipabu, que tem aglutinado esforços para realizar ações de educação ambiental.

Dessa forma, é preciso afirmar que o empoderamento da comunidade, bem como o empenho na participação social nas políticas públicas de turismo e ambiental ser de extrema importância, inclusive, para torná-las resilientes, o motivo que leva esse esforço na verdade é em resposta a ausência de efetivação de política e ações concretas em prol do turismo, e com isso, as associações apesar do esforço, ele não é o suficiente para concretização de um desenvolvimento turístico eficiente e adequado.

Em resumo, o quadro 22 a seguir demonstra os principais impactos e pressões que foram possíveis serem identificados a partir das entrevistas dos sujeitos da pesquisa.

Quadro 22: Principais impactos e pressões na dimensão da gestão pública.

	Impactos e pressões
Gestão Pública	• Falta de prioridade na gestão municipal para com as ações voltado para o turismo local • Ausência de investimentos para o turismo por parte da gestão pública e municipal; • Ausência de projetos e programas efetivos para o turismo local; • Limitação de recursos financeiros para a gestão da APAJ; • Quadro pessoal deficitário para a gestão da APAJ; • Morosidade nos processo licitatórios no âmbito estadual; • Ausência de programas de monitoramento e fiscalização para com as ações inadequadas da APAJ; • Empenho da comunidade frente a morosidade e ausência da gestão pública municipal e estadual.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

O dinamismo econômico e a complexidade que envolve o fenômeno turístico contemporâneo rever um conjunto de medidas e ações no setor público que consiga

de forma traçar um planejamento para o turismo. Sobre esse contexto, Fratucci Schwantes e Maia (2014) ressaltam que a não priorização do turismo, de forma clara e objetiva pelos diversos planos de governos estaduais nas últimas quatro décadas, tem provocado a perda de oportunidades de crescimento e de desenvolvimento mais consistente do setor.

Dessa forma, a gestão pública dentro do sistema de turismo assume sua importância significativa, sendo assim, no que tange ao planejamento público de governos voltado para o turismo, é necessário que se entenda as funções que normalmente são atribuídas ao Estado, entre elas: (1) coordenação; (2) planejamento; (3) legislação e regulamentação; (4) empreendimentos; (5) incentivo; (6) atuação social; (7) promoção e (8) defensor do interesse público (Hall, 2004; Dias, 2008).

Tem como pilares centrais da resiliência na gestão pública, a coordenação que considera-se a implementação da política de turismo que traduz os interesses específicos de todos os agentes em um interesse geral. O planejamento estabelece as linhas gerais para que o desenvolvimento aconteça de forma ordenada, atendendo ao interesse coletivo, apesar de, na realidade, o Estado representar os interesses de determinados grupos sociais (Hall, 2004).

Voltando a citar Fratucci, Schwantes e Maia (2014), que realizaram um estudo sobre a atuação da gestão pública do Rio de Janeiro, considerado o principal destino do Brasil, a partir de sua análise, concluíram que, apesar da importância e do potencial do turismo para a economia fluminense, a gestão desse potencial ainda não vem merecendo a devida atenção por parte dos governos executivos municipais. Em sua grande maioria, o turismo fica relegado a um plano secundário dentro da estrutura municipal, tanto do ponto de vista político quanto no que se refere à estrutura física, de recursos humanos e mesmo financeira.

No cerne dessa discussão e tomando como base o que foi tangenciado pelas respostas dos entrevistados, a gestão pública tem tido falhas e uma ausência significativa no que se refere ao turismo da Praia de Jenipabu. Sobre isso, os depoimentos, que em sua maioria reproduzem um sentimento negativo, mostrando um descrédito total para com a gestão pública. Dessa forma, para essa dimensão da gestão pública, expressa-se uma conjuntura de impactos e pressões cujos desdobramentos podem contribuir de forma efetiva para um turismo que encontra limitações para o desenvolvimento, sobretudo, para os benefícios efetivos para a comunidade da Praia de Jenipabu.

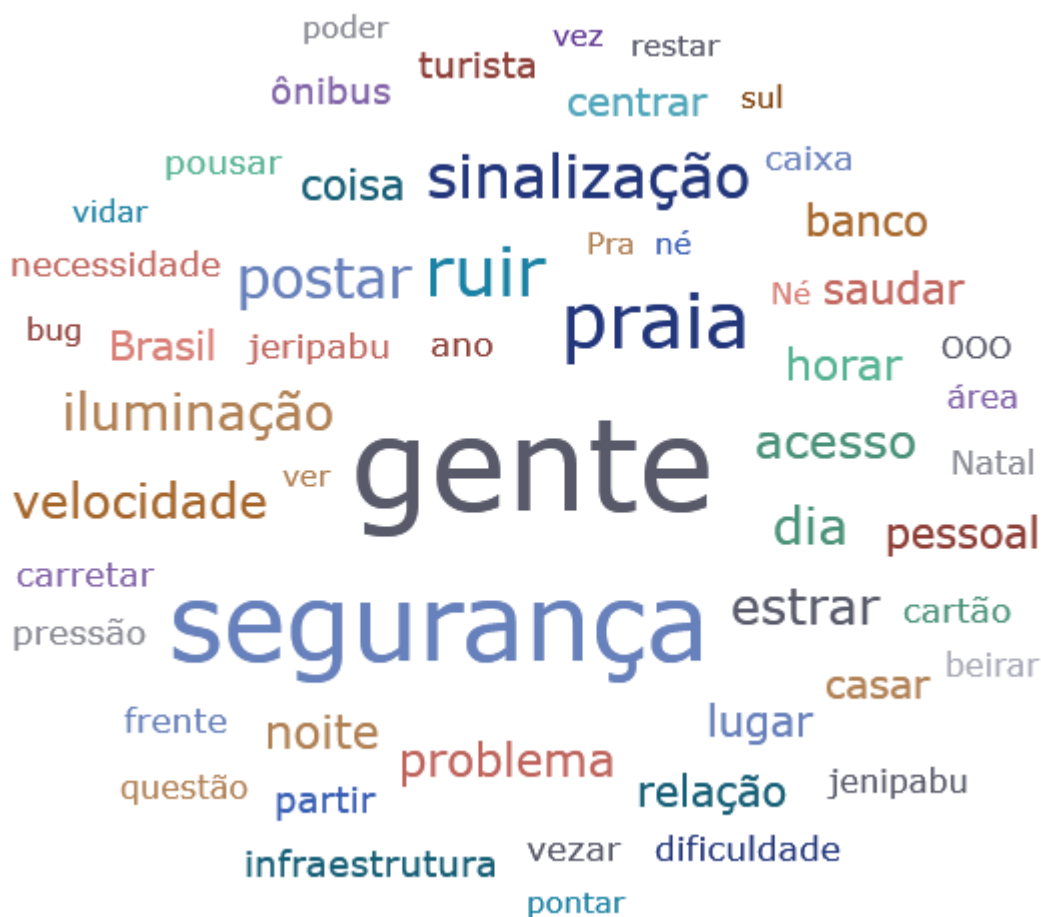
4.2.2 Dimensão Infraestrutura

Na segunda dimensão, infraestrutura, faz parte do conjunto da organização estrutural do SISTUR, nele o autor Beni (1998) discrimina esse tópico possui um enfoque para as condições de acessibilidade à área de destinação turística e dos serviços. Nele estão os seguintes setores, com suas respectivas funções, a saber: saneamento básico, energia e comunicações, serviços de apoio, sistema viário e de transporte, e organização territorial urbana.

Para este estudo, tendo em vista seu objetivo, foram realizados questionamentos sobre os seguintes itens: acesso, estradas, sinalização, postos de saúde, bancos e segurança pública.

De acordo com a análise das principais inferências nas entrevistas, no programa do Atlas.ti indicou essa nuvem de palavra (Figura 20), que corresponde aos principais temas abordados no tocante à infraestrutura da Praia de Jenipabu.

Figura 20: Nuvem de palavras da dimensão infraestrutura.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Como pode ser observado na nuvem de palavras, as palavras que ganham mais destaque por serem aquelas que apresentam maior frequência nas entrevistas, são segurança, sinalização, iluminação, acesso, velocidade, problema, noite e infraestrutura e entre outras.

Que inclusive tem relação direta com os depoimentos filtrados a partir dessa nuvem de palavras, no quadro 23 exibe um demonstrativo dos principais comentários acerca do aspectos da infraestrutura na comunidade da Praia de Jenipabu, nesse quadro está dividido em 5 categorias identificadas a partir dos depoimentos, a saber: estradas, saúde, sinalização, segurança, iluminação, transporte público/trânsito e bancos.

Quadro 23: Categorias e comentários da dimensão infraestrutura.

CATEGORIAS	COMENTÁRIOS
Estradas	“E ter acesso que nem acostamento tem, certo. Motorista de ônibus fala que a estrada de parte das unhas Jenipabu é das estradas mais perigosas do Brasil, falado pelos motoristas de ônibus” (20 GSA 20) “ Hum, péssimo. Sobre a pista? Então assim, os ônibus reclama muito” (12 GSL 12) “Você está aqui fazendo seu trabalho de pesquisa e está andando comigo para lá e para cá. Nessa via, você viu buracos, você viu” (13 GSL 13) “E quando chove, os clientes não têm acesso à pousada” (13 GSL 13) O acesso aqui a Jenipabu estava terrível, né? Desde aquele posto BR ali na no posto para ajustar até aqui estava esburacado. Não sei como, não correr, tudo deve ter ocorrido vários acidentes, porque a gente precisava passar para outra faixa, né? (3 GSM 3)
Sinalização	“Também falta sinalização em Jenipabu você está entendendo?” (20 GSA 20) “Da sinalização, eu acho que é uma praia que. Pelo menos algumas que eu já fui. Eu vejo que você chega. Você vê uma sinalização, você tem um exemplo, uma ideia. A gente não tem aqui nenhum” (12 GSL 12) “Pra Jenipabu ela é estadual, ela tem um projeto desde 2014. Engavetado esse projeto é um projeto que amplia a via duplica. Ela coloca ciclovia, sinalização que não existe, né” (13 GSL 13)

	“O acesso até que é bom, mas a sinalização não. A gente tem, eu acho, pouca sinalização, vim, disse demais pra cá e daqui pra Natal muito pouca sinalização também” (14 GSL 14) “As ruas não são sinalizadas, as ruas não têm identificação, não tem placa” (16 GSL 16) “Porque não existe sinalização, então é muito grave, mas isso não existe há muito tempo. A nossa sinalização é péssima” (18 GSL 18)
Transportes públicos/Trânsito	“A gente tem um transporte público aqui, zero já, onde foi uma grande discussão em relação a isso. Nós não temos ônibus com linha direta, né? Do de Natal para cá, nem de Extremoz para cá, a gente vai ter só apenas alternativas que funcionam” (21 GSA 21) “Grande desafio que com a passagem de bug, como não tem uma fiscalização de trânsito, não é nem municipal nem estadual. Os demais veículos trafegam livre” (22 GSP 22)
Iluminação	“Aqui a gente não tem iluminação na praia. Com isso aqui é parado à noite. É morto sim, a gente só vive durante o dia. É uma praia linda, mas infelizmente à noite é tudo parado” (12 GSL 12) “Tem que melhorar muito na iluminação, iluminação na estrada, em tudo” (11 GSL 11) “E outra coisa que choca também é iluminação. Você viu ontem à noite a própria rua que eu moro hoje eu baixei o aplicativo, pedi 2 lâmpadas e já tenho o quê? Vai fazer um mês e as lâmpadas não chegam aqui, a escuridão não é a orla à beira, à margem, não entende como é que isso é beira-mar não tem, não tem iluminação, não é e aí isso também” (13 GSL 13)
Saúde	“Isso tem que melhorar. Primeiramente tem que aqui em Jenipabu tem que ter um posto de saúde aberto 24 horas, certo? Por caso que na praia aqui em Jenipabu não tem condições de um posto ser aberto durante o dia, teria que ser certo. O posto de saúde numa praia que é cartão postal do Brasil. O custo método. Não abri 24 horas, teria que, certo” (20 GSA 20) “É tem o posto de saúde que funcionou, funciona bem com o que eu percebo, funciona bem nessa parte de vacina, a necessidade mais simples, né? Mais urgente e às vezes pra tirar a pressão, eu vejo que eles vêm. Tem um vizinho que mora aqui perto, que precisa de uma medicação mensal. Eles mensalmente vem atender na casa, tiram a pressão do senhor idoso” (19 GSL 19) “Eu acho que essa área de da do posto de saúde tá tá bem” (16 GSL 16)

	“Nada que não seja de emergência, a gente consegue ser atendido isso daí eu não vou também dizer que não, porque a gente tem” (28 GSO 28) “Falando do posto de saúde, né? É várias vezes eu tive cliente que teve é alergia a camarão, a frutos do mar, né? E de repente eu tive que sair da minha cozinha para poder prestar Socorro a eles. Até a UPA a UBS do Pajuçara, porque lá não tinha o médico pra examinar” (8 GSM 8)
Segurança	“Da segurança pública, aí eram zero à esquerda, viu? Meu amigo? Sim, certa. A segurança privada está de parabéns, mas aonde? Se nós fosse depender da segurança, aí ficaria deixar a desejar” (20 GSA 20) “À noite, nós temos um segurança que todo mundo paga, os comerciantes paga. Mas não é o suficiente” (11 GSL 11) “Então, há 5 anos atrás, nós, os comunitários, nos reunimos, fizemos uma grande reunião lá no centro da cidade e tomamos a decisão, vamos pagar a segurança privada” (13 GSL 13) “Pública, segurança pública também. Zero. Não existe, infelizmente, faz muito tempo que também isso aí. Segurança pública é zero. A gente tem aqui uma equipe de segurança, né pessoal, que o pessoal paga, né? Privado?” (14 GSL 14) “Hoje nós temos nossa segurança, porque a turma daqui se viu preocupada. Correndo o risco de ser assaltada a qualquer hora e à noite também, principalmente criminalidade” (15 GSL 15) “A segurança que nós temos é privada. Nós da praia do Jenipabu, nos reunimos já há 5 anos e mantemos uma segurança pública aqui” (18 GSL 18) “Uma segurança privada irregular, né? Porque ela não é registrada, ela é uma segurança, vamos dizer, é o pessoal que trabalha na segurança do estado e nas horas vagas traz essa segurança privada” (21 GSA 21) “A segurança pública, que também eu acho que funciona muito ruim, se não fosse o que a gente paga aqui, né é, os moradores. Não tinha nada” (2 GSM 2)
Bancos	“A unidade básica banco? Nem pensar. Já tivemos momentos que tínhamos banco. Hoje em dia, nosso caixa rápido tá numa distância de entorno de 10 km, né? Que é ali no Parque das Dunas, que a gente vai ter banco. Nós não temos banco, não temos caixa” (21 GSA 21)

	“Em relação a bancos de bancos de sacar dinheiro, essas coisas. Esse não existe, também não tenho nenhum caixa 24 horas” (10 GSM 10)
--	---

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O primeiro aspecto é em relação às estradas que dão acesso a Jenipabu, incluindo as ruas no interior da comunidade, onde há tráfego de pessoas das comunidades, turistas e transportes em geral. O acesso à Praia de Jenipabu se dá de duas formas: a primeira é pela praia de Santa Rita, cuja localização faz divisa a praia; o outro acesso é por meio da Zona Norte de Natal, onde há uma estrada que leva à sede da comunidade.

Esses dois acessos encontram-se em péssima qualidade, com buracos nas estradas. Além disso, há uma ausência de sinalização de trânsito, especialmente turística, como relatado pelos entrevistados e demonstrado nas categorias estradas e **sinalização**. Somando a isso, as ruas da comunidade também se apresentam sem sinalizações e, em sua maioria, não são pavimentadas, como podemos ver nas imagens a seguir. A imagem 17 mostra uma rua sem pavimentação, que dá acesso a pousadas e, no período de chuva intensa, dificulta o acesso dos moradores e turistas às suas casas e meios de hospedagem. A imagem 18 mostra a principal estrada que dá acesso à Praia de Jenipabu; como é possível visualizar, não há sinalização nem acostamento.

Imagem 17: Estrada de acesso a praia de Jenipabu. **Imagem 18:** Ruas sem pavimentação.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.



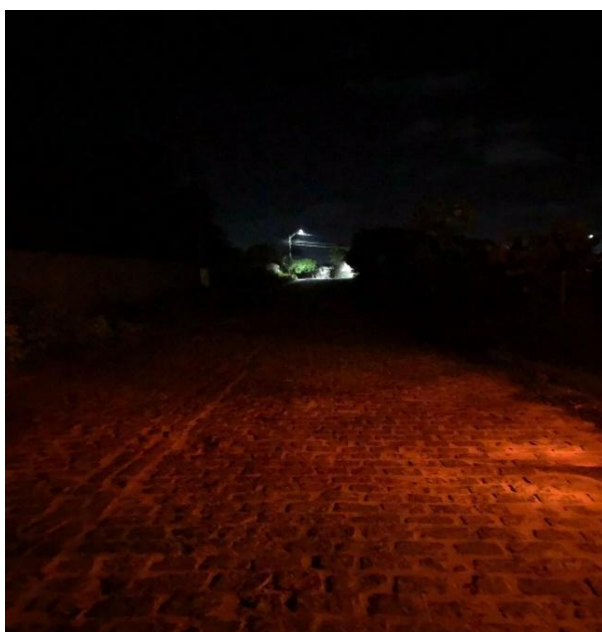
Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Somando a esses aspectos, tem-se **o transporte público e o trânsito**, como mencionado pelos entrevistados. A deficiência de transporte público que faz a rota direta para a Praia de Jenipabu limita o acesso para turistas e visitantes, e, sobretudo, para os moradores locais. No entanto, ainda há uma parcela de transporte alternativo, como micro-ônibus, que liga os bairros da zona norte de Natal à praia.

Em relação ao **trânsito**, está ligado com a ausência de fiscalização da unidade e da comunidade, sobretudo em relação ao passeios de buggys, há registros que esses passam pelas ruas da praia, bem como na própria praia onde tem banhistas e pessoas da comunidade caminhando, em alta velocidade, trazendo assim perigos para integridade das pessoas que circulam no mesmo local de trânsito dos *buggys*. Além disso, há de se destacar também que outros tipos de transportes circulam pela faixa de areia da praia, como pode ser vista na imagem 3.

Além das ruas que não são todas pavimentadas, muitas também não têm iluminação ou possuem iluminação insuficiente. Além disso, por ser uma praia sem movimento durante a noite, a faixa de areia da praia também não tem iluminação, deixando o local vulnerável e perigoso para os moradores e visitantes. As imagens a seguir demonstram o que foi supracitado.

Imagem 19: Rua com baixa iluminação.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Imagem 20: Trechos de rua sem iluminação.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Outro aspecto foi a questão dos serviços de **saúde** oferecidos à comunidade local. Conforme observado nas repostas, a praia conta com um posto de saúde que

oferece serviços básicos e, de acordo com os entrevistados, esses atendem às demandas locais, como vacinação, exames, consultas, entre outros. No entanto, é necessário destacar que, por oferecer apenas o básico, há outras demandas maiores que não são atendidas. Um exemplo citado pelo entrevistado 8 GSM 8 menciona um turista com alergia que teve que se deslocar para outro município para ser atendido.

Porém, outro fato nesse aspecto que precisa ser mencionado é que, como a praia tem um fluxo mais intenso nos finais de semana e feriados, o posto de saúde local não é aberto. Ou seja, qualquer demanda nesse período, seja de moradores ou turistas, não é atendida, nem mesmo serviços de primeiros socorros. A imagem a seguir mostra o posto de saúde da praia.

Imagem 21: Posto de Saúde da Praia de Jenipabu.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2023

Por fim, e não menos relevante, são as duas últimas categorias, que inclusive têm relação direta, que são os aspectos da **segurança pública e bancos**, e que também têm relação com a categoria **iluminação**. Não diferente da realidade de diversos lugares do Brasil, a insegurança é muito presente na Praia de Jenipabu. Conforme expresso nas respostas dos entrevistados, há ausência de segurança pública na praia, sem a presença de policiais, posto policial e delegacia de turismo.

Diante desse cenário de insegurança, a comunidade, sobretudo os

empresários locais, contrataram uma equipe de segurança privada que oferece serviços de ronda noturna, funcionando mais como um serviço de vigilância do que propriamente como uma garantia efetiva de segurança para turistas e moradores. Devido a essa situação, não há agência bancária nem caixas eletrônicos com serviços 24 horas na região, pois em outro momento houve assaltos aos caixas.

Essa categoria ganha destaque, uma vez em que a segurança pública desempenha um papel crucial no desenvolvimento e na sustentabilidade do turismo em qualquer destino. A percepção de segurança influencia diretamente a decisão dos turistas de visitar um lugar, além de impactar sua experiência durante a estadia. Como expresso por Tomé (2014) a falta de segurança é considerada um importante fator restritivo para o desenvolvimento do turismo, pois impõe riscos à integridade da população local e flutuante, incluindo os turistas.

Contudo, conforme mencionado por Mawby (2016), embora a Organização Mundial do Turismo (OMT) tenha identificado a necessidade de adoção de políticas especificamente voltadas para a segurança dos turistas e dos destinos turísticos já em 1991, na prática isso tem sido mais exceção do que regra. A redução da insegurança deve ser resultado de um conjunto de fatores e medidas: segurança física; presença de forças de segurança; informação e educação sobre segurança; parcerias entre *stakeholders*; estabelecimento de planos de contingência; avaliação das ameaças e dos riscos, entre outros.

Partindo disso, a praia de Jenipabu tem sido desprovida de um sistema público de segurança, e conforme mencionado pelos autores anteriores, dentro da estrutura do destino turístico, garantir a segurança pública da comunidade local e dos turistas é fundamental para o desenvolvimento da atividade turística, além de ser um direito garantido para toda a população.

Em resumo, o quadro 24 a seguir demonstra os principais impactos e pressões que foram possíveis serem identificados a partir das entrevistas dos sujeitos da pesquisa da dimensão infraestrutura.

Quadro 24: Principais impactos e pressões na dimensão da infraestrutura.

Infraestrutura	Impactos e pressões
	• Acesso com estradas de péssima qualidade • Ausência de sinalização nos acessos e sinalização turística • Redução de transporte público para o acesso a Praia de Jenipabu • Ausência de fiscalização de trânsito

	(principalmente o buggy) • Ruas sem pavimentação e baixa iluminação (na faixa de areia da praia) • Ausência de oferta de serviços de saúde de emergência e urgência para comunidade e turistas • Redução de horários e dias para atendimento aos serviços básicos de saúde • Ausência de segurança pública • Ausência de serviços bancários
--	--

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Diante do que foi apresentado, é possível afirmar que a infraestrutura básica, bem como a infraestrutura turística, são elementos considerados essenciais para a qualidade de vida das comunidades e também trazem benefícios diretos para os turistas e, conseqüentemente, para os empreendimentos turísticos. Sendo assim, entende-se que, para o destino turístico, além de proporcionar o crescimento da região nos aspectos sociais e econômicos, é fundamental a existência de infraestruturas turísticas, pois são elementos importantes para o seu desenvolvimento tanto em nível nacional quanto internacional (Tampakis, Manolas; Tampakis, 2012).

Para o Ministério do Turismo a infraestrutura turística tem como finalidade desenvolver o turismo em regiões onde exista uma oferta e demanda da atividade, de forma que possa prover os destinos, assim como para que ocorra a expansão da atividade e melhoria dos produtos e serviços ofertados (Brasil, 2004).

Sendo este ponto negligenciado na Praia de Jenipabu, conforme levantado nesta dimensão, considera-se também que, diante da gestão pública inoperante e insatisfatória mencionada anteriormente, há uma ausência de investimento na implementação e melhoria da infraestrutura básica e turística. Isso também foi evidenciado no estudo de Soares (2019), que teve como objeto de estudo a APAJ. Os resultados apontaram que a infraestrutura foi considerada uma pressão, podendo representar ameaças no futuro.

Além disso, pode-se destacar também que essa realidade refere-se à infraestrutura oferecida pela APAJ, que junto com os demais setores públicos, promove a implementação de infraestrutura para visitantes e turistas, bem como para as comunidades locais e do entorno. No entanto, essa não é uma realidade exclusiva da APAJ; as Unidades de Conservação (UCs) em nível nacional têm enfrentado essas fragilidades. Um exemplo a ser mencionado é o Parque Nacional do Caparaó, conforme destacado no estudo desenvolvido por Carmos e Vargas (2020), que

apontam a carência de recursos estruturais desde o centro de visitação até as áreas de permanência e acampamentos. A implantação de lojas de alimentos e bebidas, aluguel de equipamentos e barracas, cobrança de ingressos e taxas de estacionamento contribuíram para o aumento da arrecadação de receitas, proporcionando melhorias estruturais na UC e na experiência do visitante.

Portanto, é preciso destacar essa dimensão, uma vez que a ausência de infraestrutura turística pode representar um desafio significativo para qualquer destino, e isso tem sido evidente na Praia de Jenipabu. Sem as facilidades adequadas, como transporte eficiente, alojamentos confortáveis e serviços básicos de saúde e segurança, o destino se torna menos atrativo, impactando negativamente a economia local. A falta de infraestrutura pode limitar o potencial de crescimento do turismo, afastando potenciais visitantes em busca de conforto e segurança. Portanto, investimentos e desenvolvimento são essenciais para criar um ambiente acolhedor e atrativo, promovendo tanto o bem-estar dos turistas quanto o progresso sustentável e resiliente das comunidades hospedeiras.

4.2.3 Dimensão Ambiental

Na terceira dimensão, ambiental, faz parte conjunto das relações ambientais (CRA) do SISTUR, nele o autor Beni (1998) discrimina essa dimensão como elemento a contemplação e o contato com a natureza, matéria-prima do turismo. Nele estão os seguintes fatores, a saber: a) espaço turístico natural e urbano, e sua planificação territorial; b) consequências do turismo sobre o meio ambiente, preservação da flora, fauna e paisagens.

Para este estudo, tendo em vista seu objetivo, foram realizados questionamentos sobre os seguintes itens: **limpeza, coleta, poluição sonora, do ar, visual** (esses dois últimos não foram possíveis identificar nas entrevistas), porém, dentro do contexto, foram inseridos os itens de **desmatamento e construções irregulares**.

De acordo com a análise das principais inferências das entrevistas, no programa do Atlas.ti indicou essa nuvem de palavra (Figura 21), que corresponde aos principais temas abordados no tocante à ambiental da Praia de Jenipabu.

Figura 21 : Nuvem de palavras da dimensão ambiental.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Como pode ser observado na nuvem de palavras, os termos que se destacam por sua alta frequência nas entrevistas são: fiscalização, poluição, carro, som, educação, problema, APA, associação, entre outros que fazem referência aos tópicos discutidos durante as entrevistas. Isso será demonstrado no quadro a seguir.

No quadro 25, é apresentado um demonstrativo dos principais comentários sobre os aspectos ambientais na comunidade da Praia de Jenipabu. Este quadro está dividido em 6 categorias identificadas a partir dos depoimentos, a saber: poluição sonora, limpeza, lixo, desmatamento e construções em áreas proibidas.

Quadro 25: Categorias e comentários da dimensão ambiental.

CATEGORIAS	COMENTÁRIOS
Poluição sonora	“A poluição sonora é demais” (11 GSL 11) “A parte ambiental, sim, tem muito a desejar. A gente tem problemas sonoros aqui, com som na praia” (12 GSL 12) “A poluição sonora a gente está tendo muito problema também aqui na parte dos problemas,

	muito" (14 GSL 14) "Esse novo problema que está tendo agora do som dessa barulheira, né? Tipo desse movimento de carro e na praia, assim, as coisas a cavalo de pau" (15 GSL 15) "Poluição sonora tem toda a praia, não é só aqui. Na beira do Rio, a orla inteira" (GSL 19)
Limpeza/Lixo	"Limpeza também tem que ser muita conscientização do povo que não tem" (11 GSL 11) "Como você viu as contradições, o caminho da APA até chegar ao ecoposto nós vimos lixo, nós vimos" (13 GSL 13) "Mesmo é a questão da do lixo, né? A limpeza diária a gente tem, mas o resto, investimento, nenhum, nenhum" (14 GSL 14) "Muito lixo, a praia, a todo o lado, todo muito abandonado" (9 GSM 9) "Para a nossa praia e acabam encontrando lixo e isso acaba afastando, né? Eu Acredito, no meu ponto de vista, eu acho que é algo que afeta" (28 GSO 28) "Coleta seletiva até onde eu tenho não existe" (23 GSP 23) "Não existe coletores, deveria ter até um incentivo para trazer para os condomínios coleta de lixo reciclado para ir criando uma conscientização" (3 GSM 3) "Fiquei muito triste de pessoas que desceram para conhecer a praia e que voltaram, pegaram o carro e foram embora. Porque tá isso aqui está muito sujo" (4 GSM 4) "Fiscalização maior dos restaurantes e das barracas porque o lixo, a quantidade de lixo, como eu te disse, mais uma vez os moradores, por iniciativa própria, quem tem um pouquinho de consciência ambiental" (3 GSM 3)
Desmatamento	"Questão, por exemplo, a gente tem muita, muita problemática na área aqui da da APA, inclusive a gente está na APA, né? Com o desmatamento" (12 GSL 12) "E acontece muito desmatamento" (30 GSO 30). "Desmata muito e queima muito nas construções bizarras. Pessoal faz aí as 2 províncias, o desmatamento e sem fiscalização que não podia acontecer, né?" (30 GSO 30)
Construções em áreas proibidas	"E construções de terrenos em áreas que não podem ser construídas" (23 GSP 23)

	E a gente tem visto que áreas que são alagadas, que têm córregos, né, que tem passagem de água. O pessoal agora está aterrando para construir casa (23 GSP 23) “Dos anos uma expansão bem grande assim populacional aí da dentro da área da Lagoa” (30 GSO 30) “É uma política específica de fiscalização contínua e sistemática que possa relativamente resolver os problemas ambientais de Jenipabu, desde a queimada até construções, enfim” (21 GSA 21)
--	---

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Na primeira categoria, destaca-se a **poluição sonora**, conforme relatado pelos entrevistados. Eles mencionam que, devido ao grande número de turistas na praia, especialmente durante os períodos de alta temporada, férias escolares, fins de semana e feriados, há uma concentração de carros com paredões de som em toda a praia, com volume alto, o que tem afetado diretamente os moradores locais.

No entorno da comunidade da Praia de Jenipabu, há também um atrativo turístico bastante visitado, que é a Praia da Barra do Rio, localizada na foz do Rio Ceará-Mirim. Neste local, há frequentes encontros com paredões de som, próximos à área residencial da Praia de Jenipabu, o que tem incomodado muitos moradores. Nesse contexto, a poluição sonora pode afetar a percepção de tranquilidade e naturalidade do ambiente, além de perturbar a comunidade local, também pode afetar a experiência dos visitantes e turistas.

Não sendo algo exclusivo da Praia de Jenipabu, esse impacto ocorre em diversas praias do Brasil e do estado. Um outro exemplo é na Praia de Ponta Negra (Natal/RN), onde um estudo desenvolvido por Soares, Medeiros e Sales Filho (2014) constatou que outro problema bastante recorrente na orla de Ponta Negra é a poluição sonora provocada por vendedores de CDs e DVDs que se deslocam pela faixa de praia com carrinhos móveis. Na tentativa de chamar a atenção dos banhistas, esses vendedores caminham pela praia muitas vezes com som em alto volume. Além disso, a presença de vários comerciantes contribui para a poluição sonora, gerando desconforto para parte dos frequentadores da praia.

A segunda categoria refere-se ao **lixo e à limpeza** da praia e do interior da comunidade, onde os comentários indicam que não há limpeza adequada na praia, sendo comum encontrar muito lixo na faixa de areia. Os moradores também

destacaram a ausência de um sistema de coleta seletiva, além da falta de sensibilização e conscientização de moradores, turistas e empresários locais quanto ao descarte de lixos.

As imagens a seguir demonstram, como exemplo, a discussão supracitada. A imagem 22 mostra lixo deixado por visitantes e turistas nas barracas da faixa de areia da praia, enquanto a imagem 23 exhibe a estrada que dá acesso à sede do ecoposto da APAJ, onde provavelmente há descarte de lixo pela comunidade que reside nas proximidades da sede.

Imagem 22: Lixo da faixa de areia da praia. APAJ.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Imagem 23: Lixo no acesso ao Ecoposto da APAJ.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Infelizmente, é um cenário que se repete também em diversas áreas naturais, sobretudo no ambiente marinho. De acordo com a BBC (2018), do total de lixo encontrado nas praias brasileiras, 95% é composto por materiais plásticos, como garrafas, copos descartáveis, embalagens de sorvete, redes de pesca e até mesmo hastes flexíveis. Sabe-se que os resíduos sólidos nos oceanos provêm de diversos fatores, principalmente de origem terrestre, como gestão inadequada do lixo urbano e atividades econômicas (indústria, comércio e serviços), portuárias e turísticas (BBC Brasil, 2018).

Sobre isso, a pesquisa de Oliveira e Silva (2017), apontam que a percepção da comunidade de Perobas (RN) sobre o desenvolvimento do turismo nos recifes de

corais, localização numa unidade de conservação, a APARC²⁷, os moradores locais, 20,3% dos respondentes que há distribuição dos recifes de corais, e um dos motivos é o descarte de lixo no ambiente marinho. Enquanto na Praia de Porto de Galinhas (Pernambuco, PE) (Cabral, 2020), onde analisaram sobre importância do descarte e coleta do lixo para o turismo em Porto de Galinhas, concluíram que há também ausência de poder público no controle da limpeza e da coleta seletiva no ambiente da praia.

As terceira e quarta categorias estão relacionadas diretamente. A terceira refere-se aos episódios de **desmatamento** que ocorrem no interior da APAJ, especificamente na Praia de Jenipabu. Segundo relatos, isso ocorre em desacordo com a legislação vigente, com o objetivo de desenvolver atividades agrícolas e, sobretudo, para **construções em áreas proibidas**, como aquelas que possuem vegetação, dunas e mangues. O desmatamento, assim como a expansão imobiliária, tem sido uma das principais ameaças para a conservação dos recursos naturais em Unidades de Conservação (UCs). Nesse cenário, é presente não apenas nos parques nacionais da América, mas também em países tropicais, especialmente no Brasil. De acordo com WWF-Brasil e Funbio (2017), as UCs localizadas na Amazônia e no Bioma Cerrado sofrem pressão constante do desmatamento e do agronegócio. Na zona costeira, são a industrialização e a urbanização que ameaçam a proteção dessas áreas.

As imagens a seguir demonstram essa discussão. A imagem 23 mostra um prédio com mais três pavimentos, uma obra que não é permitida pelo zoneamento da APAJ. Já a imagem 24 retrata algumas construções imobiliárias em cima das dunas, o que não é permitido pela legislação.

²⁷ A Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APARC) foi criada em 2001, por meio do Decreto N° 15.746, com o objetivo de proteger a região marinha que abrange a faixa costeira dos municípios de Maxaranguape, Rio do Fogo e Touros, no litoral norte do Estado.

Imagem 24: Obra irregular na orla da praia.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Imagem 25: Construção irregular nas dunas.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Na pesquisa realizada por Soares (2019), de acordo com a análise das imagens aéreas da área de estudo, em 2006 existiam 352 construções. Já em 2017 este número aumentou para 588, representando um crescimento de 236 construções, o que representa um incremento de 67%.

Partindo disso, é necessário destacar o que Barbosa (2012) alertava sobre a falta de alternativas viáveis para a aquisição de moradias legalizadas, gerando inúmeras consequências para o meio ambiente. Essa população ocupa de maneira irregular áreas comuns ou ambientalmente protegidas, como manguezais, encostas de morros e beiras de córregos, conforme ressalta Oliveira (2020). Isso coloca em perigo a vida das pessoas que habitam essas áreas e gera custos significativos para a sociedade em termos de recuperação e reconstrução.

Dessa forma, é necessário considerar que o descumprimento das leis e normas que regem o funcionamento da APAJ pode resultar em impactos e limitações. Como menciona Barbosa (2012), às construções irregulares podem gerar dificuldades no esgotamento sanitário e na distribuição de água potável, afetando a qualidade de vida e a saúde das comunidades locais devido à incidência de doenças relacionadas.

Em resumo, o quadro a seguir demonstra os principais impactos e pressões que foram possíveis serem identificados a partir das entrevistas dos sujeitos da pesquisa da dimensão ambiental

Quadro 26: Principais impactos e pressões na dimensão ambiental.

Ambiental	Impactos e pressões
	• Poluição sonora na praia • Lixo na faixa de areia na praia de Jenipabu • Lixo na interior da comunidade (caminho para sede do Ecoposto) • Ausência de coleta seletiva • Presença de desmatamentos • Construções e obras irregulares

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Entretanto, a atividade turística em ambientes naturais pode gerar mudanças em diferentes escalas nos ecossistemas e em comunidades locais. Dessa forma, o turismo pode ocasionar impactos que afetam os ecossistemas, como o descarte indevido de resíduos sólidos em locais inadequados (Movono; Dahles & Becken, 2018).

Além disso, vale ressaltar que entre os impactos negativos provocados pelo turismo, o maior deles, em regiões costeiras, é a instalação da infraestrutura, assim como a falta dela no caso da geração, recolhimento e disposição adequada de resíduos sólidos e de esgotos (Vasconcelos 2008).

Nesse sentido, assim como qualquer outra atividade econômica que utiliza os recursos naturais como matéria-prima, o turismo gera algum tipo de impacto. Prova disso foram os impactos e pressões identificados nas entrevistas para este trabalho. No entanto, é necessário criar mecanismos e ferramentas de mitigação. Na praia de Jenipabu, além da ausência de consciência e sensibilização ambiental por parte das comunidades, visitantes e turistas, percebe-se uma falta de fiscalização. Esse tema atravessou todas as dimensões da análise, como mencionado anteriormente. A fiscalização contribui diretamente para o cumprimento das leis e normas que regem o planejamento territorial, costeiro e ambiental, especialmente porque a área está em uma UC.

Portanto, para mitigar esses impactos, é essencial adotar práticas de turismo sustentável e resiliente, para isso, torna-se primordial a implementação de políticas de gestão ambiental rigorosas, o envolvimento das comunidades locais na tomada de decisões e a conscientização dos turistas sobre práticas responsáveis. Essas medidas não apenas ajudam a proteger o meio ambiente, mas também contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável das áreas turísticas.

4.2.4 Dimensão Cultural.

Na quarta dimensão, cultural, faz parte conjunto das relações ambientais (CRA) do SISTUR, nele o autor Beni (1998) discrimina essa dimensão como elemento a herança e o patrimônio cultural do país, nele estão os seguintes fatores, a saber: patrimônio etnográfico; legado histórico, arqueológico, arquitetônico e monumental; patrimônio artístico, folclórico e artesanal; e usos e costumes diferenciados.

Partindo disso, para o objetivo deste trabalho, foram realizados questionamentos sobre a perspectivas desses seguintes elementos: **Valorização das manifestações culturais/sociais da comunidade.**

De acordo com a análise das principais inferências nas entrevistas, no programa do Atlas.ti indicou essa nuvem de palavra (Figura 22), que corresponde aos principais temas abordados no tocante à cultural da Praia de Jenipabu.

Figura 22 : Nuvem de palavras da dimensão cultural.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Como pode ser observado na nuvem de palavras, as palavras que ganham mais destaque por serem aquelas que apresentam maior frequência nas entrevistas

são: evento, festa, comunidade, artesão, calendário, pastoril, valorização e padroeiro. Essas palavras têm relação direta com os depoimentos filtrados a partir dessa nuvem de palavras. No quadro 27, há um demonstrativo dos principais comentários acerca dos aspectos da cultura na comunidade da Praia de Jenipabu. Este quadro está dividido em 5 categorias identificadas a partir dos depoimentos, a saber: eventos (mudanças), eventos (iniciativa privada), danças e artesanatos.

Quadro 27: Categorias da dimensão cultural e comentários.

CATEGORIAS	COMENTÁRIOS
Evento (mudanças)	“Hoje, a festa do padroeiro se resume na missa, no jantar coletivo, no leilão e está encerrada a festa” (13 GSL 13) “Então o São João em si, ele está mudando um pouco a característica dele. Aquela quadrilha tradicional deu lugar à banda” (13 GSL 13) “As bandas que que não cantam nem forró é forró de Luiz Gonzaga. Então assim, sinto falta disso. Está se perdendo essa cultura aqui. Comunidade é, e se a gente não resgatar agora, com a os filhos mais velhos das velhinhas que dançavam, pastoril e outra coco de roda” (13 GSL 13) “Vejo mais eu mesma não participo mais da festa, dos padroeiros, nem nada. Eu acho que tem uma outra conotação, mais de chegar, botar uma banda para tocar lá, qualquer coisa e pronto. Eu acho que foi perdendo isso aí” (16 GSL 16) “As pessoas mais antigas e mais idosas já não são tão representadas, já não são convidadas para tal. Eu acho que se perdeu um pouco isso aí” (19 GSL 19)
Danças	“Aqui tinha coco de roda, tinha muita, muita coisa ainda da Terra. Mas eu acho que isso já se perdeu. Eu pelo menos no cordão azul cordão vermelho, pastor” (13 GSL 13) “Cordão vermelho, a gente saía de casa para assistir no dia da festa do padroeiro, tinha as Apresentações culturais” (16 GSL 16) “Aqui já teve a dança do coco, que era uma família muito antiga, que sempre dançou essa dança. Eu não sei te explicar muito, porque na verdade não tive a chance de participar. Eu nunca assisti de fato essa família dançando que era uma família muito grande, que era avós, filhos, netos, bisnetos, bisnetos e foi passando pra eles. Mas isso não conseguiu” (18 GSL 18)
Eventos (iniciativa privada)	“Inclusive a minha sobrinha, que ela criou, o deguste. Aí a gente já está no segundo ano e estamos nos organizando para o terceiro, né?”

	(14 GSL 14) “E conseguimos fazer o primeiro Festival Gastronômico, então a gente teve a primeira edição” (28 GSO 28) “Não existe esse trabalho. Os eventos que têm culturais na região somos nós empreendedores como pessoa jurídica que promovemos sem nenhum tipo de ganhos pessoais. A gente promove em prol do desenvolvimento turístico” (25 GSO 25). “Uma parte que é descoberta da do setor público, né? Então, os eventos que tem são pessoas privadas que promovem, mas assim, em termos de social, voltado para o público, não tem nada” (25 GSO 25)
Artesanato	“Centro de artesanato também é um prédio que a gente chama lá de caramuchão, bem no centro, ao lado das barracas também padronizado” (22 GSP 22) “Fazer aqui, dar mais força ao pessoal dos artesãos do município, os artesãos cara que tem as fábricas do, dos artesãos, flauta, esse incentivo os artesãos. Tá faltando incentivo sim” (20 GSA 20) “Que tem poucos artesãos de verdade aqui” (30 GSO 30)

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A primeira categoria se refere aos **Evento (mudanças)**, segundo relatos dos entrevistados, as festas tradicionais que ocorrem na praia de Jenipabu, como os festejos juninos e festa do padroeiro, hoje traduzem uma conotação diferente, como mencionado, as quadrilhas deram espaço às bandas de forró, descaracterizando um pouco a tradição, assim como, a festa da padroeiro, que não se encontra em uma programação reduzida (missa e leilão), e pouco envolvimento da comunidade.

Sobre isso, é importante frisar que a sociedade de modo geral encontra-se em constante transformação em todas as esferas. Nesse caso, as questões culturais também se modificam, pois são moldadas pelas interações humanas, avanços tecnológicos, movimentos sociais, migrações e uma variedade de outros fatores, especialmente com as mudanças rápidas de um mundo globalizado.

Sobre isso, Ribeiro (2002) afirma que cada vez que acontecem, as festas trazem alguma novidade, e assim, de modo lento, muitas vezes imperceptível, vão se modificando, se recompondo, se reinventando. Tomam elementos emprestados daqui e dali, conferem sentido novo a velhos aspectos. A multiplicidade dos meios de

expressão permite e facilita que a história, os valores, os conflitos e a dinâmica social dos grupos e regiões que as promovem, estejam em permanente elaboração e diálogo com as demais, fazendo com que as festas se tornem verdadeiros repositório da cultura e da memória social.

Dessa forma, entende-se que é essa capacidade de mudança que permite às culturas se adaptarem ao longo do tempo e refletir as complexidades da sociedade contemporânea. No bojo dessa discussão, está a segunda categoria, que é referente a **danças**, que faz alusão a duas, a dança do pastoril, é uma forma tradicional de dança folclórica brasileira, especialmente popular nas regiões Norte e Nordeste do país. Ela tem suas raízes em tradições europeias, especialmente portuguesas, trazidas ao Brasil durante o período colonial. E a segunda, a dança de coco, que é uma expressão cultural popular que faz parte das tradições folclóricas do Brasil, especialmente encontrada na região Nordeste. Tem suas origens em rituais de celebração e devoção das culturas afro-indígenas. Ela surgiu especialmente entre comunidades rurais e litorâneas.

Partindo dos comentários, é possível inferir que essas danças não ocorrem mais no cotidiano festivo da Praia de Jenipabu, o que revela uma perda significativa para os aspectos históricos e culturais da comunidade. Ressalta-se que essas danças não apenas proporcionam diversão e entretenimento, mas também fortalecem os laços comunitários e promovem a identidade cultural das regiões onde são praticadas. Ao longo dos anos, a dança tem se adaptado e evoluído, mantendo sua essência cultural e continuando a ser uma forma de expressão vibrante e significativa para as comunidades (Souza, Oliveira & Nóbrega, 2010).

Ainda nessa discussão, tem-se a próxima categoria, que também se refere aos **eventos**, mas na perspectiva da **iniciativa privada** dos empresários de restaurantes e meios de hospedagens, devido ser uma área descoberta do poder público local, e partindo da importância dos eventos para o desenvolvimento do turismo no destino turístico, o empresariado local desenvolve alguns eventos locais, o mais recente, que foi citado, foi o festival gastronômico, o Degusta Genipabu, que inclusive houve uma edição neste ano de 2023, que aconteceu entre os dias 7 e 9 de Junho. Nesse evento, é uma oportunidade de promover e valorizar a gastronomia local, e sobretudo, divulgar o destino e contribuir para a economia local. A imagem 26 a seguir, é o folder do evento, do Degusta Genipabu, edição 2023.

Imagem 26: Degusta Genipabu, 2023.



Fonte: @Genipabupraiaeventos, 2023.

Sobre a importância dos eventos, os autores Serrão e Costa (2020) afirmam que os eventos e festivais são parte integrante de todas as sociedades, através dos quais se celebra a sua herança cultural, proporcionam oportunidades de revitalização e de emprego para a comunidade, assim como o desenvolvimento do comércio. Além disso, A utilização dos recursos endógenos, num dado território, faz com que esse evento, na maioria das vezes, tenha efeitos positivos na economia local e, consequentemente, aumentem as oportunidades socioculturais dos residentes (Negruça, Toader, Rus & Cosma, 2016).

Por fim, encontra-se a categoria do **artesanato** nos quais só comentários inferem que há uma desvalorização dos artesãos locais, e uma falta de continuidade desse na praia, além de não existir nenhum incentivo para os que existem e para novos artesãos. Esse elemento torna-se uma fragilidade para o destino e sobretudo para a cultural e identidade local, uma vez em que Artesanatos frequentemente refletem a identidade cultural, oferecendo aos turistas uma oportunidade de vivenciar a autenticidade local. Eles são uma forma tangível de conexão com tradições históricas e contemporâneas.

Sobre esse aspecto, salienta-se que o turismo é importante para a divulgação do patrimônio histórico, artístico e cultural, já que, através da visita dos turistas e excursionistas é possível dar visibilidade aos lugares e aos elementos histórico-culturais, e naturais, a eles pertencentes. Dessa forma, o incentivo ao turismo, e, conseqüentemente, ao artesanato, é normalmente visto como uma alternativa pertinente que pode contribuir para o desenvolvimento local. De fato, o turismo pode contribuir para dinamizar a economia de áreas sem outras alternativas de desenvolvimento, considerando que quando o turismo começa a se desenvolver localmente pode haver uma inserção de parte da população do lugar, ao se envolverem com as atividades ligadas ao turismo, como, por exemplo, o artesanato (Santos, 2023).

Em resumo, o quadro a seguir demonstra os principais impactos e pressões que foram possíveis serem identificados a partir das entrevistas dos sujeitos da pesquisa da dimensão cultural

Quadro 28: Principais impactos e pressões na dimensão cultural.

	Impactos e pressões
Cultural	• Descaracterização das festas tradicionais (festejos juninos e festa de padroeira) • Pouco envolvimento da comunidade nos eventos locais • Desaparecimento das danças tradicionais (pastoril e dança de coco) • Iniciativa privado para realização de eventos devido a ausência de gestão pública • Desvalorização e incentivo para os artesãos locais

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Nesse sentido, há de convir que o processo de globalização facilita o fluxo de ideias, valores, produtos e práticas culturais entre diferentes partes do mundo. Isso muitas vezes leva à hibridização cultural, onde elementos culturais de diferentes origens se misturam para criar novas formas de expressão cultural. Isso tem gerado um impacto profundo na cultura em todo o mundo, provocando mudanças significativas que afetam tanto as sociedades locais quanto as interações globais.

Sobre as festas populares, observa-se que estão sempre atreladas a mitos e lendas, transmitidos de geração a geração pela tradição oral. No entanto, ultimamente, com a valorização do saber científico em detrimento dos saberes populares, as lendas e os mitos estão sendo relegados à inutilidade e à tolice, assim

como as festas populares subalternas vêm perdendo o sentido de pertencimento à comunidade (Chaves, 2014).

No entanto, conforme citado por Oliveira (2006), o turismo pode vir a estimular e renovar alguns aspectos das manifestações culturais que, de uma forma ou de outra, estão sendo transfiguradas devido às forças de desenvolvimento do mundo globalizado.

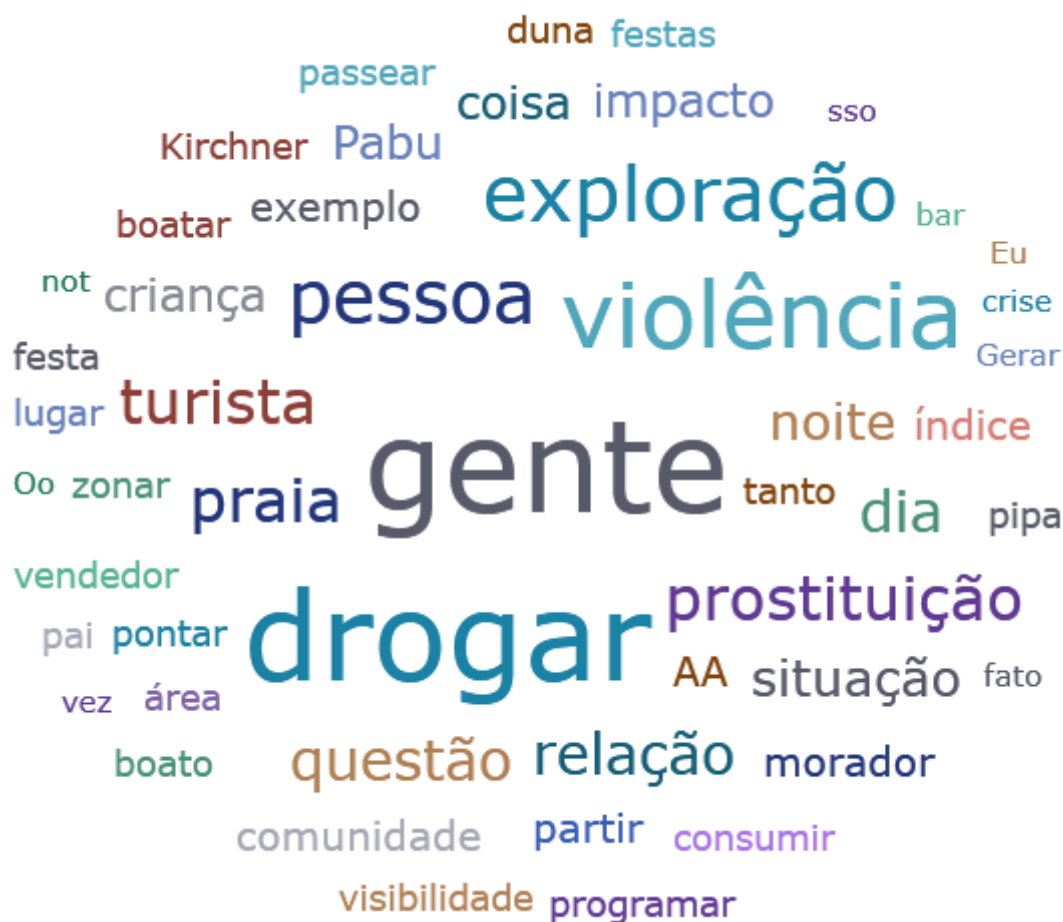
Dessa forma, entende-se que o turismo pode desempenhar um papel significativo na revitalização e renovação das manifestações culturais. Além disso, o interesse dos turistas em aspectos culturais locais pode aumentar o orgulho e a autoestima das comunidades em relação à sua própria cultura. Isso pode fortalecer a identidade cultural e promover um senso de pertencimento entre os habitantes locais, contribuindo inclusive para o processo de resiliência da comunidade.

4.2.5 Dimensão Social

Na quinta dimensão, social, faz parte conjunto das relações ambientais (CRA) do SISTUR, nele o autor Beni (1998) discrimina a estrutura e mobilidade social e seu efeitos, nele estão os seguintes fatores, a saber: população autóctone no processo de contato social nas áreas de ocupação turística; perfil psico-sociológico do turismo; motivações e expectativas e necessidade do turismo; e estratificação social dos grupos de turistas.

Partindo disso, para o objetivo deste trabalho, foi dado o enfoque analítico no primeiro fato (população autóctone no processo de contato social nas áreas de ocupação turística), dessa forma, os questionamentos realizados foram sobre a perspectiva desses seguintes elementos: **Exploração sexual, prostituição, drogas, violência.**

De acordo com a análise das principais inferências nas entrevistas, no programa do Atlas.ti indicou essa nuvem de palavra (Figura 23), que corresponde aos principais temas abordados no tocante à social da Praia de Jenipabu.

Figura 23 : Nuvem de palavras da dimensão social.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Como pode ser observado na nuvem, as palavras que ganham mais destaque por serem aquelas que apresentam maior frequência nas entrevistas são drogas, prostituição, violência, exploração, situação, turistas, entre outras. Isso tem relação direta com os depoimentos filtrados a partir dessa nuvem de palavras. No quadro 29, relata-se um demonstrativo dos principais comentários acerca da dimensão social no contexto do turismo da Praia de Jenipabu. Nesse quadro, está dividido em 5 categorias identificadas a partir dos depoimentos, a saber: pessoas, externa, drogas, exploração sexual e violência

Quadro 29: Categorias e comentários sobre a dimensão social.

CATEGORIAS	COMENTÁRIOS
Drogas	“Mas já vejo a questão da droga silenciosa, não é? Nós temos aqui é consumo de droga pelos jovens. É eu a venda também não é de uma forma muito sutil e escondida, né? A gente não sabe nem quem é que está vendendo, mas que a gente sabe que existe, não é? Então é outra coisa também que preocupa” (13 GSL 13)

	“Obviamente que deve acontecer algo assim nessas coisas. Mais assim é muito discreto, drogas, drogas. Todas, está em todo lugar, né? É então, aonde tem barracas, bares, garçons, dias, isso tudo acaba sempre tendo alguns programas, né? De vez em quando a gente tem alguns problemas, sim, mas não é tão grave” (18 GSL 18) “Então é um é campo assim, meio perigoso de pisar, mas também tem a questão da droga, nós temos crianças ali que ajuda na venda de droga. Infelizmente, infelizmente, nós temos crianças ali que os pais usam” (4 GSM 4) “E a gente sabe de pais que leva os as crianças adolescentes com mochila, como se fosse pra escola, e nós sabemos que as mochilas não é material escolar, só que é um assunto que a gente não quer muito falar” (4 GSM 4) “Agora é como tem consumo de drogas notório tem, porque aquela parte da praça ali, que é central na frente da igreja, às vezes eles estão ali e vê-se que o programa está consumindo uma coisa e outra. Aí as pessoas pensam até que é uma Cracolândia” (22 GSP 22) “A gente tem que desmitificação do uso de drogas também, porque é uma questão de saúde pública e social, né? Esses econômicos também é? Então não tenho essa visão. Assim, careta proibicionista em relação a drogas” (30 GSO 30)
Exploração sexual	“Agora, a exploração sexual infantil. Eu não vejo aqui” (13 GSL 13) “Eu acho que isso já diminui bastante essa parte de exploração sexual” (16 GSL 16) “Aqui em Jenipabu eu nunca me deparei com essas situações de abuso sexual, de exploração sexual, de drogas. Eu sei que tem, mas eu acho que é perspectiva de cada um que acaba enxergando” (28 GSO 28) “É Wagner, na verdade, a gente não tem isso muito, muito presente aqui, não. A droga foi quem chegou mais uhmm, a exploração sexual e a prostituição. Ela é muito sutil” (21 GSA 21) “O que eu percebo aqui é o índice de prostituição é baixíssimo” (4 GSM 4) “Muito relativo e é difícil você comentar sobre isso, porque impacto é. É, é de violência sexual existe. Eu acho que independente do turismo já existe. Então teria que ter, se tiver, teria que ter uma fiscalização muito” (5 GSM 5)

	“Não vejo nenhum relato, nenhum índice com relação a exploração sexual, não” (27 GSO 27)
Violência	A” violência, como que eu vou dizer violência? A violência doméstica Eu Acredito que tenha, mas ela é muito silenciosa” (18 GSL 18) “Assim a questão da violência doméstica, a gente vai ter por. Porque a população de vulnerabilidade social, porque os nossos moradores daqui, os moradores em situação de vulnerabilidade de baixa renda, ele sobrevivem das barracas do turismo” (21 GSA 21) “Problemas sociais que é gerado é a violência” (22 GSP 22)

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Nessa dimensão social, de acordo com os relatos, percebe-se que há uma certa dificuldade e resistência de afirmar sobre os temas, lógico que o presente objetivo dessa análise é a percepções dos sujeito da pesquisa, não foi objetivo adentrar sobre os índices desses impactos na comunidade, por isso, ficou restrito apenas a partir da visão dos entrevistados.

A primeira categoria se refere ao consumo de **drogas** na comunidade, segundo o relatos, afirmam que sim, apesar de não conhecimento aprofundado sobre o tema, com dados oficiais, mas percebe que há uma movimentação tímida de venda e consumo de drogas na comunidade, sobretudo, no período noturno, na praça central, que devido a ausência de policiamento e baixo iluminação das ruas, torna-se possível a utilização de forma permissiva o uso de drogas lícita e ilícitas.

Nesse sentido, ressalta que o turismo e as drogas estão interligados de várias maneiras, e as políticas e abordagens adotadas por cada destino podem ter implicações significativas em termos de segurança, saúde pública, economia e imagem do local.

Sobre a segunda categoria, **exploração sexual**, como mencionado anteriormente, de fato não há como mensurar isso apenas a partir da percepção dos moradores; é necessário uma pesquisa e investigação, inclusive policial e criminal. Porém, como estava dentro do escopo da pesquisa, o questionamento permaneceu. Entretanto, deve-se considerar que essa é uma prática bastante comum em diversos destinos turísticos, inclusive um elemento atrativo para turistas, o que merece ser urgentemente combatido, pois turismo sexual não é um segmento, mas sim um crime.

Os casos de exploração sexual no turismo variam em sua natureza e escala, mas geralmente envolvem a exploração de indivíduos vulneráveis, frequentemente em condições de extrema pobreza e falta de proteção legal. Em países como Brasil, Colômbia e México, a exploração sexual de menores também é relatada, frequentemente associada a áreas turísticas populares onde o controle sobre essas atividades pode ser menos eficaz (Kühl e Custódio, 2020).

Um exemplo disso foi o estudo desenvolvido por Silva e Ávila (2012), que tratou sobre Turismo sexual e exploração sexual infantil: uma análise da atuação do programa Sentinela em Ilhéus. Nesse estudo, identificaram que, segundo dados de relatórios e cartilhas do Programa Sentinela, a maioria das crianças e adolescentes que ingressam na prostituição pertence às classes mais baixas e foi abusada sexualmente em seus lares. A partir disso, verifica-se que o abuso sexual, a pobreza, a falta de orientação dos pais e a educação são as principais causas para que façam parte da rede de prostituição e, por fim, do turismo sexual.

Por fim, outra categoria foi a de **violência**. Assim como nas dificuldades anteriores, existiram apenas percepções e relatos que tratam de suposições, e sabe-se que existe a violência, sobretudo a doméstica, e que isso ocorre independentemente do turismo. É um problema maior na sociedade, que inclusive tem relação direta com o consumo de drogas e bebidas alcoólicas, especialmente por pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

E isso, consequentemente, pode estar presente na praia de Jenipabu, uma vez que, como já mencionado nesta dimensão e na dimensão de infraestrutura, a comunidade carece de segurança pública. Não há posto policial, rondas policiais, delegacia de turismo, o que repercute nesses impactos, tornando o destino propenso a episódios de violência, uso de drogas e exploração sexual.

Em resumo, o quadro a seguir demonstra os principais impactos e pressões que foram possíveis serem identificados a partir das entrevistas dos sujeitos da pesquisa da dimensão social, apesar da dificuldade de mensuração.

Quadro 30: Principais impactos e pressões na dimensão social.

Social	Impactos e pressões
	• Venda e consumo de drogas • Consumo de bebidas alcoólicas • Exploração sexual (extremamente sutil) • Violência doméstica

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Apesar de considerar que são impactos que não estão diretamente ligados ao

turismo, mas sim são problemas estruturais da sociedade, que devem ser combatidos por meio da efetivação de políticas econômicas e sociais, de modo a atender a essas demandas para a mitigação desses impactos, que não deixam de afetar a qualidade e a atratividade do destino turístico, inclusive como ocorre na Praia de Jenipabu.

Ainda sobre essa discussão, porém sobre o comportamento de turistas na comunidade, Santos e Paiva (2007) observaram que os turistas costumam comportar-se de forma diferente do habitual quando estão viajando, longe das restrições e afazeres do cotidiano. Alguns pesquisadores chamam esse fenômeno de "inversão comportamental", o qual contribui para a falta de limites e cuidados pessoais, favorecendo o uso abusivo de álcool e drogas, bem como relações sexuais ocasionais desprotegidas.

Esses mesmo autores, fizeram uma pesquisa em Vale do Ribeira, em São Paulo, sobre turismo e uso de álcool e outras drogas, e uma das conclusões foi que segundo os entrevistados, as pessoas (turistas e moradores locais) utilizam álcool e drogas para relaxar, se divertir, quebrar a timidez, se expressar melhor. A "fuga da realidade" e a influência dos amigos também foram apontados como motivos.

Dessa forma, entende-se que não é um caso isolado da comunidade de Jenipabu, isso tem sido frequente em diversas localidades, sobretudo, em áreas turísticas, sendo assim, compreende-se que o combate ao uso de drogas, álcool, exploração sexual e violência no contexto do turismo é uma preocupação importante para garantir a segurança dos turistas e a preservação da reputação e integridade dos destinos, e para os moradores locais que lidam diariamente e diretamente com esses problemas sociais, podendo assim receber outros impactos.

4.2.6 Dimensão Econômica

Na sexta dimensão, econômica, faz parte do subsistema do Conjunto das relações ambientais (CRA), porém, foi realocada para compor parte das dimensões do conjunto das ações Operacionais (CRO) por estar relacionada diretamente com a dimensão mercado. De acordo do SISTUR, o autor Beni (1998) discrimina o CRO, a partir do subsistema do mercado, compreendendo oferta e demanda, e os processos de produção, distribuição e consumo.

Nele estão alguns fatores que deram base para os questionamentos sobre essa demanda, tais como: características, classificação e evolução dos fluxos

quadro está dividido em 5 categorias identificadas a partir dos depoimentos, a saber: comércio, fluxo, declínio, pandemia, declínio, empregos informais e passagem.

Quadro 31: Categorias e comentários acerca da dimensão econômica.

IMPACTO OU PRESSÃO	COMENTÁRIOS
Comércio	“Melhorar os comércios, né? Que que tem muito é, tem muito comércio, mas não tem qualidade. Muito mesmo, mas não tem qualidade, que é o que a gente precisa. Assim, para o, para as pessoas, para os turistas que a gente recebe, tinha que ter mais qualidade, não é?” (11 GSL 11) “E de fato, a organização na praia de Jenipabu em relação a aos guias, aos garçons que ficam na rua ali abordando um turista, enfim, tem causado uma impressão muito negativa do destino” (23 GSP 23) “Mas o que o meu cliente reclama às vezes em termos de exploração, é que ouro, garçom” (18 GSL 18) “Deixa a desejar com relação a valor, né? Mas é porque ainda são os proprietários dos restaurantes que não se organizaram porque os que são organizados, todos a conta fecha no balcão com comanda com a máquina” (18 GSL 18) “Os valores que eles cobram nessa barraquinha muito alto, que devia ser mais acessível para que o turismo voltasse mais vezes, eu ofereço melhores condições ao turístico, porque eu acho que o turista não tem que botar um sozinho, uma besteira de vir” (2 GSM 2)

Empregos informais	“Não tem nem condições de se profissionalizar ou até mesmo pela família que você vem, não tem aquele incentivo, então acho que isso afeta em relação aos empregos informais” (28 GSO 28) “Quer dizer, ao, ao emprego. Eu acredito que aqui no Genipabu é a maior parte dos trabalhadores são informais. Aqui não tem muita formalidade. Eu digo isso porque eu conheço pessoas que trabalham” (28 GSO 28) “Tinha um colega que trabalhava nas barracas, então assim, ele recebia pelo que ele vendesse. Se ele não vendesse, por acaso, o que ele não deu ninguém, ele não me deu nada, ele IA pra casa sem dinheiro nenhum, então” (28 GSO 28) “Mas que assim, se o fluxo de turismo permanente de Jenipabu existe postos de emprego, como eu lhe disse, a gente trabalha muito nos empregos informais” (21 GSA 21)
Fluxo	“Em relação ao fluxo turístico de número de pessoas frequentam, imagina o pavor? Só acho que tem que melhorar. Uhum, né? Já teve muita gente. Agora caiu um pouco, né? Mas com fé em Deus vai melhorar” (11 GSL 11) “Eu não vejo grandes movimentações, não” (10 GSM 10) “A gente chegar e dizer que o fluxo turístico na praia de Jenipabu não existe. Porque está, e a gente está no meio da temporada de julho. Ó, como é que está a praia? Totalmente seca” (25 GSO 25) “O turismo diminuiu na hora que o turismo diminui, então a situação de emprego não continua o mesmo” (8 GSM 8) “Precisa melhorar para intensificar o fluxo” (27 GSO 27)
Declínio	“E é assim, uma constatação muito triste que nós estamos a uma decadência num declínio incrível. Atividade turística está em declínio, é pós-violência do mês de março” (13 GSL 13) “Declínio considerável não é só a violência de massa. Isso já vinha acontecendo já. Os últimos 5 anos é o declínio, já vinha acontecendo e agora é um declínio maior” (13 GSL 13) “Economicamente falando, está saturado, está em declínio e, claro, é evidente que, diferente do poder público, que não consegue enxergar o declínio da atividade turística daqui no município,

	eu já enxergo o meu, já vou tratar de resolver, né?” (13 GSL 13)
Passagem	“Turismo aqui praticamente não existe, né? Porque em Jenipabu é uma uma passagem, o turista vem, vai” (5 GSM 5) Jenipabu é uma passagem. Quando ele se tornou um destino, vai mudar muita coisa. Sim, as pessoas tem que ir pra Jenipabu pra aproveitar não só passar porque hoje eles passam em Natal, passa pro Geni pabu, vão nas dunas. Cabo, entendeu? Sim. Se tivesse um incentivo de das pessoas ficarem junto, Abu traria muito mais renda e rodaria” (10 GSM 10) “Para desenvolver é para que os turistas permaneçam em jenipabu por mais tempo. Fique nos meus hospedagem, fique à noite. Só acho que precisa fazer o quê para mudar isso? Eu acho que tinha que ter um incentivo de criar tipo uma rua com bares, restaurantes, entendeu? Como tem pipa, como tem São Miguel” (10 GSM 10)
Pandemia do Covid-19	“É porque tiveram outras agravantes, insegurança, passagem alta, pandemia. Não podemos deixar de citar a pandemia. Então a pandemia, a insegurança, os altos custos de passagem, hospedagem, a hospedagem?” (13 GSL 13) “É na época da pandemia. Diminuiu bastante, né? Isso foi mundial, mas agora?” (16 GSL 16)

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A primeira categoria, comércio, refere-se aos relatos que produzem sentimentos de aversão sobre as barracas da praia, principalmente quanto ao atendimento ao cliente. Os depoimentos indicam que, em sua maioria, os garçons são moradores da Zona Norte de Natal, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sem qualquer qualificação ou capacitação para o atendimento ao cliente. Além disso, menciona-se o abuso nos preços de alimentos e bebidas, pois os salários são baseados em comissões, o que resulta em preços elevados.

Outra questão nessa categoria, é sobre abordagens dos orientadores de turismo, que ficam abordados os turistas e visitando no acesso principal das praias e barracas, com abordagem altamente invasiva, e de forma altamente desorganizada, afetando assim, a recepção dos turistas no local.

Assim como qualquer atividade que trabalha com venda de produtos e serviços, deve prezar pela qualidade no atendimento, sobretudo no turismo, pois serviços cada vez mais similares, clientes e parceiros cada vez mais exigentes, a diferenciação se tornou essencial à sobrevivência de qualquer negócio. A qualidade

do atendimento então se tornou uma das principais ferramentas para gerar satisfação nas organizações modernas (Silva, Silva e Oliveira, 2018). Sendo assim, é importante, pensar que para a satisfação dos turistas em destinos turísticos, é preciso estabelecer um atendimento de qualidade e preços adequados e acessíveis.

A segunda categoria, **empregos informais**, que está relacionada à primeira, refere-se exatamente às condições dos empregados das barracas na praia. Todos estão inseridos na categoria de empregos informais, pois não há registro formal na carteira de trabalho. Os colaboradores dessas barracas recebem comissão sobre as vendas diárias. Em conversas informais com os garçons, relataram que preferem estar nessas condições, pois conseguem maior lucratividade durante o mês em comparação ao salário mínimo.

Essa é uma realidade em todo o país, refletindo a Praia de Jenipabu como exemplo. Dessa forma, nas localidades turísticas onde há um baixo nível de desenvolvimento econômico, o turismo se torna a principal alternativa para a mão de obra disponível, que, diante da falta de emprego, vê no mercado de trabalho informal um meio para sua subsistência (Soares, 2019).

Corroborando com isso, Meliani (2021) afirma que no turismo, a informalidade é uma realidade generalizada. Historicamente, criam-se mais ocupações informais do que formais, segundo a série histórica do IPEA. Em dezembro de 2019, período de referência mais recente da plataforma, foram registradas 1.069.120 (48,8%) ocupações formais e 1.123.115 (51,2%) ocupações informais. Trabalhadores informais do turismo apresentam remuneração média inferior, maiores jornadas de trabalho e menor escolaridade (*apud* IPEA, 2019).

Lembrando que há uma presença massiva de empregadores informais e ambulantes no campo dunar, onde os buggys fazem parada, além de ser o local onde os turistas paravam para fazer passeios de dromedários.

Imagem 27: Ambulantes no campo dunar.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Imagem 28: Praça central e comércios em geral.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023

Em relação à terceira e quarta categorias, elas estão intimamente relacionadas. O **fluxo turístico e o declínio** são temas centrais segundo os entrevistados. Eles apontam que a Praia de Jenipabu está experimentando um fluxo muito menor do que em anos e décadas anteriores. Em um momento de alta temporada, como julho de 2023, houve relatos de que a praia estava relativamente tranquila. Além disso, há comentários sobre o declínio do destino Jenipabu, evidenciado não apenas pelo menor movimento, mas também pelo fechamento de alguns empreendimentos turísticos, como meios de hospedagem e recentemente a empresa de passeios Dromedunas Turismo.

Além disso, foi possível constatar também, em diversos depoimentos, nos últimos anos, a praia não tem recebido mais investimentos de empreendimentos turísticos de médio a grande porte. Não há mais interesse em realizar esses investimentos, diferentemente de anos anteriores, quando Jenipabu era vista como uma oportunidade para expandir os negócios na área do turismo.

Frente a essa discussão, tem-se a categoria **passagem**, que sugere que o destino da Praia de Jenipabu é considerado um local de passagem para turistas. A maioria chega à praia através de passeios de buggy, com paradas obrigatórias nos mirantes das dunas e nos locais onde ocorrem os passeios de esqui nas dunas, além das barracas de vendas. Anteriormente, também havia passeios de dromedários

nesse local. Após essas atividades, os turistas seguem para outras praias do litoral norte.

Nesse sentido, essa é uma reclamação recorrente dos moradores, empresários e gestores locais, pois impacta diretamente na economia local. Os turistas, por passarem um período curto no local, têm uma média de gasto menor. Além disso, a praia não oferece uma programação noturna, como eventos, bares e restaurantes, o que não a torna uma opção atrativa para a maioria dos turistas. Em contraste, outras praias, como São Miguel do Gostoso, também localizada no litoral norte do estado, oferecem essa possibilidade e são preferidas.

Por fim, revela-se o episódio da **pandemia de Covid-19**, que impactou todas as atividades econômicas, incluindo o turismo. Isso também reverberou no destino da Praia de Jenipabu, como evidenciado pelos relatos, que apontam para uma diminuição no fluxo turístico. Segundo esses depoimentos, ainda persiste um baixo fluxo. Outro agravante mais recente, ocorrido logo após a pandemia, foram os ataques de violência em Natal e algumas cidades do estado do RN, em março de 2023, que também inibiram a presença de turistas na praia.

Diante desses cenários, diversas viagens foram canceladas ou adiadas devido a preocupações com a segurança, restrições de viagem e incertezas sobre a situação da pandemia. Com o avanço da vacinação em muitos países, houve uma recuperação gradual do turismo, especialmente em destinos que conseguiram controlar a propagação do vírus e relaxar as restrições de viagem de forma segura.

Sobre isso, é importante frisar que, no ano de 2020, o turismo enfrentou uma das maiores crises em âmbito global devido à pandemia de Covid-19. De acordo com as estimativas do Conselho Mundial de Viagens e Turismo para 2020, as perdas do Produto Interno Bruto relacionadas a viagens e turismo somaram aproximadamente US\$ 5.543 bilhões, e as chegadas de viagens internacionais estavam cotadas para cair até 75% em comparação com anos anteriores (Conselho Mundial de Viagens e Turismo, 2020). No contexto mundial, o turismo foi considerado um dos setores mais impactados, passando de um estado de turismo de massa para quase ausência total de fluxo de turistas internacionais e domésticos em diferentes países e cidades, conforme apontam os dados do Barômetro Mundial de Turismo (Organização Mundial do Turismo, 2020).

Em resumo, o quadro a seguir demonstra os principais impactos e pressões que foram possíveis serem identificados a partir das entrevistas dos sujeitos da

pesquisa da dimensão econômica.

Quadro 32: Principais impactos e pressões na dimensão econômica.

Econômica	Impactos e pressões
	• Falta de qualificação dos trabalhadores do turismo • Desorganização nas barracas da praia • Abordagens invasivas aos turistas • Empregos informais • Baixo fluxo turístico • Destino em declínio • Pandemia do Covid-19 • Ataques de violência no estado do RN em 2023.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Diante disso, não há como não fazer alusão ao turismo, que se apresenta como uma das principais atividades que contribuem de forma significativa para a economia dos países e estados. No caso do estado do RN, não é diferente, e a Praia de Jenipabu é considerada um dos principais cartões postais do estado. Ao mesmo tempo, o turismo se mostra uma atividade muito vulnerável a fatores externos de diversas magnitudes, que impactam de diferentes formas o seu funcionamento, como foi o exemplo da pandemia

Mesmo diante das limitações do turismo, é primordial a inserção do conceito de planejamento turístico nesses destinos de relevância, justamente na busca de promover um turismo que seja sustentável economicamente, para evitar um declínio da atividade turística, uma vez em gera milhares de empregos e rendas, além de contribuir para o fortalecimento cultural das comunidades locais.

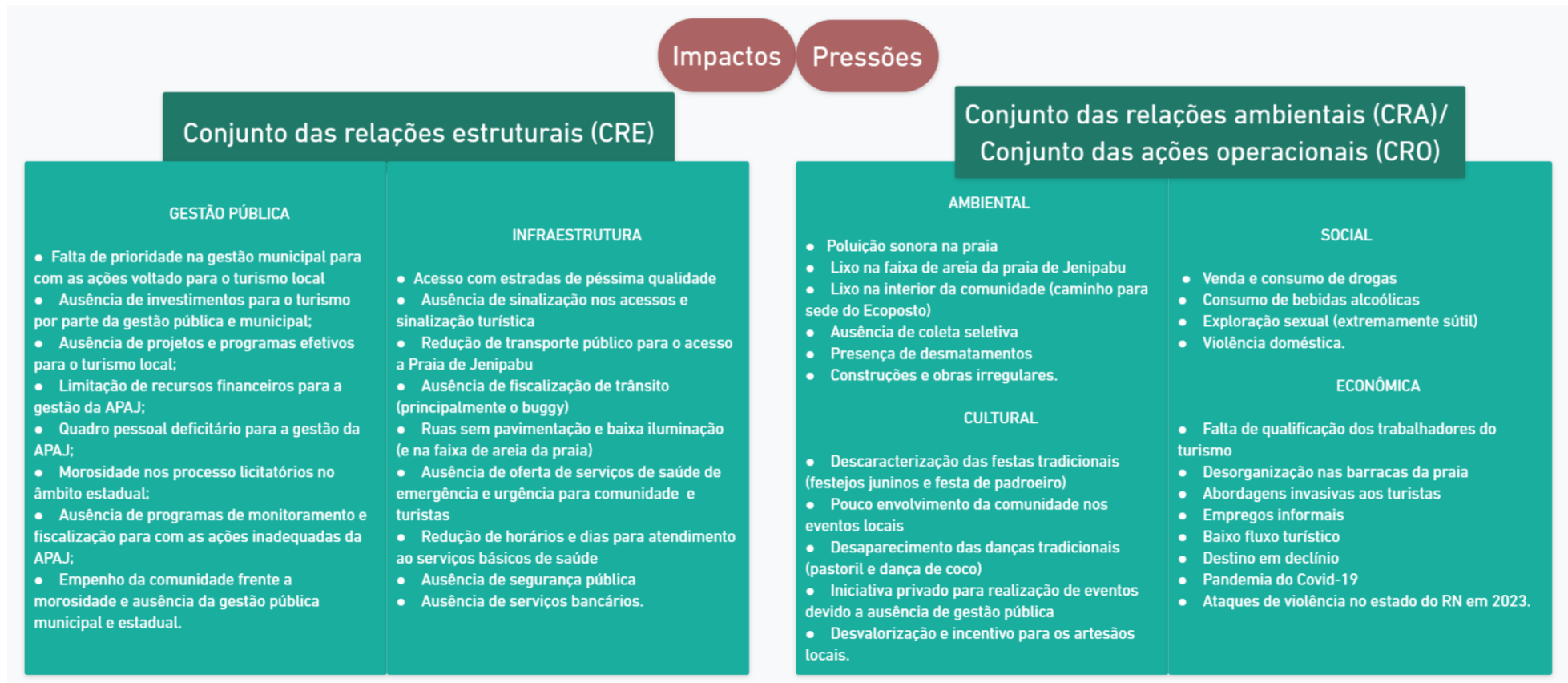
Nesse íterim, Braga (2007) ressalta que, quando um destino turístico está em declínio, isso geralmente é resultado de uma combinação de fatores que afetam sua atratividade e afluência de visitantes, neles estão, Infraestrutura Obsoleta, **Problemas de Segurança**, ausência de gestão pública no turismo e entre outras, e no caso de Jenipabu, partindo que foi explanada até o momento, percebe-se que de fato, esses elementos limitadores do turismo está presente no local, e com isso, tem gerado baixo fluxo turístico.

Dessa forma, entende-se que no caso declínio de um destino turístico ou em processo de estagnação, como é o caso da Praia de Jenipabu, é essencial realizar uma análise detalhada dos fatores específicos que contribuem para o problema e implementar estratégias eficazes. Isso pode incluir investimentos em infraestrutura, marketing direcionado, melhorias na segurança, promoção de sustentabilidade e

colaboração entre stakeholders locais para revitalizar a atratividade do destino.

A figura 25, a seguir, mostra de forma sistemática quais foram os principais impactos e pressões que foram identificados a partir das entrevistas com os sujeitos da pesquisa.

Figura 25: Quadro de impactos e pressões no turismo/comunidade da Praia de Jenipabu.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A partir do quadro 26 de pressões e impactos, é possível identificar que no conjunto das relações estruturais (CRE), dividido nos subsistemas de gestão pública e infraestrutura, foram as categorias que tiveram maior número de pressões e impactos de acordo com as entrevistas. Na gestão pública, percebe-se elementos que sugerem que seu desempenho encontra-se insatisfatório diante da realidade apresentada na comunidade, com ausência de investimentos e resoluções para demandas básicas, estruturais e turísticas, incluindo a avaliação do desempenho em nível municipal, estadual e pelo órgão ambiental gestor da APAJ.

Ligado a esse desempenho, reverberar na dimensão da infraestrutura, onde é possível ver uma variedade de pressões e impactos, na qual o cenário revelado, que há uma deficiência na oferta de infraestrutura básica e turística na comunidade da Praia de Jenipabu, tornando limitações e desafios para o turismo local e a comunidade.

Em se tratando das pressões e impactos do conjunto das relações ambiental e a junção da subsistema econômico com o de mercado do conjunto das ações operacionais há uma variedades de elementos que também aglutinar diversos desafios para o turismo e consequentemente para a comunidade, vale ressaltar, que todos os impactos e pressões torna a gestão pública como transversal, pois estão associados com a ausência e inoperação do setor público, sobretudo, no que tange à ausência de fiscalização na gestão da APAJ e do setor estadual e municipal.

Na dimensão ambiental, destaca-se como impacto a questão do lixo e limpeza na praia e na comunidade, bem como o desordenamento de obras e construções irregulares em áreas proibidas que vão ao desencontro das leis e normas da APAJ. No requisito cultural, observa-se uma tendência de descaracterização das festas populares, ausência de incentivo da gestão pública e desmotivação da comunidade em relação aos eventos locais. No aspecto social, houve dificuldade na mensuração dos impactos e pressões, mas ainda assim foi possível identificar alguns, associados inclusive à falta de policiamento e fiscalização, percebendo ainda mais a relação desses pontos com a ausência e o desempenho do poder público.

Na última dimensão, econômico e mercado, as pressões e impactos estão ligado com o baixo fluxo turístico na praia de Jenipabu, com diagnóstico de empreendimento turístico encerrando as atividades e uma ausência de novos investimentos para construções de novos empreendimentos turístico, além disso, tiveram os impactos e pressões legados a pandemia do Covid-19, que o destino tende

ainda se recuperar e por fim, em nível estadual também houve o impacto dos ataques violentos que ocorrem no estado em março de 2023.

Portanto, tomando como base o objetivo central da presente tese, após a realização do estado das pressões e impactos da Praia de Jenipabu, faz-se necessário realizar a avaliação no tocante resposta resiliente das comunidades no entorno da APAJ frente ao contexto de pressões e impactos do turismo. Na qual, o próximo tópico irá apresentar de forma debruçada a análise da referida avaliação.

4.3 Avaliação se há resposta resiliente da Praia de Jenipabu frente ao contexto de pressões e impactos do turismo.

Para a realização da resposta resiliente das comunidades locais no âmbito das áreas naturais protegidas frente ao contexto de pressões e impactos do turismo com enfoque análogo para a Praia de Jenipabu, foi aplicado o instrumento *Transcultural-Community Resilience Scale* (T-CRS), como explicado na metodologia, T-CRS (Adaptada), esta possui 4 dimensões e 32 itens, a saber: Pontos fortes e apoio da comunidade: 14 itens; Confiança e fé da comunidade: 9 itens; Valores da comunidade: 5 itens e; Honestidade estatal ou administrativa, 4 itens.

Nesse sentido, foi realizado um levantamento de características básicas como gênero, idade, renda familiar a fim obter o perfil dos participantes de pesquisa, dessa forma, obteve-se que 47,8% do entrevistados corresponderam ao sexo masculino e 52,2% feminino. A faixa etária de maior incidência entre os respondentes foi entre 45 até 60 anos (28,4%), sendo o nível de renda familiar mais apontado até 2 salários mínimos (79,1%) (Tabela 7).

Tabela 7: Perfil dos entrevistados.

Gênero	Frequência	Porcentagem %
Masculino	64	47,8%
Feminino	70	52,2%
Faixa etária	Frequência	Porcentagem %
18 até 24 anos	27	20,1%
25 até 34 anos	29	21,6%
35 até 44 anos	27	20,1%
45 até 60 anos	38	28,4%
61 ou mais.	13	9,7%
Renda Mensal	Frequência	Porcentagem %
Até 2 salários mínimos.	106	79,1%
De 3 a 5 salários mínimos.	25	18,7%
De 6 a 10 salários mínimos.	3	2,2%
Acima de 10 salários mínimos	0	0%
Comunidade	Frequência	Porcentagem %

Praia de Jenipabu	134	100%
-------------------	-----	------

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A primeira categoria, da escala *Transcultural-Community Resilience Scale* (T-CRS), como explicado na metodologia, T-CRS (Adaptada), se refere aos “pontos fortes e apoio da comunidade” (PFA), constituída por 14 itens, sendo assim, de acordo com o quantidade das frequência e porcentagem, como mostrado na tabela 7, houve uma distribuição de forma igualitária das respostas, todos os itens, tiveram a nota 5 (concordo plenamente), como sendo a maior frequência.

Porém, dentro de todos os itens, como mostrado na tabela 8, o que se pode destacar que, os itens PFA 6 (Os membros da minha comunidade sabem que podem contar comigo quando surgem problemas), PFA 7 (Estou disposto a ajudar os membros da minha comunidade que enfrentam dificuldades), e PFA 9 (As minhas tradições culturais e espirituais e/ou religiosas e/ou os meus valores ajudam-me a enfrentar dificuldades), obtiveram as maiores porcentagem, acima de 50%. E o item que teve a maior frequência, na escola 1, que se refere a “discordo plenamente”, foi o item PF8 (Envolver-me em atividades na minha comunidade), 26,9 %.

Tabela 8: Porcentagem e frequência dos itens da categoria pontos fortes e apoio da comunidade.

Categoria	Código	Escala	Frequência	Porcentagem %
Pontos fortes e apoio da comunidade	PFA1	Discordo totalmente	28	20,9
		Discordo parcialmente	17	12,7
		Nem concordo/Nem discordo	24	17,9
		Concordo parcialmente	20	14,9
		Concordo plenamente	45	33,6
	PFA2	Discordo totalmente	22	16,4
		Discordo parcialmente	12	9,0
		Nem concordo/Nem discordo	37	27,6
		Concordo parcialmente	25	18,7
		Concordo plenamente	38	28,4
	PFA3	Discordo totalmente	19	14,2
		Discordo parcialmente	11	8,2
		Nem concordo/Nem discordo	27	20,1
		Concordo parcialmente	26	19,4
		Concordo plenamente	51	38,1
	PFA4	Discordo totalmente	32	23,9
		Discordo parcialmente	13	9,7
		Nem concordo/Nem discordo	25	18,7
		Concordo parcialmente	31	23,1

		Concordo plenamente	33	24,6
	PFA5	Discordo totalmente	14	10,4
		Discordo parcialmente	15	11,2
		Nem concordo/Nem discordo	42	31,3
		Concordo parcialmente	24	17,9
		Concordo plenamente	39	29,1
	PFA6	Discordo totalmente	6	4,5
		Discordo parcialmente	7	5,2
		Nem concordo/Nem discordo	12	9,0
		Concordo parcialmente	33	24,6
		Concordo plenamente	76	56,7
	PFA7	Discordo totalmente	9	6,7
		Discordo parcialmente	5	3,7
		Nem concordo/Nem discordo	13	9,7
		Concordo parcialmente	26	29,4
		Concordo plenamente	81	60,4
	PFA8	Discordo totalmente	36	26,9
		Discordo parcialmente	11	8,2
		Nem concordo/Nem discordo	11	8,2
		Concordo parcialmente	23	17,2
		Concordo plenamente	53	39,6
	PFA9	Discordo totalmente	8	6,0
		Discordo parcialmente	5	3,7
		Nem concordo/Nem discordo	19	14,2
		Concordo parcialmente	17	12,7
		Concordo plenamente	85	63,4
	PFA10	Discordo totalmente	19	14,2
		Discordo parcialmente	9	6,7
		Nem concordo/Nem discordo	24	17,9
		Concordo parcialmente	31	23,1
		Concordo plenamente	51	38,1
	PFA11	Discordo totalmente	28	20,9
		Discordo parcialmente	14	10,4
		Nem concordo/Nem discordo	35	26,1
		Concordo parcialmente	25	18,7
		Concordo plenamente	32	23,9
	PFA12	Discordo totalmente	18	13,4
		Discordo parcialmente	12	9,0
		Nem concordo/Nem discordo	45	33,6
		Concordo parcialmente	3	23,1
		Concordo plenamente	27	20,1
	PFA13	Discordo totalmente	13	9,7

		Discordo parcialmente	13	9,7
		Nem concordo/Nem discordo	31	23,1
		Concordo parcialmente	32	23,9
		Concordo plenamente	45	33,6
	PFA14	Discordo totalmente	25	18,7
		Discordo parcialmente	9	6,7
		Nem concordo/Nem discordo	20	14,9
		Concordo parcialmente	27	20,1
		Concordo plenamente	53	39,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

De acordo com a análise de estatística descritiva, percebe-se que os itens PFA 6, 7 e 9, obtiveram a maior média, 4,2, e a PFA 8 teve a nota 1 como sendo de maior porcentagem entre todos os itens, mas a nota 5 ainda sim foi a mais citada, como demonstrado no valor da moda. Percebe também, que a moda entre os itens, a de maior frequência foi a nota 5.

Tabela 9: Estatística descritiva da dos itens da categoria pontos fortes e apoio da comunidade.

Categoria	Código	Média	Mediana	Moda	Desvio padrão
Pontos fortes e apoio da comunidade	PFA1	3,2	3,0	5,0	1,548
	PFA2	3,3	3,0	5,0	1,403
	PFA3	3,5	4,0	5,0	1,425
	PFA4	3,1	3,0	5,0	1,504
	PFA5	3,4	3,0	5,0	1,300
	PFA6	4,2	5,0	5,0	1,104
	PFA7	4,2	5,0	5,0	1,188
	PFA8	3,3	4,0	5,0	1,677
	PFA9	4,2	5,0	5,0	1,190
	PFA10	3,6	4,0	5,0	1,411
	PFA11	3,1	3,0	3,0	1,441
	PFA12	3,5	3,0	3,0	2,862
	PFA13	3,6	4,0	5,0	1,302
	PFA14	3,5	4,0	5,0	1,519

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Dessa forma, precisa-se destacar que os itens PFA 6, 7 e 9, são voltados para o apoio entre os membros da comunidade em momento e dificuldade ou problema, e que estão dispostos a ajudar. Isso dentro da perspectiva da resiliência comunitária se torna elementos fundamentais no processo de resposta, uma vez que, é muito importante que a comunidade demonstre apoio e auxílio mutuamente quando surgem

problemas e adversidades. Nesse sentido, os autores Filimone e DeCote ar (2019) afirmam que comunidades que se ajudam são mais resilientes a crises e desafios, pois têm redes de apoio robustas para enfrentar dificuldades.

Além disso, o aspecto da solidariedade, como mencionado por (Ojeda *et al*, 2007), manifesta-se nas cidades que souberam superar prontamente as adversidades físicas ou sociais sofridas que mostram suas capacidades de se reconstruir, desenvolver, alcançando um nível aceitável de bem-estar. Dessa forma, essa característica esteve presente nos resultados apontados em relação aos membros da comunidade da Praia de Jenipabu, de modo que, estão dispostos em ajudar os outros podendo fortalecer os laços comunitários, promovendo um senso de solidariedade e coesão entre os membros.

É perceptível também, dentro dos resultados apontados nas pressões e impactos no turismo na Praia de Jenipabu, como apresentado no tópico anterior, que, por exemplo, na dimensão da gestão pública, devido à morosidade e à ausência de dados dos órgãos públicos municipais e estaduais, existe um empenho da comunidade em realizar algumas ações coletivas para ajudar a superar alguns aspectos. Sobre isso, é a atuação da Associação das Mulheres Unidas, que em uma de suas ações comunitárias produziu diversas cestas de lixo e as distribuiu pela comunidade para amenizar os descartes indevidos. Outro exemplo são os empresários locais que se organizam para promover eventos, como o evento gastronômico na praia, como o Degusta. Além disso, é preciso também mencionar que, por meio da união dos membros e sobretudo dos empresários locais, estabeleceu-se a promoção de segurança privada (pois a segurança pública é ausente), sendo, portanto, uma ação que acaba sendo benéfica para todos da comunidade.

Em relação ao item PF8 (Envolver-me em atividades na minha comunidade), 26,9%, apesar de não ter sido a nota de maior frequência, esse dado é importante de destacar, pois, como mencionado na dimensão cultural das pressões e impactos do turismo na Praia de Jenipabu, percebe-se que, dentro de alguns comentários, a comunidade encontra-se desmotivada para participar das atividades, incluindo as tradicionais citadas, como a festa do padroeiro e a festa junina, além do desaparecimento das danças de coco e pastoril e a ausência de incentivo ao artesanato local.

Inclusive, torna-se um elemento preocupante essa falta de motivação nas

atividades locais. Dentro da perspectiva da resiliência comunitária, isso pode afetar o aspecto da RC, que é a identidade local, conforme colocado por Ojeda (2007) e Arciniega (2013). Trata-se de um processo interativo alcançado ao longo da história, que implica a incorporação e a valorização de costumes, culinária, expressões idiomáticas, danças e canções próprias de um grupo humano, tornando-se elementos inerentes do mesmo. Além disso, compromete a autoestima coletiva, que refere-se à atitude e ao sentimento de orgulho da comunidade, sendo pontos importantes.

Em se tratando, da segunda categoria, da escala *Transcultural-Community Resilience Scale* (T-CRS), como explicado na metodologia, T-CRS (Adaptada) se refere a “confiança e fé da comunidade” (CFC), constituída por 9 itens. A partir da análise de frequência e porcentagem, pode-se destacar que, os itens CFC 15 (Quando passo por momentos difíceis, existem instituições na minha comunidade que estão lá para me ajudar), CFC 16 (Se eu adoecer, sei que posso recorrer aos serviços de saúde da minha comunidade para receber os cuidados adequados), foram os itens que teve a maior porcentagem na frequência entre as escalas “discordo totalmente e discordo parcialmente”, 48,5% e 41,8%, respectivamente, ver tabela 10.

Tabela 10: Porcentagem e frequência dos itens da categoria confiança e fé da comunidade.

Categoria	Código	Escala	Frequência	Porcentagem %
Confiança e fé da comunidade	CFC15	Discordo totalmente	46	36,6
		Discordo parcialmente	16	11,9
		Nem concordo/Nem discordo	25	18,7
		Concordo parcialmente	24	17,9
		Concordo plenamente	20	4,9
	CFC16	Discordo totalmente	38	28,4
		Discordo parcialmente	18	13,4
		Nem concordo/Nem discordo	23	17,2
		Concordo parcialmente	26	19,4
		Concordo plenamente	29	21,6
	CFC17	Discordo totalmente	34	25,4
		Discordo parcialmente	12	9,0
		Nem concordo/Nem discordo	20	14,9
		Concordo parcialmente	29	21,6
		Concordo plenamente	38	28,4
	CFC18	Discordo totalmente	31	23,1
		Discordo parcialmente	15	11,2
		Nem concordo/Nem discordo	29	21,6
		Concordo parcialmente	25	18,7

	CFC19	Concordo plenamente	34	25,4
		Discordo totalmente	29	21,6
		Discordo parcialmente	18	13,4
		Nem concordo/Nem discordo	29	21,6
		Concordo parcialmente	27	20,1
		Concordo plenamente	31	23,1
	CF20	Discordo totalmente	33	24,6
		Discordo parcialmente	24	17,9
		Nem concordo/Nem discordo	23	17,2
		Concordo parcialmente	26	19,4
		Concordo plenamente	28	20,9
	CF21	Discordo totalmente	32	23,9
		Discordo parcialmente	20	14,9
		Nem concordo/Nem discordo	22	16,4
		Concordo parcialmente	31	23,1
		Concordo plenamente	29	21,6
	CFC22	Discordo totalmente	26	19,4
		Discordo parcialmente	24	17,9
		Nem concordo/Nem discordo	26	19,4
		Concordo parcialmente	35	26,1
		Concordo plenamente	23	17,2
	CFC23	Discordo totalmente	25	18,7
		Discordo parcialmente	22	16,4
		Nem concordo/Nem discordo	28	20,9
		Concordo parcialmente	29	21,6
		Concordo plenamente	30	22,4

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O item que teve sua maior frequência e porcentagem na escala “concordo plenamente”, foi o item CFC17 (Confio nos profissionais da minha área (turismo) para me prestarem os cuidados adequados (me ajudar). Nesse sentido, tabela 11, demonstra que de fato, os itens CFC 15 e 16, tiveram a menor média, que foram 2,6 e 2,9, e sua moda foi 1, ou seja, a nota de maior frequência, e o item CFC17, possui a maior média, 3,4 e o valor da moda é 5.

Tabela 11: Estatística descritiva da dos itens da categoria confiança e fé da comunidade.

Categoria	Código	Média	Mediana	Moda	Desvio padrão
Confiança e fé da	CFC15	2,6	3,0	1,0	1,495
	CFC16	2,9	3,0	1,0	1,529

comunidade	CFC17	3,4	4,0	5,0	3,855
	CFC18	3,1	3,0	5,0	1,497
	CFC19	3,0	3,0	1,0	1,460
	CFC20	3,0	3,0	1,0	1,485
	CFC21	3,0	3,0	1,0	1,488
	CFC22	3,0	3,0	4,0	1,384
	CFC23	3,1	3,0	5,0	1,421

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Dessa forma, é necessário destacar que os itens CFC 15 e 16 estão voltados para a questão da falta de serviços de saúde que possam suprir as necessidades da comunidade. Além disso, o outro item refere-se à existência de instituições, neste caso públicas, na comunidade, que estão lá para oferecer algum tipo de ajuda para enfrentar problemas ou adversidades. Esse aspecto da saúde torna-se um ponto de reforço, relacionado ao que já foi discutido na dimensão de infraestrutura: os serviços de saúde oferecidos para a comunidade são básicos e não estão disponíveis nos finais de semana ou feriados, períodos de maior fluxo turístico.

Somando-se a esse aspecto, há o ponto da ausência da gestão pública em diversas esferas da comunidade. Nesse sentido, o resultado mostra que, em caso de problemas, não há instituições de referência que possam contribuir para amenizar ou extinguir as adversidades. Isso também é outro aspecto que permeia a questão da ausência do poder público. No contexto da resiliência comunitária, os governos desempenham um papel central na resposta a emergências, garantindo que os recursos e o apoio necessários sejam fornecidos de forma eficiente e coordenada em momentos de adversidade.

Nesse sentido, Bracamonte e Aguirre (2017), reconhecem que a resiliência no nível coletivo é alcançada devido aos inter-relacionamentos e interações das características da comunidade que integram ações de reconstrução compartilhadas e organizadas, e a presença do poder público, é indispensável nesse processo, uma vez em que ele deve oferecer recursos e às ferramentas cognitivas que possibilitam atuar coletivamente em situações que exigem sobrevivência, resistência ou reconstrução. Então, no momento em que os membros da comunidade da Praia de Jenipabu, não reconhecem a atuação do poder público em diversas situações, se configura como um anti pilar da resiliência comunitária colocado pelos os autores citados.

Por fim, pode-se fazer inferência ao item CFC17 (Confio nos profissionais da

minha área (turismo) para me prestarem os cuidados adequados (me ajudar)), que teve um resultado mais positivo e demonstra que a cadeia produtiva do turismo local está dentro do espectro da união. Como já mencionado em outros momentos, os empresários locais têm aglutinado esforços entre si para promover e assegurar o fluxo turístico na praia. Na categoria econômica, demonstra-se a preocupação dos entrevistados em relação à diminuição de turistas nas praias, que inclui diversos motivos mencionados nos tópicos de pressões e impactos. Somando-se à ausência do poder público, há um empenho desses atores em se unir e realizar atividades em prol do turismo, o que também se relaciona com a próxima categoria, que tangencia os valores da comunidade, confirmando essa discussão e atuação comunitária.

No que tange, a terceira categoria da escala *Transcultural-Community Resilience Scale* (T-CRS), como explicado na metodologia, T-CRS (Adaptada), se refere a “valores da comunidade” (VDC), constituída por 5 itens, e partindo da análise da frequência e porcentagem, percebe-se que houve uma demonstração predominante para a escala 5, concordo plenamente.

Tabela 12: Porcentagem e frequência dos itens da categoria valores da comunidade.

Categoria	Código	Escala	Frequência	Porcentagem %
Valores da comunidade	VDC24	Discordo totalmente	25	18,7
		Discordo parcialmente	14	10,4
		Nem concordo/Nem discordo	27	20,1
		Concordo parcialmente	33	24,6
		Concordo plenamente	35	26,1
	VDC25	Discordo totalmente	14	10,4
		Discordo parcialmente	5	3,7
		Nem concordo/Nem discordo	15	11,2
		Concordo parcialmente	19	14,2
		Concordo plenamente	81	60,4
	VDC26	Discordo totalmente	15	11,2
		Discordo parcialmente	10	7,5
		Nem concordo/Nem discordo	23	17,2
		Concordo parcialmente	16	11,9
		Concordo plenamente	70	52,2
	VDC27	Discordo totalmente	16	11,9
		Discordo parcialmente	13	9,7
		Nem concordo/Nem discordo	19	14,2
		Concordo parcialmente	26	19,4
		Concordo plenamente	60	44,8

	VDC28	Discordo totalmente	29	21,6
		Discordo parcialmente	10	7,5
		Nem concordo/Nem discordo	20	14,9
		Concordo parcialmente	22	16,4
		Concordo plenamente	53	39,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Podendo destacar a VDC 25 (Tenho orgulho de ser membro da minha comunidade) e a VDC 26 (Compartilho os valores da minha comunidade), que obtiveram as porcentagens de 60,4% e 52,2%, respectivamente (ver Tabela 13). Dessa forma, a partir da análise estatística descritiva, verifica-se que os itens VDC 25 e VDC 26 registram a maior média, 41 e 38, respectivamente, e a moda revela a escala 5 para todos os itens (Tabela 13).

Tabela 13: Estatística descritiva da dos itens da categoria valores da comunidade.

Categoria	Código	Média	Mediana	Moda	Desvio padrão
Valores da comunidade	VDC24	3,2	4,0	5,0	1,439
	VDC25	4,1	5,0	5,0	1,344
	VDC26	3,8	5,0	5,0	1,413
	VDC27	3,7	4,0	5,0	1,582
	VDC248	3,4	4,0	5,0	1,582

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Esses resultados têm se mostrado congruentes, na medida em que várias partes das discussões têm revelado que a comunidade, apesar de estar em um cenário com um leque de adversidades no turismo, mesmo assim, apresenta esse aspecto de envolvimento e união entre os membros como um elemento presente. Sobre isso, os itens destacados expressam que a comunidade tem orgulho de pertencer e, conseqüentemente, compartilha os valores entre si.

Inclusive, está diretamente relacionado com o pilar da resiliência comunitária, conforme expresso por Arciniega (2013) e Ojeda (2007), onde se considera a autoestima coletiva, associada à atitude e ao sentimento de orgulho pelo lugar onde se mora e do qual a pessoa se sente originária. É a consciência das belezas naturais do lugar, o amor pela sua terra, a identificação com certos costumes das pessoas e com produções humanas significativas do seu território: edifícios, cidades, vilas, etc.

Nesse sentido, Barros e Rambo (2023), ressalta que o pertencimento revela a importância do homem em dar sentido ao mundo e às próprias ações, de sentir-se parte de sua comunidade. Para Freitas (2008) o sentimento de pertencer a um grupo

e lugar mantém a coesão comunitária, de tal modo que entrelaça o lugar, a população e o pertencer. Esses conceitos, fundamentais para a manutenção da coesão comunitária, permitem buscar entendimentos da relação sensível de apego com a paisagem

Dentro de uma perspectiva do turismo, o pertencimento vinculá-se ao suporte para a relação dialogal, criando-se espaço de debates e participação nas tomadas de decisões, abrindo espaço para formação de redes, que segundo Urano, Siqueira e Nóbrega (2016), as conexões estabelecidas se dão por meio da comunicação que cria um processo de construção de significado e valores, permitindo o fortalecimento desta e de seus nós, que possibilita a luta por um outro modelo de organização do turismo.

Dessa forma, entende-se que o pertencimento fortalece os laços sociais, promove a participação cidadã e capacita os indivíduos a enfrentar desafios e aproveitar as oportunidades de maneira colaborativa e sustentável. Portanto, pode-se afirmar que o pertencimento à comunidade refere-se ao sentimento de conexão, identificação e vínculo que os indivíduos têm com o grupo ou lugar onde vivem. Esse aspecto é fundamental para o bem-estar individual e coletivo, além de desempenhar um papel crucial no fortalecimento da resiliência comunitária na praia de Jenipabu.

A quarta e última categoria, da escala *Transcultural-Community Resilience Scale* (T-CRS), como explicado na metodologia, T-CRS (Adaptada), se refere a “Honestidade estatal ou administrativa” (HEA), constituída por 4 itens. De acordo com os resultados das frequência e porcentagem, diferentemente das demais categorias, todos os itens tiveram as maiores frequências e porcentagens na escala 1, discordo plenamente. A HEA29 (Caso tenha alguma adversidade na minha comunidade posso contar com ajuda das lideranças locais), com 35,8%, HEA30 (Tenho confiança nas instituições públicas (municipal, estadual e federal), com 50%, a HEA31 (Sinto que a gestão pública (municipal, estadual e federal) seguem os princípios da transparência e honestidade), com 56% e HEA32 (Sinto-me representado pelos meus representantes na gestão pública (líderes formais e informais, conselheiros, vereadores, presidentes de associações e entre outros) com 61,9%, ver tabela 14.

Tabela 14: Porcentagem e frequência dos itens da categoria honestidade estatal ou administrativa.

Categoria	Código	Escala	Frequência	Porcentagem %
Honestidade	HEA29	Discordo totalmente	48	35,8

estatal ou administrativa		Discordo parcialmente	23	17,2
		Nem concordo/Nem discordo	18	13,4
		Concordo parcialmente	16	11,9
		Concordo plenamente	29	21,6
	HEA30	Discordo totalmente	67	50,0
		Discordo parcialmente	22	16,4
		Nem concordo/Nem discordo	19	14,2
		Concordo parcialmente	11	8,2
		Concordo plenamente	15	11,2
	HEA31	Discordo totalmente	75	56,0
		Discordo parcialmente	20	14,9
		Nem concordo/Nem discordo	25	18,7
		Concordo parcialmente	6	4,5
		Concordo plenamente	8	6,0
	HEA32	Discordo totalmente	8,3	61,9
		Discordo parcialmente	24	17,9
		Nem concordo/Nem discordo	12	9,0
		Concordo parcialmente	7	5,2
		Concordo plenamente	8	6,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Partindo da análise de estatística descritiva, como pode ser vista na tabela 15, todos os itens tiveram a média entre 1 e 2, e a moda, 1, revelando que a nota mais atribuída em todos os itens, a tendo a média mais elevada (2,6), foi o item HEA29, que se refere, “Caso tenha alguma adversidade na minha comunidade posso contar com ajuda das lideranças locais”

Tabela 15: Estatística descritiva da dos itens da categoria honestidade estatal ou administrativa.

Categoria	Código	Média	Mediana	Moda	Desvio padrão
Honestidade estatal ou administrativa	HEA29	2,6	2,0	1,0	1,579
	HEA30	2,1	1,5	1,0	1,404
	HEA31	1,8	1,0	1,0	1,209
	HEA32	1,7	1,0	1,0	1,185

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Assim como a categoria anterior, esta também têm demonstrado relações diretas com as discussões da pesquisa. No primeiro objetivo específico, que trata da caracterização da APAJ e da Praia de Jenipabu e áreas circunvizinhas, já se revela que o processo de criação da unidade não foi estabelecido conforme prevê a legislação do SNUC. A discussão e implementação ocorreram exclusivamente no âmbito do poder público, negligenciando a participação das comunidades nesse

processo e, conseqüentemente, gerando muitos conflitos sociais que são reverberados até os dias atuais.

Já no segundo objetivo, que são revelados as pressões e impactos do turismo na Praia de Jenipabu, e a dimensão da gestão pública, foi a categoria que expressou maior número de pressões e impactos, onde é notório uma ausência do poder público no destino, em todas as esferas, e um descrédito da comunidade para com a gestão, uma vez em que a infraestrutura local e turística é precária, há uma desvalorização da cultural local, aspectos sociais que não discutidos na comunidades, apesar de ser alguns apresentarem de forma silenciosa, descaso com a questão ambiental e requisitos dos aspectos econômico que tem deixado o destino em estado de estagnação e declínio.

E agora, no terceiro objetivo, e especificamente na categoria de honestidade e ou administrativa, que segundo os autores Ojeda (2007) e , Arciniega (2013), essa categoria se referente à gestão decente e transparente de “coisa pública”, porém vai mais longe quer administração e burocracia transparente. Ela implica a existência de uma consciência de grupos que condena a desonestidade dos funcionários e valoriza o exercício honesto da função pública. A tradição da honestidade pública gera confiança nas instituições e favorece a capacidade de recuperação frente a adversidades (Ojeda *et al*, 2007).

Enquanto, Arciniega (2013), diz que se refere-se, por um lado, à legitimidade dos governantes locais, com os governos municipais ou estaduais, convencidos de que o eles são o sentimento de que ele é seu, é percebido como *meu*, com o qual sua liderança e suas mensagens terão mais credibilidade. Além disso, deve ser um governo limpo, transparente, que administra assuntos públicos com honestidade, que age com senso de justiça e aplica as leis com imparcialidade.

Corroborando com essa discussão, Bracamonte e Aguirre (2017), atrela à resiliência de nível coletivo, as estratégias organizacionais, incluindo o aspecto público, mantêm um forte componente sócio-político, envolvendo negociações em ambientes formais e informais, e muitas vezes abordagens institucionais e gestão das relações de poder dentro do grupo.

Revelando assim, dentro dessa perspectiva estatal e administrativa, os resultados demonstram acentuadamente que a comunidade da Praia de Jenipabu exprime a sua insatisfação para com atuação dos órgãos públicos, tornando assim, o principal pilar anti resiliência comunitária, que inclusive esses elementos vão em

encontro com que é definido com Ojeda (2007) como anti pilares da resiliência comunitária, na qual elementos como **corrupção**, que está atrelado com a falta de transparência do governo, o **autoritarismo**, que é característica de governo que ausência de participação coletiva e **impunidade**, ausência de correções e aplicabilidade de normas e leis, são condições que reduzem a resiliência comunitária, sendo todas elas apresentadas nos resultados, as pessoas não sentem confiança do poder público como demonstrado nos itens HEA30 (Tenho confiança nas instituições públicas (municipal, estadual e federal), e HEA31 (Sinto que a gestão pública (municipal, estadual e federal) seguem os princípios da transparência e honestidade), que está ligado ao anti pilar, corrupção.

Apresenta-se autoritarismo, quando a APAJ é criada e é negligenciado a participação da comunidade, previsto no SNUC e na Constituição Federal de 1988, que garante a participação social ativa, em que sem essa consulta, o local se transforma em uma área legalmente protegidas sem conhecimento de nenhum membros das comunidades. E impunidade, quando nas pressões e impactos, ha revelado que não há um programa efetivo de fiscalização das normas em relação às dunas (subidas), buggy em alta velocidade, paradores de sons na praia, além de construções e obras irregulares, desmatamentos e entre outros.

Dessa forma, Ojeda *et al* (2007) afirmam que esses pilares têm apresentado uma característica dinâmica, segundo as observações, eles mudam mais do que os pilares positivos Esses pilares atuam frequentemente em conjunto, e têm sido vistos solidamente associados para manter a injustiça social e o atraso dos lugares, inclusive tendo esse feito na praia de Jenipabu, conforme apresentado nos resultados.

Partindo da questão problema que norteia a presente tese, que é **como as pressões e impactos do turismo na Praia de Jenipabu, comunidade pertencente a Área de Proteção Ambiental Jenipabu, interferem no processo de resposta resiliente?** Para este trabalho, como forma de mensurar a avaliação da resposta resiliente, e modo quantitativo, atribuiu às seguintes tipos de respostas, a saber: resposta resiliente positiva, resposta resiliente negativa e resposta resiliente regular, para isso, foram levado em consideração os valores da média de cada variáveis das 4 dimensões da *Transcultural-Community Resilience Scale* (T-CRS), como explicado na metodologia, T-CRS (Adaptada), como demonstrado nas tabelas 9, 11, 13 e 5.

Para a resposta resiliente positiva, a média atribuída é $=4 > 5$ (já que a escala é até 5), para a resposta resiliente regular, a média atribuída é igual a $=3$, e para a

resposta resiliente negativa, a média atribuída é de <2,9 (Quadro X)

Quadro 33: Tipos de respostas e valores das médias.

TIPOS DE RESPOSTAS	VALORES DAS MÉDIAS
Resposta resiliente positiva	=3,1 >5
Resposta resiliente regular	=3
Resposta resiliente negativa	<2,9

Fonte: Dados da pesquisa.

Dessa forma, na tabela a seguir está de forma sistematizada a medida da resposta resiliente a partir da escala ***Transcultural-Community Resilience Scale (T-CRS)***, como explicado na metodologia, T-CRS (Adaptada).

Tabela 16: Média das respostas resilientes.

		Código	Questão	Média
Resposta resiliente positiva =4>5	Pontos fortes e apoio da comunidade	PFA1	Se algo me acontecesse (de “ruim”), sei que posso contar com a minha comunidade.	3,2
		PFA2	No caso de um evento catastrófico (desastre natural, guerra, etc.), sei que poderia contar com a minha comunidade para lidar com o evento e seguir em frente.	3,3
		PFA3	Quando passo por momentos difíceis, há pessoas em minha comunidade com quem posso conversar.	3,5
		PFA4	Os relacionamentos que mantenho em minha comunidade me ajudam a lidar com problemas que acontecem comigo ou que podem acontecer.	3,1
		PFA5	Um dos meus pontos fortes diante da adversidade é saber que posso contar com um ou mais membros da minha comunidade.	3,4
		PFA6	Os membros da minha comunidade sabem que podem contar comigo quando surgem problemas.	4,2
		PFA7	Estou disposto a ajudar os membros da minha comunidade que enfrentam dificuldades.	4,2
		PFA8	Envolver-me em atividades na minha comunidade.	3,3
		PFA9	As minhas tradições culturais e espirituais e/ou religiosas e/ou os meus valores ajudam-me a enfrentar dificuldades.	4,2
		PFA10	As atividades na minha comunidade ajudam-me a criar laços com as pessoas.	3,6
		PFA11	A minha comunidade ajuda-me a adaptar-me em caso de mudanças ou dificuldades importantes na vida.	3,1
		PFA12	Poder contar com a minha comunidade em caso de dificuldades é muito reconfortante para mim.	3,5
		PFA13	Na minha comunidade, sempre buscamos um jeito de rir e nos distrair, mesmo em momentos difíceis.	3,6
		PFA14	Na minha comunidade, há pelo menos uma pessoa que pode me ajudar a encontrar soluções concretas quando enfrento dificuldades.	3,5
Resposta	Confiança e fé da comunidade	CFC17	Confio nos profissionais da minha área (turismo) para me prestarem os cuidados adequados (me ajudar).	3,4
		CFC18	Confio nos serviços sociais (assistência social) disponíveis na minha comunidade.	3,1
		CFC23	O apoio mútuo é um dos valores mantidos por minha comunidade.	3,1
	Valores da comunidade	VDC24	Em minha comunidade, compartilhar é um valor muito importante.	3,2
		VDC25	Tenho orgulho de ser membro de minha comunidade.	4,1
		VDC26	Compartilho os valores da minha comunidade.	3,8
		VDC27	Participar das atividades da minha comunidade é importante para mim.	3,7
		VDC28	Sinto-me conectado à minha comunidade e aos seus valores.	3,4
	Confiança e fé da comunidade	Código	Questão	Média
		CFC19	Tenho informações suficiente para saber a que instituições recorrer em caso de dificuldades.	3,0

resiliente regular =3		CFC20	Na minha comunidade existem fortes tradições de apoio mútuo.	3,0
		CFC21	A minha comunidade se esforça para integrar todos os seus membros e torná-los mais fortes.	3,0
		CFC22	Minha comunidade permite que seus diferentes membros construam laços fortes uns com os outros.	3,0
Resposta resiliente negativa <2,9	Confiança e fé da comunidade	Código	Questão	Média
		CFC15	Quando passo por momentos difíceis, existem instituições na minha comunidade que estão lá para me ajudar.	2,6
		CFC16	Se eu adoecer, sei que posso recorrer aos serviços de saúde da minha comunidade para receber os cuidados adequados.	2,9
	Honestidade estatal ou administrativa	HEA29	Caso tenha alguma adversidade na minha comunidade posso contar com ajuda das lideranças locais.	2,6
		HEA30	Tenho confiança nas instituições públicas (municipal, estadual e federal).	2,1
		HEA31	Sinto que a gestão pública (municipal, estadual e federal) seguem os princípios da transparência e honestidade.	1,8
		HEA32	Sinto-me representado pelos meus representantes na gestão pública (líderes formais e informais, conselheiros, vereadores, presidentes de associações e entre outros).	1,7

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Diante do que apresentado na tabela 16, em relação a resposta resiliente da comunidade da Praia de Jenipabu, e partindo dos índices de cada resposta resiliente definido para este trabalho, aponta que o tipo de resposta resiliente positiva, obteve-se o maior número de itens, 22, sendo todos os itens (14), da categoria **pontos fortes e apoio da comunidade**, e 3 itens da categoria **confiança e fé da comunidade** e assim como também, todos os itens (5) da **categoria valores da comunidade**.

Dessa forma, considerando a escala ***Transcultural-Community Resilience Scale (T-CRS)***, como explicado na metodologia, ***T-CRS (Adaptada)***, e tomando com base os sujeitos que responderam para esta pesquisa, a resposta resiliente frente a pressões e impactos do turismo na Praia de Jenipabu **é positiva**. De acordo com o itens que fizeram parte da resposta resiliente positiva, em sua maioria está relacionado com a apoio mútuo entre os membros da comunidade, revelando assim, mesmo que diante do cenário dificultoso em relação ao turismo de da Praia de Jenipabu, a comunidade ainda sim demonstra ser unida e que contribui diretamente para o processo de resposta resiliente positiva.

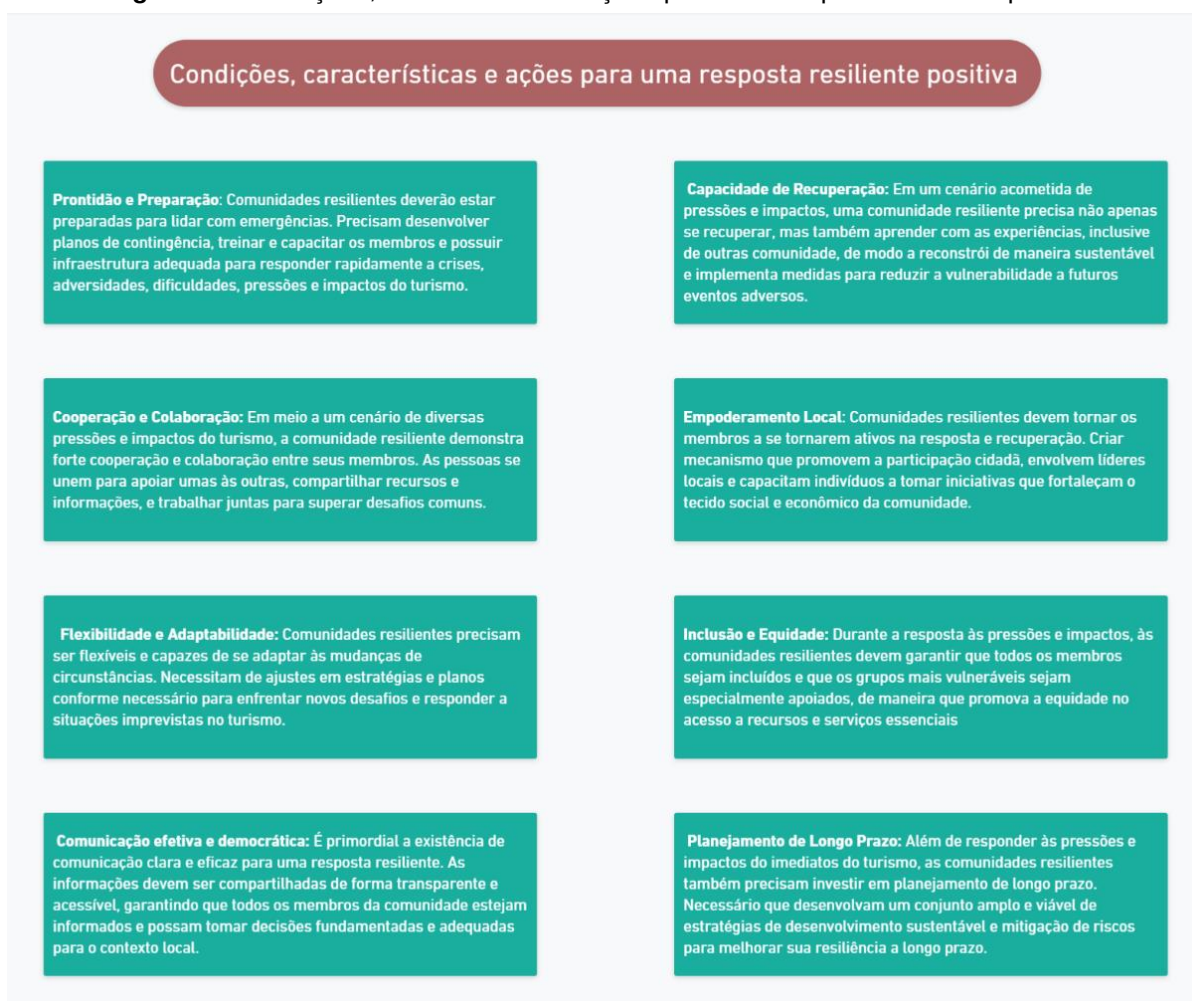
Em relação ao resposta regular, teve-se um conjunto de 4 itens, sendo eles da categoria **Confiança e fé da comunidade**, sendo apenas o item CFC19, que remete ao poder público, mas todos os demais, ainda sim, mesmo sendo uma resposta resiliente regular, está associado com a questão do laços e interações construídas entre os membros da comunidade da Praia de Jenipabu.

E por fim, sobre a resposta resiliente negativa, houve o total de 6 itens, sendo 2, da categoria **Confiança e fé da comunidade**, na qual os dois remete a questão da procurar auxílio a instituições pública e a serviços de saúde, que como já foi discutido, é um elemento deficitário na comunidade, e os 4 itens, são da categoria **Honestidade estatal ou administrativa**, que inclusive foi inserida para adaptação da escala, uma vez em que diante das leitura, viu-se a necessidade de incluir conforme explicado na metodologia, nesse caso, obteve todas as média menos do que 2,9, considerando a categoria que menos contribuiu para a resposta resiliente positiva.

Diante disso, entende-se que para uma comunidade resiliente seja capaz de responder de maneira eficaz e adaptativa aos desafios que enfrentam de forma positiva, segue algumas condições, características e ações que definem a resposta de uma comunidade resiliente com resposta positiva de acordo com o resultado do presente trabalho, bem como a partir da discussão teórica para a construção dessa pesquisa, tais como: **1. Prontidão e Preparação; 2 Cooperação e Colaboração; 3.**

Flexibilidade e Adaptabilidade; 4. Comunicação efetiva e democrática; 5. Capacidade de Recuperação; 6. Empoderamento Local; 7. Inclusão e Equidade; 8. Planejamento de Longo Prazo (ver figura 26).

Figura 26: Condições, características e ações para uma resposta resiliente positiva.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Considerando todas as discussões e resultados apresentados nessa pesquisa, essas foram as condições, ações e/ou estratégias que podem contribuir para uma comunidade com resposta resiliente positiva de modo que ela seja capaz de se adaptar, resistir e se recuperar de adversidades, sejam elas desastres naturais, crises econômicas, pandemias ou outras emergências, assim como, as pressões e impactos do turismo.

Assim, em relação à **Prontidão e Preparação**, entende-se que são fundamentais para uma resposta positiva, uma vez que envolvem desde o desenvolvimento e atualização de planos de emergência. No que tange à Cooperação e Colaboração, é essencial que estas sejam realizadas entre diferentes partes

interessadas, como governos locais, organizações não governamentais, empresas e comunidades locais. A colaboração permite o compartilhamento de recursos, conhecimentos e habilidades, ampliando a capacidade de resposta frente a pressões e impactos.

No que se refere a **Flexibilidade e Adaptabilidade**, envolve a capacidade de se adaptar rapidamente às mudanças, inclusive com ajustar seus planos e estratégias (prontidão e preparação) conforme o cenário de pressões e impactos evolui, inclusive, podendo aproveitar experiências passadas para melhorar suas respostas futuras. No que tange a **Comunicação efetiva e democrática**: Uma comunicação clara, transparente e inclusiva de modo a manter a confiança e o engajamento da comunidade durante o cenário de pressões e impactos

Para com a **Capacidade de Recuperação**: Após um cenário de impactos e pressões do turismo, a comunidade resiliente precisa não só se recuperar, mas também se fortalecer. Somando a isso, tem-se o **Empoderamento Local**, que remete a empoderar as comunidades locais capacitando os residentes a participar ativamente da tomada de decisões que afetam suas vidas. Isso pode incluir o fortalecimento de lideranças comunitárias, a promoção de iniciativas locais e o reconhecimento dos conhecimentos e recursos locais como valiosos para a resiliência.

Ao que se refere à Inclusão e **Equidade**, é a forma de garantir que todos os membros da comunidade tenham acesso igualitário a recursos e oportunidades é essencial para uma resposta resiliente positiva, e por fim, **Planejamento de Longo Prazo**, requer uma visão de longo prazo para preparar uma comunidade para enfrentar pressões e impactos futuros, dessa forma, é uma ação que envolve o desenvolvimento de estratégias sustentáveis que levem em conta não apenas as emergências imediatas, mas também os desafios a longo prazo, como mudanças climáticas, desenvolvimento econômico, crises econômicas, epidemias e pandemias, que inclusive são elementos que fizeram presentes nos resultados da pesquisa.

Portanto, considera-se que, uma resposta de uma comunidade resiliente positiva é caracterizada pela preparação antecipada, cooperação, adaptabilidade, comunicação eficaz, capacidade de recuperação e um compromisso com a inclusão e o desenvolvimento sustentável, de forma que não apenas auxiliam a comunidade a superar desafios, mas também a prosperar e crescer de forma resiliente.

Por fim, compreende-se que uma resposta resiliente positiva de uma comunidade vai além da simples resistência inicial. Envolve uma combinação de

preparação adequada, capacidade de resposta rápida e coordenada, adaptação às circunstâncias em mudança, e um compromisso contínuo com a recuperação e o fortalecimento comunitário a longo prazo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese se propôs a compreender e discutir como as pressões e impactos do interferem no processo de resposta resiliente das comunidades no âmbito das áreas naturais protegidas, e teve como foco analítico a comunidade da Praia de Jenipabu localizada na Área de Proteção Ambiental Jenipabu (APAJ).

As áreas naturais protegidas (ANPs) são locais especialmente dedicados à conservação e à proteção da biodiversidade, dos recursos naturais e dos ecossistemas. Elas são estabelecidas e geridas com o objetivo principal de preservar a fauna, a flora e os serviços ecossistêmicos para as gerações presentes e futuras, sendo que no âmbito nacional, são conhecidas com Unidades de Conservação, além do seu objetivo de proteção aos ecossistemas frágeis, tem-se também a promoção do turismo ligado aos princípios da sustentabilidade.

A criação e gestão das ANPs geralmente envolvem órgãos governamentais responsáveis pela conservação ambiental, que estabelecem normas e diretrizes para garantir a preservação dos recursos naturais ali existentes. No caso da APAJ, que é uma UC estadual, é gerida pelo órgão ambiental estadual, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, tendo como principal atividade econômica o turismo. A Praia de Jenipabu é conhecida principalmente por causa de sua paisagem natural, onde se forma um paredão de dunas, onde ocorrem os principais passeios, incluindo o de buggy. Anteriormente, também era possível fazer passeios de dromedários, mas atualmente essa atividade foi extinta.

Quanto aos procedimentos metodológicos escolhidos para esta tese, considera-se que esses permitiram alcançar os objetivos propostos, em relação à análise bibliométrica sobre turismo e resiliência foi possível mapear tendências e identificar as lacunas de pesquisas, de modo que, dentro dos critérios estabelecidos para análise bibliométrica, foi possível constatar que havia uma lacuna de pesquisa envolto do tema da resiliência na perspectiva da comunidade em destinos turísticos, que culminou na elaboração e construção da presente pesquisa.

Partindo disso, conclui-se que em relação ao objetivo (a), caracterizar os aspectos gerais da APAJ e as principais práticas turísticas na Praia de Jenipabu e circunvizinhas, constatou-se que, APAJ foi criada em 1995, sem consulta às comunidades locais, além, a gestão da área ficou inoperante, após 10 anos, que foi

retomado o projeto de criação e implementado a gestão efetiva, hoje a APAJ conta com um plano de manejo de 2009, desatualizado, necessitando urgente da sua atualização, principalmente a criação de um novo zoneamento. A Praia de Jenipabu é a que mais oferece um leque de serviços turísticos, onde se concentram meios de hospedagem, restaurantes, bares, comércio local, lojas diversas e as barracas, além dos passeios que são oferecidos na praia, como mencionado.

No que se trate ao segundo objetivo, foi realizado o diagnóstico das principais pressões e impactos do turismo na Praia de Jenipabu a partir da percepção dos atores locais e gestores públicos, constatou as pressões e impactos a partir das 6 dimensões: gestão pública, infraestrutura, ambiental, cultural, social e econômica. Na dimensão da gestão pública, foi possível identificar como sendo a pressão e impacto de maior relevância entre os entrevistados, foi a ausência e morosidade dos órgãos públicos no tange ao investimentos do turismo.

Na dimensão infraestrutura, foram citados como pressão e impactos, o acesso, com a presença de estradas com péssimas condições, ausência de iluminação e segurança pública na comunidade e entre outros, enquanto na dimensão ambiental, destaca-se a poluição sonora e presença de lixo nas praia e na comunidade, bem como a ausência de coleta seletiva. Na dimensão cultural, pode identificar a descaracterização das festas populares e tradicionais, bem como as danças, e a ausência de incentivo para os artesãos locais.

No que se refere à dimensão social, houve uma dificuldade na mensuração dos impactos e pressões, mas destaca-se, a presença de venda e consumo de drogas, alcoolismo e violência doméstica. E por fim, na dimensão econômica, registra-se o baixo fluxo turístico na praia, empregos informais, falta de qualificação dos trabalhadores do turismo, e reflexo da pandemia do Covid-19 e a onda de violência no estado em 2023.

Partindo disso, constata-se que o turismo, sem dúvida, exerce uma influência profunda e multifacetada em comunidades e nos destinos ao redor do mundo. Ao mesmo tempo em que traz benefícios também traz consigo uma série de pressões e impactos que precisam ser considerados e gerenciados, como é o caso do destino da Praia de Jenipabu, que ausência de planejamento e de investimento tem causados em danos ambientais, oferta de uma infraestrutura turística e básica precária, além da perda de identidade cultural, potencialização dos problemas sociais e econômicos.

No tocante ao terceiro objetivo, debruçou-se em avaliar se há resposta resiliente da comunidade Praia de Jenipabu frente ao contexto de pressões e impactos do turismo, para isso, foi utilizado a T-CRS (Adaptada). Os resultados apontaram a resposta resiliente frente a pressões e a impactos do turismo na Praia de Jenipabu é positiva a partir do critérios estabelecidos para definir os tipos de respostas, positiva, negativa e regular, além disso, vale ressaltar que esse resultado se refere ao recorte dos sujeitos que responderam para esta pesquisa a partir da amostragem não probabilística por conveniência.

Ao fim dessa análise, foram lançadas ações, condições e estratégias que podem garantir uma resposta resiliente positiva, que são: 1. Prontidão e Preparação; 2. Cooperação e Colaboração; 3. Flexibilidade e Adaptabilidade; 4. Comunicação efetiva e democrática; 5. Capacidade de Recuperação; 6. Empoderamento Local; 7. Inclusão e Equidade; 8. Planejamento de Longo Prazo. Vale destacar que essas ações, condições e estratégias são reflexo dos resultados dessa pesquisa, e partir das análise do objeto do estudo, a Praia de Jenipabu, que em outros cenários, esses apontamentos não podem e não devem ser generalizarado para todo quadro de pressões e impactos do turismo em comunidades no âmbito das ANPs, devendo considerar apenas com uma orientação para planos, programas ou projetos que envolva o turismo resiliente.

Feito isso, faz-se necessário estabelecer as principais contribuições da presente tese. Inicialmente, este trabalho contribui para o avanço do conhecimento e o debate científico na área do turismo. Além disso, o estudo realizado partiu da identificação de lacunas sobre os temas de turismo e resiliência. Ao levantar o portfólio bibliográfico e realizar diversas leituras para a construção deste trabalho, evidenciou-se que não havia estudos voltados para a análise da resiliência das comunidades com a presença do turismo local, sendo esta uma das motivações que levaram à realização deste trabalho.

Outra contribuição para essa pesquisa, foi o desenvolvimento e o aprimoramento de metodologias, nesse caso, o modelo analítico Driver-Pressure-State-Impact-Response-Resilience (DPSIR-R), que constitui o diagnóstico das pressões e impactos do turismo, portanto o levantamento foi realizado com base nas dimensões dos conjuntos que compõe o Sistur e avaliação da escala resiliente, foi adaptação da escala *Transcultural-Community Resilience Scale* (T-CRS) (Adaptada), então, acredita-se que outros estudo podem dar continuidade no aprimoramento da

metodologia e na aplicação prática em outros objetos de estudos.

E além disso, outra relevância se refere ao desenvolvimento e capacitação acadêmica do pesquisa, que nesse processo pode envolver um treinamento rigoroso em pesquisa, pensamento crítico, análise de dados e redação acadêmica. E por fim, o potencial que as pesquisa acadêmicas têm em influenciar políticas públicas, nesse caso, o presente estudo pode nortear programas, projetos, planos com a temática do turismo e resiliência, bem como, futuras pesquisas acadêmicas.

No que concerne aos desafios e limitações da pesquisa, inicialmente o principal desafio foi iniciar o doutorado no ano que foi decretado a pandemia do Covid-19, então o curso só deu início em meados do ano de 2020, tendo uma perda de um semestre, e além disso, cursar todas as disciplinas na modalidade do ensino remoto, que precisou de muita adaptação e esforço para concluir as disciplinas.

Em relação às limitações da pesquisa, destaca-se a demora ou não retorno dos contatos dos sujeitos da pesquisa, principalmente os gestores públicos. Houve diversas remarcações e desistências, outra limitação, é que o segundo objetivo também previu a análise das atas dos 5 anos da gestão da APAJ, foram disponibilizadas 4 atas, pois as demais não existia por falta de secretário no conselho gestor e perdas de arquivos, e que também no período da pandemia não houve reuniões, e por fim, as pressões e impactos da dimensão social, que houve uma dificuldade na mensuração dos dados, mas que nenhuma limitação ou desafio comprometeu a realização da presente tese.

Por fim, há de considerar que diante do aporte teórico apresentado e do percurso metodológico escolhido para o desenvolvimento desta tese, é preciso concluir que os resultados denotam que as pressões e impactos do turismo podem interferir diretamente a resposta resiliente comunitária em comunidades no âmbito das áreas naturais protegidas, sendo ela positiva, negativa ou regular.

Além disso, é preciso ressaltar que, mesmo diante de um cenário de incertezas, pressões, impactos, crises e instabilidades no sistema turístico, as comunidades ainda sim, pode ter uma resposta resiliente positiva, mas ao mesmo tempo pode demonstrar fragilidades e vulnerabilidades em dimensões da RC, como foi o caso da Praia de Jenipabu, apresentadas nas dimensões de confiança e fé da comunidade, e principalmente na de honestidade estatal ou administrativa, por apresentar consideravelmente insatisfação e descrédito com o desempenho do poder público.

Dessa forma, de modo a contribuir com o fortalecimento, o empoderamento e

a capacidade resiliente da comunidade, pensou-se em condições, características e ações que contribua para isso, e valendo ressaltar que é proposições partindo do que foi apresentado nessa tese, podendo assim, variar e ampliar a depender do cenário apresentado em cada comunidade a partir da suas particularidades.

REFERÊNCIAS

- Acerenza, M. (1984). *Administración del Turismo*. Conceptualización y Organización. México: Editorial Trillas.
- Andrade, J. V (1995). *Turismo: fundamentos e dimensões*. São Paulo: Ática
- Araújo, M. E; Ramalho, C. W. N.; Melo, P. W (2020). Pescadores artesanais, consumidores e meio ambiente: consequências imediatas do vazamento de petróleo no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. *Caderno de Saúde Pública* 36(1), 1-6.
- Arciniega, J. D. D. U. (2013). La perspectiva comunitaria de la resiliencia. *Psicología política*, (47), 7-18.
- Arruda, R (1997). População tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In... *Anais do I Congresso Brasileira de Unidades de Conservação*. (1) Conferências e Palestras, p. 262-275.
- Balmford, A., Green, J.M.H., Anderson, M., Beresford, J., Huang, C., Naidoo, R., Walpole, M. and Manica, A. (2015). Walk on the wild side: estimating the global magnitude of visits to protected areas. *PLoS Biology*, 13(2).
- Barbosa, G. S (2006). “Resiliência em professores do ensino fundamental de 5ª a 8ª Série: Validação e aplicação do questionário do índice de Resiliência: Adultos Reivich- Shatté/Barbosa”. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). São Paulo: Pontifica Universidade Católica.
- Barbosa, L. G. C. C (2012). A tutela do Direito à moradia como forma de promover a dignidade da pessoa humana em face do Direito ambiental brasileiro. *Revista Brasileira de Direito Ambiental*, v. 32, n.1.
- Barbosa, L. G. M., Coelho, A. M., Motta, F. Do A. T., & Guimarães, I. L. B. (2020). *Impacto econômico do COVID-19: propostas para o turismo brasileiro*. 2. ed. - Rio de Janeiro: FGV Projetos.
- Bardin, L. (2007). *Análise de conteúdo* (3rd ed.). Lisboa: Edições 70.
- Barretto, M. (2004). *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Papirus Editora.
- Barbetta, P. A (2008). *Estatística aplicada às ciências sociais*. Editora UFSC. Florianópolis.
- Barros, S. M., & Rambo, A. G. Novas interpretações sobre o turismo enquanto estratégia de desenvolvimento regional. *Anais... XX ENANPUR 2023* – Belém 23 a 26 de maio. Disponível em <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st11-36.pdf>. Acesso em 6 de julho de 2023.
- BBC BRASIL (2018). Mais de 95% do lixo nas praias brasileiras é plástico, indica estudo. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42779388#:~:text=BBC%20L%C3%AA->

.Mais%20de%2095%25%20do%20lixo%20nas,brasileiras%20%C3%A9%20pl%C3%A1stico%2C%20indica%20estudo&text=Mais%20de%2095%25%20do%20lixo%20encontrado%20nas%20praias%20brasileiras%20%C3%A9,sorvete%20e%20redes%20de%20pesca.. Acesso em 25 de junho de 2023.

Beni, M. C. (1999). Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. *Revista Turismo em análise*, 10(1), 7-17.

Beni, M. C. (Org). (2012) *Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão. Desenvolvimento regional, rede de produção e cluster*. Barueri, SP: Manole.

Beni, M.C. (2020). Turismo e Covid-19: algumas reflexões. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, v. 12 (3 Especial Covid19), p. 1-23.

Bensusan, N. (2006). *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. São Paulo, FGV.

Bhamra, R., Dani, S. and Burnard, K. (2011) Resilience: The Concept, A Literature Review and Future Directions. *International Journal of Production Research*, 49, 5375-5393.

Bonzanigo, L., Giupponi, C., & Balbi, S. (2016). Sustainable tourism planning and climate change adaptation in the Alps: A case study of winter tourism in mountain communities in the Dolomites. *Journal of Sustainable Tourism*, 24(4), 637-652.

Boullón, R. C. (2002). *Planejamento do espaço turístico*. Edusc.

Brandão, J. M., Mahfoud, M., & Gianordoli-Nascimento, I. F. (2011). The construction of the concept of resilience in psychology: discussing the origins of resilience. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 21(49), 263-271.

Breves, G.S.S., Barbosa, E.F.P., Garda, A.B. and Souza, T.V.S.B (2020). Monitoramento da Visitação em Unidades de Conservação Federais: Resultados de 2019 e Breve Panorama Histórico. Brasília, Brasil: ICMBio.

Bussab, W O.; Morettin, P. A (2005). *Estatística Básica*. Editora Saraiva. São Paulo.

Cabral, B. D. P. (2020). A importância do descarte e coletado lixo para o turismo em Porto de Galinhas. Curso Gestão do Turismo (IFPE). Disponível em <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/575/A%20IMPORTANCIA%20DO%20DESCARTE%20E%20COLETA%20DO%20LIXO%20PARA%20O%20TURISMO%20EM%20PORTO%20DE%20GALINHAS..pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 25 de junho de 2023.

Calado, S. S.; Ferreira, S.C.R. *Análise de Documentos: Método de Recolha e Análise de dados. Didáctica das Ciências – Mestrado em Educação*, 2005. Recuperado em 9 de maio, de 2021 em www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf.

Carmo, A. C. M. (2020). Análise Da Infraestrutura Turística Do Parque Nacional Do Caparaó–Mg. *Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso*. Disponível em <

<https://www.pensaracademico.unifaciq.edu.br/index.php/repositorioctcc/article/view/3114>>. Acesso em 24 de junho de 2023.

Carneiro, J.; Allis. T. (2021). Como se move o turismo durante a pandemia da COVID-19? *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 15(1), 2212

Cénat, J. M., Dalexis, R. D., Derivois, D., Hébert, M., Hajizadeh, S., Kokou-Kpolou, C. K., ... & Rousseau, C. (2021). The transcultural community resilience scale: psychometric properties and multinational validity in the context of the COVID-19 pandemic. *Frontiers in Psychology*, 12, 713477.

Cepal (2020). Medidas de recuperación del sector turístico en América Latina y el Caribe: una oportunidad para promover la sostenibilidad y la resiliência. Recuperado em 9 de maio, de 2021 em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45770/S2000441_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Chaves, F. N. (2014). As festas populares como produto: mídia, turismo e descaracterização cultural. *TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA* (ISSN: 2358-212X), 1(2).

Cheer, JM e Lew, A. (2018) Desenvolvimento do turismo sustentável: Rumo à resiliência Dentro turismo. Recuperado em 9 de maio, de 2021 https://www.researchgate.net/profile/Joseph_Cheer/publication/315455898_Sustainable_tourism_development_Towards_resilience_in_tourism/links/58d0ad7ba6fdcc344b0c130d/Sustainable-tourism-development-Towards-resilience-intourism.pdf

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL. Medidas de recuperação no setor de turismo na América. Recuperado em 1 de fevereiro de 2022 de Latina, <https://www.cepal.org/pt-br/node/52516>

Connor, M. K.; Davidson, J. R (2003). *Development of a new resilience scale: the Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC)*. *Depress Anxiety*, Malden, v. 18, n. 2, p. 76-82.

Cooper, P. (2013). Socio-ecological accounting: DPSWR, a modified DPSIR framework, and its application to marine ecosystems. *Ecological Economics*, 94, 106-115.

Costa, S. P (2017). Constructos norteadores para a resiliência na gestão do turismo. Tese (doutorado em turismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Turismo. Natal- RN, 249p.

Costa, S. P.; Sonaglio, K. E.; Wiesinieski, L. B (2020). A emergência da resiliência no planejamento e gestão turística. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 91653-91669.

Crotti, R., & Misrahi, T. (2015). The Travel & Tourism Competitiveness Report 2015: T&T as a Resilient Contribution to National Development. Geneva: World Economic Forum.

- Dantas, F. R. A (2018). Turismo em áreas naturais protegidas: análise da perspectiva do planejamento turístico nas unidades de conservação em processo de criação no Polo Costa das Dunas/RN. 2018. 135f. *Dissertação* (Mestrado em Turismo) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Deep, C. A. F. C.; Leal, I. P (2012). Adaptação da “The Resilience Scale” para a população adulta portuguesa. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 417-433.
- Diegues, A. C. (1997) In: *Viagens à natureza: Turismo, cultura e ambiente*. Célia M. de Toledo Serrano & Heloisa Turini Bruhns (orgs.). Campinas, SP: Papirus. (Coleção Turismo). (pp. 85-102)
- Diegues, A. C. S. (1996). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 169
- Diegues, A. C. S. (2000). *Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil.
- Diegues, A. C., Arruda, R.S.V. (2001). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. MMA. Brasília.
- Eagles, P. (2001). Evolução do conceito de gestão do uso do visitante em parques. *Indústria e Meio Ambiente*, 24 (3-4), 65-67.
- EEA (1999). European Environmental Agency. Environmental indicators: typology and overview. Technical report no. 25, European Environment Agency, Copenhagen.
- Ensslin, L.; Ensslin, S. R.; Lacerda, R. T. O. & Tasca, J. E (2010). “ProKnow-C, Knowledge Development Process-Constructivist”. Processo técnico com patente de registro pendente junto ao INPI. Brasil.
- Fabry, N, Zeghni, S (2019). *Resilience, tourist destinations and governance: an analytical framework*. Cholat F., Gwiazdzinski L., Tritz C., Tuppen J. Tourismes et adaptations, Elya Editions, p.96-108, 2019.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. In: *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 2009. p. 2120-2120.
- Filimonau V, De Coteau D (2020). Tourism resilience in the context of integrated destination and disaster management (DM). *2 Int J Tourism Res.*; 22:202–222. <https://doi.org/10.1002/jtr.2329>
- Flick, U (2013). *Introdução à metodologia de pesquisa*. Porto Alegre: Penso.
- Fonseca, J. J. S (2002). Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- Fontoura, L. M. & Simiqueli, R. F (2006). *Análise da capacidade de carga antrópica nas trilhas do Circuito das Águas do Parque Estadual do Ibitipoca – MG*. Monografia de especialização. Universidade Federal de Juiz de Fora.

- Foster k. (2012) "In Search of Regional Resilience" in WEIR M., PINDUS N., WIAL H., WOLMAN H. (Eds.), *Urban and Regional Policy and Its Effects: Building Resilient Regions* (pp.24-59). Brookings Institution Press.
- Fratucci, A. C., Schwantes, G. X. L., & de Carvalho Maia, Y. (2014). Estrutura da gestão pública do turismo nos municípios do estado do Rio de Janeiro. *CULTUR: Revista de Cultura e Turismo*, 8(1), 140-159.
- Frazier, T. G, Thompson, C. M & Dezzani (2013). Desenvolvimento de um espaço explícito modelo de vulnerabilidade-resiliência para aprimoramento da mitigação de riscos comunitários no CA Brebbia (Ed.), *Gestão de desastres e risco à saúde humana III: Redução de riscos, melhoria de resultados*. Southampton, Reino Unido: imprensa WIT.
- García-Vesga, MC & Domínguez-de la Ossa, E. (2013). Desenvolvimento teórico da Resiliência e sua aplicação em situações adversas: uma revisão analítica. *Revista Latino-americana de Ciências Sociais, Infância e Juventude*, 11 (1), pp. 63-77.
- Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Gray, D. E. (2009). *Pesquisa no mundo real*. São Paulo: Artmed.
- Grotberg, E. H. (2001). *Nuevas tendencias en resiliencia*. En A. Mellido y E.N. Suárez Ojeda (Comp.). *Resiliencia. Descubriendo las propias fortalezas* (pp.19-30). Barcelona: Paidós.
- Guizi, A. A. (2019). Desenvolvimento do turismo e efeitos sobre o ambiente econômico urbano: análise de estudos indexados na base Scopus. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 11(4), 956-972.
- Hair Junior, J. F., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W. C. 2009. *Análise multivariada de dados (6a ed.)*. Porto Alegre: Bookman.
- Hall, C. M. (2004). *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*, 2ed. São Paulo: Contexto
- Hamoy, J. A (2018). Turismo em unidades de conservação e o desenvolvimento local em Soure-PA. 2018. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
- Hartmann-Junior, J. A. S.; Medeiros, A. G. A. P (2017). *Escalas de Resiliência: uma revisão narrativa. Meta: Avaliação*. Rio de Janeiro, v. 9 n. 27, pg. 561- 578.
- Hockings, M., Dudley, N., Elliott, W., Napolitano Ferreira, M., MacKinnon, K. et al. (2020). Editorial essay: COVID-19 and protected and conserved areas. *PARKS* 26 (1): 7-24.
- Hosaka, A. M. S (2010). Unidades de conservação: aspectos históricos e conceituas In: JR, Phillippi, A; Ruschmann, D. V (Org.). *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*. Barueri SP: Manole.

Ignarra, I. R (2001). *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Pioneira.

Infante, F. (2005). A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In: Melillo, A.; Ojeda, E.N.S. (Eds.). *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Artmed, São Paulo, pp. 22-38.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Quarto relatório anual com estimativas definitivas da ocupação formal e informal, a partir dos últimos dados divulgados da RAIS e da PNAD, para o Brasil, região Centro-Oeste e Distrito Federal. Brasília: IPEA, mar. 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal>. Acesso em: 18 dez. 2023.

Irving, M. A (2010). *Áreas Protegidas e Inclusão Social: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil?* Sinais Sociais, v.4, p.122 – 147.

Irving, M. A.; Mendonça, T. C. M (2004) Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil - Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE). *Caderno Virtual de Turismo*, v. 4, n. 4, p. 12-22.

Jones, P.; Comfort, D (2020). The Role of Resilience in Research and Planning in the Tourism Industry. *Athens Journal of Tourism*, v. 7, n. 1. p. 1-16.

Junior, J. A. S. H., & de Medeiros, A. G. A. P. (2017). Escalas de Resiliência: uma revisão narrativa. *Revista Meta: Avaliação*, 9(27), 561-578.

Kirmayer, J. L., Sehdev, M., Whitley, R., Dandeneau, F. S., & Isaac, C. (2009). Community resilience: Models, metaphors and measures. *Journal of Aboriginal Health*, 5, 62-117.

Kristensen, P. (2004). The DPSIR Framework. National Environmental Research Institute, Denmark, Department of Policy Analysis; European Topic Centre on Water; European Environment Agency.

Kühl, F. L., & Custódio, A. V. (2020). Reflexões contemporâneas sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no mercado do turismo no Peru. *Prolegómenos*, 23(46), 105-120.

Leung, Y. F., Spenceley, A., Hvenegaard, G., Buckley, R., & Groves, C. (2019). Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas: diretrizes para sustentabilidade. *Gland, Switzerland: IUCN*.

Loesch, C (2012). Probabilidade e Estatística. Rio de Janeiro: LTC.

López Bracamonte, F. M., & Limón Aguirre, F. (2017). Componentes del proceso de resiliencia comunitaria: conocimientos culturales, capacidades sociales y estrategias organizativas. PSIENCIA. *Revista Latinoamericana de Ciencia Psicológica*. 9 (3), p. 23-40.

Magis, K (2010). Resiliência comunitária: um indicador de sustentabilidade social. *Sociedade e Natural Recursos*. 23 (5), 401–416.

Malhotra, K.N. (2002). *Pesquisa em Marketing: Uma orientação aplicada* (3ª ed). Porto

Alegre: Bookman.

- Mandić, A. (2020). Structuring challenges of sustainable tourism development in protected natural areas with driving force–pressure–state–impact–response (DPSIR) framework. *Environment Systems and Decisions*, 40(4), 560-576.
- Manrique, A. M. M., & Pineda, J. M. M. (2009). La técnica de grupo de discusión en la investigación cualitativa. Aportaciones para el análisis de los procesos de interacción. *Revista iberoamericana de educación*, 49(3), 1-7.
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2008). *Técnicas de pesquisa: técnicas de pesquisa, planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados* (7th ed.). São Paulo: Atlas.
- Marôco, J. 2010. *Análise de equações estruturais: fundamentos teóricos, software e aplicações*. Pero Pinheiro: Report Number.
- Martin-Breen, P.; Anderies, J. M (2011). Resilience: A Literature Review. Resilience: a literature review, v. 31, n. November, p. 67-87.
- Martins, S. R. O. (2002). Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. *Interações (Campo Grande)*.
- Matos, D. G. G. (2010). Áreas naturais protegidas: panorama global e novos desafios. *REDE-Revista Eletrônica do PRODEMA*, 5(2).
- Mawby, R. (2016). Policing policies in cities dependent on tourism: Developing an evidencebased approach. *International Journal of Police Science & Management*, 18(3), 195- 205. doi:10.1177/1461355716653276
- Medeiros, R.; Irving, M.A.; Garay, I (2006). Áreas Protegidas no Brasil: interpretando o contexto histórico para pensar a Inclusão Social. In: IRVING, M.A. (Org.). *Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados*. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio p.15-40.
- Menegasso, J. D.; Sutil, T; Silva, J. G. S; Ladwig, N. I. Turismo em áreas protegidas e os impactos da Covid-19. In: SUTIL, Thaise; LADWIG, Nilzo Ivo; SILVA, José Gustavo Santos da (org.). *Turismo em áreas protegidas*. Criciúma, SC
- Miguel, M. E. G. B. (2012). “Resiliência e qualidade de vida dos docentes de enfermagem”. Ribeirão Preto. Tese de doutorado apresentada à escola de enfermagem de Ribeirão Preto/USP. Universidade de São Paulo.
- Miller, K. R. (1997). *Evolução do conceito de áreas de proteção — oportunidades para o século XXI*. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba: IAP:
- Minari, M., & Rabinovici, A. (2014). Diálogo, participação e projetos de turismo com comunidades em Unidades de Conservação na Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 7(1).

- Minayo, M. C. de S. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (10th ed.). São Paulo: Hucitec.
- Minayo, M. C. S (2007). *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: HUCITEC.
- Mitchell, J. and Ashley, C. (2010). *Tourism and poverty reduction: Pathways to prosperity*. London: Earthscan.
- Moura, M. A. S. (2001). Diagnóstico Participativo de Unidade de Conservação–DiPUC. *Metodologia Participativa uma introdução a*, 29.
- Movono, A., Dahles, H. e Becken, S. (2018). Cultura de Fiji e meio ambiente: foco na interconexão ecológica e social do desenvolvimento do turismo. *Revista de Turismo Sustentável*, 26 (3), 451-469.]
- Murer, B. M; Oviedo, A.; Futada, S. M. A vulnerabilidade socioambiental das Unidades de Conservação à Covid-19. *Social Ambiental*. [s.v]. p. 1-33.
- Mustika, P. L. K., Welters, R., Ryan, G. E., D'Lima, C., Sorongon-Yap, P., Jutapruet, S., & Peter, C. (2017). A rapid assessment of wildlife tourism risk posed to cetaceans in Asia. *Journal of Sustainable Tourism*, 25(8), 1138-1158.
- Nascimento, Lidyanne Kaline Sousa do. Geografia, turismo e meio ambiente: uma nova face do litoral dos municípios de Extremoz e Ceará-Mirim/RN. 2008. 117 f. *Dissertação* (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
- Negrusa, A., Toader, V., Rus, R. & Cosma, S. (2016). Study of Perceptions on Events' Sustainability. *Sustainability*, 8(12). DOI:10.3390/su8121269
- Ness, B., Anderberg, S., & Olsson, L. (2010). Structuring problems in sustainability science: The multi-level DPSIR framework. *Geoforum*, 41(3), 479-488.
- Norris, F. H., Stevens, S. P., Pfefferbaum, B., Wyche, K. F., & Pfefferbaum, R. L (2008). Community resilience as a metaphor, theory, set of capacities, and strategy for disaster readiness. *American Journal of Community Psychology*, 41(1-2), 127-150.
- Ojeda, E., La Jara, A., & Márquez, C (2007). Resiliência Comunitária. In L. Hoch & S. Rocca (Eds.), *Sofrimento, resiliência e fé: Implicações para as relações de cuidado* (pp. 33-56). São Leopoldo, RS: Sinodal.
- Oliveira, A. T. C., & Morais, N. A. D. (2018). Resiliência comunitária: um estudo de revisão integrativa da literatura. *Trends in Psychology*, 26, 1731-1745.
- Oliveira, B. C (2020). Construções irregulares e riscos associados: o caso do bairro Nacional em Contagem/MG. *Dissertação* (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais.

- Oliveira, J. P. (2019). Análise da participação e percepção da comunidade local sobre o uso turístico em Unidades de Conservação Estadual no RN. 2019. 140f. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Oliveira, W. A (2017). Turismo, unidades de conservação e inclusão social: uma análise área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APARC) e Área de Proteção Ambiental de Jenipabu (APAJ), RN. *Dissertação* (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Turismo, Natal.
- Oliveira, W. A., & Silva, C. B. (2016). A percepção da comunidade de Perobas (RN) sobre o desenvolvimento do turismo. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 9(1), 112-132.
- Orchiston, C (2013). Preparação para negócios de turismo, resiliência e planejamento de desastres em uma região de alto risco sísmico: O caso dos Alpes do Sul, Nova Zelândia. *Edições atuais em Turismo*. 16 (5), 477-494.
- Organização Mundial do Turismo. (2020). International Tourism And Covid-19. <https://www.unwto.org/international-tourism-and-Covid-19>.
- Organização Mundial do Turismo. 2020. <https://www.unwto.org/international-tourism-and-Covid-19>
- Panosso Netto, A.; Oliveira, J. L. S.; Severini, V. F (2020). Do overtourism à estagnação. Reflexões sobre a pandemia do Coronavírus e o turismo. *CENÁRIO*. Brasília. v.8, n.14, p. 17 - 34.
- Peeters, P., Gössling, S., Klijs, J., Milano, C., Novelli, M., Dijkmans, C., Eijgelaar, E., Hartman, S., Heslinga, J., Isaac, R., Mitas, O., Moretti, S., Nawijn, J., Papp, B. and Postma, A. (2018). Research for TRAN Committee – Overtourism: impact and possible policy responses. Brussels: European Parliament, Policy Department for Structural and Cohesion Policies
- Pilquimán-Vera, Marisela; Cabrera-Campos, Gustavo; Tenorio-Pangui, Patricio (2020). "Experiences of Resilience and Mapuche Community Based Tourism in the Pre-Cordilleran Territories of Panguipulli, Southern Chile". *Sustainability* 12, no. 3: 817.
- Plummer, R. E Da Fennell (2009). Gerenciando áreas protegidas para o turismo sustentável: Perspectivas para co-gestão. *Journal of Sustainable Tourism* 17 (2): 149-168.
- Proaño Ponce., W, P., Ramírez Pérez., J, F., Pérez Hernández., I (2018). "Resilencia del turismo ante fenómenos naturales. Comparación de casos de Cuba y Ecuador". *Coodes*. 6 (2). p. 225-240
- Raasch, M, Martins E. S.; Gomes, C. C (2017). Resiliência: uma revisão bibliométrica. *Revista de Negócios*, v. 22, n. 4, p. 40-55.
- Rabahy, W. A (2019). Análise e perspectivas do turismo no Brasil. *Revista Brasileira de*

Pesquisa em Turismo, São Paulo, 14 (1), p. 1 – 13.

- Radzanowski, S. & Uğur, L. (2020). The futile pursuit of sustainability? Exploring diversity as an approach to achieving resilient tourism destinations. *Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal*, 36, 97-107.
- Ramos, D. M., & Costa, C. M. (2017). Turismo: tendências de evolução. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, 10(1), 21-33.
- Rebollo, J. F. V., & Baidal, J. A. I. (2003). Measuring sustainability in a mass tourist destination: pressures, perceptions and policy responses in Torrevieja, Spain. *Journal of Sustainable Tourism*, 11(2-3), 181-203.
- Ribeiro, H. (2002). Rotas da fé: festas juninas. *Caderno Virtual de Turismo*, 2(3), 24-35.
- Ribeiro, M.; Cunha, S.; Targino, C.; Dantas, A.A.G.; Moreira, S.A. Práticas Sustentáveis no contexto turístico: Estudo da Comunidade em Jenipabu (RN). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.13, n.3, ago-out 2020, pp. 450- 472.
- Richardson, G. E. (2002). The meta-theory of resilience and resiliency. *Journal of Clinical Psychology*, 58, 307-321.
- Rio Grande do Norte. Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental – APA Jenipabu: Relatório de Consolidação. Natal, 2009a.
- Ritchie, B.W., & Jiang, Y. (2019). A review of research on tourism risk, crisis and disaster management: Launching the annals of tourism research curated collection on tourism risk, crisis and disaster management. *Annals of Tourism Research*, 79, 102812.
- Rocca L, M. Susana (2007). *Resiliência: uma perspectiva de esperança na superação das adversidades*. Em: HOCH, Lothar Carlos; ROCCA, L. M. Susana (Orgs.). Sofrimento, resiliência e fé: implicações para as relações de cuidado. São Leopoldo: Sinodal/EST.
- Rooke, M. I. (2015). Aspectos conceituais e metodológicos da resiliência psicológica: uma análise da produção científica brasileira. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(2), 2-15.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000200013.
- Ruiz-Párraga, G. T., López-Martínez, A. E., & Gómez-Pérez, L. (2012). Factor structure and psychometric properties of the Resilience Scale in a Spanish chronic musculoskeletal pain sample. *The Journal of Pain*, 13(11), 1090–1098.
- Ruschmann, D (2000). *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. São Paulo: Papirus.
- Rylands, A. B., & Brandon, K. (2005). Brazilian protected areas. *Conservation biology*, 19(3), 612-618.
- Santos, A. D. O., & Paiva, V. (2007). Vulnerabilidade ao HIV: turismo e uso de álcool e

- outras drogas. *Revista de Saúde Pública*, 41(suppl 2), 80-86.
- Santos, F. T. (2009). Resiliência estratégica para um desenvolvimento regional sustentável. *RPER*, (20), 29-40.
- Santos, N., & Moreira, C. O. (2021). Uncertainty and expectations in Portugal's tourism activities. Impacts of COVID-19. *Research in Globalization*, 3, 100071.
- Santos, Valdenise Maria dos. A importância do artesanato e do turismo para o desenvolvimento local em Pontal de Coruripe, Alagoas. 2023. 46 f. *Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia)* – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.
- Schiffman, L. & Kanuk, L (2000). *Comportamento do consumidor*. LTC Editora. 6 a ed.
- Serrão, S., & Costa, R. (2020). Os Eventos Culturais como promotores do desenvolvimento local: O Caso da Festa do Vinho Madeira. *Revista Turismo & Desenvolvimento (RT&D)/Journal of Tourism & Development*, (34).
- Silva, E. S., da Silva, K. D., & de Oliveira, J. P. Q. (2018). A qualidade do atendimento ao turista: um comparativo entre duas cidades, São José da Coroa Grande (Pernambuco, Brasil) e Maragogi (Alagoas, Brasil). *Turismo e Sociedade*, 11(1).
- Silva, L., & Sonaglio, K. E. (2011). O turismo no desenvolvimento econômico de Currais Novos (Rio Grande do Norte, Brasil). *Turismo e Sociedade*, 4(2).
- Silva, T. A., & Ávila, M. A. (2010). Turismo sexual e exploração sexual infantil: uma análise da atuação do programa sentinela em Ilhéus. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 8(1), 185-193.
- Snyman, S. & Spenceley, A. (2019). Private sector tourism in conservation areas in Africa. CABI.
- Soares, A.S.; Azevedo, F.F (2011). Área de Proteção Ambiental Jenipabu e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RN): uma análise do processo histórico sob a égide da sociedade de consumo. *Anais do VIII Congresso Nacional de Ecoturismo e do IV Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.4, n.4, 2011, p. 532.
- Soares, I. A., Medeiros, C. S. C., & Sales Filho, A. (2014). Análise de paisagens turísticas da praia de Ponta Negra (Natal/RN) com a utilização de indicadores de qualidade visual: uma contribuição para o turismo sustentável. *Holos*, 1, 228-246.
- Soares, L. A. S. (2005). Turismo e trabalho informal: um binômio inevitável? *Revista Ibero Americana de Estratégia*, 4 (1), 89-98.
- Sobrare, Sociedade Brasileira de Resiliência. “*Quest_resiliência*”. Disponível em: <http://sobrare.com.br/escala-de-resiliencia/>. Acesso em: 26 de maio 2021.
- Sonaglio, K. E (2018). Aproximações entre o turismo e a resiliência: um caminho para

- sustentabilidade. *Revista Turismo - Visão e Ação – Eletrônica*. 20 (1), p.1-20.
- Sordi A. O Manfro G. G. & Hauck, S (2011). O Conceito de Resiliência: Diferentes Olhares. *Revista Brasileira de Psicoterapia*. 13(2), p.115-132
- Souza V, M., Oliveira P K., & Nóbrega, T. P. (2010). Corpos brincantes: a cultura corporal do pastoril potiguar. *Revista da Faculdade de Educação*, 14(2), 97-116.
- Souza, L. R., Leuzinger, M. D., & Santana, P. C. (2020). 10 anos do sistema distrital de unidades de conservação da natureza: avanços e retrocessos. *Revista de Direito e Sustentabilidade*. 6 (1), p. 16-36.
- Spenceley, A., McCool, S., Newsome, D., Báez, A., Barborak, J. R., Blye, C. J., ... & Zschiegner, A. K. (2021). Tourism in protected and conserved areas amid the COVID-19 pandemic. *Parks*, (27), 103-118.
- Tampakis, S., Manolas, E. e Tampakis, V. (2012). Avaliação da infra-estrutura turística na ilha de Skiathos: a opinião dos habitantes locais e dos visitantes. *Turismo* , 7 (1).
- Tavares, J. (2001). *A resiliência na sociedade emergente*. In: TAVARES, José (Org.). Resiliência e educação. São Paulo: Cortez.
- Terra, Govinda. A efetividade da fiscalização do desmatamento ilegal nas unidades de conservação federais no estado do Acre. 2017. *Dissertação Mestrado Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia*. Disponível em <<https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/12925/1/tese-inpa.pdf>> Acesso em 07 de julho de 2023.
- Tomé, L. M. Setor de turismo: impactos da pandemia. *Caderno Setorial ETENE*. n. 5. N. 124. Ago., p. 1-8. Recuperado em 25 de maio, 2020 de https://www.bnb.gov.br/documents/80223/7600112/2020_CDS_122_turismo.pdf/748e1bcd-8bf3-18d5-aaf0-f11cda0e3052.
- Tomé, M. (2017). Turismo e medo social: Análise da segurança pública durante a Copa do Mundo FIFA 2014, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, Brasil. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 2(27/28), 13-16.
- Tönnies, F. (1973). Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. *Comunidade e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1, 96-116.
- Tozzo, R. A. (2014). Unidades de conservação no Brasil: uma visão conceitual, histórica e legislativa/Storage units in Brazil: a conceptual, historical and legislative vision. *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, 7(3), 508-523.
- Tranmaleo, O. F et al (2019). Fatores de resiliência para vulnerabilidade em destinos e empresas de turismo: Adaptação do método Delphi como instrumento validação, *Jornal de Estudos latino-americanosn a redução de risco Desastre REDER*, 3 (1), pp.69-84.
- Trigo, L. (1995). Turismo básico (série apontamentos). São Paulo: Editora Senac.

- Trombeta, L. H. A. P. e Guzzo, R. S. L. (2002). *Enfrentando o cotidiano adverso: estudo sobre resiliência em adolescentes*. Campinas: Editora Alínea.
- Undrr. (2019). *Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction*. Geneva, Switzerland, United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR). Recuperado em 8 de maio, 2021, de <https://www.undrr.org/>.
- Unisdr (2015). *Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015 – 2030*. Recuperado em 8 de maio, 2021, de <http://nacoesunidas.org/conferencia-de-sendai-adota-novo-marco-para-reduzir-riscos-de-desastres-naturais-no-mundo>.
- Unisdr. United Nations International Strategy for Disaster Reduction. (2012). “*Como construir cidades mais resilientes: um guia para gestores públicos locais*”. Genebra: Nações Unidas. Recuperado em 8 de maio, 2021, de http://www.unisdr.org/files/26462_guiagestorespublicosweb.pdf.
- UNWTO (2021). 2020: O pior ano da história o turismo com 1 bilhão a menos de chegadas internacionais. Recuperado em 4 de maio, 2021 de <https://www.unwto.org/news/2020-worst-year-in-tourism-history-with-1-billion-fewer-international-arrivals>.
- Urano, D. G., de Souza Siqueira, F., & de Mendonça Nóbrega, W. R. (2016). Articulação em redes como um processo de construção de significado para o fortalecimento do turismo de base comunitária. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2).
- Vasconcelos, F. P., & Coriolano, L. N. M. T. (2008). Impactos sócio-ambientais no litoral: um foco no turismo e na gestão integrada da zona costeira no estado do Ceará/Brasil. *Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management*, 8(2), 259-275.
- Vasconcelos, F. P., & Coriolano, L. N. M. T. (2008). Impactos sócio-ambientais no litoral: um foco no turismo e na gestão integrada da zona costeira no estado do Ceará/Brasil. *Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management*, 8(2), 259-275.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220.
- Walkowski, Gelbcke & Assing. (2021). Sustentabilidade e turismo em comunidades. (orgs) Portuquez, A. P.; In Trigo, L. G. A resiliência no turismo de base comunitária na acolhida na Colônia-SC. EDITORA BARLAVENTO. 1 (1). p. 9-37.
- White, R. K., Edwards, W. C., Farrar, A., & Plodinec, M. J (2014). A Practical Approach to Building Resilience in America's Communities. *American Behavioral Scientist*, 59(2), 200-219, 2014.
- WWF-Brasil; Funbio. *O Impacto do Programa Arpa na Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação da Amazônia*, 2017. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/informacoes/?uNewsID=62643>. Acesso em 25 de junho de 2023.

- Xavier, A. C., & Picoli, R. A. (2020). Métricas de indicadores de sustentabilidade para cidades históricas turísticas. *Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação*, 2(3), 24-43.
- Yang, E., Kim, J., Pennington-Gray, L., & Ash, K. (2021). Does tourism matter in measuring community resilience?. *Annals of Tourism Research*, 89, 103222.
- Yang, Q., Yang, D., Li, P., Liang, S., & Zhang, Z. (2021). A Bibliometric and Visual Analysis of Global Community Resilience Research. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(20), 10857.
- Yunes M. A. M, Szymanski H (2001). *Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas*. In: Tavares J, organizador. *Resiliência e educação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez. p. 13-42.
- Yunes, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8, 75-84.

APÊNDICES

APÊNDICE A – PLANEJAMENTO DOS ROTEIROS DE ENTREVISTAS

1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Pesquisador: Wagner Araújo Oliveira	
Público alvo: Secretários, diretores, coordenadores de turismo, de obras e infraestrutura e de meio ambiente da prefeitura de Natal e Extremoz.	
Previsão de duração: 1 hora	Local: (Presencial)/Google Meet (Virtual)
OBJETIVO DA AÇÃO:	
Objetivo central: Realizar entrevista em profundidade secretários, diretores, coordenadores de turismo, de obras e infraestrutura e de meio ambiente da prefeitura de Natal e Extremoz.	
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	
1 Momento: Contato via e-mail e/ou telefônico com o sujeito da pesquisa	
Nesta etapa, foi feito o levantamento das informações dos sujeitos e contato telefônico e e-mail. Logo, serão realizados os contatos (telefone e/ou e-mail) para apresentar o objetivo da pesquisa, realizar o convite para entrevista e combinar a execução da entrevista (presencial ou virtual)	
2 Momento: Execução da entrevista (presencial ou virtual)	
Nesta etapa foi a execução da entrevista, inicialmente, será feito mais uma vez apresentação do objetivo da pesquisa e da entrevista, e como estão estruturadas as perguntas e a dinâmica da entrevista, antes, solicitar caso aceite a assinatura do TLCE e permissão para gravação. A entrevista será conduzida por um roteiro semiestruturado a partir de pontos que serão relevantes para obter informações: Possíveis perguntas para o roteiro: Dimensão - Conjunto da organização estrutural Categoria – Super estrutura 1. Quais são os principais projetos, programas e planos turísticos (em andamento, concluído ou inacabado) no âmbito federal, estadual e municipal? 2. Principais benefícios dos principais projetos, programas e planos turísticos para o destino turístico APAJ e comunidades? 3. E o principais projetos, programas e planos turísticos que não foram concluídos? Quais são as principais dificuldades? Desafios? Categoria - Infraestrutura 1. E sobre infraestrutura básica e turística na comunidade? E quais as condições dessa infraestrutura? Dimensão - Conjunto das relações ambientais Categoria – Social Cultural Ecológica 1. Reconhecimento, valorização e fortalecimento das tradições, aspectos e costumes da população residente. 2. Como lidam com os problemas sociais gerados pelo turismo (violência, tráfico de drogas, prostituição, exploração sexual...) 3. Práticas sustentáveis e de conservação para recursos naturais? Dimensão - Conjunto das relações operacionais Categoria - Mercado/ Econômica* 1. Principais fontes de renda? Práticas turísticas? Passeios? 2. Programas de acesso a créditos e financiamento? 3. Oferta turística da comunidade? 4. Principais postos de trabalhos? Condições dos trabalhadores?	
3 Momento: Análise da entrevista	
Esta se configura como sendo a última etapa, onde será realizada a transcrição da entrevista e posteriormente analisado e interpretada a partir da análise descritiva e de conteúdo.	
METODOLOGIA E RECURSOS	

Folhas de ofício A4;
Blocos de anotações;
Smartfone para gravação da entrevista;
Canetas em gerais.

REFERÊNCIA

Minayo, M. C. de S. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (10th ed.). São Paulo: Hucitec.

2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Pesquisador: Wagner Araújo Oliveira

Público alvo:

Entrevista com gestores do IDEMA e da APAJ.

Previsão de duração: 1 hora	Local: Google Meet (Virtual)
OBJETIVO DA AÇÃO:	
Objetivo central: Realizar entrevista em profundidade com gestores do IDEMA e da APAJ.	
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	
A entrevista foi conduzida por um roteiro semiestruturado a partir de pontos que serão relevantes para obter informações: Possíveis perguntas para o roteiro: Dimensão - Conjunto da organização estrutural Categoria – Super estrutura 1. Quais são os principais projetos, programas e planos turísticos (em andamento, concluído ou inacabado) pelo NUC/IDEMA? 2. Quais os principais desafios e dificuldades enfrentados pela gestão? Categoria - Infraestrutura 1. Que tipo de infraestrutura básica e turística a gestão dispõe para comunidade? E quais as condições dessa infraestrutura? 2. Há planos para melhorias da infraestrutura? 3. E a infraestrutura do Ecoposto? Dimensão - Conjunto das relações ambientais Categoria – Social Cultural Ecológica 1. Há ações voltadas para o reconhecimento, valorização e fortalecimento das tradições, aspectos e costumes da população residente? 2. Como é a participação da comunidade no processo de gestão? 3. Como a gestão lida com os problemas sociais gerados pelo turismo (violência, tráfico de drogas, prostituição, exploração sexual...) 4. Práticas sustentáveis e de conservação para a comunidade? Programa de educação ambiental? 5. Existe plano de manejo? As zonas são cumpridas e suas respectivas normas? 6. Quais os principais conflitos com a comunidade? Dimensão - Conjunto das relações operacionais Categoria - Mercado/ Econômica* 1. Quais são e como lidam como as pressões dos representantes dos empresários locais do turismo? 2. Há conflitos com os empresários locais e externos?	
METODOLOGIA E RECURSOS	
Folhas de ofício A4; Blocos de anotações; Smartfone para gravação da entrevista; Canetas em gerais.	
REFERÊNCIA	
Minayo, M. C. de S. (2010). <i>O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde</i> (10th ed.). São Paulo: Hucitec.	

3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA
Pesquisador: Wagner Araújo Oliveira
Público alvo:

Sujeitos da pesquisa	
Previsão de duração: 1 hora	Local: (Presencial)/Google Meet (Virtual)
OBJETIVO DA AÇÃO:	
Objetivo central: Realizar entrevista em profundidade com gestores do IDEMA e da APAJ.	
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	
A entrevista foi conduzida por um roteiro semiestruturado a partir de pontos que serão relevantes para obter informações: *Gestão Pública* - Desempenho (Prefeitura, Estado, Idema) *Infraestrutura da comunidade* - Acesso, estradas, sinalização, postos de saúde, banco, segurança pública. *Ambiental* - Limpeza, coleta, poluição sonora, do ar, visual *Cultural* - Valorização das manifestações culturais/sociais da comunidade *Social* - Exploração sexual, prostituição, drogas, violência *Econômico* - Mercado, fluxo turístico, postos de empregos, exploração de trabalho	
METODOLOGIA E RECURSOS	
Folhas de ofício A4; Blocos de anotações; Smartphone para gravação da entrevista; Canetas em gerais.	
REFERÊNCIA	
Minayo, M. C. de S. (2010). <i>O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde</i> (10th ed.). São Paulo: Hucitec.	

ANEXO

RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA TRANSCULTURAL (T-CRS)

Instruções. Todos nós pertencemos a comunidades com as quais nos identificamos em diferentes níveis. Estas comunidades podem ser grupos etnoculturais ou religiosos, o nosso bairro ou área de residência, uma profissão, uma equipa desportiva, entre outros. Responda a essas perguntas enquanto pensa em suas experiências e percepções sobre a comunidade ao qual você pertence (Jenipabu, Santa Rita ou Redinha).

Os dados serão usados exclusivamente para fins desta pesquisa e serão usados de forma confidencial.

() Aceito participar desta pesquisa. () Não aceito participar desta pesquisa.

Importante: Para cada questão, você irá atribuir uma nota de 1 a 5. Sendo que a nota 1 (um) irá atribuir para a questão que você discorda totalmente e 5 (cinco) para concordo plenamente.

	Questões	1	2	3	4	5
1	Se algo me acontecesse (de “ruim”), sei que posso contar com a minha comunidade.					
2	No caso de um evento catastrófico (desastre natural, guerra, etc.), sei que poderia contar com a minha comunidade para lidar com o evento e seguir em frente.					
3	Quando passo por momentos difíceis, há pessoas em minha comunidade com quem posso conversar.					
4	Os relacionamentos que mantenho em minha comunidade me ajudam a lidar com problemas que acontecem comigo ou que podem acontecer.					
5	Um dos meus pontos fortes diante da adversidade é saber que posso contar com um ou mais membros da minha comunidade.					
6	Os membros da minha comunidade sabem que podem contar comigo quando surgem problemas.					
7	Estou disposto a ajudar os membros da minha comunidade que enfrentam dificuldades.					
8	Envolve-me em atividades na minha comunidade.					
9	As minhas tradições culturais e espirituais e/ou religiosas e/ou os meus valores ajudam-me a enfrentar dificuldades.					
10	As atividades na minha comunidade ajudam-me a criar laços com as pessoas.					
11	A minha comunidade ajuda-me a adaptar-me em caso de mudanças ou dificuldades importantes na vida.					
12	Poder contar com a minha comunidade em caso de dificuldades é muito reconfortante para mim.					
13	Na minha comunidade, sempre buscamos um jeito de rir e nos distrair, mesmo em momentos difíceis.					
14	Na minha comunidade, há pelo menos uma pessoa que pode me ajudar a encontrar soluções concretas quando enfrento dificuldades.					
15	Quando passo por momentos difíceis, existem instituições na minha comunidade que estão lá para me ajudar.					
16	Se eu adoecer, sei que posso recorrer aos serviços de saúde da minha comunidade para receber os cuidados adequados.					
17	Confio nos profissionais da minha área (turismo) para me prestarem os cuidados adequados (me ajudar).					
18	Confio nos serviços sociais (assistência social) disponíveis na minha comunidade.					
19	Tenho informações suficiente para saber a que instituições recorrer em caso de dificuldades.					
20	Na minha comunidade existem fortes tradições de apoio mútuo.					
21	A minha comunidade se esforça para integrar todos os seus membros e torná-los mais fortes.					
22	Minha comunidade permite que seus diferentes membros construam laços fortes uns com os outros.					

23	O apoio mútuo é um dos valores mantidos por minha comunidade.					
24	Em minha comunidade, compartilhar é um valor muito importante.					
25	Tenho orgulho de ser membro de minha comunidade.					
26	Compartilho os valores da minha comunidade.					
27	Participar das atividades da minha comunidade é importante para mim.					
28	Sinto-me conectado à minha comunidade e aos seus valores.					
29	Caso tenha alguma adversidade na minha comunidade posso contar com ajuda das lideranças locais;					
30	Tenho confiança nas instituições públicas (municipal, estadual e federal)					
31	Sinto que a gestão pública (municipal, estadual e federal) seguem os princípios da transparência e honestidade.					
32	Sinto-me representado pelos meus representantes na gestão pública (líderes formais e informais, conselheiros, vereadores, presidentes de associações e entre outros).					
IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE						
1	Gênero:					
	() Masculino () Feminino					
2	Faixa etária:					
	☐ 18 até 24 anos. ☐ 25 até 34 anos. ☐ 35 até 44 anos. ☐ 45 até 60 anos. ☐ 61 ou mais.					
3	Renda mensal:					
	☐ Até 2 salários mínimos. ☐ De 3 a 5 salários mínimos. ☐ De 6 a 10 salários mínimos. ☐ Acima de 10 salários mínimos.					
4	Comunidade você faz parte:					
	☐ Jenipabu ☐ Santa Rita ☐ Redinha					
5	Observações adicionais:					